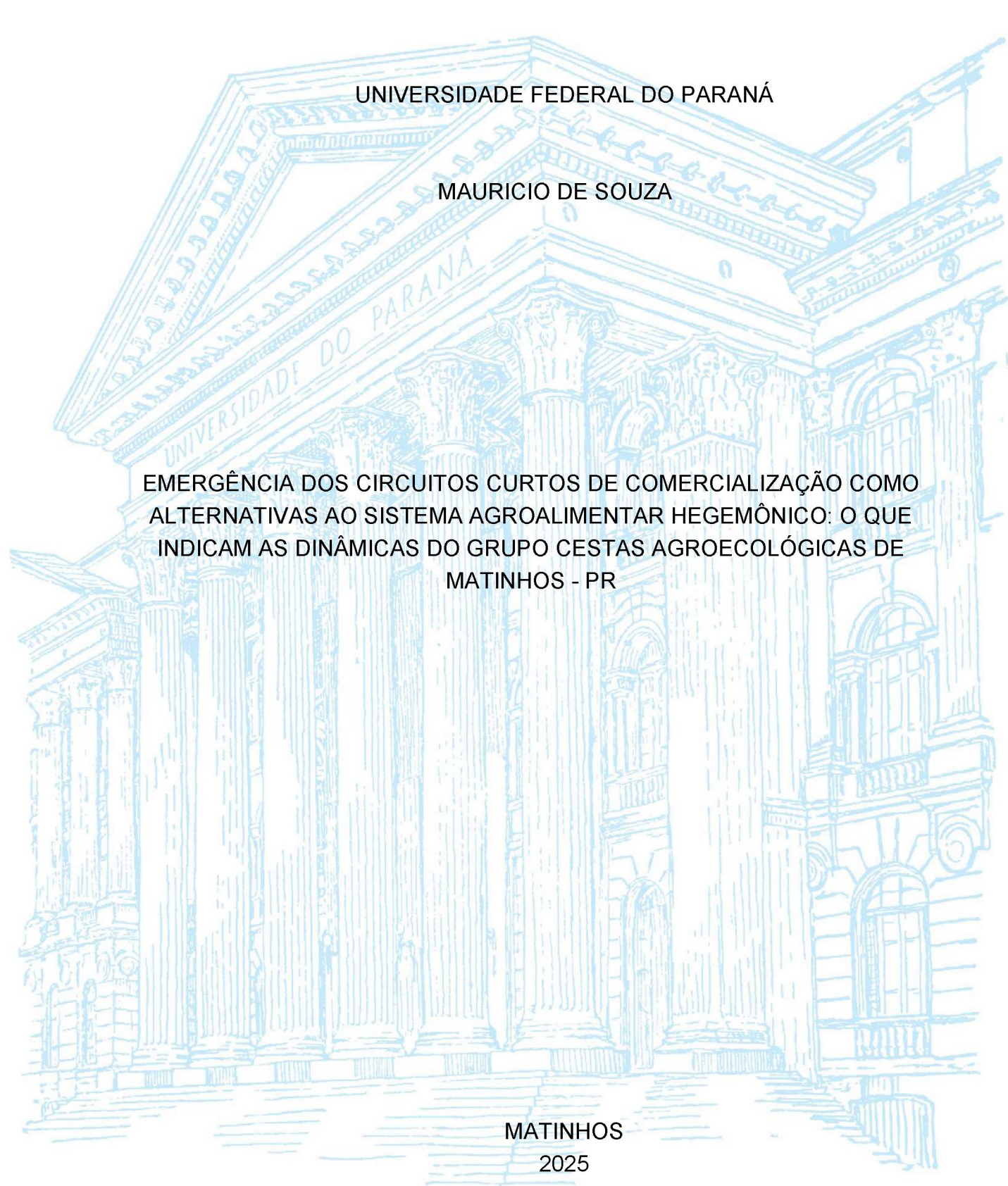




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAURICIO DE SOUZA

EMERGÊNCIA DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO COMO
ALTERNATIVAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO: O QUE
INDICAM AS DINÂMICAS DO GRUPO CESTAS AGROECOLÓGICAS DE
MATINHOS - PR

MATINHOS
2025

MAURICIO DE SOUZA

EMERGÊNCIA DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO COMO
ALTERNATIVAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO: O QUE
INDICAM AS DINÂMICAS DO GRUPO CESTAS AGROECOLÓGICAS DE
MATINHOS - PR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg

MATINHOS
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Souza, Maurício de

Emergência dos circuitos curtos de comercialização como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico : o que indicam as dinâmicas do grupo Cestas Agroecológicas de Matinhos - PR. / Maurício de Souza. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg.

1. Venda direta – Cestas Agroecológicas. 2. Agroecologia.
3. Transição agroecológica. 4. Extensão universitária. I. Brandenburg, Alfio. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -
40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a anguição da tese de Doutorado de **MAURICIO DE SOUZA**, intitulada: **EMERGÊNCIA DOS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO COMO ALTERNATIVAS AO SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO: O QUE INDICAM AS DINÂMICAS DO GRUPO CESTAS AGROECOLÓGICAS DE MATINHOS - PR**, sob orientação do Prof. Dr. **ALFIO BRANDENBURG**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Maio de 2025.

Assinatura Eletrônica
02/05/2025 10:35:00.0
ALFIO BRANDENBURG
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/05/2025 16:13:06.0
MANOEL FLORES LESAMA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
29/05/2025 16:44:14.0
MOACIR ROBERTO DAROLT
Avaliador Externo (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
30/05/2025 11:13:03.0
ANDRÉ AUGUSTO MICHELATO GHIZELINI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO)

Às minhas inspirações: meus filhos, Otto e Amanda; minha esposa, Daiana; e minha mãe, Terezinha. Sem suas presenças, este trabalho não seria possível.

Ao amigo “Edsão”, pelas palavras de incentivo sempre tão importantes.

Ao Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, onde meu contato com o seu trabalho despertou a curiosidade sobre o tema a ponto de virar uma tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao sistema público de ensino superior do Brasil pela oportunidade de cursar a graduação, o mestrado e o doutorado sem o fardo de acumular dívidas, como ocorre em outros países ou sob políticas neoliberais de financiamento para vagas em instituições privadas, que impõem à juventude brasileira empréstimos que comprometem seu futuro e enriquecem vertiginosamente os tubarões do ensino, ao mesmo tempo em que desviam recursos públicos para ampliar os lucros das empresas desse setor.

Esse agradecimento se estende, portanto, àqueles que lutam para preservar e fortalecer o sistema educacional público, gratuito e de alta qualidade que ainda resiste no país. É por meio do compromisso dessas pessoas que a existência e a melhoria contínua desse sistema poderão ser asseguradas para as gerações futuras. Expresso aqui meu profundo respeito a todos que lutam cotidianamente, seja nas ruas, seja no chão das salas de aula.

Assim, meu sincero *muito obrigado* segue destinado também a sindicalistas docentes e técnicos administrativos, militantes do movimento estudantil e dos movimentos sociais, bem como aos trabalhadores em geral que, organizados em espaços coletivos ou de forma independente, produzem mais do que teses como esta que acabo de concluir: produzem esperança. Inspirando-me em suas ações, espero honrar esse investimento contribuindo, por meio desta formação, para a construção de uma sociedade mais justa, onde o acesso aos níveis formais de educação – em todas as suas dimensões – seja possível a todos, sem distinção.

Minha gratidão também se estende aos sujeitos que participaram da pesquisa apresentada nesta tese: agricultores, produtores urbanos e compradores do grupo Cestas Agroecológicas de Matinhos. Construir resistências e alternativas ao modelo agroalimentar hegemônico é, essencialmente, um ato de semear um futuro melhor para todos, assim como a luta dos educadores. A chama que arde pela educação libertadora e pela alimentação pautada em princípios agroecológicos são forças complementares e indispensáveis nos tempos atuais.

A vocês todos, mais uma vez, muito, muitíssimo obrigado!

"A esperança é um alimento da nossa alma, ao qual se mistura sempre o veneno do
medo."

(Atribuído a Voltaire)

Seria possível reverter a contaminação do veneno do medo que se enraizou
em nosso cotidiano?

(O autor)

RESUMO

O circuito curto de comercialização “Cestas Agroecológicas” emerge no município de Matinhos, litoral do Paraná, como resposta da organização social local às múltiplas crises que se intensificaram com a pandemia de Covid-19, o que incluiu o desmonte de políticas públicas intensificado com o agravamento da crise econômica, as questões crônicas decorrentes da expansão do sistema agroalimentar dominante e a ampliação da crise climática/ambiental contemporânea. Nesse contexto, agricultores familiares locais procuraram alternativas para minimizar os impactos econômicos que se desdobrariam sobre suas rendas, o que os levou à construção de um circuito curto de comercialização de alimentos que, mesmo com as restrições sociais do período, permitisse que a comercialização de sua produção continuasse se realizando. O objetivo da tese é descrever e analisar a trajetória do grupo “Cestas Agroecológicas”, que se constrói como resposta a essas crises, considerando sua forma de organização e as dinâmicas entre seus participantes. Também se investiga a aproximação com movimentos de transição agroecológica, o papel exercido pela extensão universitária, os processos de resistência enfrentados e como estabeleceu a confiança entre os atores sociais envolvidos. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma metodologia qualitativa, relacional e territorial, combinando pesquisa exploratória e observação participante, triangulando cadernos de campo, documentos internos, dados sobre vendas e as posições dos atores sociais envolvidos sobre as diversas situações vivenciadas. Os dados produzidos foram analisados à partir da lente de categorias analíticas descritivas e relacionais, construída com a combinação entre o ambiente onde pesquisa é situada com conceitos presentes na literatura especializada. Desta forma, a análise se apoia em categorias analíticas descritivas e relacionais, e lida com temas como a eventual reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve, os movimentos de transição agroecológica presentes, as inovações sociotécnicas verificadas, as reações do sistema dominante ante a proposta emergente e o papel da extensão universitária no processo. Os resultados evidenciam que, mesmo diante da ausência de políticas públicas estruturantes e de limitações operacionais evidentes, o circuito sustentou práticas de comercialização e produção baseadas na confiança mútua entre os atores sociais, na noção de pertencimento territorial e em movimentos de cooperação e solidariedade. Os resultados apontam a iniciativa como uma prática viva, enraizada, capaz de demonstrar caminhos possíveis para a reorganização alimentar de territórios em contextos periféricos, abrindo oportunidades para o acesso a processos de transição agroecológica entre os atores que se envolvem com essa forma de atividade.

Palavras-chave: circuitos curtos; agroecologia; transição agroecológica; extensão universitária; sistemas alimentares alternativos.

ABSTRACT

The short food supply chain “Cestas Agroecológicas” emerges in the municipality of Matinhos, on the coast of Paraná, as a response by local social organization to the multiple crises that intensified with the Covid-19 pandemic, which included the dismantling of public policies exacerbated by the worsening economic crisis, the chronic issues stemming from the expansion of the dominant agri-food system, and the amplification of the contemporary climate/environmental crisis. In this context, local family farmers sought alternatives to minimize the economic impacts that would unfold on their incomes, leading them to build a short food supply chain that, even with the social restrictions of the period, would allow their production to continue being commercialized. The objective of this thesis is to describe and analyze the trajectory of the “Cestas Agroecológicas” group, which is formed as a response to these crises, considering its organizational structure and the dynamics among its participants. It also investigates the approximation with agroecological transition movements, the role played by university extension, the resistance processes faced, and how trust was established among the social actors involved. To achieve this objective, a qualitative, relational, and territorial methodology was adopted, combining exploratory research and participant observation, triangulating field notebooks, internal documents, sales data, and the positions of the social actors involved regarding the various situations experienced. The data produced were analyzed through the lens of descriptive and relational analytical categories, constructed by combining the research environment with concepts present in specialized literature. Thus, the analysis relies on descriptive and relational analytical categories, and deals with themes such as the eventual reconfiguration of the territory where the circuit develops, the present agroecological transition movements, the sociotechnical innovations observed, the reactions of the dominant system to the emerging proposal, and the role of university extension in the process. The results show that, even in the absence of structuring public policies and evident operational limitations, the circuit sustained commercialization and production practices based on mutual trust among social actors, the notion of territorial belonging, and movements of cooperation and solidarity. The results indicate the initiative as a living, rooted practice, capable of demonstrating possible paths for the food reorganization of territories in peripheral contexts, opening opportunities for access to agroecological transition processes among the actors involved in this type of activity.

Keywords: short food supply chains; agroecology; agroecological transition; university extension; alternative agri-food systems.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - REGISTRO DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES NO GRUPO DE COMPRAS DO WHATSAPP	82
Figura 2 - REGISTRO DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES NO GRUPO DE GESTÃO	83
Figura 3 - PRIMEIRO REGISTRO EM CADERNO DE CAMPO	84
Figura 4 - ELEMENTOS DA TRIANGULAÇÃO NO CONTEXTO DA TESE	88
Figura 5 - POSIÇÃO DE MATINHOS NO MAPA DO PARANÁ E DIVISAS MUNICIPAIS	89
Figura 6 - FRONTEIRAS DO PNSHL E % DE PRESENÇA DO PARQUE NOS TERRITÓRIOS MUNICIPAIS	91
Figura 7 - LOCALIZAÇÃO E LIMITES DO PARQUE ESTADUAL RIO DA ONÇA	92
Figura 8 - PERÍMETRO DA APA DE GUARATUBA	93
Figura 9 - MAPA DAS COLÔNIAS DA PR-508 508 (PRINCIPAL ÁREA PRODUTIVA DE ABASTECIMENTO DO CIRCUITO)	100
Figura 10 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E TIPO DE PRODUÇÃO	116
Figura 11 - ESPAÇO ENTRE BLOCOS DA UFPR LITORAL	139
Figura 12 - EXEMPLO ATRAVÉS DE FRAGMENTO DA LISTA	149
Figura 13 - ORGANIZAÇÃO DAS DOAÇÕES E BENEFICIÁRIOS	154
Figura 14 - REUNIÃO SOBRE LOGÍSTICA – PARTE DOS PRESENTES	167
Figura 15 - ORGANIZAÇÃO DE HORÁRIOS DE ENTREGA	168
Figura 16 - CESTAS PARA ENTREGA SEPARADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS	171
Figura 17 - PLATAFORMA COGNITO - PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS	204
Figura 18 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO NA REDE INSTAGRAM	206
Figura 19 - BR 277 (EM AZUL) ENTRE CURITIBA E PARANAGUÁ	209
Figura 20 - PARTE DA RAZÃO NOS ATRASOS DA CCRA	210
Figura 21 - COMUNICADO DE DESLIGAMENTO DO CCRA	213
Figura 22 - PREOCUPAÇÃO DA CCRA COM O VOLUME DE VENDAS	214
Figura 23 - FORMATO ATUAL DA LISTA DE PRODUTOS	225
Figura 24 - ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS QUINZENAIS	227
Figura 25 - EXEMPLOS DE ENCOMENDAS	229

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – PARTICIPAÇÃO NAS VENDAS (CCRA X LOCAIS) E VOLUME DE DOAÇÕES	163
Gráfico 2 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS EM 2021	190
Gráfico 3 - COMPARAÇÃO DE VENDAS 2021 CCRA X LOCAIS.....	195
Gráfico 4 - COMPARAÇÃO DAS VENDAS POR MÉDIAS MENSAIS DE CADA FASE.....	196
Gráfico 5 - COMPARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS FASES: CCRA X LOCAIS	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - FORNECEDORES/DESCRIÇÃO BÁSICA/PRODUTOS OFERTADOS NAS PRIMEIRAS ENTREGAS DO CIRCUITO.....	141
Quadro 2 - COMPARATIVO DE PREÇOS ENTRE CCRA (ORGÂNICO COM CERTIFICAÇÃO) E AGRICULTORES LOCAIS (SEM CERTIFICAÇÃO)	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CATEGORIAS ANALÍTICAS E SEUS REFERENCIAIS	67
Tabela 2 - ETAPAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	74
Tabela 3 - COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MATINHOS E O CONSUMO MÉDIO NACIONAL	95
Tabela 4 - COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO POR DATA.....	161
Tabela 5 - RESULTADO DA COMERCIALIZAÇÃO (2021)	188
Tabela 6 -- ACOMPANHAMENTO DAS DOAÇÕES POR MUNICÍPIO (2021).....	192
Tabela 7 - AMOSTRA DOS RESULTADOS FINANCEIROS (2024).....	229

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVOS	26
1.2 JUSTIFICATIVAS	27
1.3 SOBRE O AUTOR	29
2 REVISÃO DE LITERATURA	30
2.1 O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO	30
2.2 A EMERGÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES ALTERNATIVOS.....	39
2.3 SOBRE OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS.....	48
2.4 QUANTO AO CONCEITO DE TERRITÓRIO	55
2.5 SOBRE OS ATORES SOCIAIS PRESENTES NO CIRCUITO E A CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ADOTADA NAS AÇÕES	59
3 PERCURSO METODOLÓGICO	65
3.1 SOBRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	66
3.2 SOBRE A PESQUISA EXPLORATÓRIA.....	72
3.3 SOBRE A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE	79
3.4 DAS TRIANGULAÇÕES	87
4 ESPAÇO TERRITORIAL E ATORES SOCIAIS	89
4.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E AS COLÔNIAS DA PR 508.....	89
4.2 ATORES SOCIAIS	99
4.2.1 OS AGRICULTORES DA ALEXANDRA-MATINHOS	99
4.2.2 OS PRODUTORES DE MORRETES.....	103
4.2.3 OS PRODUTORES URBANOS	107
4.2.4 CONSUMIDORES OU COMPRADORES?	109
5 DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL COMO POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE JARDINS URBANOS E O CIRCUITO CURTO	120
6 CESTAS AGROECOLÓGICAS	135
6.1 FASE DE IMPLANTAÇÃO DO CIRCUITO CURTO (2020).....	138
6.1.1 (DES)ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	138
6.1.2 SOBRE A LOGÍSTICA	166
6.1.3 ANÁLISE SOBRE A FASE DE IMPLANTAÇÃO DO CIRCUITO.....	177
6.2 FASE DE REORGANIZAÇÃO (2021 – 2022)	185

6.2.1 SOBRE AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS DA FASE DE REORGANIZAÇÃO.....	198
6.2.2 DESAFIOS LOGÍSTICOS E CRISES CLIMÁTICAS – A SAÍDA DO CCRA...	207
6.2.3 ANÁLISE SOBRE A FASE DE REORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO	215
6.3 FASE DA AUTONOMIA DOS PRODUTORES LOCAIS (2023 – ATUAL).....	220
6.3.1 ANÁLISE DA FASE DA AUTONOMIA DOS PRODUTORES LOCAIS	236
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	241
REFERÊNCIAS.....	248

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 marcou um período de grandes desafios para a agricultura familiar¹, pois foi um momento em que diferentes crises se sobrepuseram, ampliando a exposição de parte dessa categoria produtiva a riscos e incertezas.

Uma dessas crises, de caráter estrutural e crônico, decorre dos impactos negativos da consolidação do sistema agroalimentar hegemônico em escala global. Historicamente, a manifestação local desse modelo tem prejudicado agricultores de pequena escala e produtores de alimentos diversificados e frescos nos territórios nacionais. Sobre esse aspecto, analisando casos no Brasil e na França, Brandenburg e Lamine (2023) afirmam que:

No que concerne à produção de alimentos, os agricultores foram subordinados aos conglomerados alimentares, sendo seus meios de comercialização desestruturados, os locais desorganizados e seus saberes substituídos, criando-se sistemas agroalimentares industrializados. (Brandenburg; Lamine, 2023, p. 12)

O modelo hegemônico se expande por meio da adoção de práticas monoculturais, do fortalecimento da dependência de insumos e tecnologias importadas de conglomerados transnacionais, da logística operada em cadeias longas de circulação dos produtos alimentícios e da ampliação da concentração fundiária. Esse processo resulta na desorganização dos mercados locais e na precarização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que intensifica a industrialização e mecanização das lavouras.

Como consequência, os saberes locais são substituídos por práticas produtivas padronizadas, desencadeando uma série de problemas. Entre eles, destacam-se o estímulo ao êxodo rural, a dificuldade na sucessão geracional da agricultura familiar, a

¹ A agricultura familiar é compreendida, neste trabalho, como categoria analítica que expressa a continuidade histórica da condição camponesa. Nesse sentido, não se reduz a uma definição legal restrita a critérios de área, mão de obra e renda (Lei nº 11.326/2006), mas se refere a um modo de produzir e viver que articula trabalho familiar, territorialidade e reprodução social. Como assinala Wanderley (1999), a agricultura familiar carrega tanto rupturas quanto permanências em relação à experiência camponesa, constituindo-se como forma social marcada pela diversidade produtiva, pela centralidade das relações de parentesco e pelo vínculo com a terra. Nessa mesma direção, Van der Ploeg (2008) entende a agricultura camponesa como “arte de criar interações sustentáveis entre pessoas, plantas, animais e ecossistemas”, sustentada na autonomia relativa e na capacidade de manejar recursos locais frente às pressões do mercado e do sistema agroalimentar hegemônico. Essa perspectiva, mais próxima dos princípios da agroecologia, é a que orienta a análise do grupo “Cestas Agroecológicas” nesta tese.

ampliação da pobreza em territórios rurais, a desestruturação da comercialização local, a redução da biodiversidade nas áreas de plantio e em seu entorno, a poluição dos recursos hídricos, e o empobrecimento dos solos.

Além disso, esse processo intensifica os riscos de desabastecimento e mantém a insegurança alimentar em estado latente, especialmente nos territórios periféricos do sistema, que são os mais afetados pelos impactos colaterais da expansão do modelo dominante, processo que Ploeg (2008) descreve como a subordinação aos Impérios Alimentares.

Para mitigar essas consequências, os diferentes governos brasileiros, a partir da segunda metade da década de 1990, passaram a criar e fortalecer políticas públicas² voltadas à reestruturação econômica e social dos territórios rurais. Essas medidas foram consolidadas a partir de 2003 e ampliadas significativamente após 2008, quando, diante da crise financeira internacional, o governo adotou estratégias de fortalecimento da economia interna e da renda dos trabalhadores. O objetivo era estimular o consumo, manter a estabilidade política e fomentar o crescimento econômico, minimizando os impactos da recessão global (Carvalho, 2018).

A crise econômica de 2014, no entanto, alterou profundamente esse cenário. As ações adotadas pelo governo passaram a ser amplamente questionadas, e setores como o agronegócio exerceram pressão por mudanças na condução da política econômica do país. Em resposta, abandonou-se gradualmente a estratégia de enfrentamento das crises por meio de políticas públicas estruturantes e medidas anticíclicas³, que haviam sido intensificadas entre 2003 e 2014.

No lugar dessas medidas, adotou-se um programa de austeridade fiscal, que resultou em cortes expressivos nos investimentos e na redução das despesas primárias do governo (Carvalho, 2018), impactando diretamente as políticas voltadas à agricultura familiar. Os cortes afetaram a estruturação produtiva dos pequenos agricultores, as políticas de segurança alimentar e a promoção de padrões

² As políticas públicas voltadas à agricultura familiar, bem como sua evolução, serão analisadas durante a apresentação dos resultados da pesquisa, com dados apresentados a partir do capítulo 5 (p.118).

³ As medidas anticíclicas são estratégias econômicas adotadas pelos governos para mitigar os efeitos das oscilações cíclicas da economia, especialmente durante períodos de recessão ou crise. O objetivo central dessas medidas é atenuar os impactos negativos das crises econômicas e estimular a retomada do crescimento, evitando colapsos mais severos no mercado de trabalho, na produção industrial, na atividade rural, no consumo e nos investimentos. Fonte: elaboração do autor.

sustentáveis de produção e consumo, afastando o Brasil dos compromissos assumidos na Agenda 2030 da ONU⁴ (Maluf; Burlandy, 2023).

Devido à contenção de despesas públicas, políticas essenciais para a reorganização e manutenção da produção dos agricultores familiares - algumas em funcionamento há quase duas décadas - foram descontinuadas ou reduzidas. Essa situação aprofundou a vulnerabilidade do segmento e colocou à prova sua capacidade de resiliência diante das crises subsequentes, que, ao seguirem sem solução, em breve se tornariam confluentes.

Além desses desafios, de ordem estrutural e econômica, ainda estava em curso o agravamento da crise ambiental, onde episódios extremos se tornariam mais frequentes, sobretudo nas últimas décadas. No litoral do Paraná, por exemplo, desde 2011 vem ocorrendo eventos climáticos⁵ que mudaram o calendário dos ciclos de reprodução e desenvolvimento das plantas, comprometeram áreas cultivadas e cultiváveis, alteraram o curso de riachos e nascentes, e incidiram até mesmo sobre outros aspectos, como a própria composição dos solos.

Eventos climáticos intensos, além de desorganizarem a produção, frequentemente interrompem o acesso viário a algumas regiões por conta de alagamentos, quedas de barreiras, degradação do asfalto ou comprometimento de pontes, ocasionando crises logísticas, muitas delas ligadas à circulação de alimentos.

Dessa forma, os produtores rurais familiares e de pequena escala enfrentam 2020, ano do início da pandemia de Covid-19, expostos a três grandes desafios: o avanço do agronegócio e seus tensionamentos sobre os modos de vida da agricultura familiar; o desmonte das políticas públicas de mitigação desse avanço, devido à crise econômica e aos ajustes fiscais; e as mudanças ambientais, que resultaram em eventos climáticos mais intensos e frequentes nos últimos anos.

⁴ A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Ela é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que abordam questões sociais, econômicas e ambientais. A Agenda 2030 visa erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade até o ano de 2030. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em 21 fev. 2025.

⁵ Em 2011 ocorreu um episódio de chuvas intensas que derrubaram grandes quantidades de terras e material orgânico das encostas, provocando uma cobertura por detritos de deslizamento que modificou o curso de nascentes e riachos, destruiu áreas de plantio e isolou o acesso a algumas regiões do litoral paranaense, inclusive no entorno da PR-508, Disponível em: https://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/defesa-civil/arquivos_restritos/files/documento/2019-05/desastre_de_2011_-_aguas_de_marco.pdf Acesso: 25 fev 2025.

A chegada da pandemia agrava ainda mais o contexto, que já era bastante preocupante, trazendo aos atores sociais o risco direto de contaminação pelo vírus, que foi somado aos efeitos socioeconômicos colaterais das medidas preventivas adotadas pelo governo em relação ao cenário pandêmico, como isolamento e distanciamento social.

Essas restrições incluíam a redução drástica da circulação de pessoas, a proibição de aglomerações e a implementação de protocolos sanitários rigorosos, que pretendiam dificultar a propagação da doença. O fechamento temporário de escolas e órgãos públicos reduziria significativamente o volume das compras institucionais, enquanto a suspensão ou limitação do funcionamento de pontos de venda direta - como bancas à beira das rodovias, feiras livres e venda domiciliar - restringiria ainda mais as possibilidades de comercialização, ampliando a insegurança econômica entre os produtores.

À medida que o contexto se tornava mais desafiador para os agricultores familiares, diminuía a ação do poder público para criar intervenções que mitigassem os efeitos desastrosos previstos para o setor, pois o investimento do governo em despesas primárias, como as políticas que favoreciam a agricultura de pequena escala de produção, estava sendo atingido pelo ajuste fiscal que se consolidava como uma política de Estado, regulamentado inicialmente pela Emenda Constitucional 95/2016 (EC-95), conhecida como teto de gastos⁶.

O cenário de desarticulação das políticas públicas, somado às dificuldades que acompanharam a chegada da pandemia, impactou de maneira distinta os diferentes atores envolvidos nas dinâmicas alimentares.

Para os agricultores familiares, a principal preocupação foi a intensificação da perda de renda decorrente da redução da atividade social, imposta pelas autoridades governamentais e sanitárias. Com a limitação da circulação de pessoas e a suspensão de diversas atividades comerciais, o escoamento da produção tornou-se um grande desafio, dificultando a liquidez financeira imediata dos produtores e colocando em risco a continuidade de suas atividades.

A incerteza dos produtores em relação à sustentabilidade de suas práticas de comercialização poderia resultar na redução das áreas cultivadas, na diminuição da mão de obra no campo e em desafios para a sucessão familiar na agricultura.

⁶ O tema será problematizado com mais elementos, durante o tópico de apresentação de resultados, no debate que ocorrerá sobre a desarticulação das políticas públicas, no capítulo 5.

Entre os consumidores, as principais dificuldades estavam relacionadas à eventual carestia que seria provocada pela escassez de alimentos e aos riscos de desabastecimento, fatores que poderiam agravar a insegurança alimentar, sobretudo no período pandêmico. Essa conjuntura oferecia riscos à disponibilidade contínua de alimentos em diferentes territórios, evidenciando as fragilidades do sistema agroalimentar hegemônico e global em resolver suas crises.

Quanto aos problemas logísticos, entre 2011 e 2020, que se somam à confluência das dificuldades e desafios, ocorreram vários eventos climáticos que interromperam o fluxo de rodovias, conforme mencionamos os fatos ocorridos no litoral do Paraná. Esses bloqueios, resultantes de chuvas intensas, vendavais e deslizamentos de encostas, desorganizaram a estrutura de distribuição dos circuitos longos e impuseram dificuldades ao abastecimento de alimentos no litoral do Paraná em diferentes episódios, sendo os mais graves deles, ocorridos em 2011 e 2020.

Como os circuitos longos integram a estrutura do sistema agroalimentar hegemônico, que opera em escala global, a interrupção dessas cadeias logísticas expõe mais um fator que denuncia suas fragilidades e limitações, especialmente diante da crise climática e dos eventos extremos.

Além disso, as práticas industrializadas desse modelo contribuem significativamente para a intensificação da degradação ambiental, tornando-se, ao mesmo tempo, causa, amplificação e vítima dos desequilíbrios ecológicos que gera. Dessa forma, evidencia-se mais um problema gerado ou agravado pelo próprio sistema dominante, cujas dinâmicas internas não oferecem respostas eficazes para mitigar os danos, riscos e incertezas impostos aos diversos atores sociais.

No município de Matinhos - PR, os impactos decorrentes da sobreposição das crises anunciadas já eram evidentes nos primeiros meses de 2020. O contexto de desafios e dificuldades afetou diretamente os agricultores familiares estabelecidos ao longo da PR-508 (Estrada Alexandra-Matinhos), principal via de acesso rodoviário à cidade. Esses produtores desempenham um papel fundamental no abastecimento local de alimentos, sendo responsáveis por uma parcela significativa da oferta de produtos agroecológicos e alimentos frescos no município.

Um volume considerável da produção desses agricultores era escoado por meio das compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, sobretudo, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Entre as instituições que se beneficiam com essa modalidade de compras, estão as escolas

presentes no município, e alguns equipamentos públicos como o hospital local e casas de acolhimento.

O restante era comercializado em pontos de venda direta, principalmente através de visitas dos consumidores do município às unidades produtivas, ou nas feiras de agricultores em Paranaguá (Feira da Catedral) e nas barracas instaladas em praças públicas do mesmo município (Feira dos Bombeiros).

Com o aprofundamento da crise e a ausência de políticas públicas eficazes para mitigar os problemas que se exacerbaram com a pandemia, os agricultores se viram desassistidos e sem suporte institucional para enfrentar os desafios impostos ao setor.

Nesse contexto, a extensão acadêmica realizada pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral (UFPR-Litoral) surgiu como um dos poucos espaços institucionais ainda acessíveis a esses agricultores, se transformando num canal de articulação e suporte à organização coletiva que estava prestes a emergir como resposta às dificuldades que se acumulavam.

A insegurança era tamanha que alguns agricultores, em interação com a Universidade, chegaram a afirmar que interromperiam a produção caso a pandemia se prolongasse, devido às dificuldades previstas na comercialização. Outros mencionaram que, diante desse cenário, a melhor alternativa seria migrar para alguma área urbana em busca de uma fonte de renda mais estável, retornando apenas quando a situação estivesse mais favorável.

O risco de desorganização da produção local de alimentos entre esse grupo de agricultores era concreto e já se delineava no horizonte como um desafio iminente. Com a ausência de suporte institucional e a falta de respostas eficazes que pudessem ser produzidas através dos mecanismos internos do sistema hegemônico, cabia aos próprios agricultores a tarefa de estruturar alternativas para enfrentar as dificuldades impostas pelo contexto.

Diante dessa necessidade, os extensionistas acadêmicos do projeto “Agricultura Urbana: Jardinar para se Emancipar” (JARDINAR) passaram a mediar espaços de diálogo e construção coletiva, instigados por alguns desses agricultores. O objetivo era fomentar estratégias que garantissem a continuidade das atividades produtivas, mantendo os próprios atores rurais como protagonistas do processo. Cabe destacar que o autor da tese esteve diretamente envolvido nessa iniciativa como extensionista.

Entre as opções levantadas durante as primeiras reuniões, a proposta que ganhou mais força no processo de construção coletiva foi a criação de um circuito curto

de comercialização de alimentos (CCC), que se construiria respeitando os protocolos sanitários impostos ao momento, e que se articularia pela rede de mensagens WhatsApp, tendo como público-alvo a comunidade acadêmica da UFPR-Litoral. Esse circuito também deveria lidar com alimentos orgânicos, agroecológicos, ou com origem em agricultores que estivessem dispostos a aderir a processos de transição agroecológica.

Entretanto, a escala de produção do conjunto de agricultores, naquele momento, era um entrave, pois a oferta era baixa tanto em variedade quanto em volume, o que poderia inviabilizar a construção de um mix de produtos suficientes para compor uma lista de compras que suportasse a demanda da atividade. Essa situação foi resolvida com a proposição de parcerias com movimentos sociais e produtores urbanos de alimentos saudáveis, que foram convidados a integrar o circuito.

A estrutura construída foi acordada entre as partes para operar quinzenalmente, efetuando encaminhamentos cotidianos e a comercialização através da rede de mensagens WhatsApp. A escolha desse meio se deu pela sua ampla acessibilidade entre os participantes e pela possibilidade de viabilizar as negociações de forma direta, ágil e adaptável às limitações impostas pelo distanciamento social.

Essa rede também se mostrava uma alternativa viável frente às barreiras impostas pela exclusão digital, pois o WhatsApp já era amplamente utilizado no cotidiano da maioria dos indivíduos, incluindo os agricultores do circuito, ainda que houvesse algumas exceções. Além disso, a limitação no acesso a um sinal de internet estável em determinadas localidades era um desafio, mas, mesmo assim, durante os debates de formação do grupo a ferramenta foi considerada a opção mais adequada.

Com os acordos estabelecidos, o circuito recebeu o nome "Alternativas Agroecológicas: para enfrentar os tempos de crise", e, quando passou a comercializar alimentos no formato de "cestas", ficou mais conhecido como "Cestas Agroecológicas". A iniciativa entrou em funcionamento em maio de 2020, e segue ininterrupta (mesmo com sobressaltos e retrações) até o momento atual. Entre os desafios e aprendizados acumulados ao longo desse enredo, a iniciativa segue ativa, consolidando cinco anos de trocas e experiências entre extensionistas, produtores de alimentos e compradores.

A continuidade do circuito, mesmo diante da amenização do período mais agudo da confluência das crises que descrevemos, demonstra sua resiliência e aponta para sua permanência enquanto estratégia de comercialização e fortalecimento das redes locais, sinalizando que provavelmente sua existência não se limitou ao contexto de

buscar uma saída diante da falta de espaços para comercialização durante o controle de atividades sociais imposto no período pandêmico.

Contudo, somente esses critérios não são suficientes para afirmar que o arranjo social construído se alinha aos chamados sistemas alimentares alternativos. Afinal, circuitos curtos de comercialização podem surgir associados apenas à construção de novos pontos de vendas, à redução de custos do próprio agronegócio, ou ainda como fornecedores de oferta exclusiva a nichos de consumo, com esforços direcionados a produtos gourmet ou artesanais de alto valor agregado, o que exclui os setores populares do acesso a estes alimentos, distanciando iniciativas desta natureza da construção de movimentos de reconfiguração que ensejam mudanças sociais.

Nesse sentido, compreender como se deu a emergência desse arranjo e qual foi o percurso trilhado pelo circuito permitirá analisar, a partir de suas dinâmicas de funcionamento, as estratégias empreendidas para a reformatação do mercado local, seus desafios e suas perspectivas futuras. Para tanto, será necessário articular a análise das dificuldades enfrentadas no cotidiano da ação, das oportunidades que se apresentaram ao longo do percurso e das transformações situadas⁷ que guardam relação com a emergência e com as dinâmicas presentes na atividade.

Além disso, a análise do percurso do circuito possibilitará avaliar de que maneira a experiência pode contribuir para o fortalecimento de outros circuitos curtos de comercialização e para a formulação de políticas públicas voltadas à construção de sistemas alimentares alternativos, mais sustentáveis e resilientes diante do sistema hegemônico.

Assim, torna-se necessário refletir criticamente sobre os efeitos, os limites e as oportunidades apresentadas com a experiência analisada em sua singularidade.

Dessa forma, parece fundamental realizar a seguinte indagação: o grupo “Cestas Agroecológicas” tem se consolidado como uma alternativa efetiva ao sistema agroalimentar hegemônico, promovendo transformações sociais, produtivas e

⁷ A expressão “situado(a)” é utilizada nesta tese como recurso analítico para destacar a ancoragem territorial, institucional e relacional dos processos investigados. Embora o termo não seja central – e nem empregado diretamente como conceito – nos estudos de Lamine (2021), ele se alinha à perspectiva em que as transições agroecológicas são compreendidas como transformações inseridas em contextos específicos e articuladas a redes locais de atores e dispositivos (LAMINE et al., 2021). Termos como “territorial scale”, “place-based configurations” e “territorial anchoring” apontam para processos enraizados e contextualmente mediados. A escolha por “situado(a)”, para uso nesta tese, busca condensar essas dimensões, distinguindo-se tanto da multiplicidade de sentidos de “territorializado”, quanto da neutralidade de “localizado”, que pode referir-se apenas a um ponto geográfico, o que não contemplaria o emprego do termo neste contexto.

organizacionais entre seus participantes? Ou sua atuação permanece restrita à esfera comercial, limitada por barreiras institucionais, econômicas e culturais que dificultam sua consolidação como parte dos sistemas alimentares alternativos?

Para responder a essa questão, o pesquisador parte de sua posição privilegiada de envolvimento, uma vez que atua como extensionista no grupo, e analisa os dados gerados ao longo da interação social com os atores presentes na ação, adotando os princípios da pesquisa exploratória e da observação participante como principais recursos metodológicos para a produção dos dados empregados na investigação realizada.

Na construção da análise desses dados, será realizado ainda um movimento que estrutura centralmente a tese. Essa ação consiste na apropriação dos referenciais teóricos que envolvem os conceitos sobre os regimes alimentares, com ênfase na distinção entre o modelo agroalimentar hegemônico e os sistemas alimentares alternativos.

A revisão bibliográfica possibilitará, ainda, refinar a compreensão sobre a caracterização territorial em que o circuito se desenvolve, a modalidade de comercialização adotada, a caracterização dos atores sociais envolvidos e as possibilidades e limites da extensão universitária como suporte a esse tipo de atividade.

Esses conceitos serão inicialmente abordados de forma ampla, a partir das perspectivas teóricas que orientam este estudo, e, em seguida, refinados para qualificar a descrição do contexto das ações investigadas. Por constituírem a base teórica dessa caracterização, os “elementos imediatamente verificáveis” (Netto, 2016) - compreendidos aqui como os conceitos desenvolvidos na revisão de literatura sobre sistemas alimentares (hegemônico e alternativo), território, circuitos curtos de comercialização, atores sociais e políticas públicas (incluindo a extensão) - serão tratados, nesta pesquisa, como categorias analíticas descritivas.

Neste mesmo movimento, emergem as categorias analíticas relacionais, forjadas na aproximação crítica entre os referenciais teóricos e os dados empíricos produzidos e coletados ao longo da pesquisa. São chamadas relacionais porque não se limitam à descrição de elementos isolados, mas buscam compreender as interações, tensões e transformações entre práticas, atores sociais, instituições e territórios no interior da experiência investigada.

Essas categorias analíticas relacionais formam um quadro interpretativo que orienta a análise transversal dos dados, permitindo identificar padrões, rupturas e continuidades nos processos observados. Ao articular elementos conceituais e empíricos, operam como lentes capazes de evidenciar as mediações, disputas e inovações que marcam a trajetória do circuito curto de comercialização estudado. Dessa forma, sustentam uma leitura ampliada da experiência, conectando o nível local às dinâmicas mais amplas do sistema agroalimentar.

Se as categorias analíticas descritivas correspondem aos "elementos imediatamente verificáveis" (Netto, 2016), ou seja, aspectos empiricamente identificáveis no contexto pesquisado, as categorias analíticas relacionais dizem respeito aos sentidos em movimento que se produzem na articulação entre esses elementos, sendo, portanto, construções interpretativas que emergem da análise das práticas e relações vividas no interior da experiência.

Enquanto as categorias descritivas organizam dados como o tipo de comercialização, a configuração territorial ou o papel da extensão universitária enquanto elemento presente no contexto investigado, as categorias relacionais construídas para este trabalho - transições agroecológicas, reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve, reações do sistema hegemônico, inovações sociotécnicas e a própria extensão universitária, agora compreendida como mediação - funcionam como operadores analíticos capazes de revelar sentidos em disputa, deslocamentos e efeitos situados. São, portanto, instrumentos interpretativos construídos a partir das relações observadas, e não conceitos aplicados de forma exterior ao campo, com indicadores descolados da realidade local.

No que diz respeito à produção de dados, estes serão gerados por meio da pesquisa exploratória e da observação participante. A pesquisa exploratória será fundamental para compreender e analisar os processos que antecederam a emergência do circuito, enquanto a observação participante se alimentará dos dados empíricos apreendidos no cotidiano da atividade em andamento. Isso inclui reuniões, interações nos dias de entrega das compras, saídas a campo, anotações em caderno de campo, conversas informais com os atores sociais envolvidos e o resgate de diálogos no WhatsApp.

A partir da observação das falas, posturas e condutas registradas nessas fontes de dados, submetidas às relações entre elementos presentes no cotidiano e alinhadas ao que foi observado na revisão da literatura, será possível triangular dados a ponto

de compreendermos se, no real concreto (Kosik, 1976), a experiência analisada transcende a mera comercialização direta e se consolida como uma estratégia mais ampla de reconfiguração e reorganização do sistema agroalimentar local.

Adiantamos que a hipótese central da pesquisa é que o circuito curto estudado tem se configurado como uma alternativa ao sistema agroalimentar hegemônico e apresenta potencial para incorporar outros elementos estruturantes dos sistemas alimentares alternativos. A confirmação dessa hipótese, ou sua refutação, será verificada a partir da análise dos dados, submetidos às categorias analíticas relacionais que complementam o quadro iniciado pelas categorias analíticas descritivas.

Construídas a partir da observação de contextos, cenários e experiências discutidas por outros autores em estudos sobre circuitos curtos, essas categorias mostram-se mais adequadas para responder aos objetivos da pesquisa, do que ocorreria com a mera comparação a indicadores externos ao sistema situado. Ao invés de descrever elementos isolados, elas permitem captar as articulações entre diferentes dimensões do fenômeno, evidenciando os processos, dinâmicas e tensões que estruturam e atravessam as práticas dos atores sociais envolvidos. Com isso, tornam possível uma compreensão mais precisa da realidade local em movimento, iluminando mediações, contradições e tendências emergentes ao longo da experiência analisada.

Considerando esses elementos, apresenta-se a seguir a proposição dos objetivos aos quais a tese pretende atender.

1.1 OBJETIVOS

Dado o exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral:

Descrever e analisar o percurso do grupo Cestas Agroecológicas ao longo da experiência, com ênfase nas formas de organização e nas dinâmicas construídas entre os participantes.

Do objetivo geral, derivam objetivos específicos, para os quais a pesquisa também pretende produzir respostas, a saber:

- 1) Identificar se existem movimentos que aproximem a iniciativa de processos de transição agroecológica, a partir das mudanças nas formas de produção e comercialização dos alimentos locais no território.
- 2) Examinar a contribuição da extensão universitária da UFPR-Litoral na construção e sustentação do circuito curto em questão.

- 3) Descrever os desafios enfrentados e as soluções desenvolvidas diante das restrições impostas pelo sistema agroalimentar dominante e pela expressão de suas crises no território em que a pesquisa se desenvolveu.
- 4) Analisar, a partir dos resultados de vendas, as relações entre a confiança relacional construída no circuito curto de comercialização e a confiança conferida aos alimentos formalmente certificados como orgânicos, considerando suas implicações na escolha dos consumidores/compradores.

1.2 JUSTIFICATIVAS

As pesquisas sobre os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos surgem com a necessidade de compreender e fortalecer as alternativas que emergem das fissuras (Holloway, 2013) causadas pelas crises que são geradas ou potencializadas pelo modelo agroalimentar hegemônico.

Neste sentido, suas implicações socioeconômicas, culturais e ambientais podem constituir investigações que se justifiquem em três dimensões distintas: pessoal, social e acadêmica.

Enquanto justificativa pessoal neste trabalho, destaca-se o envolvimento do pesquisador na organização do grupo "Alternativas Agroecológicas: para enfrentar os tempos de crise", através do projeto de extensão universitária "JARDINAR", o que proporcionou uma vivência direta com desafios e potencialidades que exigiam uma relação estreita entre teoria e prática, ampliando o leque de conhecimentos construídos durante a atividade.

A experiência prática com agricultores familiares, compradores e extensionistas gerou inquietações sobre a resiliência desses atores sociais diante de crises socioeconômicas, climáticas e sanitárias. Ademais, a interação constante com os agricultores permitiu identificar processos que influenciam sua autonomia e protagonismo na produção e comercialização de alimentos, fortalecendo posições críticas que o autor possui ante o funcionamento do modelo capitalista e suas implicações sobre as condições de vida da classe trabalhadora, inclusive dos trabalhadores da agricultura familiar.

Assim, a pesquisa também representa uma oportunidade de aprofundamento teórico e metodológico que se encaixa ao percurso acadêmico e profissional do

pesquisador, contribuindo para sua formação e atuação tanto na vida universitária, quanto em outros espaços em que interage.

No campo social, a investigação se mostra relevante para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção da segurança alimentar, especialmente em contextos de crise. Os CCC possibilitam que pequenos produtores acessem mercados mais justos e solidários, reduzindo sua dependência das longas cadeias de distribuição controladas pelo agronegócio.

A reaproximação entre produtores e consumidores, facilitada pelo encurtamento das redes de distribuição, fortalece a transparência comercial, valoriza a produção local e amplia a autonomia alimentar. Essa interação estreita os laços entre campo e cidade, estimulando maior colaboração entre diferentes atores sociais na busca por soluções para desafios ligados à alimentação, que tem reflexos que se desdobram sobre questões ambientais e de justiça social.

Compreender a dinâmica e o potencial de consolidação dos circuitos curtos pode subsidiar estratégias para fortalecer essas iniciativas, ampliando seus impactos nos territórios onde incida sua emergência.

Quanto às justificativas acadêmicas, a presente pesquisa contribui para o aprofundamento das investigações sobre sistemas alimentares alternativos, com ênfase na consolidação dos Circuitos Curtos de Comercialização como espaços de transição agroecológica, reorganização territorial e resistência ao avanço do modelo agroalimentar hegemônico.

Ao ultrapassar as análises estritamente econômicas e comerciais, o estudo evidencia o potencial dessas iniciativas na ressignificação dos elementos culturais de dominação impostos pelo discurso hegemônico de modernidade e praticidade alimentar. Além disso, fortalece o diálogo entre a universidade e a sociedade ao destacar a extensão universitária como mediadora de processos sociais e econômicos no meio rural, especialmente em contextos de crises que restringem investimentos públicos.

Nesse sentido, reafirma-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, apontando para a necessidade de uma atuação universitária comprometida com a transformação social.

O caráter interdisciplinar do estudo também reforça seu potencial acadêmico, ao produzir conhecimento aplicável à formulação de políticas públicas e iniciativas

territoriais, consolidando o papel da UFPR-Litoral no fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável.

1.3 SOBRE O AUTOR

Sou filho de um torneiro mecânico semialfabetizado e de uma costureira com ensino fundamental incompleto.

Tardiamente, após ter começado algumas graduações e tê-las interrompido por dificuldades financeiras e pela necessidade de cargas ampliadas de trabalho, concluo o curso de Administração Pública, em 2015, aos 41 anos. Na sequência, entre 2017 e 2019, realizo o mestrado profissional em Ensino das Ciências Ambientais e, em 2021, me torno doutorando em Sociologia, na linha de Sociologia Rural. Todas essas formações são construídas dentro da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Em 2011, na mesma Universidade, inicio a carreira de Técnico Administrativo em Educação – TAE, como Assistente em Administração, um cargo de nível médio. Atualmente, além de técnico, sou Professor convidado/voluntário do Curso de Especialização em Questão Social do Setor Litoral da UFPR.

A aproximação com o tema da Agroecologia, das Ruralidades e dos Sistemas Alimentares ocorre com minha adesão a uma atividade de extensão chamada “Agricultura Urbana: Jardinar para se Emancipar” (JARDINAR), no início do ano de 2020. Esse projeto de extensão se desdobra na mediação onde o circuito curto que é o objeto desta pesquisa foi proposto e organizado. É dessa experiência que surge a curiosidade epistemológica da qual resulta esta tese.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O eixo central da revisão de literatura está direcionado à apropriação dos conceitos que envolvem o sistema agroalimentar hegemônico, incluindo seu desenvolvimento sócio-histórico, a emergência dos sistemas alternativos e a apresentação dos circuitos curtos de comercialização enquanto parte das estruturas alternativas emergentes.

Também se faz necessário apresentar as adesões teóricas que realizamos quanto aos conceitos de território, atores sociais e extensão universitária que empregamos ao texto.

É deste conjunto de elementos que se constrói parte do quadro analítico que, além das categorias analíticas descritivas que acabamos de apresentar, inclui também as categorias analíticas relacionais, às quais os dados empíricos serão submetidos para as análises.

2.1 O SISTEMA AGROALIMENTAR HEGEMÔNICO

O sistema agroalimentar hegemônico pode ser compreendido como um modelo que se expandiu após a Segunda Guerra Mundial, quando o Plano Marshall foi implementado para desempenhar um papel central na reconstrução dos países europeus devastados pelo conflito.

Segundo Tota (2017), o Plano Marshall forneceu recursos financeiros para a recuperação econômica da Europa e impulsionou a modernização da agricultura, considerando esse setor um caminho estratégico para conter a fome e a instabilidade social nos territórios devastados pela guerra. Ao mesmo tempo, o processo de reconstrução serviu para expandir a influência da indústria norte-americana sobre os países atendidos, consolidando sua hegemonia econômica e geopolítica no pós-guerra.

Esse processo foi impulsionado pela introdução de inovações tecnológicas oriundas do contexto bélico, que, adaptadas para a produção agrícola, levaram a um aumento de produtividade sem precedentes no setor.

O diclorodifeniltricloroetano (DDT), inicialmente utilizado para proteger tropas contra doenças transmitidas por insetos, passou a ser empregado na agricultura como inseticida de amplo espectro. O ácido diclorofenoxiacético (2,4-D), um dos primeiros

herbicidas seletivos, foi desenvolvido nos anos 1940 para uso potencial como arma química e, posteriormente, adaptado para a agricultura. Já o nitrato de amônio, originalmente produzido para munições, foi redirecionado como fertilizante nitrogenado.

No campo da mecanização, os avanços nos motores a diesel durante a guerra resultaram na produção de tratores agrícolas mais potentes e eficientes, otimizando as operações no campo. O aperfeiçoamento de arados mecânicos e trilhadeiras, inicialmente movidos a vapor e posteriormente adaptados para motores de combustão interna, impulsionou significativamente a produtividade agrícola. Tanto na área de produção de insumos, quanto nas tecnologias mecânico-industriais, havia novos produtos a serem exportados pelo setor da indústria norte-americana.

McMichael (2016) destaca que a reconstrução da Europa foi uma oportunidade para comercializar a produção acelerada de fertilizantes, agrotóxicos e maquinário agrícola desenvolvidos pelos Estados Unidos da América durante a guerra, substituindo métodos tradicionais de cultivo. A exportação impositiva dessas tecnologias originou a dependência estrutural dos países periféricos em relação ao modelo agroindustrial construído pelos países que, no pós-guerra, passaram a ser chamados de Primeiro Mundo.

Nos anos 1960, essa modernização se expandiu com a Revolução Verde, promovida como solução para a fome nos países do chamado terceiro mundo, e que hoje compõem a maioria das nações entendidas como “periferia” do capitalismo global. A esses territórios foram oferecidos insumos já utilizados nos países centrais, como sementes de alto rendimento que passaram por seleção genética, fertilizantes sintéticos, máquinas agrícolas e pesticidas, reforçando sua subordinação ao sistema agroalimentar hegemônico.

Como parte do movimento de expansão do domínio tecnológico e industrial, era frequente que acordos sobre empréstimos financeiros entre as potências econômicas, os países do chamado terceiro mundo e as instituições internacionais surgidas no pós-Segunda Guerra Mundial (como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional - FMI - e o Banco Mundial) exigissem que parte dos recursos contratados fosse destinada à modernização agrícola.

Valério (2021) aponta que a adoção desse modelo, impulsionado por pacotes tecnológicos e políticas de crédito que vinculavam a obtenção de recursos à

modernização produtiva, resultava em endividamento tanto dos países periféricos, quanto dos seus produtores rurais, incidindo na ampliação das desigualdades.

A dependência de insumos importados de conglomerados transnacionais elevou os custos de produção, prejudicando os agricultores de pequena escala e favorecendo um modelo baseado em monoculturas voltadas à exportação de commodities. Esse processo comprometeu a diversidade alimentar e agravou a insegurança nutricional das populações locais. Além disso, a intensificação do uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos resultou em graves impactos ambientais, como a contaminação dos solos e dos recursos hídricos, além da perda de biodiversidade.

A industrialização do campo gerou profundas repercussões socioeconômicas. A mecanização e a concentração fundiária reduziram postos de trabalho, intensificando os fluxos migratórios para os centros urbanos, ampliando a pobreza tanto rural quanto urbana.

Mesmo na agricultura industrializada, a produtividade não acompanhou os avanços tecnológicos, estagnando ou declinando em determinados contextos, o que elevou ainda mais os custos de produção. Diante do surgimento e da intensificação de novas crises globais, o próprio sistema agroalimentar dominante passou a ser questionado quanto à sua viabilidade e sustentabilidade a longo prazo.

Diante desse contexto, desenvolve-se uma ampla e especializada produção acadêmica que questiona criticamente o modelo hegemônico do sistema alimentar global.

Nilson (2022) alerta que um dos aspectos que merece atenção é a relação entre a saúde pública e o sistema agroalimentar hegemônico. A dependência de alimentos industrializados ultra processados e a utilização de insumos químicos têm implicações diretas na saúde das populações, contribuindo para o aumento de doenças relacionadas à alimentação ou às práticas de produção.

Daufenback (2022) aponta que os riscos à saúde humana são evidentes com o emprego de agrotóxicos, tanto aos produtores, quanto aos consumidores dos alimentos que são cultivados com o uso insensato destes produtos.

Scarpari (2024) analisa as consequências socioambientais do sistema hegemônico na agricultura moderna, destacando sua base colonial, capitalista e exploratória. A autora argumenta que esse modelo promove a degradação dos recursos naturais e a subordinação de territórios e grupos sociais, como indígenas e camponeses. Nessa perspectiva, o sistema hegemônico é insustentável, pois

intensifica a destruição ambiental, contamina ecossistemas e perpetua conflitos e violências contra comunidades tradicionais.

Dias e Nierdele (2023) discutem o sistema agroalimentar dominante como um modelo que apresenta uma forma monótona de produção, processamento, transporte e consumo de alimentos, o que gera uma série de impactos socioambientais. Esses impactos afetam a população de maneira desigual e injusta, estratificada por marcadores sociais como gênero, raça e classe. Os autores enfatizam a necessidade de uma reconfiguração dos sistemas agroalimentares que inclua justiça, cidadania e democracia alimentar, em vez de apenas focar em soluções tecnológicas e aumento da produtividade.

Brandenburg (2011), quando aborda a transformação do ambiente rural e a importância de práticas agrícolas sustentáveis em um contexto de modernização e globalização, também faz afirmações no sentido de problematizar o empobrecimento do meio rural, que foi potencializado com a modernização do campo e com os problemas ambientais decorrentes.

Nesse sentido, Maluf et al. (2022) discutem as consequências da industrialização agrícola sobre as comunidades rurais, abordando a degradação ambiental, a marginalização das práticas tradicionais e a imposição de condições financeiras desfavoráveis para a adesão a esse modelo. Além disso, esses autores alertam que a imposição de condições para os empréstimos frequentemente levou à desestruturação das economias locais, tornando os países e suas populações ainda mais vulneráveis às flutuações do mercado global e à exploração por grandes corporações.

Valério (2021) argumenta que dessa dinâmica resultou um aumento das desigualdades sociais e econômicas dentro de cada um dos países que adotaram os processos de modernização, uma vez que os benefícios das mudanças não foram distribuídos de maneira equitativa entre os agricultores e as comunidades locais.

Valério (2021) e McMichael (2016) apontam que a subordinação tecnológica e econômica aos conglomerados transnacionais consolidou um regime agrícola global padronizado, secundarizando e desvalorizando as práticas locais de produção. Esse regime, controlado por um número reduzido de atores, indicava uma maior mobilidade transnacional sobre a alocação de capitais na área da produção de alimentos, ampliando o controle de políticas globais, com características até mesmo supranacionais, exercidas pelos grandes conglomerados econômicos.

Darolt et al. (2021), assim como Niederle e Wesz Junior (2021) afirmam que a concentração de poder no sistema alimentar moderno, ao longo das décadas, consolidou o controle sobre os processos produtivos e logísticos, impactando diretamente a distribuição e o acesso a alimentos. Esse fenômeno resultou da desconexão crescente entre produtores e consumidores, impulsionada pelo predomínio das cadeias longas de circulação e distribuição, frequentemente estruturadas em escala global.

Esses autores ainda destacam a necessidade de considerar as práticas sociais e institucionais que moldam os mercados alimentares, argumentando que sua trajetória reflete dinâmicas de diversidade e desigualdade.

Maluf et al. (2022) e Niederle e Wesz Junior (2021) também procuram debater sobre como as dinâmicas de poder nas cadeias de produção e consumo tendem a marginalizar as vozes e práticas dos agricultores familiares e tradicionais, exacerbando as desigualdades existentes.

A crítica de Maluf et al. (2022) sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a sustentabilidade e a equidade nos sistemas alimentares, é um chamado à ação para repensar as estruturas que sustentam o modelo dominante. Neste chamado, as críticas são direcionadas a apontar a insustentabilidade do estado atual que envolve o sistema global. As provocações propostas pelo autor vão no sentido de se desenhar cenários possíveis de inserção de sistemas alternativos com o apoio de políticas públicas institucionais, ante o quadro de problemas que o sistema convencional tem gerado ao longo de seu funcionamento.

Assim, ele sugere que uma análise crítica das relações de poder e das assimetrias presentes nas cadeias de abastecimento é essencial para entender como as redes alimentares alternativas podem ser integradas ao sistema alimentar convencional sem perder seus valores fundamentais de justiça e equidade.

A autora Maria Wanda de Alencar Ramos (2022) discute os sistemas hegemônicos no contexto da agricultura e da comercialização de alimentos, especialmente em relação ao fenômeno da "supermercadização" e ao regime alimentar corporativo. Ela menciona que, ao longo das últimas décadas, os produtores de alimentos, especialmente os orgânicos, tiveram que se adaptar às regras de um mercado dominado por grandes corporações que controlam a cadeia alimentar.

Esse controle se manifesta na definição de critérios de qualidade, na determinação de dietas alimentares e na apropriação de uma parte significativa do valor agregado, o que inclui royalties de sementes patenteadas.

Ramos (2022) critica a forma como o sistema hegemônico, caracterizado pela concentração de poder e pela imposição de normas restritivas, impacta a viabilidade econômica da agricultura sustentável. Ela sugere que a adaptação às regras que o sistema dominante impõe, é muitas vezes vista pelos agricultores como a única maneira de garantir a identidade e a confiabilidade dos produtos, especialmente no caso dos orgânicos, que dependem de certificações e acesso a mercados de exportação e grandes supermercados.

Desta forma, a autora denuncia como o sistema hegemônico busca absorver sistemas emergentes, enquadrando-os ao que o sistema hegemônico valida ou não, como possível de existir dentro de sua estrutura.

Darolt et al. (2016) discutem o sistema hegemônico também no contexto das redes alimentares e das relações de produção e consumo. Eles mencionam que as redes alimentares alternativas se desenvolvem dentro de sociedades capitalistas e não em um "universo paralelo". Isso implica que, apesar de buscarem formas de comercialização mais justas e sustentáveis, as redes alternativas ainda operam dentro das estruturas de poder e das dinâmicas do sistema hegemônico existente.

Além disso, os autores (Darolt et al., 2016) enfatizam a necessidade de uma análise crítica que avalie as relações de poder e a distribuição social dos ganhos entre os diferentes atores envolvidos nas redes alimentares. Isso sugere que, mesmo nas iniciativas alternativas, é fundamental considerar como as estruturas de poder do sistema hegemônico influenciam as práticas de produção e consumo, e como essas práticas podem ser transformadas para promover uma maior equidade e sustentabilidade.

Goodman (2017) discute o sistema hegemônico no contexto das redes alimentares, enfatizando como as práticas alimentares alternativas, que se constroem em paralelo às práticas dominantes, estão imersas em sociedades capitalistas e, portanto, não operam em um espaço isolado ou benevolente. Ele critica o domínio institucional e regulatório que favorece o varejo e as práticas oligopolistas, que muitas vezes marginalizam as iniciativas de abastecimento alimentar alternativo.

Darolt et al. (2016), Goodman (2017) e Renting et al. (2017) alertam que os dispositivos de autoconservação do sistema hegemônico pressionam as redes

alimentares alternativas com pressões estruturais do mercado convencional, o que pode comprometer os valores fundamentais dessas iniciativas, barrando possíveis transformações no âmbito do sistema dominante.

Renting et al. (2017) ainda apontam que os riscos associados ao controle corporativo diante de sistemas alternativos podem pressionar os preços aplicados por esses produtores e comprometer os padrões de qualidade, evidenciando a fragilidade das novas estruturas que emergem frente ao poder coercitivo do sistema hegemônico.

Na tese de Tomazzoni (2022), o sistema hegemônico é visto como o "sistema agroalimentar industrial dominante", que prioriza a produção em larga escala e frequentemente ignora práticas sustentáveis e justas. O autor critica esse modelo, destacando que ele tende a marginalizar formas alternativas de produção e consumo, que são, segundo ele, mais sustentáveis e socialmente justas.

Em sua dissertação de mestrado, Geisiane Caldeira (2024) se refere ao sistema agroalimentar hegemônico como um sistema que apresenta “flagrantes e multifacetadas contradições do insustentável sistema alimentar industrial e do comércio explorador embutidos nas cadeias de suprimentos globais que suportam seu crescimento e reprodução” (Goodman et al., 2012, apud Caldeira, 2024).

A autora critica as práticas exploratórias presentes nesse sistema, que muitas vezes priorizam o lucro e a eficiência em detrimento da qualidade dos alimentos e da sustentabilidade ambiental. Caldeira (2024), ainda argumenta que esse modelo convencional de comercialização gera uma distância entre consumidores e produtores, resultando em uma relação desproporcional onde os agricultores absorvem a maior parte dos riscos, enquanto os intermediários se beneficiam economicamente das práticas modernas, que envolvem a lógica das cadeias longas de distribuição e circulação de alimentos.

Pensando em casos territorialmente mais específicos, o texto de Darolt et al. (2023), menciona o sistema hegemônico em relação à predominância de práticas convencionais na agricultura e na comercialização de alimentos. Ele destaca que, inicialmente, a Região Metropolitana de Curitiba - RMC - era dominada por um grande varejo que seguia um modelo convencional baseado em circuitos longos de comercialização, o que reflete na hegemonia de sistemas alimentares tradicionais e industrializados existentes ainda hoje na região, e na forma como esses sistemas reagem à emergência de alternativas.

Na mesma linha, Thaise Guzzatti (2021), anuncia que o sistema hegemônico, representado pelas Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (Ceasa-SC), é caracterizado pela movimentação de grandes quantidades de alimentos convencionais, que são frequentemente comercializados por intermediários ou "atravessadores".

Segundo a autora, essa estrutura tradicional de comercialização não prioriza a produção orgânica e não promove relações de solidariedade e dignidade entre os produtores e consumidores, reforçando as práticas convencionais existentes naquele território.

Contextos particulares, que tem a mesma estrutura crítica em termos gerais ao sistema hegemônico, refletem boa parte da literatura sobre a estruturação de formas alternativas de comercialização, onde muitas investigações são organizadas enquanto estudos de caso. Durante a construção da revisão de literatura, nos deparamos com a crítica das pressões do sistema hegemônico sobre a emergência de sistemas alternativos em várias localidades, como podemos exemplificar os casos de Jaguarão (Silva et al., 2017), Florianópolis (Dentz et al., 2016), e Belo Horizonte (Hitchman, 2024), entre tantos outros.

Pensando sobre a amplitude da crítica, e da importância de compreender os temas tanto da predominância do sistema hegemônico em termos territoriais locais quanto em suas expressões globais, cabe também um olhar sobre este quadro em termos internacionais.

Neste sentido, Claire Lamine, Gilles Maréchal e Moacir Darolt (2016) abordam a transição ecológica nos sistemas agroalimentares, com foco nas experiências da França e do Brasil. O tema central é a análise das transformações nos sistemas alimentares, considerando as iniciativas de segurança alimentar e os circuitos curtos de comercialização que emergiram nestes países durante as últimas duas décadas. Os autores buscam entender como essas iniciativas podem contribuir para uma ecologização dos sistemas agroalimentares, promovendo práticas mais sustentáveis e justas.

Além disso, este texto menciona que esse modelo hegemônico é sustentado por um regime alimentar corporativo que se adapta às críticas, mas que, na verdade, pouco contribui para a sustentabilidade real dos modelos de produção. Quando o sistema realiza em algum momento, movimentos no sentido de integrar efetivamente sistemas alternativos em seus fluxos de operação, essa iniciativa se baseia em processos de

certificação ambiental privados, que visam a rastreabilidade dos produtos, mas que não abordam as questões estruturais de exclusão e injustiça social que emergem destes contextos.

Estudos sobre a revalorização de alimentos territorializados também se constroem no México e na Espanha, como aponta Tereza Cristina de Oliveira e Oliveira (2022), onde a crítica ao modelo hegemônico, enquanto fator de desvalorização das práticas locais, se realiza dentro do que temos discutido nesta revisão de literatura. Contudo, a experiência relatada por esta autora apresenta a formação do chamado “preço justo” considerando exclusivamente a perspectiva dos produtores rurais.

A crítica que realizamos é a de que a formação de preços justos deve levar em conta também as questões de inclusão das populações mais empobrecidas, vítimas da exclusão proporcionada pelo sistema hegemônico, possibilitando a estes atores sociais o acesso a alimentos seguros e de boa qualidade.

Neste aspecto, o debate sobre a formação de nichos de consumo, como faz Oliveira e Oliveira (2022), enquanto uma perspectiva de alternativa ao modelo hegemônico, nos parece um tema controverso, pois se a construção de nichos de consumo dialoga bem com o incremento de renda dos agricultores envolvidos, pouco o faz sobre o acesso massivo da população a alimentos de qualidade, sobretudo pensando no acesso da população mais empobrecida a uma alimentação digna.

Essa lógica, ao enfatizar o valor agregado dos produtos de forma estritamente instrumental, parece representar uma adaptação superficial às demandas sociais que impulsionam a emergência de modelos alternativos ao sistema hegemônico. Afinal, a criação de nichos de consumo, em última instância, ainda prioriza o lucro, reafirmando a concepção tradicional de que a acumulação individual prevalece sobre a qualidade da vida social.

Esse enfoque instrumental sugere uma acomodação às pressões sociais exercidas pelo sistema, em vez de promover uma verdadeira transição que possibilite uma crítica profunda e um questionamento estruturado do modelo agroalimentar vigente. Em outras palavras, o foco no valor agregado na constituição de nichos de mercado funciona mais como uma resposta ao próprio mercado do que como um catalisador de transformações sistêmicas.

O conjunto de abordagens presentes neste tópico sobre o sistema agroalimentar hegemônico, evidencia a importância de fortalecer os debates e ações que se relacionam com processos de transição agroecológica, apontando a insustentabilidade

da manutenção do modelo convencional; apresenta ainda os processos de reconfiguração dos territórios em que os circuitos curtos se desenvolvem, como imprescindível para a superação dos problemas acumulados com o avanço e a consolidação do sistema hegemônico; e debate as reações que esse mesmo sistema hegemônico produz para assimilar alternativas emergentes, contingenciando seu caráter transformador.

Nesse contexto, inovações sociotécnicas e políticas públicas surgem como fatores imprescindíveis para a emergência dos sistemas alimentares alternativos que serão analisados a seguir.

2.2 A EMERGÊNCIA DOS SISTEMAS ALIMENTARES ALTERNATIVOS

Os sistemas alimentares alternativos emergem como respostas sociais às fissuras ocasionadas pelas crises geradas com a dinâmica do sistema agroalimentar hegemônico ou por fatores externos que permanecem sem solução, devido às limitações do modelo convencional (Altieri, 2012; Ploeg, 2008).

O sistema dominante baseia-se em uma lógica economicista, tecnocientífica e industrial, que frequentemente desconsidera as complexidades sociais e ecológicas dos territórios sobre os quais exerce sua influência, gerando diversos problemas sociais e estruturais (Niederle; Wesz Junior, 2021).

Em contraste, os sistemas alternativos estruturam-se em oposição a essa lógica reducionista, adotando uma abordagem ampliada da produção e distribuição de alimentos que incorpora dimensões sociais, culturais e ambientais. Ao reconhecer a complexidade socioambiental dos territórios, esses modelos promovem uma perspectiva sistêmica que valoriza a diversidade de práticas agrícolas e a autonomia dos produtores locais (Guzmán; Woodgate, 2013).

Diferentemente do modelo hegemônico, que busca eficiência produtiva e maximização do lucro por meio da padronização e da exploração intensiva de recursos naturais e humanos, os sistemas alternativos fundamentam-se em princípios como a valorização do trabalho dos agricultores, o respeito aos ciclos naturais e o fortalecimento das relações entre produtores e consumidores, promovendo interações mais justas e éticas (Darolt et al., 2021).

Dessa forma, os arranjos que emergem como respostas às dificuldades impostas pelas crises sistêmicas acabam adquirindo características que vão além de

uma mera alternativa econômica. No decorrer de sua trajetória, os sistemas alternativos podem fomentar um projeto político e social que busque ressignificar o papel da alimentação e da agricultura no desenvolvimento territorial e na promoção da justiça social (Ploeg, 2008).

Quando esses sistemas alternativos se estruturam pela via da produção, muitas vezes rompem com a dependência de insumos industriais e com as lógicas mercadológicas convencionais, ainda que parcialmente, aproximando-se de práticas ecológicas ancoradas na agroecologia (Altieri, 2012; Machado; Machado Filho, 2017).

A opção pelo abandono do modelo convencional de produção pode ocorrer por múltiplas razões: fatores financeiros, como a flutuação dos preços dos insumos sintéticos e do maquinário; preocupações com a saúde dos trabalhadores, expostos aos riscos de intoxicação por agrotóxicos (Daufenback, 2022); ou demandas de consumidores organizados que buscam alimentos mais saudáveis e negociam diretamente com os produtores para redefinir as relações alimentares e comerciais (Caldeira, 2024).

Em outros casos, quando as crises exigem respostas relacionadas ao acesso a mercados, esses arranjos alternativos promovem o reencontro entre produtores e consumidores, criando circuitos curtos de comercialização e restabelecendo vínculos desfeitos pelas longas cadeias logísticas, características da globalização neoliberal e da modernidade (Darolt; Rover, 2021).

Essa reconexão entre os elos da cadeia produtiva, que gera movimentos de reaproximação entre suas pontas, é fundamental para a construção de uma agricultura mais solidária e sustentável, que respeite os saberes locais e as especificidades culturais, contribuindo para a resiliência das comunidades diante das adversidades impostas pelo sistema agroalimentar dominante (Hitchman, 2024).

Entretanto, a emergência dos sistemas alternativos não significa a construção imediata de um modelo totalmente estruturado, capaz de substituir integralmente o sistema vigente. A complexidade das cadeias globais de produção e distribuição, aliada à escala massiva do regime convencional, impõe desafios à consolidação dessas iniciativas (Niederle; Wesz Junior, 2021). Ainda assim, essas experiências acumulam avanços e demonstram potencial para reconfigurar, de forma progressiva, as dinâmicas de produção, comercialização e consumo de alimentos (Ramos, 2022).

Os sistemas alternativos enfrentam barreiras estruturais, como a dependência de infraestruturas logísticas dominadas pelo agronegócio, a dificuldade de acesso a

mercados e financiamentos, além da necessidade de mudanças culturais nos padrões que foram impostos à sociedade sobre como lidar com a questão alimentar. Assim, sua expansão demanda políticas públicas de incentivo, redes de cooperação entre produtores e consumidores e a criação de estratégias que viabilizem sua inserção competitiva, sem comprometer seus princípios fundamentais (Maluf et al., 2022; Scarpari, 2024).

Nesse sentido, uma mudança efetiva requer planejamento e a implementação de ações que promovam um processo de transição agroecológica seguro e abrangente, desvinculando a produção de alimentos da ligação exclusiva com os mecanismos de acumulação capitalista e resgatando seu papel na manutenção da vida e da biodiversidade no planeta (Gliessman, 2001; 2018).

Enquanto políticas públicas globais não são formuladas e implementadas efetivamente, as comunidades locais atingidas pelas crises sistêmicas desenvolvem suas próprias estratégias de resistência, construindo respostas fora da ordem estabelecida pelo modelo dominante.

Essas respostas não surgem prontas, previamente elaboradas, mas vão se estruturando, apoiadas em outras experiências ou em alguma forma de política pública de apoio, e emergem sempre como processos em construção, conforme são as necessidades pontuais que exigem soluções criativas e adaptáveis (Lamine, Maréchal; Darolt, 2016), demandando, para se consolidarem, o planejamento e implementação de políticas públicas para financiamento, suporte e manutenção, considerando a importância social que os sistemas alternativos adquirem.

A variedade de expressões dos sistemas alternativos retrata uma diversidade de abordagens, que incluem a construção de circuitos curtos de comercialização. Esse modelo prioriza o consumo a partir da produção local, promovendo a reaproximação entre produtores e compradores de alimentos (Darolt et al., 2021).

Essa dinâmica fortalece a economia local e reduz a dependência de cadeias longas de distribuição, tornando o acesso a alimentos mais justo e sustentável, através de formas de venda direta, que incluem a organização de entregas de cestas, feiras locais, compras nas unidades produtivas, entre outros.

A substituição de práticas industriais de produção por práticas agroecológicas é outra iniciativa com caráter alternativo. Esse ponto envolve desde a preservação ambiental até a recuperação da qualidade nutricional dos alimentos e a segurança alimentar. A adoção dessas práticas reduz o uso de insumos químicos e agrotóxicos,

minimizando impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente (Machado; Machado Filho, 2017).

A mudança envolve, por exemplo, a adoção da adubação verde, cobertura vegetal dos solos, manejo em agroflorestas e o uso de bioinsumos. A promoção da diversidade de espécies também se destaca como um princípio essencial. O respeito aos ciclos naturais das plantas, incluindo a sazonalidade e as especificidades dos territórios, fortalece uma produção sustentável. Essa abordagem se contrapõe à lógica da monocultura, que homogeneíza o cultivo e compromete a biodiversidade (Altieri, 2012; Ploeg, 2008).

Outra estratégia dos sistemas alternativos é a priorização de alimentos minimamente processados, com ênfase na transformação artesanal e caseira. Esse processo agrega valor de forma segura para os consumidores e justa para os trabalhadores envolvidos na produção. Estruturas como cozinhas comunitárias de cooperativas rurais e farinheiras desempenham um papel essencial ao oferecer alternativas aos alimentos ultra processados, fortalecendo a autonomia produtiva e valorizando a cultura alimentar local (Darolt et al., 2021).

A participação comunitária nas tomadas de decisão é um eixo fundamental dos sistemas alimentares alternativos. Essas iniciativas promovem o envolvimento ativo de diferentes atores sociais na definição dos rumos da produção e do consumo locais, fortalecendo a democracia alimentar. Esse engajamento está diretamente ligado à luta por justiça social e ambiental, abrindo espaço para debates sobre relações de trabalho, propriedade da terra, acesso à água e outros aspectos essenciais para a construção de um sistema mais equitativo e sustentável (Schneider; Gazolla, 2017).

Destaca-se ainda a implementação de processos de educação e conscientização sobre as questões ambientais e alimentares, fundamentais para a construção de um novo paradigma agroalimentar. Além da valorização dos saberes tradicionais e do fomento à sustentabilidade e às redes de solidariedade, é essencial investir na expansão da educação formal no campo, garantindo que escolas rurais, institutos técnicos e universidades ofereçam formações alinhadas às realidades dos agricultores e às práticas agroecológicas.

Ao mesmo tempo, os espaços de educação popular e informal desempenham um papel crucial nesse processo, promovendo a troca de conhecimentos entre comunidades, movimentos sociais e organizações locais. Feiras agroecológicas, feiras de trocas de sementes crioulas/nativas, oficinas comunitárias, cursos livres e práticas

de extensão universitária ampliam o alcance dessas iniciativas, fortalecendo uma transição agroecológica que vá além das respostas localizadas e se consolide como um movimento estruturante para a transformação do sistema alimentar.

Dias e Niederle (2023) discutem a luta pela soberania alimentar e a necessidade de reconfigurar os sistemas alimentares, destacando o papel das práticas tradicionais e alternativas.

Esse debate nos lembra que as práticas tradicionais já foram predominantes antes da Revolução Verde e da expansão da industrialização norte-americana do pós-guerra, e hoje são resgatadas e se transformam em alternativas para a contemporaneidade, pois se ressignificadas, quando comparadas ao sistema hegemônico e dominante, são consideradas mais justas e ambientalmente sustentáveis, alinhando-se muitas vezes aos conceitos com que trabalha a agroecologia.

Brandenburg e Lamine (2023) enfatizam que a agroecologia, como uma abordagem central nos sistemas alternativos, integra práticas agrícolas sustentáveis com a preservação do meio ambiente. Essa abordagem não se limita a uma crítica ambiental, mas também oferece uma visão socialmente transformadora, que visa combater a exclusão dos agricultores tradicionais e familiares, e promover uma agricultura que seja, ao mesmo tempo, viável economicamente e sustentável.

Essa proposta está alinhada com a necessidade de democratizar o acesso à terra e fortalecer a agricultura familiar, como apontado por Ramos (2022), que destaca a importância das práticas de comercialização direta e das redes de solidariedade para sustentar os produtores tradicionais e familiares, frequentemente marginalizados pelo sistema agroindustrial dominante.

Entretanto, os sistemas alternativos enfrentam desafios significativos para sua consolidação. Lamine, Maréchal e Darolt, (2016) ressaltam que, embora esses sistemas representem uma alternativa ao modelo industrial, eles ainda operam dentro de um contexto de mercados globalizados que frequentemente impõem barreiras à sua expansão. Isso inclui a pressão econômica sobre os agricultores tradicionais e familiares e a dificuldade de competir com grandes corporações que controlam o mercado global de alimentos. Por isso, o debate sobre novos mercados emergentes, ancorados em circuitos curtos de comercialização, é fundamental neste processo.

Darolt (2021) complementa essa análise ao destacar a agroecologia como um caminho promissor dentro dos sistemas alternativos, promovendo práticas que

respeitam o meio ambiente e incentivam a participação comunitária e a autonomia dos agricultores. Para esses autores, a agroecologia vai além da simples técnica agrícola; é um movimento social que visa transformar a relação entre a sociedade e a natureza, propondo um sistema agroalimentar baseado em princípios ecológicos, sociais e econômicos justos.

A literatura também aponta para a importância das interações entre todos os atores dos sistemas alimentares. Brandenburg e Lamine (2023) enfatizam que a análise das dinâmicas sociais e econômicas que envolvem esses sistemas alternativos é essencial para identificar práticas que promovam a sustentabilidade e a justiça social. Essa perspectiva se alinha com as discussões de Kitchen e Marsden (2009), quando já abordavam a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável, onde a autonomia local e a participação da sociedade civil sejam vistas como fundamentais para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Além disso, Dias e Niederle (2023), ao debaterem sobre as posições de Polanyi (2000) trazem um aporte teórico importante ao diálogo, sugerindo que os sistemas alternativos podem ser vistos como uma forma de resistência à "mercantilização da terra". Eles argumentam que a terra, assim como o trabalho, não deve ser tratada como mera mercadoria, e os sistemas alternativos defendem essa mesma posição ao buscarem reconectar os processos produtivos aos contextos sociais e ecológicos locais, imbricando território e práticas sociais.

A partir de aproximações com essa perspectiva, a análise dos sistemas alternativos não se limita a uma crítica ao modelo agroalimentar hegemônico, mas apresenta uma proposta viável para a construção de um novo paradigma. Esse novo modelo colocado como possibilidade se fundamentaria em práticas que priorizam a segurança e a soberania alimentar, colocando-as acima da lógica puramente voltada à acumulação de capital.

Maluf et al. (2022) ressaltam que a soberania alimentar é uma resposta direta à globalização dos mercados de alimentos e propõe que as comunidades tenham controle sobre seus próprios sistemas de produção, respeitando suas tradições culturais e condições locais. Essa proposta representa uma ruptura com a lógica hegemônica e coloca-se como uma tentativa de criar um sistema mais justo e equilibrado, tanto social quanto ambientalmente.

Valério (2021) aponta que essa transformação é necessária para enfrentar os desafios do século XXI, principalmente no que diz respeito à degradação ambiental e

às crises climáticas. Ele destaca que a diversificação das formas de produção agroalimentar é fundamental para a construção de um futuro mais justo e resiliente.

Vários são os apontamentos realizados até aqui, que demonstram o fato de que os sistemas alternativos não existem em forma plena e isolada da influência do sistema hegemônico. Também não houve algum autor que propusesse explicitamente a ruptura imediata e radical com toda a forma de produção convencional, pois esta ruptura, certamente, ocasionaria diversos riscos, afinal, é o sistema vigente que, “para o bem ou para o mal”, abastece atualmente a distribuição global de alimentos.

Há de se pensar, portanto, quando falamos em sistemas alternativos, também em formas e movimentos de transição. No campo em que trabalha a agroecologia, essa transição entre o sistema convencional e as práticas ecológicas, é chamada de transição agroecológica.

A transição agroecológica também pode ser definida como o processo de transformação dos sistemas agrícolas convencionais, construídos sobre as bases insustentáveis que temos relatado, em sistemas de produção sustentáveis que integram os princípios ecológicos e sociais (Altieri, 2012).

Para esse autor, esse processo implica uma mudança estrutural nas práticas agrícolas e na organização socioeconômica das comunidades rurais, com o objetivo de promover a biodiversidade, a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental. Para ele, a transição agroecológica não se limita a substituições técnicas, mas envolve uma reformulação das relações sociais e econômicas que sustentam a produção de alimentos, promovendo uma agricultura que equilibre produtividade, equidade e sustentabilidade.

Brandenburg e Lamine (2023), no mesmo sentido, abordam a transição agroecológica como um processo que envolve tanto a resistência à modernização conservadora⁸ quanto a promoção de sistemas alternativos que buscam uma relação mais sustentável entre o homem e a natureza.

Para estes autores, a transição agroecológica é caracterizada pela reconexão dos processos de produção e vivência com o ambiente natural, reapropriando saberes tradicionais e reconstruindo organizações que promovam a produção e o consumo de alimentos em bases alternativas.

⁸ O conceito de modernização conservadora foi inaugurado no Brasil pelo sociólogo Francisco de Oliveira, na obra "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", publicada em 1972.

A transição agroecológica também é vista como mais uma resposta à industrialização da agricultura, que tem subordinado os agricultores a conglomerados agroalimentares e desestruturado seus meios de comercialização.

Assim, a transição agroecológica busca a ecologização dos sistemas agroalimentares e do meio social, considerando todos os atores envolvidos nos processos da questão alimentar. Brandenburg e Lamine (2023) enfatizam ainda que essa transição é um processo complexo que envolve essa participação de diversos atores sociais e a consideração de contextos locais, refletindo uma abordagem que vai além da mera produção quantitativa de alimentos, focando em aspectos qualitativos como a inclusão e a sustentabilidade.

Movimentos de transição agroecológica são, portanto, movimentos de organização, viabilização, implementação, análise, melhoria e resiliência dos artefatos sociais alternativos emergentes, que procuram aprofundar e consolidar os processos de mudanças que se iniciam como respostas pontuais aos problemas que os originaram.

Para Niederle e Wesz Junior (2021), a análise das ordens alimentares é fundamental para entender como as práticas alternativas se articulam com as dinâmicas sociais e institucionais, permitindo uma compreensão mais rica das interações entre diferentes formas de produção e consumo alimentar.

Segundo estes autores, os sistemas alimentares alternativos são vistos como uma resposta necessária às limitações e desigualdades dos sistemas agroalimentares convencionais, promovendo uma abordagem mais integrativa e inclusiva para a alimentação. Ainda, para Niederle e Wesz Junior (2021), as ordens alimentares são entendidas como constructos heurísticos que ajudam a analisar a configuração heterogênea das formas de produção e consumo alimentar.

Darolt et al. (2023), analisam os sistemas alternativos no contexto da ecologização dos sistemas alimentares e da transição agroecológica. Eles enfatizam a necessidade de reconectar os processos de produção e consumo com a natureza, promovendo a reapropriação de saberes tradicionais e a reconstrução de organizações que favoreçam a produção e o consumo de alimentos em bases alternativas. Essa abordagem busca criar ambientes e alimentos saudáveis, além de condições de vida sustentáveis.

Marsden e Renting (2017), enfatizam a necessidade de uma governança múltipla e inovadora, que não se limite às estruturas estatais tradicionais, mas que

envolva a sociedade civil e promova a soberania alimentar. Essa abordagem é vista pelos autores como essencial para criar mudanças verdadeiramente transformativas, que conectem as demandas de produtores rurais e consumidores urbanos em busca de um sistema alimentar mais sustentável e equitativo.

Os autores chegam a esta conclusão a partir das análises que realizam sobre o papel das Redes Alimentares Alternativas (RAA) e das Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar (CCAA), no contexto do desenvolvimento rural e das dinâmicas sociais contemporâneas.

Lamine (2012), discute a transição para a agricultura biológica (sistemas ecológicos) em um contexto mais amplo, enfatizando que essas mudanças não ocorrem isoladamente, mas estão interligadas com transformações em todo o sistema agroalimentar. Ela destaca que a transição para a agricultura biológica requer uma reconfiguração do sistema agroalimentar territorial, envolvendo diversos atores além dos agricultores, como consumidores, políticas públicas e redes de comercialização.

A autora também menciona que as inovações de nicho, embora pequenas e alternativas, podem ter um impacto significativo ao atender a expectativas sociais, mas muitas vezes não alcançam uma parte considerável da população ou do sistema agroalimentar mais amplo, crítica que corroboramos anteriormente, ao nos referirmos ao problema dos limites existentes na formação de nichos de consumo, dialogando criticamente com o texto de Oliveira e Oliveira (2022).

Com base nas reflexões apresentadas, é evidente que a transição para sistemas alimentares alternativos e sustentáveis é um processo multifacetado que requer a colaboração de diversos atores e a implementação de políticas públicas eficazes e direcionadas a este fim.

É importante lembrar que a disputa em torno do sistema agroalimentar não se limita à técnica aplicada na produção ou na comercialização dos alimentos. Ela se revela como uma disputa que abrange dimensões políticas, econômicas, sociais e ecológicas profundas.

De um lado, como lembram Brandenburg e Lamine (2023), observa-se o fortalecimento das corporações transnacionais que dominam os mercados globais de insumos, sementes e alimentos, promovendo uma agricultura industrial intensiva, que prioriza a eficiência econômica e a maximização da produção em larga escala.

Em contraste, emergem movimentos sociais e novos atores rurais que defendem uma nova forma de se relacionar com os alimentos e a natureza, priorizando

a autonomia, a segurança e a soberania alimentar, além da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Esses movimentos defendem a alimentação humana como um direito que viabiliza a vida, e que é diretamente ligado à autonomia dos povos quanto aos seus modos de vida, e à preservação dos recursos naturais.

Diante desse cenário de disputa entre modelos alimentares, experiências organizadas em torno de princípios agroecológicos têm ganhado relevância como formas concretas de enfrentamento às contradições do sistema hegemônico. É nesse contexto que se inserem os circuitos curtos de comercialização, cuja construção coletiva busca reconfigurar as relações entre produção, distribuição e consumo de alimentos, baseando-se em valores como proximidade, confiança e justiça social.

2.3 SOBRE OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

A crítica ao sistema agroalimentar hegemônico tem se consolidado como um tema central nas discussões contemporâneas sobre sustentabilidade, equidade e justiça social. A literatura especializada aponta que as falhas e contradições desse modelo geram riscos e incertezas para diversos atores sociais, dando origem, durante a agudização dessas crises, à abertura de fissuras sistêmicas (Holloway, 2013).

Essas fissuras, no campo das questões alimentares, evidenciam as limitações do modelo agroalimentar dominante e impulsionam a criação de novas formas de organização social e econômica, resultando na emergência de sistemas alimentares alternativos.

As diversas expressões e modalidades que compõem os sistemas alternativos passam a coexistir com o modelo global que, devido à sua complexidade, enraizamento cultural e abrangência, não permite sua substituição abrupta e imediata. Uma das modalidades que emergem no contexto apresentado, são os circuitos curtos de comercialização, arranjos que buscam promover mudanças na forma de circulação dos alimentos, reaproximando produtores e consumidores, objeto com o qual essa pesquisa se relaciona.

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) emergem como uma estratégia central dentro dos sistemas alimentares alternativos, configurando-se como uma resposta à crescente concentração do mercado agroalimentar e à intermediação excessiva nas cadeias produtivas. Ao reduzir a distância entre produtores e

consumidores, esses circuitos fomentam relações mais diretas e transparentes, e fortalecem a economia local, incentivando práticas sustentáveis que promovem uma redistribuição mais justa do valor agregado ao longo da cadeia produtiva (Darolt et al., 2021)

Schneider (2021) destaca que os CCC desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando maior autonomia aos produtores e reduzindo sua dependência dos mercados convencionais. Além disso, esses circuitos criam redes solidárias que beneficiam tanto quem produz quanto quem consome, promovendo além da segurança alimentar, a resiliência dos sistemas produtivos baseados em práticas agroecológicas.

Quanto ao emprego do termo “agroecológico” para qualificar os alimentos comercializados nos CCC, precisamos lembrar de Darolt e Rover (2021) quando apresentam como os princípios agroecológicos são fundamentais a essas estruturas, enquanto fatores que propõem e promovem uma relação mais direta e transparente entre produtores e consumidores, o que estabelece laços de confiança que se tornam, por vezes, mais eloquentes do que as próprias certificações dos produtos.

Schneider (2021) enfatiza essa posição ao afirmar que a agroecologia busca a produção de alimentos de forma sustentável, mas também promove a justiça social e a equidade nas relações entre produtores e consumidores. Essa integração entre agroecologia e circuitos curtos é fundamental para a construção de um sistema alimentar mais justo e inclusivo, onde as práticas agrícolas respeitam os limites do meio ambiente e valorizam a diversidade cultural e social das comunidades.

Construir laços de confiança nos circuitos curtos é possível por que a forma de operação e a proximidade geográfica proporcionadas em operações gerenciadas democraticamente, permitem que os consumidores conheçam a origem dos alimentos, as práticas de produção e as tradições culturais associadas, criando esse vínculo de confiança, e ampliando as questões acerca da segurança alimentar relacionada ao consumo dos alimentos em si (Caldeira, 2024).

Há uma série de atividades que podem proporcionar esta aproximação, além dos processos de comercialização, como as visitas coletivas às unidades produtivas, a organização de cafés nas comunidades rurais, a participação em atividades no ambiente acadêmico, entre outros.

Todavia, o sistema hegemônico revela uma notável capacidade de resiliência, reagindo ativamente à emergência de modelos alternativos. Essa resiliência se

manifesta, por exemplo, na forma como ele gera questionamentos enraizados em condicionamentos sociais profundamente internalizados.

Tais questionamentos influenciam as práticas dos produtores, e moldam os hábitos de consumo dos compradores, tornando necessária uma abordagem dialógica e processual de convencimento que seja construída entre todos os partícipes dos processos de comercialização.

Nesse contexto, os circuitos curtos desempenham um papel fundamental, pois, ao promoverem interações mais diretas entre os envolvidos, favorecem a construção de sínteses coletivas e o fortalecimento de novas práticas alimentares e comerciais.

Quanto às experiências que buscam trilhar caminhos que rompam com os traços culturais impostos pelo sistema dominante, uma das mais conhecidas entre os circuitos curtos é o modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA. Nesse sistema, os consumidores se tornam membros de uma comunidade que apoia diretamente os agricultores, pagando antecipadamente por uma parte da colheita. Isso garante uma renda estável para os produtores e oferece aos consumidores acesso a alimentos frescos e sazonais, promovendo uma relação de confiança e reciprocidade (Schneider, 2021).

Francisco Junior (2011), apresenta o relato de experiência sobre o grupo Motirõ, que se organizou enquanto uma cooperativa de trabalho que, através de uma loja virtual, organizava vendas de produtos territorialmente localizados, e realizava as entregas em um veículo adquirido para esta finalidade através de financiamento via edital de fomento, o que envolveu políticas públicas de maneira central em seu processo de organização.

A cooperativa Motirõ desenvolveu um circuito curto naquele período que, pela proximidade geográfica, interagiu também com os atores sociais que participam do grupo “Cestas Agroecológicas”, que são parte dos sujeitos com os quais construímos esta tese.

A pesquisa de Mônica Nardini da Silva et al. (2021) destaca a importância das feiras livres como canais de comercialização que favorecem a autonomia dos produtores e a interação com os consumidores, promovendo a segurança alimentar e a valorização dos produtos locais. As feiras livres também são um exemplo emblemático de circuitos curtos de comercialização.

Essas feiras permitem que os agricultores familiares vendam seus produtos diretamente aos consumidores, criando um espaço de interação social e valorização dos produtos locais. (Nardini et al., 2021).

Já as Redes Agroalimentares Alternativas - RAA -, segundo Goodman (2009), são redes que visam criar alternativas ao sistema agroalimentar dominante, promovendo práticas mais sustentáveis, éticas e socialmente justas. Essas redes envolvem diversas iniciativas que se baseiam em princípios como a proximidade geográfica e social entre produtores e consumidores, o apoio a pequenas propriedades agrícolas e a valorização de modos de produção que respeitem o meio ambiente e a saúde humana.

O funcionamento das RAA está centrado na construção de vínculos diretos entre os agentes que participam da produção e do consumo de alimentos, muitas vezes por meio de circuitos curtos de comercialização, como feiras de produtores locais, sistemas de cesta de alimentos e cooperativas. Esses circuitos buscam reduzir a intermediação comercial e garantir preços mais justos tanto para os agricultores quanto para os consumidores, além de promover uma maior transparência sobre as condições de produção e a origem dos alimentos. (Goodman, 2009).

Escosteguy (2021), apresenta as Células de Consumidores Responsáveis - CCR - como uma proposta inovadora que se insere no contexto dos sistemas alimentares alternativos, destacando a importância da venda direta de alimentos orgânicos e agroecológicos. As CCR promovem a venda direta entre agricultores e consumidores, permitindo que os consumidores adquiram alimentos frescos e de qualidade diretamente dos produtores. Essa abordagem procura garantir o frescor dos produtos e assegurar que os agricultores recebam um preço justo pelas vendas, contribuindo para a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais.

Sobre as distâncias as quais se pretende diminuir com os circuitos curtos, existem, segundo Viegas et al. (2017), distâncias geográficas e relacionais. A distância geográfica refere-se à medida física entre o local de produção e o ponto de consumo, geralmente expressa em quilômetros. Em alguns países, como a França, um circuito curto é definido como aquele em que a distância máxima não ultrapassa 80 km (Zoldan; Mior, 2012).

Essa definição permite que as políticas de comercialização sejam orientadas para a promoção de relações mais diretas entre agricultores e consumidores,

favorecendo o frescor dos produtos e a redução das emissões de carbono associadas ao transporte.

Por outro lado, a distância relacional considera a quantidade de intermediários envolvidos na cadeia de comercialização. Um circuito é considerado curto quando há, no máximo, um intermediário entre a produção e o consumo, como feiras, cooperativas ou restaurantes (Chaffotte e Chiffolleau, 2007). Essa abordagem enfatiza a importância das relações sociais e de confiança que se estabelecem entre os atores do sistema alimentar, permitindo que os agricultores tenham maior autonomia e controle sobre a comercialização de seus produtos. A proximidade relacional pode ser tão significativa quanto a geográfica, pois facilita a troca de informações e a construção de vínculos entre produtores e consumidores.

Além da França, outros países também adotam diferentes critérios para definir circuitos curtos. Por exemplo, na Itália, um circuito curto pode ser considerado aquele em que a distância do ponto de plantio ao ponto de consumo não ultrapassa 100 km (Galli; Brunori, 2013).

Essa flexibilidade nas definições permite que cada contexto local adapte as práticas de comercialização às suas realidades específicas, relacionadas aos tempos e espaços que consolidam movimentos de transição agroecológica e sustentabilidade. Assim, tanto a redução das distâncias geográficas quanto das relacionais desempenham um papel crucial na formação de redes alimentares alternativas, contribuindo para a inclusão social dos agricultores e a segurança alimentar das comunidades (Darolt et al., 2013).

De antemão, é importante apontarmos que nossa contribuição neste aspecto incluiria a distância afetiva. Essa distância se estabelece com afastamento do envolvimento emocional, simbólico e cultural causado pelo processo produtivo do modelo convencional e dominante, especialmente entre produtores/produtores e produtores/consumidores.

Enquanto as distâncias geográficas dizem respeito à separação física entre o local de produção e o ponto de consumo, e as distâncias relacionais tratam da intermediação na comercialização, a distância afetiva refere-se ao nível de reconhecimento, pertencimento e valorização mútua que se estabelece entre os envolvidos no circuito.

Diferentemente das relações convencionais de mercado, que tendem a ser impessoais e mediadas apenas por fatores econômicos, os CCC fortalecem vínculos

sociais, promovendo maior reconhecimento da identidade dos agricultores, de suas histórias de vida, práticas produtivas e desafios enfrentados. Essa aproximação é afetiva, e pode ser cultivada por meio de interações diretas em feiras agroecológicas, visitas às propriedades, redes sociais, participação em eventos comunitários e outras práticas que geram sentimentos de confiança, respeito e corresponsabilidade entre produtores e consumidores.

A redução das distâncias afetivas parece fundamental para a consolidação dos CCC, pois fortalece a fidelização e a lealdade entre consumidores e produtores, incentivando compras recorrentes e relações de longo prazo. Além disso, gera uma maior valorização dos alimentos e dos modos de produção locais, diferenciando-os dos produtos anônimos das grandes cadeias comerciais.

Além desses aspectos, essa proximidade estimula o engajamento social e político dos consumidores, que passam a enxergar o ato de compra como um suporte direto à sustentabilidade da produção e à autonomia dos agricultores. Reforça, ainda, o papel das práticas agroecológicas e dos movimentos de soberania alimentar, promovendo cooperação, aprendizado mútuo e compartilhamento de valores ligados à alimentação saudável e sustentável.

Por fim, reduz a percepção da alimentação como uma mera transação comercial, resgatando seus aspectos culturais, históricos e simbólicos, essenciais para fortalecer os laços entre produção e consumo.

Assim, ao considerar as distâncias afetivas como um terceiro eixo fundamental nas reaproximações oportunizadas pelos CCC, amplia-se a compreensão das barreiras que precisam ser superadas para tornar esses sistemas de comercialização mais robustos e sustentáveis, garantindo além da eficiência econômica, coesão social, empoderamento dos agricultores e transformação das relações de consumo.

Voltando ao tema dos intermediários, não encontramos consenso entre os autores que tratam sobre os casos brasileiros quanto a um número específico de atravessadores que se admita nos processos de circuitos curtos, pois isso pode variar conforme o contexto e a definição utilizada.

Há, ainda, debates sobre a natureza e o papel dos atravessadores no processo de comercialização. No caso do grupo Cestas Agroecológicas, a dinâmica organizativa levou um dos produtores a assumir a função de intermediador da demanda gerada pelas listas de compras. Esse produtor coordena as encomendas recebidas, comunica

os demais agricultores sobre os pedidos e, no dia das entregas, coleta os produtos diretamente com os fornecedores para distribuí-los aos consumidores/compradores.

Esse modelo, ao contrário dos atravessadores tradicionais que capturam grande parte do valor agregado, mantém o controle da comercialização nas mãos dos próprios agricultores, favorecendo uma distribuição mais equitativa da renda e fortalecendo as redes de cooperação entre os produtores.

No entanto, para custear essa etapa do trabalho, que envolve recursos como tempo e consumo com combustível, há um acréscimo no valor final dos produtos, negociado entre as partes. Ressalte-se que se a figura que este agricultor ocupa nesta função não existisse, o circuito teria encerrado precocemente as atividades. Nesse contexto, esse agricultor se aproxima mais do papel de um atravessador, ou de um facilitador de logística que cobre, com o sobre-preço, seus próprios custos diante da atividade? Nossa aposta é de que essa caracterização o leva ao papel de facilitador, que age tanto por razões econômicas quanto por motivações ligadas à solidariedade.

Referências como as de Goodman (2017) e Marsden e Renting (2017) discutem a importância de reduzir intermediários para promover a transparência e a proximidade nas relações de consumo, mas não especificam um número exato. A ideia central é que quanto menos intermediários houver, mais eficaz será a conexão entre produtores e consumidores, favorecendo a sustentabilidade e a justiça social por dentro dos meios alternativos de comercialização.

Caldeira (2024), ao analisar o grupo Cestas Agroecológicas a partir da perspectiva dos consumidores/compradores, destaca que as formas de venda direta, ao reduzirem a presença de intermediários, proporcionam maior transparência na relação de consumo. Esse modelo permite que os compradores tenham acesso a informações sobre a origem dos produtos, conheçam os produtores e compreendam os métodos de cultivo utilizados.

Essa característica é fundamental para a construção de uma relação mais direta e transparente entre produtores e consumidores/compradores, contrastando com a "indistintibilidade" e a "indiferença" do sistema convencional (Schneider, 2021). Além disso, os circuitos curtos de comercialização, ao se fundamentarem em relações de proximidade, contrapõem-se à lógica da alimentação padronizada e anônima das cadeias longas de distribuição (Caldeira, 2024).

A transparência proporcionada pelos 3 eixos de reaproximação (geográfica, relacional e afetiva) rompe com o anonimato da origem dos produtos, permitindo que

os consumidores conheçam a procedência dos alimentos e desenvolvam uma consciência mais ampla sobre as práticas agrícolas e seus impactos sociais e ambientais. Trata-se de um reconhecimento autêntico sobre quem produz os alimentos e de que forma o faz, um processo que se distingue significativamente da confiança baseada exclusivamente em etiquetas ou certificações formais.

A pesquisa de Goodman (2009) sobre redes alimentares alternativas complementa essa análise, ao enfatizar a necessidade de uma abordagem crítica que considere as relações de poder e a distribuição social dos ganhos entre os atores envolvidos.

A partir das experiências concretas que se desenvolvem na realidade, os circuitos curtos de comercialização vão sendo definidos na literatura com base nas interpretações dos pesquisadores que analisam sua emergência e as dinâmicas de seu funcionamento. Em outras palavras, os conceitos sobre esse artefato social geralmente surgem das experiências práticas e não de processos idealizados sobre a disputa necessária que os atores sociais travam contra o sistema hegemônico e, assim, a caracterização desses arranjos vai se consolidando ao mesmo ritmo em que suas dinâmicas vão consolidando suas emergências.

2.4 QUANTO AO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território que suporta as análises desta tese se apoia nas contribuições de Milton Santos, em seu livro "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal" (2000), que define o termo como um elemento multidimensional, resultado da apropriação social do espaço e condicionado por fatores físicos, sociais, políticos e econômicos.

Santos (2000) enfatiza que o território é um "espaço usado", "um chão mais uma identidade", "uma base física dotada de um conteúdo social" (Santos, 2000, p. 47).

Na contemporaneidade, essa apropriação ocorre dentro das dinâmicas do que o autor denomina "Mercado Universal" e "Governos Mundiais", processos que estruturam a globalização e influenciam diretamente a configuração dos sistemas agroalimentares.

O Mercado Universal refere-se à lógica do capital que opera além das fronteiras nacionais, estabelecendo um modelo econômico global interconectado e guiado pela

maximização dos lucros. Santos observa que a globalização atual é, antes de tudo, a globalização do capital, especialmente do capital financeiro (Santos, 2000, p.58).

Essa dinâmica molda as relações de produção e consumo, promovendo a concentração dos recursos e da riqueza em determinadas regiões, enquanto outras permanecem marginalizadas.

Já os Governos Mundiais representam as instituições de regulação global, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que, sob a justificativa de governança econômica, frequentemente impõem normas que reforçam as desigualdades territoriais e reduzem a autonomia dos Estados nacionais. O autor faz a crítica de que essas instâncias de poder global tendem a impor uma única lógica, desconsiderando as particularidades locais e aprofundando as disparidades (Santos, 2000, p.38).

No contexto agroalimentar, esses processos são evidentes na organização e delimitação dos territórios produtivos. O modelo hegemônico impõe padrões produtivos homogeneizantes, voltados para a monocultura e para cadeias longas de comercialização, subordinando agricultores e territórios à lógica da eficiência econômica em detrimento da sustentabilidade e da equidade social.

Como consequência, sistemas tradicionais e diversificados de produção são enfraquecidos ou deslocados, e os circuitos locais de abastecimento perdem espaço para as redes globais de distribuição, exacerbando a dependência dos pequenos agricultores às grandes corporações.

Os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) surgem justamente como uma estratégia de resistência a essa desterritorialização local imposta pelo capital global. Ao estabelecer relações mais diretas entre produtores e consumidores, os CCC rompem, ainda que parcialmente, com a lógica do Mercado Universal, valorizando a produção local e fortalecendo a autonomia dos territórios.

Esses circuitos se baseiam em um modelo de organização que reduz a intermediação, prioriza a proximidade geográfica, relacional e afetiva e promove novas formas de gestão territorial, pautadas na solidariedade e na participação social. Os afetos se voltam para pessoas e processos locais, e se afastam do afeto alienado às marcas e patentes mundiais.

A experiência analisada nesta pesquisa explicita com nitidez a tensão entre as lógicas locais de produção, circulação e consumo e os referenciais globais que operam, muitas vezes de forma invisível, nas práticas e expectativas cotidianas. Ainda que

organizados em torno de vínculos territoriais, os circuitos curtos não estão isolados das normativas culturais e simbólicas que permeiam o sistema agroalimentar globalizado.

As reações dos consumidores a aspectos como estética das embalagens, higienização, padronização de tamanhos dos produtos e formas de pagamento revelam como valores oriundos da lógica industrial permanecem ativos mesmo nos espaços de resistência. Essa ambiguidade impõe desafios à autonomia dos territórios, que precisam não apenas estruturar alternativas materiais, mas também disputar sentidos sobre o que se entende por qualidade, segurança e legitimidade dos alimentos.

Além disso, os CCC de alimentos agroecológicos tensionam as imposições dos Governos Mundiais, ao fortalecerem redes autônomas de comercialização que fogem das exigências e certificações frequentemente impostas por grandes órgãos reguladores, as quais muitas vezes favorecem apenas grandes produtores e indústrias. Essa forma alternativa de organização territorial resgata práticas alimentares e produtivas historicamente marginalizadas pelo modelo hegemônico, recriando circuitos de abastecimento baseados na sustentabilidade, na diversidade produtiva e na equidade.

A adoção da qualificação “agroecológicos”, em vez de “orgânicos”, representa uma tentativa de escapar ao enquadramento comercial globalizado que é imposto ao setor de orgânicos, que tem sido progressivamente incorporado às redes convencionais mundializadas. Esse processo tem pressionado a produção orgânica a se adaptar às dinâmicas do mercado dominante, funcionando, talvez, como um espelho invertido dos efeitos dos CCC sobre o modelo hegemônico.

A necessidade de construir canais de comercialização nesse contexto leva à modificação do modelo produtivo, priorizando o valor financeiro das transações em detrimento de outros fatores fundamentais, como a preservação ambiental, a valorização dos agricultores e a autonomia produtiva. Nesse sentido, a certificação orgânica e os selos de origem atuam mais como fatores de exclusão e reserva de mercado aos produtores que se “adaptaram”, do que necessariamente informam um padrão de qualidade, tal como é propagado.

Considerando que as prateleiras de supermercados têm, atualmente, produtos orgânicos importados de outros países entre suas ofertas, entende-se que os mercados mundiais denunciados por Santos (2000) seguem se estabelecendo através de seus mecanismos de resistência.

Portanto, a relação entre território e CCC se dá na disputa por modelos de organização socioespacial, onde a lógica globalizante busca padronizar e controlar os territórios produtivos, enquanto os circuitos curtos representam formas de reapropriação do espaço, ressignificação das relações produtivas e reorganização do abastecimento alimentar em bases mais justas e sustentáveis.

Em um cenário onde o mercado e as instituições globais restringem a autonomia dos pequenos produtores e suas comunidades, os CCC emergem como uma alternativa concreta de resistência, permitindo que os territórios retomem, ao menos em parte, o controle sobre seus próprios sistemas alimentares.

Assim, corroboramos o conceito de território apresentado por Milton Santos (Santos, 2000, p.46), quando o descreve como um elemento multidimensional, integrando aspectos físicos, sociais e políticos que emergem da apropriação social das dimensões espaciais. A análise do autor nos leva a compreender que o território não é apenas um espaço físico, mas um constructo social que é continuamente moldado por essas forças globais, exigindo uma reflexão crítica sobre como podemos reimaginar e reivindicar o uso e a gestão dos espaços multidimensionais em um mundo cada vez mais interconectado de forma coercitiva.

No território de Matinhos, lócus desta pesquisa, é necessário considerar as forças políticas locais, ainda marcadas por resquícios do coronelismo e por uma administração pública sustentada por práticas patrimonialistas. Essas características estruturam um ambiente de poder personalista e autoritário, cujos impactos se manifestam no comportamento dos atores sociais envolvidos no circuito.

A influência desse modelo de dominação se reflete na forma como os atores sociais buscam resolver seus desafios cotidianos. Em vez de promoverem soluções coletivas e organizadas entre seus pares, há uma forte tendência, entre alguns deles, à busca por mediações personalizadas, recorrendo a políticos locais que oferecem “soluções” pontuais para questões estruturais, como acesso a mercados, regularização fundiária e infraestrutura. Essa lógica reforça a dependência política e econômica e dificulta a consolidação de estratégias autônomas de resistência e transformação com bases coletivas.

Embora, na prática, muitas das promessas que esse perfil político reiteradamente faz aos agricultores familiares não se concretizem, o *habitus* dos atores sociais (Bourdieu, 2007), construído *no e com* o território, molda suas percepções e ações, naturalizando essa dinâmica de dependência política. Dessa forma, essas

relações sociais contribuem para a resiliência do modelo dominante, enfraquecendo iniciativas de organização autônoma que poderiam fortalecer os sistemas alternativos.

Essas manifestações surgem de forma esporádica durante a coleta de dados, mas, sob a ótica do conceito de território em Milton Santos (2000), devem ser compreendidas como expressões políticas da configuração territorial em que o circuito se desenvolve. Nesse sentido, não se trata apenas de eventos isolados, mas de elementos que revelam as relações de poder e os condicionantes estruturais que permeiam o espaço e influenciam as dinâmicas do circuito.

Por essa razão, é fundamental incorporar essas manifestações à análise, pois contribuem para compreender a territorialidade como uma dimensão ativa, atravessada por interesses conflitantes e contradições que configuram a realidade empírica investigada.

Partindo desses apontamentos, consideramos que o modelo agroalimentar hegemônico e globalizado, enquanto um dos pilares do capitalismo moderno, desempenha um papel central na delimitação dos territórios, atuando em articulação com as expressões do poder local. Dessa forma, o espaço territorial não é apenas um reflexo de condições geográficas ou administrativas, mas um campo de disputa, onde interesses econômicos, políticos e sociais se entrelaçam na produção e reorganização dos territórios conforme distintas formas de apropriação e poder.

No que diz respeito aos aspectos demográficos e censitários de Matinhos, sua apresentação será realizada juntamente com a caracterização do município, no tópico dedicado à apresentação desses dados (4.1, p. 89), permitindo que essas informações dialoguem com as análises qualitativas e contribuam para a compreensão mais ampla do contexto territorial em que o circuito se desenvolve.

2.5 SOBRE OS ATORES SOCIAIS PRESENTES NO CIRCUITO E A CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ADOTADA NAS AÇÕES

A transformação do ambiente rural brasileiro tem sido marcada pelo surgimento de novos atores rurais, fundamentais para a construção de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis (Brandenburg, 2011). Entre esses atores, destacam-se agricultores familiares, cooperativas, movimentos sociais, populações tradicionais, trabalhadores neorrurais e consumidores ecológicos e/ou conscientes, aqui tratados como compradores.

Partindo dessa análise sobre as mudanças no território rural, Brandenburg (2011) descreve a emergência desses atores a partir da reconfiguração das relações sociais e produtivas. Segundo o autor, novos sujeitos passaram a se inserir no meio rural por meio de novas lógicas de trabalho, produção e identidade social, rompendo com o modelo tradicional da agricultura familiar e ressignificando seu papel diante dos desafios impostos pela modernização e globalização da economia agrícola.

Nossa pesquisa considera esses elementos, uma vez que a presença desses novos atores pode ser observada nos processos que levaram à constituição do circuito Cestas Agroecológicas de Matinhos. No entanto, o foco principal da análise está na adaptação de atores já existentes no território, a novas práticas de comercialização, impulsionadas pela intensificação de crises que acentuaram riscos e dificuldades previamente enfrentadas.

A análise crítica sobre o perfil e a atuação desses atores é essencial para compreender as dinâmicas contemporâneas do meio rural, bem como suas implicações para a sustentabilidade e para a emergência de sistemas alternativos, como os circuitos curtos de comercialização.

Dessa forma, cabe informar que na emergência do circuito Cestas Agroecológicas de Matinhos, identificamos a participação de agricultores familiares, trabalhadores neorrurais, indivíduos que passaram a infância no campo, viveram na cidade e retornaram à produção de alimentos após a aposentadoria, egressos do curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPR-Litoral, militantes de movimentos sociais e agricultores que preservam características campestinas.

Essa diversidade de sujeitos convergiu, a partir de 2020, para criar uma alternativa coletiva diante das dificuldades intensificadas pelas crises, sendo a ação protagonizada pelos atores vinculados à agricultura familiar.

Ainda é importante ressaltar que nem todos os produtores envolvidos praticavam a agricultura ecológica, conforme a define Brandenburg (2011). No entanto, a formação do circuito exigia que, para participarem dos processos de comercialização, fossem estabelecidos arranjos que garantissem que a ampla maioria dos produtos ofertados não recebesse insumos sintéticos ou venenos agrícolas.

Diante desse cenário, o diálogo constante com os extensionistas do projeto JARDINAR e com agricultores ecológicos mais experientes foi fundamental para orientar os produtores interessados na transição para uma via de comercialização alinhada a princípios agroecológicos. Esse processo, como veremos ao longo da tese,

foi crucial para viabilizar a estruturação do circuito e consolidar sua proposta de diferenciação em relação aos modelos convencionais de comercialização.

Outro ponto de apoio para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, que estabelecem uma relação simbiótica com a natureza (Brandenburg, 2011), foi a demanda do grupo de compradores inicial, que, com suas compras, passou a solicitar cada vez mais as características dos produtos que queriam adquirir. Entre essas características, além dos critérios de preço, frescor e aparência, estavam presentes requisitos ligados à forma de produção e sazonalidade, além da identificação da origem (Caldeira, 2024).

Assim, essas “novas práticas” demandadas, passam a contribuir para reconfigurar os papéis dos atores rurais no território, frente a processos de comercialização, que emergiram no contexto de uma fissura sistêmica, em meio às crises, onde foi preciso construir coletivamente alternativas diante das práticas convencionais, com as quais vários deles vinham trabalhando ao longo dos anos. Essas alternativas precisavam se construir tanto na produção dos alimentos quanto na comercialização, pois o cenário que comporta essas ações era o de isolamento social por conta da pandemia, logo, repleto de protocolos sanitários.

Nessa dinâmica, alguns agricultores desistiram da participação na atividade, talvez por não se adaptarem às mudanças propostas. Outros, ao contrário, se aproximaram justamente pelas condições descritas.

Ainda no campo dos ofertantes de produtos presentes no grupo Cestas Agroecológicas, ressalta-se a presença de atores sociais urbanos do próprio município ou de seu entorno, que realizam alguma produção que tenha relação com alimentação saudável, que utilize insumos cultivados pelos próprios produtores, ou que sejam adquiridos junto aos agricultores familiares da iniciativa.

Como a variedade de produtos ofertada por estes sujeitos nem sempre atende a estas características, a inclusão de novos produtos sempre é submetida ao grupo de WhatsApp onde as questões de organização da atividade são debatidas. O último caso analisado neste sentido foi o de um produtor de tofu, que foi aceito para incluir seu produto na lista, mesmo sem ter acesso à soja orgânica para realizar sua produção. Compreendendo que o tofu é uma fonte de proteínas importante, inclusive para os compradores veganos, o produto foi aceito e é muito bem recebido pelos consumidores.

Este produtor é um egresso da UFPR-Litoral, que cursou Agroecologia, viveu alguns anos na Europa e agora está se reinserindo no território, viabilizando parte de sua renda com a produção de comida mais saudável do que a convencional. Uma parte de egressos da instituição também procura se estabelecer produzindo alimentos no território urbano ou em áreas de entorno da cidade, compondo um quadro de atores que a literatura identifica como neorrurais - sujeitos oriundos de contextos urbanos que optam por formas de vida ligadas ao campo, muitas vezes orientadas por princípios agroecológicos (Aubry et al., 2024).

Há a presença de atores com essa característica ao longo de todo o histórico do grupo, embora suas participações tenham sido, até o momento, sempre curtas em relação ao tempo de permanência.

Entre os chamados consumidores, é importante distinguir as definições que Brandenburg (2011) trata como “consumidores ecológicos”, que Darolt (2007) trata como “consumidores conscientes, e que Caldeira (2024) trata como “compradores”.

No primeiro caso, o consumidor ecológico é visto como parte de um movimento social mais amplo, relacionado à reconstrução da ruralidade e à politização do consumo num contexto macro, percebendo no todo, a sua capacidade de intervenção a partir das escolhas de consumo que faz. Esses consumidores são essenciais para a consolidação de mercados alternativos e para a resistência ao sistema agroalimentar hegemônico, pois questionam o modelo de produção e distribuição dominante.

Já a noção de consumidores conscientes enfatiza seu papel educativo e individual, destacando a importância do acesso à informação e das escolhas responsáveis na ampliação da demanda por produtos sustentáveis. Suas decisões de compra são orientadas por critérios que consideram aspectos ambientais e a promoção da justiça social, consolidando o consumo também como um ato de engajamento ético e político. É possível a esse tipo de consumidor estabelecer coletivos de consumidores, para tomarem decisões coletivas, mas ainda assim essas decisões coletivas são vinculadas à sua condição de consumidores.

Quanto ao emprego do termo “compradores”, aplicado à construção dos sistemas alternativos através dos circuitos curtos de comercialização, pretende-se cunhar o conceito na perspectiva de que se construam durante os processos da atividade, movimentos de coprodução e de corresponsabilidade direta sobre o alimento que se consome e as práticas que permeiam essa produção.

Esse ator, que acata conscientemente ao papel de comprador, deve assumir a posição de contribuir, além do financiamento que faz ao realizar suas compras, com um engajamento que o envolva nas esferas de decisão do circuito, o que demanda além do investimento de seu tempo, esforços e outros recursos. Este papel rompe com o caráter limitado pela individualidade, acerca das decisões pessoais sobre o que é ou não adequado de se comprar e consumir, no cenário das crises que vivenciamos.

Nesta proposta, o ator que compra ecológica e conscientemente, também se reposiciona num espaço de decisões compartilhadas que visam atingir objetivos coletivos comuns, que não podem ser atingidos individualmente. Nestas condições, o comprador deixa o papel de usuário de uma estrutura “dos outros”, e passa compor organicamente um papel, uma associação proativa à estrutura emergente.

Entende-se, nessa concepção, que o papel de comprador é uma mudança de postura dos atores que já ocuparam os papéis de consumidores ecológicos ou conscientes, forjando essa nova postura durante a própria dinâmica das ações. Nada impede, entretanto, que o perfil de “comprador”, nos moldes em que o propusemos, seja exercido sem a passagem pelos papéis anteriores, tendo se construído a partir das experiências individuais de cada ator social em suas histórias de vida.

Por fim, cabe descrever o tipo de extensionista que compõe o grupo Cestas Agroecológicas. De acordo com Tommasino (2015), citado em entrevista por Schwaab (2015), a extensão deve focar na criação de conhecimentos colaborativos que promovam mudanças sociais significativas. Freire (2006), reforça a necessidade de uma abordagem participativa que vincule ensino, pesquisa e extensão, destacando a importância do diálogo e da reflexão crítica na construção de saberes. No mesmo texto, o autor critica o modelo tradicional de extensão que impõe conhecimentos de forma verticalizada, defendendo uma abordagem comunicativa que valorize o saber popular e promova a conscientização coletiva.

Tommasino (2015) reforça essa perspectiva ao propor a extensão crítica, que integra ensino e pesquisa de maneira interativa, garantindo que o conhecimento acadêmico seja validado pela prática social. Brandão (1984) também contribui com essa visão ao destacar que o conhecimento não se limita à universidade, mas é produzido nos encontros e trocas entre diferentes sujeitos sociais, reforçando a necessidade de uma abordagem que valorize os saberes populares.

Assim, a atuação dos extensionistas do grupo Cestas Agroecológicas não se restringe à aplicação de técnicas previamente definidas sobre grupos específicos, mas

envolve um processo contínuo de aprendizado mútuo, onde pesquisa e ensino são enriquecidos pela troca com os agricultores e consumidores, fortalecendo tanto as práticas agroecológicas quanto a reflexão sobre alternativas ao modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos.

Não há, portanto, instrumentalização da extensão neste processo. Ao contrário, quanto mais arraigada nas questões cotidianas das lutas populares a extensão estiver, maior será a instigação da curiosidade epistemológica dos acadêmicos para resolver as questões que se apresentem.

Imbricada nesta relação, também está a perspectiva da construção coletiva de conhecimentos, que uma vez sistematizados, podem ser divulgados e produzir diálogos que levem a novos conhecimentos, e novas interações comunitárias e sociais, renovando um processo espiral de produção acadêmica pautada na validação da ação popular que interage, inexoravelmente com ensino e pesquisa, quando participa de atividades de extensão desta natureza.

A adesão a essa compreensão sobre o papel da universidade em relação com os problemas comunitários cotidianos, na produção do referenciamento e da validação social de suas ações, é o que define o perfil dos extensionistas que participam da estruturação do circuito. Neste sentido, o papel de participante do processo que foi assumido pelos extensionistas é, como diz Brandão (1984), de alguém que “serve” às causas populares, não num sentido de uso de uma ação passível de ser aproveitada, mas, sobretudo, num caráter acadêmico, de servir à comunidade aquilo que com ela se produz.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico construído para realizar a pesquisa e atender aos objetivos apresentados neste trabalho, divide-se em quatro etapas: a construção das categorias analíticas, a pesquisa exploratória, a observação participante e a triangulação dos dados produzidos/coletados.

A construção das categorias analíticas emergiu do diálogo contínuo com a literatura especializada, fomentado tanto pelas leituras realizadas nas disciplinas do PPGSOCIO-UFPR quanto pelos encontros de orientação ao longo da elaboração da tese. As questões empíricas identificadas no cotidiano do circuito curto analisado passaram, assim, a ser interpretadas e reinterpretadas à luz dos referenciais teóricos mobilizados, possibilitando a constituição de um olhar analítico enraizado no campo do conhecimento sociológico que fundamenta esta pesquisa.

A Tabela 1 (Seção 3.1, p.67) apresenta os principais autores e obras que sustentam a construção teórica de categorias analíticas pautadas junto aos elementos observáveis apreendidos durante o desenvolvimento das ações.

Já a pesquisa exploratória tem a síntese dos procedimentos adotados em sua construção expostos na Tabela 2 (Seção 3.2, p.74), e organiza a apresentação do período em que esta etapa ocorre, quais são os elementos pesquisados, quais foram os métodos de investigação exploratória empregados, e quais objetivos e dados foram produzidos, em ordem cronológica das atividades.

As ações organizadas com a observação participante são apresentadas na Seção 3.3 (p. 79), onde são detalhados os procedimentos adotados e traçado um panorama do desenvolvimento das atividades de pesquisa conduzidas a partir dessa abordagem. Essa etapa, central na metodologia desta tese, permitiu acompanhar de forma contínua as interações, decisões e práticas que configuraram o circuito curto, articulando a produção de dados à vivência direta no campo.

Por fim, apresenta-se a forma como a triangulação é compreendida no contexto desta tese, com o objetivo de qualificar o alcance dos objetivos propostos e ampliar a confiabilidade dos resultados obtidos.

A seguir, detalharemos cada uma dessas etapas, evidenciando seu papel no processo investigativo e demonstrando como elas se articulam de forma complementar, garantindo a coerência metodológica da pesquisa e possibilitando uma análise mais aprofundada do objeto de estudo.

3.1 SOBRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa foram construídas com base nas principais contribuições teóricas sistematizadas na revisão da literatura, especialmente aquelas que oferecem ferramentas conceituais para compreender os sistemas agroalimentares, os circuitos curtos de comercialização e as formas alternativas de organização territorial. A partir desse referencial, delinearam-se categorias descritivas, voltadas à caracterização do cenário empírico e institucional em que a experiência se insere, e categorias relacionais, que possibilitam articular os dados coletados às dinâmicas sociais, políticas e simbólicas em curso.

As categorias analíticas descritivas estão ancoradas nos trabalhos de McMichael (2016), Schneider e Gazolla (2017), Darolt e Rover (2021), Santos (2000), Brandenburg (2011) e Maluf et al. (2022), os quais fundamentam a leitura sobre o sistema agroalimentar hegemônico, os sistemas alternativos, o funcionamento dos circuitos curtos, o conceito de território, os sujeitos sociais envolvidos e as políticas públicas relacionadas.

As categorias relacionais, por sua vez, foram construídas com base nas contribuições de Altieri (2012), Brandenburg e Lamine (2023), Brandenburg et al. (2023), Lamine (2012), Marsden e Renting (2017), Darolt et al. (2021), Niederle e Wesz Jr. (2021), Gliessman (2018), Freire (2006), Brandão (1984), Tommasino (2015) e Schwaab (2015). Esses autores fornecem o suporte teórico para a análise das transições agroecológicas, da reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve, das reações do sistema dominante frente às experiências alternativas, das inovações sociotécnicas construídas localmente e do papel da extensão universitária como mediação crítica entre universidade e sociedade (no caso específico, entre a extensão acadêmica e os agricultores locais).

A seguir, a Tabela 1 apresenta a organização das categorias analíticas com seus respectivos autores, textos de referência e conceitos centrais mobilizados:

Tabela 1 - CATEGORIAS ANALÍTICAS E SEUS REFERENCIAIS

CATEGORIAS ANALÍTICAS	TIPO DE CATEGORIA	AUTOR - REFERÊNCIA	TEXTO - REFERÊNCIA	CONCEITOS ENVOLVIDOS
Sistema Agroalimentar Hegemônico	Descritiva	Phillip McMichael	McMichael, Philip. Food Regimes and Agrarian Questions. Rugby: Practical Action Publishing, 2016. 248 p.	Dependência de mercados globais, industrialização da alimentação e da agricultura, produção de desigualdades.
Sistemas Alternativos	Descritiva	Sergio Schneider; Marcos Gazolla, coletânea de artigos de diversos autores	SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcos (Orgs.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.	Cadeias curtas, redes alimentares alternativas, mercados locais, agricultura familiar, negócios rurais.
Circuitos Curtos de Comercialização	Descritiva	Darolt, Moacir Roberto Darolt; Oscar José Rover, coletânea de artigos de diversos autores	DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, 2021.	Circuitos curtos de comercialização, agroecologia, inovação social, sistemas alimentares sustentáveis, desenvolvimento rural
Território	Descritiva	Milton Santos	Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.	Espaço usado, apropriação social, governos globais, mercados mundiais, desterritorialização
Atores Sociais	Descritiva	Alfio Brandenburg	Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011.	Agricultores familiares, consumidores ecológicos, neorrurais, cooperativas movimentos sociais
Políticas Públicas	Descritiva	Renato S. Maluf, Catia Grisa, Eric	MALUF, Renato S.; GRISA, Catia;	Agricultura, desenvolvimento rural,

		Sabourin, Ludivine Eloy, coletânea de artigos de diversos autores	SABOURIN, Eric; ELOY, Ludivine. (orgs.). Sistemas alimentares e territórios no Brasil [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.	sistemas agroalimentares, agricultura familiar, território, políticas públicas, mercados
Transições Agroecológicas	Relacional	Miguel A. Altieri; Alfio Brandenburg; Claire Lamine, coletânea de artigos de diversos autores	ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire. Transição agroecológica dos sistemas alimentares territoriais no Brasil e na França. Editora CRV, 2023.	Mudança de paradigma produtivo, sustentabilidade, ecologização, resgate de práticas tradicionais, valorização do agricultor, alimentação segura e ambientalmente responsável, emergência de sistemas alternativos
Reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve	Relacional	Sergio Schneider; Marcos Gazolla, coletânea de artigos de diversos autores, Alfio Brandenburg, Cimone Rozendo, Claire Lamine	SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcos (Orgs.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Brandenburg, Alfio; Rozendo, Cimone; Lamine, Claire. O potencial da ação pública no processo de reconexão entre agricultura, alimentação, meio ambiente, e saúde no âmbito territorial. In: Transição agroecológica dos sistemas alimentares territoriais no	Organização do território, novos fluxos de circulação de alimentos, reconexão territorial, saúde no ambiente territorial, potencial da ação pública na reconstrução social dos territórios rurais

			Brasil e na França. Editora CRV, p.131-155, 2023.	
Reações do Sistema Hegemônico	Relacional	Darolt, Moacir Roberto Darolt; Oscar José Rover, coletânea de artigos de diversos autores, Paulo André Niederle; Waldemar João Wesz Junior, Alfio Brandenburg; Claire Lamine	DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, 2021. NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. As novas ordens alimentares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. Transição agroecológica dos sistemas alimentares territoriais no Brasil e na França. Editora CRV, capítulo 2, 2021.	Reação corporativa ao modelo alternativo, barreiras culturais, barreiras comportamentais barreiras estruturais, enquadramento de sistemas alternativos emergentes, resiliência do sistema dominante
Inovações Sociotécnicas	Relacional	Claire Lamine	LAMINE, Claire. Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agroalimentaires territoriaux. Terrains & Travaux, n. 20, p. 139-156, 2012.	Novas tecnologias aplicadas ao campo, Transições para a agricultura orgânica, Sistemas agroalimentares territoriais, novas práticas culturais
Extensão Universitária Como Política Pública	Relacional	Humberto Tommasino, Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, R. Schwaab	SCHWAAB, R. (2015). Entrevista: Humberto Tommasino: "A extensão deve orientar-se para a coprodução de conhecimentos em prol da	Extensão crítica, ensino-pesquisa-extensão, construção de conhecimento, popularização da universidade

			transformação social". Experiência. Revista Científica De Extensão, 11(2), 25-35. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10. ed. São Paulo: Vozes, 2006. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. Introdução. São Paulo: Brasiliense, 1984.	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O uso das categorias analíticas será conduzido de forma articulada ao longo da análise dos dados, permitindo a integração entre os elementos empíricos e as mediações teóricas que sustentam a investigação. As categorias descritivas serão mobilizadas na apresentação do território, dos sujeitos envolvidos e das políticas públicas em curso ou ausentes, compondo o pano de fundo sobre o qual a experiência do grupo Cestas Agroecológicas se estrutura.

As categorias relacionais, por sua vez, operam na articulação entre os dados e os conceitos, permitindo a leitura ampliada dos processos em curso. A seguir, apresentam-se as definições dessas categorias, que guiarão a análise de maneira transversal:

- 1) Transições Agroecológicas: processos graduais de transformação das práticas produtivas e organizativas rumo a modelos mais sustentáveis. Envolvem mudanças que vão da substituição de insumos químicos à valorização da biodiversidade, à autonomia dos agricultores e ao fortalecimento de redes de comercialização alternativa, considerando que tais movimentos não vão ocorrer de forma linear ou isenta de contradições. O termo, como categoria analítica, encampa todo escopo do debate conceitual da agroecologia, tentando identificar movimentos de transformação, ainda que incipientes ou descontinuados, nas áreas da justiça social, alimentar, das relações de trabalho e do respeito aos saberes tradicionais das comunidades.

- 2) Reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve: diz respeito às transformações nos usos, sentidos e vínculos atribuídos ao espaço, com base em novas dinâmicas produtivas, logísticas e simbólicas. Essas reconfigurações envolvem a reorganização dos fluxos de alimentos, a reconexão entre atores antes isolados e a ativação de práticas coletivas que tensionam a lógica homogeneizante promovida pelo agronegócio. Incluem também a construção de pactos territoriais entre campo, cidade e universidade, a ressignificação de espaços físicos - como feiras e pontos de entrega - e a emergência de uma territorialidade relacional sustentada por confiança, presença e compromisso mútuo.
- 3) Reações do Sistema Hegemônico: compreendem os mecanismos por meio dos quais o sistema agroalimentar dominante reage às experiências transformadoras. Essas reações podem incluir estratégias de apropriação de discursos, imposição de certificações excludentes, criação de barreiras institucionais ou simbólicas, e a incorporação seletiva de práticas alternativas que esvaziam seu potencial crítico.
- 4) Inovações Sociotécnicas: arranjos criados pelos próprios atores sociais nos territórios, como respostas práticas a desafios concretos de organização, circulação e comercialização de alimentos. Envolvem soluções técnicas, relacionais e organizativas como planilhas, feiras, plataformas digitais e canais de comunicação direta, produzidas a partir de recursos locais e saberes compartilhados. Essas inovações, muitas vezes artesanais e provisórias, têm efeitos pedagógicos relevantes, pois redistribuem responsabilidades, visibilizam o trabalho oculto e contribuem para a construção de uma cultura organizativa própria, mesmo em contextos de informalidade.
- 5) Extensão Universitária: compreendida aqui como política pública educacional crítica e prática social comprometida com os territórios em que se insere. Seu papel, na experiência analisada, foi de articulação entre diferentes atores, mediação técnica, construção de confiabilidade e reorganização de vínculos sociais, especialmente em um cenário de ausência de outras políticas públicas mais amplas de apoio específico à agricultura familiar, como a ATER pública.

Essas categorias serão mobilizadas especialmente na etapa interpretativa da análise, e orientam a construção de relações entre os dados gerados pela observação participante, registros documentais, falas, mensagens e ações dos envolvidos.

Assim, as categorias analíticas aqui apresentadas não se configuram como indicadores fixos ou métricas quantitativas, mas como instrumentos interpretativos que permitem estabelecer relações entre os elementos empíricos e as mediações teóricas mobilizadas na pesquisa. Funcionam como lentes que direcionam o olhar investigativo para dimensões específicas do fenômeno, favorecendo a identificação de padrões, tensões, continuidades e rupturas. Operam, portanto, como critérios qualitativos de análise, capazes de orientar a leitura transversal dos dados e assegurar que a interpretação se mantenha articulada aos objetivos da pesquisa, preservando, ao mesmo tempo, a complexidade e a singularidade do contexto estudado.

3.2 SOBRE A PESQUISA EXPLORATÓRIA

Segundo Marconi e Lakatos (2017), o “esquema auxilia o pesquisador a conseguir uma abordagem mais objetiva”, imprimindo uma ordem lógica ao trabalho. Para que as fases da pesquisa se processem normalmente, é necessário que todos os passos sejam bem planejados e articulados em ações conectivas, capazes de estabelecer coerência entre os objetivos, os procedimentos e a interpretação dos resultados.

Na perspectiva do artesanato sociológico de Mills (2009), a pesquisa em ciências sociais deve ser conduzida como um processo reflexivo e integrado, no qual teoria, método e empiria se articulam de maneira dinâmica. Esse trabalho artesanal demanda a construção de estratégias metodológicas flexíveis, organizadas em etapas que não são estanques, mas que se complementam e se ajustam ao longo do desenvolvimento da investigação.

Nesse sentido, o “esquema” metodológico desta tese integra metodologias complementares que, atuando de forma harmoniosa, ampliam a robustez dos resultados alcançados. Entre as ferramentas que possibilitariam a construção deste arranjo, optamos em incluir a pesquisa exploratória, conforme definida por Gil (2009) que a apresenta como um tipo de investigação voltada a proporcionar maior familiaridade com um fenômeno ou problema ainda pouco estudado. De acordo com Sampaio (2022), esse tipo de pesquisa amplia o contato do pesquisador com um

campo, objeto ou contexto específicos, sendo útil para orientar a escolha dos instrumentos de coleta de dados e para organizar o tempo e os recursos disponíveis.

No caso desta pesquisa, a etapa exploratória foi essencial para recuperar dados empíricos sobre os movimentos que antecederam a organização sistemática da observação participante - iniciada após a aproximação do autor com os eventos investigados -, permitindo compreender de forma mais precisa o contexto inicial e a emergência do circuito curto de comercialização do grupo Cestas Agroecológicas.

Esse procedimento tornou-se necessário porque a intenção de produzir uma pesquisa sistematizada, com dados organizados e tratados, surgiu apenas após a emergência da atividade, quando o autor foi admitido, em março de 2021, no processo seletivo do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOCIO-UFPR). O ano de 2021 já correspondia ao segundo ano de funcionamento do circuito curto, resultado de uma ação extensionista que, embora ancorada em referências conceituais e científicas, não lidava com os dados de uma maneira orientada para resultar numa investigação mais aprofundada dos processos internos da experiência.

As informações presentes neste período anterior, contudo, eram importantes para fundamentar a compreensão do processo desde sua emergência e oferecer subsídios à formulação das hipóteses e à interpretação das dinâmicas observadas posteriormente.

Embora nossa interpretação sobre a relação entre ensino, pesquisa e extensão explicita que não é possível que um se faça sem o outro, nos casos de envolvimento direto com o cotidiano das comunidades, a ordem entre esses elementos não é estática, seguindo uma lógica definida caso a caso. No grupo Cestas Agroecológicas, foi o aprofundamento das dinâmicas vivenciadas no dia a dia que levou o autor desta tese, enquanto extensionista do projeto, a buscar maior densidade teórica e conceitual para sustentar hipóteses sobre as contribuições da experiência junto ao campo de conhecimentos no qual se insere.

Assim, o processo não se iniciou com uma pesquisa previamente estruturada, mas a necessidade de organizá-la como tese acadêmica emergiu da própria prática extensionista, que evidenciou lacunas teóricas e analíticas a serem investigadas e que, uma vez problematizadas, poderiam gerar desdobramentos positivos para as ações em andamento.

Nessa trajetória, apenas em setembro de 2021 o delineamento da pesquisa se tornou mais claro, permitindo estruturar estratégias para a produção dos dados. O

circuito, porém, havia iniciado suas atividades em maio de 2020. O intervalo de dezesseis meses entre as primeiras entregas e o início formal da investigação exigiu um resgate de informações para dar maior precisão à análise. Por essa razão, adotou-se uma metodologia que possibilitasse revisitar e sistematizar os dados desse período.

O percurso desse resgate, incluindo o período que antecede a consolidação do circuito e o registro de sua emergência, está detalhado na tabela a seguir:

Tabela 2 - ETAPAS DA PESQUISA EXPLORATÓRIA

PERÍODO ANALISADO	ELEMENTO PESQUISADO	MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	OBJETIVO DA ETAPA	DADOS PRODUZIDOS E/OU RECUPERADOS
Anterior à 2020	Projeto de Extensão Agricultura Urbana: Jardinar Para Se Emancipar. (Esse debate será apresentado com os resultados da investigação, quando os dados sobre a movimentação da extensão, para suprir a ausência da ATER no território, forem expostos)	Recuperação da memória, através de conversas com os envolvidos e busca de anotações em caderno de campo. Pesquisa documental com visita aos processos relacionados ao projeto: apresentação e aprovação no sistema da UFPR e relatório final da primeira edição. Busca da lei municipal sobre agricultura urbana que resulta como um dos produtos do projeto de extensão (Lei Ordinária Nº 2030/2019).	Compreender como se organizou a atividade que dá origem ao suporte das ações por onde se construiria o circuito curto de comercialização Cestas Agroecológicas.	Histórico sobre a atividade de extensão e sua evolução até a pandemia. Resgate da participação destes extensionistas nas atividades iniciais do circuito. Conhecimento sobre a participação efetiva de produtores urbanos, egressos da UFPR e alguns do projeto JARDINAR, junto ao circuito. Primeiras aproximações entre os agricultores, extensionistas acadêmicos e produtores urbanos que foram centrais na emergência do circuito.
JAN/FEV 2020	Aceite do pesquisador ao convite para se integrar à equipe do projeto de extensão "Agricultura Urbana: Jardinar para se emancipar".	Diálogo com o coordenador do projeto de extensão, visita aos e-mails que foram enviados no período, e pesquisa em conversas realizadas na rede WhatsApp sobre este tema.	Reconstituir o cenário em que o técnico-administrativo, agora autores desta tese, passa a atuar como participante do projeto JARDINAR no período pré-circuito ⁹ .	Descrição sobre o papel dos técnicos administrativos nas atividades típicas da universidade. Constatação de que a presença do técnico no circuito o coloca como participante efetivo do processo e numa atividade incomum entre seus afazeres. Justificativa pessoal da potencialidade que as

⁹ O autor considera período pré-circuito, aquele que se desenvolve antes da definição acerca da modalidade alternativa de comercialização que seria adotada pelo grupo extensionista ante as restrições implantadas com a pandemia.

	Primeiras reuniões com os agricultores.	Rememoração das reuniões com os atores envolvidos	Resgatar os primeiros passos da organização coletiva	metodologias participantes têm como potenciais transformadoras do papel dos atores sociais. “Toró de ideias” nas reuniões
FEV/MAR/ABR/MAI 2020	Formação de base conceitual para a estruturação das relações sociais no circuito. Primeiras reuniões com os agricultores.	Diálogo entre docente/técnico sobre as formas de abordagem participativas; postura interdisciplinar na elaboração de uma proposta inclusiva. Rememoração das reuniões com os atores envolvidos	Rememorar a construção do sentimento de pertencimento, e dos meios propostos para a participação efetiva e democrática de todos os participantes da iniciativa.	Recuperação das Premissas iniciais para formação do grupo, e a identificação de forte influência da base conceitual da pesquisa participante, presente desde o início da atividade.
MAR/ABR 2020	Prospecção de agricultores familiares, do território, e da produção de convites para participação no grupo. Primeiras reuniões com os agricultores.	Saídas a campo, visita a unidades produtivas diálogos com os agricultores, acesso e pesquisa a anotações de outros extensionistas, inquirição verbal sobre as preocupações dos agricultores com a pandemia, sobre a forma de produção praticada, sobre as perspectivas de produção para o período e sobre o interesse em atuar em uma ação facilitada pela universidade.	Levantar dados sobre os atores sociais que foram identificados com interesse e potencial para participar das ações. Recuperar como os atores sociais narravam suas expectativas sobre a pandemia. Reconstruir o cenário de ofertas de produtos e expectativas de organização da produção para o período subsequente ao da investigação.	Levantamento do primeiro grupo de produtores que ofertaram seus produtos às primeiras edições das vendas. Inventário dos alimentos que foram ofertados durante os primeiros movimentos do grupo. Construção de um mapa territorial prioritariamente envolvido. Primeiras preocupações com logística e materialização das ações, de forma individualizada, ainda sem a definição de qual seria o formato de comercialização a ser adotado.
MAR/ABR 2020	Edital da FIOCRUZ Primeiras reuniões com	Releitura do edital e dos rascunhos que organizaram a proposta de projeto apresentada. Retomada dos conceitos teóricos, fundamentais, que foram adotados no	Observar a importância do projeto construído para a FIOCRUZ como contato inicial com modelos e procedimentos passíveis de implementação de	Bases para a proposição do modelo de comercialização que seria operado através do circuito. Reafirmação de um projeto que seguiria com

	os agricultores.	início da atividade e relação destes conceitos com as etapas posteriores. Análise sobre a importância do projeto construído para o certame da Fiocruz, como subsídio para as propostas dialogadas com os agricultores. Reuniões de caráter propositivo para instalação do circuito	formas alternativas de comercialização de alimentos. Resgatar o debate sobre a necessidade de institucionalização da ação. Reconstruir o ambiente demandante de inter/transdisciplinaridade desde o início do processo.	bases interdisciplinar e transdisciplinar. Constatação de que após a mobilização da comunidade, o projeto seguiria mesmo sem qualquer financiamento externo.
MAR 2020	Formação do grupo de compradores	Análise sobre a formação do grupo de WhatsApp, a partir da leitura de diálogos no próprio aplicativo, e de diálogos com os primeiros compradores incluídos no grupo.	Compreender a evolução do papel da ferramenta tecnológica como facilitadora da atividade. Entender como funcionaram as primeiras experiências de comercialização (uso de planilhas Excel, do sistema cognito, e da página de compra do CCRA, posteriormente). Buscar conceitos fortes envolvidos na participação destes atores no papel de compradores (quais suas motivações?)	Percurso da construção do grupo na rede de mensagens. Dificuldades e potencialidades presentes para a consolidação do grupo. Oportunidades e limites do uso da ferramenta para a organização dos agricultores quanto à colheita de pedidos e porcionamento das entregas, a partir das encomendas dos compradores. Resgate do sentimento de solidariedade que envolveu a UFPR-Litoral durante a pandemia.
ABR 2020	Continuidade das reuniões presenciais e início das reuniões gravadas no teams.	Consulta a fotografias, atas, vídeos, relatos e gravações das primeiras reuniões na plataforma TEAMS, entre janeiro e abril de 2020.	Resgatar como se construiu o primeiro grupo de organização do circuito e como este inicia seus trabalhos. Compreender como essa emergência ocorre entre as dificuldades	Falas de incerteza sobre o cenário. Receios em organizar a produção sem a certeza de existirem espaços para comercializar. Receio em contrair a doença. Preocupações com o impacto sobre a renda.

			impostas pela pandemia. Observar a intensidade do engajamento a partir das intervenções espontâneas dos atores envolvidos.	Relatos sobre a importância da universidade no território.
MAI 2020	Início da atividade de comercialização e entregas	Consulta aos poucos registros que permanecem: planilhas de Excel com as primeiras encomendas, print das conversas iniciais na rede de mensagens, resgate de anotações esporádicas, conversas com os agricultores e compradores.	Resgatar as representações iniciais que os agricultores estavam construindo sobre a atividade. Entender o fluxo de procedimentos das operações. Buscar dados sobre expectativa/realização das metas estabelecidas sobre as vendas. Rememorar a descrição dos afetos que eram expressos nas primeiras atividades.	Interpretações iniciais sobre a atividade. Conflitos presentes no cotidiano. Diferenças culturais que impactavam embalagens, apresentação e higienização dos produtos. Construção de laços de confiança e solidariedade presentes nas atividades.
JUL/AGO/SET 2021	Início da investigação acadêmica através da observação participante	Projeto de pesquisa apresentado ao PPGSOCIO com contornos mais precisos. Apropriação dos conceitos sobre a extensão universitária, seus limites e possibilidades. Contato inicial com o programa de doutorado e com o orientador, Prof. Dr. Álfio Brandenburg. Ampliação do repertório do	Apontar a emergência de preocupações formais com métodos e técnicas de pesquisa, e elaboração das perguntas corretas que orientassem os estudos. Comparar os objetivos iniciais com os atuais desta pesquisa. Resgatar os interesses acadêmicos, sociais e científicos iniciais sobre a atividade.	Fortalecimento da opção pela observação participante como metodologia para a construção da tese. Organização do contorno sobre o problema de pesquisa, Interação entre a vida acadêmica e a participação no grupo. Construção dos objetivos da pesquisa.

		pesquisador sobre o aporte conceitual.		
--	--	--	--	--

Fonte: O autor (2024)

Conforme exposto, muitos dos dados essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa não haviam sido sistematizados antes de 2021, o que dificultava seu uso como base para os estudos posteriores. Entre eles, destacam-se as reuniões que marcaram o início da atividade - algumas realizadas presencialmente e parcialmente resgatadas por meio das técnicas da pesquisa exploratória, conforme retratado na Tabela 2 (p.74), e outras gravadas na plataforma TEAMS, essas analisadas posteriormente, já sob a perspectiva da observação participante -, permitindo examinar com maior detalhe as interações e decisões que estruturaram a formação do circuito curto de comercialização.

Essa abordagem metodológica possibilitou também acessar dados das primeiras entregas, então dispersos entre diferentes atores. Parte desses registros foi reunida e sistematizada, permitindo a construção de elementos quantitativos, apresentados no Capítulo 6 (p. 135).

O resgate incluiu ainda diálogos de rememoração com o Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, a fim de recuperar a memória sobre o papel do projeto JARDINAR - do qual ele era coordenador - na criação de vínculos sociais entre os atores envolvidos. Essas conexões iniciais serviram como embrião para a constituição do circuito curto analisado nesta tese.

O processo de reconstrução histórica foi fundamental para compreender a trajetória de formação do circuito e o papel desempenhado pela universidade e pela extensão acadêmica crítica como elementos de apoio às comunidades. Esse resgate também evidencia a forma como o autor foi inserido no campo, revelando seus primeiros contatos com o que se consolidaria como objeto de investigação, e permitindo refletir sobre as diferentes formas de engajamento social.

Ao tornar visíveis os movimentos embrionários da organização do circuito, essa reconstrução aprofunda a análise das dinâmicas posteriores, aperfeiçoando a leitura dos fatores que influenciaram sua estruturação e refinando a interpretação das ações e transformações subsequentes.

3.3 SOBRE A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A observação participante é uma das modalidades da pesquisa participante, caracterizada pela imersão do pesquisador no ambiente estudado para compreender práticas, interações e significados compartilhados pelos sujeitos da pesquisa (Brandão, 1984). Essa abordagem qualitativa pressupõe uma relação dialógica entre pesquisador e participantes, na qual a produção de conhecimento ocorre situada no contexto social investigado.

Nesta pesquisa, os sujeitos envolvidos na ação são tratados como atores sociais, e o pesquisador assume a posição de ator social extensionista, conforme descrito na introdução e na apresentação do autor da tese. O envolvimento do pesquisador vai além da mera observação, exigindo participação ativa e o estabelecimento de relações de confiança, elementos fundamentais para enriquecer a análise dos fenômenos sociais, conforme aponta Spradley (1980).

A coleta de dados dentro desse processo envolve diários de campo, conversas informais, participação direta nas atividades, análise de reuniões gravadas (Emerson; Fretz; Shaw, 2011), e, em nosso caso, o acompanhamento da movimentação no grupo de mensagens digitais.

Nesse contexto de produção de dados, o pesquisador busca manter uma postura reflexiva e adaptativa, registrando tanto as interações observadas quanto suas impressões e mudanças de compreensão ao longo da imersão no campo (Becker, 2007). À medida que acompanha novos movimentos do objeto de estudo, sua percepção pode ser ressignificada continuamente, ampliando a compreensão do fenômeno. Por essa razão, o que se retrata não são posições fixas dos atores sociais, mas sim dinâmicas em constante transformação, que refletem o caráter processual do real vivido e compartilhado.

A análise de reuniões gravadas surge como um recurso metodológico essencial, pois permite captar detalhes verbalizados, dinâmicas de interação de posições e relações de poder que poderiam passar despercebidos em uma observação convencional. Esse material possibilita a transcrição temática, permitindo a identificação mais clara dos movimentos de mudança de posturas em outras formas de apreensão de dados, caso eles ocorram, o que revela contradições interessantes ao processo.

Nossa intenção não foi de realizar uma análise de discursos, mas sim, de tentar compreender como evoluiu a dinâmica das relações presentes no cotidiano, de acordo com a evolução das atividades e da verbalização sobre as mesmas.

Quando os atores construíam dinâmicas que originavam situações sobre as quais eram necessárias a realização de análises, as reuniões gravadas eram revisitadas para que se verificassem como se dava a compreensão anterior dos atores sobre os temas abordados ou sobre situações similares.

Neste sentido, analisar as falas dos sujeitos em núcleos de interação diferentes (observações diretas, rede WhatsApp e reuniões gravadas) torna-se relevante ao processo (Malinowski, 1978), e, além disso, em nosso caso, viabiliza a triangulação dos dados, reforçando a validade da análise qualitativa.

O objetivo central da observação participante construída para esta tese, é aprofundar a compreensão dos processos sociais a partir da perspectiva dos próprios sujeitos pesquisados, respeitando suas construções verbais e históricas, bem como seus modos de organização. Esse envolvimento com as fontes possibilita a apreensão de valores, práticas e dinâmicas culturais, garantindo uma análise densa e contextualizada, aproximando-se do exposto por Geertz (1989), quando se refere ao tema. Possibilita ainda, que a análise seja capaz de capturar mudanças sutis nas posições dos atores sociais, refinando os processos investigativos.

Como destaca Malinowski (1978), essa forma de abordagem busca interpretar as ações humanas segundo os significados atribuídos pelos próprios atores sociais, evitando a imposição de categorias externas à realidade estudada.

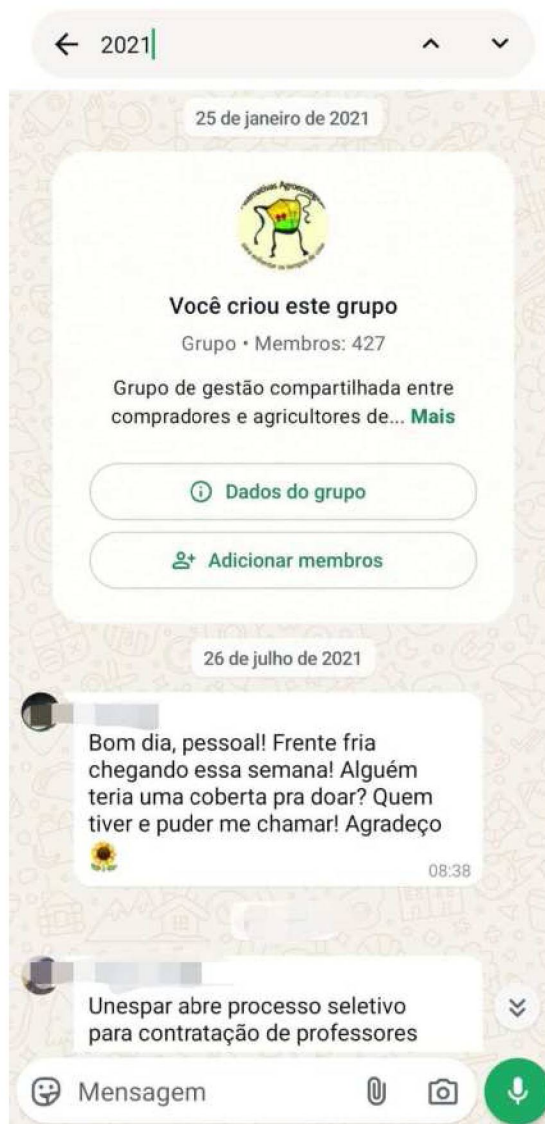
Em nosso caso, o material a analisar é constituído por:

- 1) 30 reuniões gravadas durante a pandemia, entre os dias 25 de janeiro de 2021 e 24 de fevereiro de 2022, na plataforma TEAMS. Essas reuniões foram transcritas e são uma fonte importante dos dados que serão analisados. Além dessas, existem outras reuniões anteriores que foram registradas a partir do resgate da memória dos participantes, com conteúdo parcialmente recuperado por meio da pesquisa exploratória. Parte dos dados dessas reuniões também foi armazenada nas anotações em cadernos de campo do pesquisador. Essas reuniões ocorreram presencialmente, entre fevereiro e março de 2020, e via outras plataformas digitais - sem gravação - entre março de 2020 e janeiro de 2021. Após

fevereiro de 2022, com o relaxamento das normas sanitárias e da redução da atividade social impostas com a pandemia, os acordos necessários passaram a serem ajustados ao final dos dias de entrega, e via o grupo de WhatsApp chamado de “AlterAgroGestão”, que reúne extensionistas e produtores. Dessa forma, raras foram as reuniões que envolvessem os produtores e a equipe extensionista após fevereiro de 2022.

- 2) 115 entregas, aproximadamente, distribuídas da seguinte maneira entre os anos: 14 em 2020, 24 em 2021, 24 em 2022, 24 em 2023, 24 em 2024 e 5 em 2025, até março, data do fim da amostra geral para produzir a pesquisa. Durante as entregas, todo evento que revelasse interesse ou curiosidade, era anotado nos cadernos de campo. A pesquisa exploratória também incidiu sobre essa fonte de dados, procurando entre os agricultores, memórias sobre eventos que sobressaíssem ao cotidiano. As trocas ocorridas nas datas de entrega, e a rotina dessas atividades serão expostas adiante, na apresentação dos resultados da pesquisa.
- 3) 8 Saídas a campo com o Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, visitando as unidades produtivas dos atores envolvidos no circuito e registradas nos cadernos de campo. Ainda há outras 7 saídas em visitas aos agricultores, envolvendo outros contextos, mas que também nos abasteceram com dados, pois os atores rurais envolvidos eram os mesmos.
- 4) Interações contínuas no grupo de WhatsApp onde se efetivam as compras, com registros preservados desde 26 de julho de 2021. A informação que vem acima dessa primeira interação preservada, apresenta o grupo como formado em 25 de janeiro de 2021, mas essa data, ao que conste, foi a de expansão de um grupo anterior, que incorporou todos os membros do grupo antigo, cujas informações não foram preservadas. A informação pode ser observada na imagem a seguir:

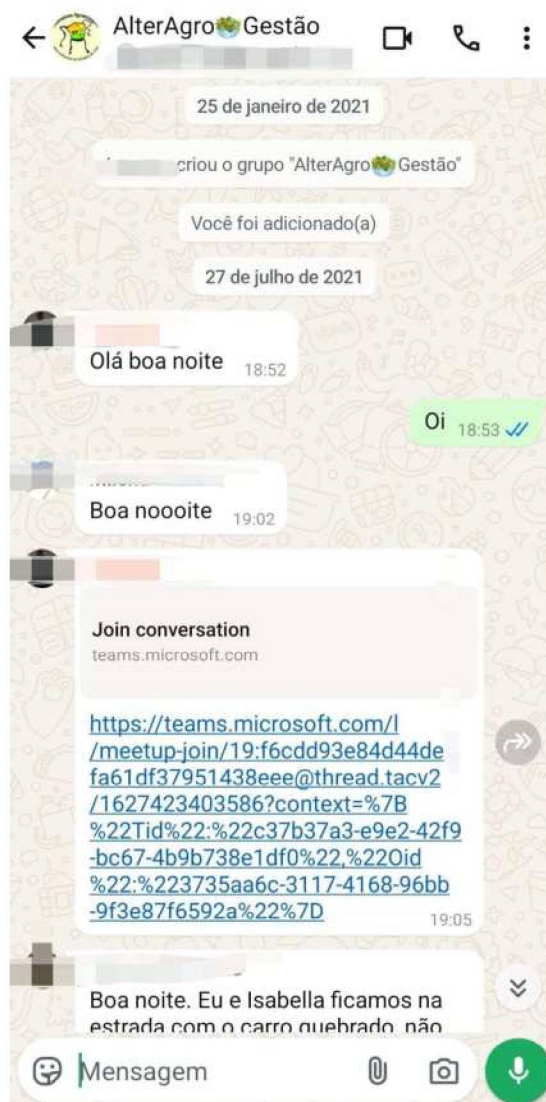
Figura 1 - REGISTRO DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES NO GRUPO DE COMPRAS DO WHATSAPP



Fonte: Grupo de WhatsApp Cestas Agroec Matinhos (2021)

- 5) Interações contínuas no grupo de WhatsApp onde a equipe de gestão se organiza, com registros preservados desde 27 de julho de 2021. Perceba-se que o grupo foi criado 1 dia após a organização do novo grupo de consumidores, provavelmente substituindo também um grupo anterior, que deveria ser menor em número de participantes do que o atual. Na tela, há a indicação de um link de reunião, já utilizando a plataforma TEAMS:

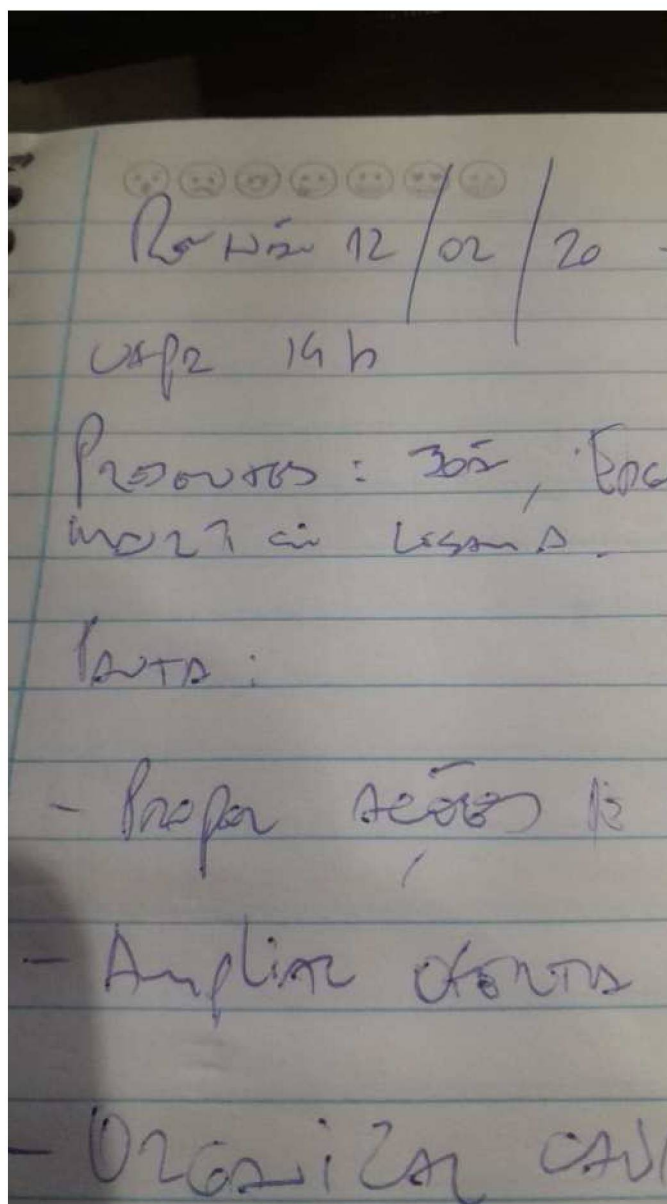
Figura 2 - REGISTRO DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES NO GRUPO DE GESTÃO



Fonte: Grupo de WhatsApp Cestas AlterAgroGestão (2021)

- 6) Anotações em caderno de campo sobre conversas informais, visitas às unidades produtivas, anotações pessoais sobre as reuniões e participação nas entregas desde fevereiro de 2020, conforme a figura a seguir:

Figura 3 - PRIMEIRO REGISTRO EM CADERNO DE CAMPO



Fonte: Caderno de campo do autor (2020)

Com base nas fontes de dados apresentadas, a análise será estruturada a partir da interpretação integrada dos registros, considerando os diferentes meios pelos quais as informações foram produzidas, tratadas e armazenadas.

Os dados das reuniões gravadas foram transcritos, analisados e agrupados por similaridades temáticas com as categorias analíticas e com os objetivos da pesquisa, permitindo a identificação de verbalizações, interações e transformações nas posturas dos atores envolvidos diante dos referenciais elencados. Esses registros fornecerão elementos para compreender os processos de tomada de decisão, construção de acordos e dinâmicas de organização do circuito curto de comercialização, além de

produzirem elementos suficientes para responder à questão da pesquisa, indicando se o circuito está se alinhando aos sistemas alternativos e se consolidando como uma forma de resistência aos impactos do sistema agroalimentar hegemônico.

As entregas documentadas ao longo dos anos constituem um conjunto significativo de observações empíricas. Durante essas ocasiões, os eventos que suscitaram interesse foram registrados nos cadernos de campo, permitindo a recuperação de elementos cotidianos que caracterizam o funcionamento do circuito. A pesquisa exploratória complementou essa fonte ao buscar entre os agricultores e demais atores sociais as memórias sobre eventos marcantes, ampliando o escopo da análise.

As saídas a campo realizadas com o Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, e em outras oportunidades, possibilitaram a observação direta das unidades produtivas, contribuindo para o entendimento das condições de produção e das relações estabelecidas entre os agricultores e os agentes extensionistas.

As interações nos grupos de WhatsApp, tanto o de consumidores quanto o de gestão, serão analisadas para identificar como evoluíram as trocas, a resolução de conflitos e as articulações nesse espaço digital. Esses registros permitirão captar as dinâmicas da comunicação, os desafios enfrentados pelos atores sociais para manter e consolidar a atividade, e as estratégias de coordenação adotadas ao longo do tempo.

Por fim, os cadernos de campo reúnem registros de conversas informais, reflexões do pesquisador e notas sobre visitas às unidades produtivas e reuniões. Essa fonte possibilita triangular as informações obtidas por outros meios, garantindo maior profundidade analítica e permitindo a identificação de elementos estruturantes das análises a serem produzidas.

Quanto ao universo da análise, a pesquisa foi realizada no município de Matinhos, litoral do Paraná, com extensão aos territórios rurais/periurbanos da PR-508 (Alexandra-Matinhos) e a algumas localidades de produtores vinculados à UFPR-Litoral, incluindo participantes de Morretes, Paranaguá e Guaratuba. O foco territorial do circuito situa-se na cidade de Matinhos, embora a rede de produção e comercialização envolva diferentes pontos de origem dos produtos e, ainda, uma experiência efêmera de expansão das atividades de entregas em Guaratuba.

O universo empírico de atores envolvidos compreende os agricultores familiares e produtores urbanos que participaram do circuito “Cestas Agroecológicas: para enfrentar os tempos de crise” entre os anos de 2020 e 2025, os

consumidores/compradores organizados via grupos de WhatsApp e os extensionistas universitários da UFPR-Litoral.

A amostra compreende aproximadamente 20 agricultores, 10 produtores urbanos e 80 consumidores ativos/compradores ativos¹⁰, que geraram interações com o processo de comercialização e foram acompanhados com regularidade por meio de observação participante, registros documentais, mensagens de WhatsApp e interações diretas. Há ainda 2 extensionistas que articulam as ações desde o princípio, e outros 5 que realizaram ações esporádicas que serão descritas junto às etapas que retratarão, em momento oportuno, as dinâmicas que foram desenvolvidas ao longo dos processos.

Embora a pesquisa tenha priorizado a observação de campo em relação aos grupos que permaneceram ativos por mais tempo nas atividades, também foram considerados dados sobre participantes que se afastaram do circuito ao longo do tempo, buscando compreender dinâmicas de permanência e saída.

É fundamental ressaltar que o percurso metodológico desta tese, ancorado nos princípios da pesquisa participante, não se pautou em um roteiro prévio rigidamente predefinido. Ao invés disso, a construção da investigação foi um processo dinâmico e iterativo, moldado pela troca contínua entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos, com mecanismos que já estavam colocados no cotidiano da atividade antes da estruturação da pesquisa e da definição de métodos alheios à realidade instalada.

Essa flexibilidade inerente à abordagem participante permitiu que as estratégias de coleta e análise de dados emergissem e se adaptassem às complexas realidades do campo, garantindo que a pesquisa fosse sensível às nuances do contexto e co-construída com os participantes, em consonância com os preceitos apresentados pelos autores visitados e já mencionados anteriormente. Tal abordagem, longe de ser uma limitação, constitui uma força metodológica, pois possibilita uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos sociais investigados.

Em relação ao período em que os dados foram produzidos, considere-se que a coleta da pesquisa exploratória se dá entre janeiro de 2020 e agosto de 2021, e que a coleta e produção de dados da pesquisa participante ocorre entre junho de 2021 e fevereiro de 2023, incluindo ainda algumas listagens atualizadas da rede WhatsApp

¹⁰ Considera-se ativo o membro do grupo que realiza ao menos uma compra mensal por período.

que seguiram coletadas até fevereiro de 2025. A construção das categorias analíticas ocorreu entre junho de 2021 (início do curso de doutoramento), até o final de 2023 (conclusão das disciplinas cursadas e das orientações que apresentaram a sugestão de autores a serem utilizados).

Quanto à forma de análise, a opção foi dividir o estudo em 3 fases vivenciadas pelos atores no circuito: a fase inicial, que buscava soluções para a confluência de crises exacerbadas com a pandemia, a qual chamamos de fase de implantação do circuito (que é realizada em 2020); a fase de reorganização (entre 2021 e 2022), quando o circuito é tensionado a se expandir; e a fase de autonomia dos produtores locais (de 2023 até o momento de conclusão da análise), que é quando os agricultores familiares locais desenvolvem um arranjo com o qual se tornam protagonistas do processo.

Ao fim de cada uma destas fases, há a análise dos dados apresentados, executada sob a ótica das categorias analíticas relacionais, dialogando com os objetivos propostos na investigação.

3.4 DAS TRIANGULAÇÕES

A triangulação de dados é um fator amplamente discutido na metodologia de pesquisa qualitativa, e envolve a utilização de múltiplas fontes de dados, métodos ou perspectivas teóricas para garantir uma maior densidade e credibilidade na interpretação dos resultados.

No contexto da pesquisa qualitativa, autoras como Minayo (2010) sugerem que a triangulação é uma técnica que permite verificar a convergência de informações coletadas por diferentes meios, contribuindo para uma análise mais rica e diversificada dos fenômenos estudados.

Minayo (2010) enfatiza que a triangulação visa conferir maior rigor metodológico e ainda oferecer uma maneira de captar as múltiplas dimensões dos fenômenos sociais, reconhecendo que diferentes métodos ou fontes de dados podem fornecer compreensões complementares.

Além disso, segundo Flick (2009), a triangulação permite superar as limitações inerentes a qualquer método isolado, oferecendo uma abordagem mais completa ao fenômeno. Essa abordagem pode ser aplicada de forma metodológica (triangulando diferentes métodos de coleta de dados) ou por meio de fontes de dados diversas.

Assim, o uso da triangulação busca aumentar a validade e a confiança nos resultados da pesquisa.

Em nosso caso, a triangulação vai funcionar estabelecendo relações entre: dados da pesquisa exploratória, da pesquisa participante e submetendo essas relações à ótica das categorias analíticas – notadamente com maior ênfase entre as categorias analíticas relacionais. Desta forma, o foco da triangulação aqui empregada, recai sobre o processo de análise de dados e sobre a produção de resultados, onde há realmente a integração entre os diferentes elementos mencionados.

O autor da tese, então, posiciona-se no contexto da triangulação como um sujeito que articula os dados, analisa as relações entre eles e realiza interpretações antes e depois do processo de triangulação, que se retroalimenta, conforme descrito na figura a seguir:

Figura 4 - ELEMENTOS DA TRIANGULAÇÃO NO CONTEXTO DA TESE



Fonte: O autor (2025)

4 ESPAÇO TERRITORIAL E ATORES SOCIAIS

4.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E AS COLÔNIAS DA PR 508

Matinhos, no litoral do Paraná, é um município com população estimada de 41.416 habitantes (IPARDES, 2025), que possui uma área total de 117,899 km², sendo que dados da EMBRAPA¹¹, em 2012, apontavam que desta área, 4,75 km² eram urbanos e 113,149 km² eram rurais.

Os mapas a seguir apresentam a localização do município em relação ao Estado do Paraná:

Figura 5 - POSIÇÃO DE MATINHOS NO MAPA DO PARANÁ E DIVISAS MUNICIPAIS



● Município de Matinhos

Fonte: Caderno IPARDES (2025)

Já em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - descrevia que 20,26 km² do município estavam urbanizados. O IBGE reconhece a existência de áreas rurais urbanizadas¹², que são locais classificados como rurais, mas que apresentam características típicas de urbanização, como iluminação pública, pavimentação das vias de acesso, serviços públicos presentes na área, entre outros.

¹¹ Não foram localizados dados atuais sobre a distribuição da área do município entre rural e urbana, portanto consideramos dos dados da Agência Brasileira de Agropecuária – EMBRAPA de 2012. Disponível:

<https://webcitation.org/64Oltr297?url=http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/uf/pr.html>

Acesso em 30 out 2024.

¹² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. c Definição de Área Rural Urbanizada. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 4 nov. 2024.

O município está situado numa região de Mata Atlântica, e sua área rural está entrelaçada e entremeada a três áreas de proteção ambiental, regidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000), das quais dois são Parques e uma é Área de Proteção Ambiental (APA).

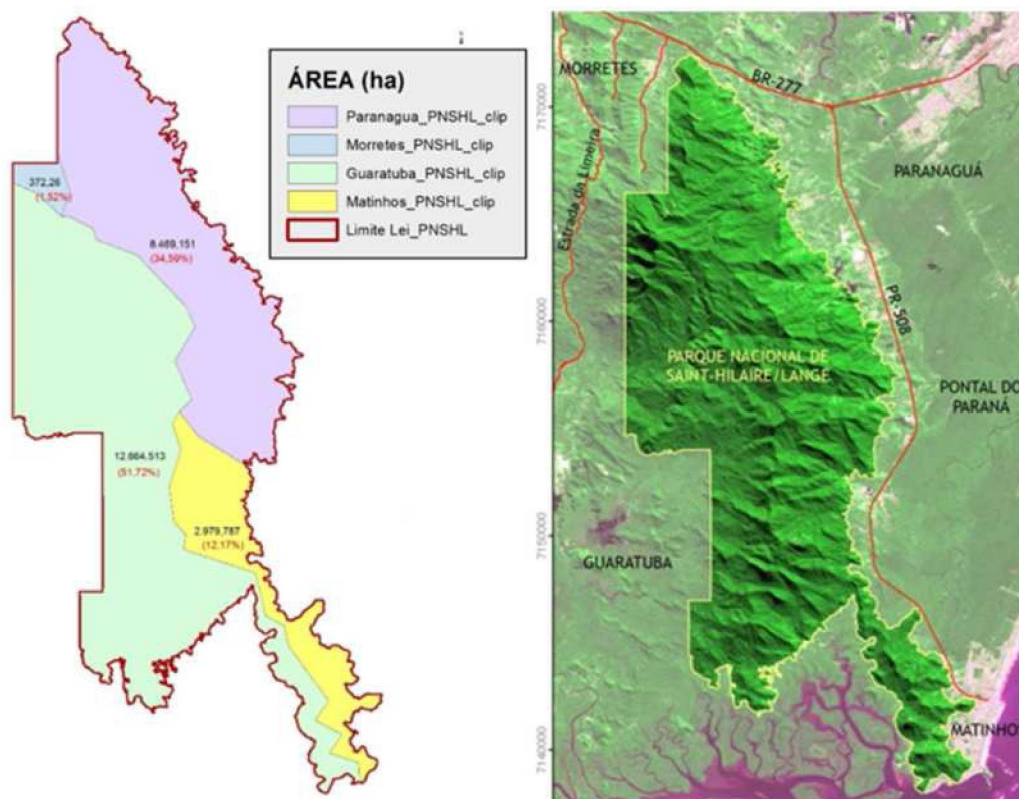
Os dois parques ecológicos presentes no território são: o Parque Estadual Rio da Onça, abrangendo uma área de 1659,7 hectares, e o Parque Nacional Saint Hilaire Lange (PNSHL), com uma área de aproximadamente 25 mil hectares. A APA em questão é a de Guaratuba, que possui cerca de 200 mil hectares, dos quais 3560 deles estão em Matinhos¹³. O Parque Estadual Saint-Hilaire/Lange, o Parque Natural Municipal Rio da Onça e a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba, possuem características distintas de uso e preservação, conforme apontam as diretrizes do SNUC, que regula o acesso e a utilização dos recursos naturais em cada tipo de unidade.

O Parque Estadual Saint-Hilaire/Lange é classificado como uma Unidade de Proteção Integral na categoria de Parque Estadual. Nessa categoria, o uso dos recursos naturais é restrito, focado exclusivamente em atividades que não impliquem a exploração direta, como pesquisa científica, educação ambiental e visitação controlada para ecoturismo. O objetivo central dessa unidade é proteger ecossistemas importantes da Mata Atlântica, conservando a biodiversidade e a beleza cênica local, além de fornecer um espaço para o desenvolvimento de atividades educacionais voltadas ao meio ambiente.

A seguir apresentamos um mapa que situa como o PNSHL se distribui no território, e como suas fronteiras se relacionam com o município de Matinhos:

¹³ Os dados sobre a Área de Proteção Ambiental de Guaratuba podem ser consultados online. Disponível: <https://apaguaratuba.wordpress.com/#:~:text=Conserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20Prote%C3%A7%C3%A3o&text=Criada%20em%201992%2C%20pelo%20Decreto,Nacional%20Saint%2DHilaire/Lange>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Figura 6 - FRONTEIRAS DO PNSHL E % DE PRESENÇA DO PARQUE NOS TERRITÓRIOS MUNICIPAIS



Fonte: Adaptado de Rodrigo F. Torres (2011)

De forma semelhante, o Parque Natural Municipal Rio da Onça, também enquadrado como Unidade de Proteção Integral, permite atividades de pesquisa, educação ambiental e recreação ao ar livre, visando preservar a biodiversidade local e atuar como área de refúgio para a fauna e flora nativas. No entanto, como um parque municipal, ele atua com foco na conservação de ecossistemas específicos da região, e deveria promover a interação da comunidade com a natureza de forma controlada e educativa, fortalecendo o ecoturismo e as práticas sustentáveis em nível local.

Entretanto, poucos moradores ou turistas sabem da existência deste parque e dele usufruem como espaço para passeios, pois ele é pouco explorado pela prefeitura como uma área de visitação pública para lazer, ficando seu papel relegado ao campo da educação ambiental para as instituições de ensino presentes no território.

Figura 7 - LOCALIZAÇÃO E LIMITES DO PARQUE ESTADUAL RIO DA ONÇA



Fonte: elaborado pelo autor (2025) através de uma composição de mapas realizada a partir de um mapa de elaboração anônima presente na internet, e da captura de tela da localização via GoogleMaps (2025)

Como se infere pelos mapas acima, a imagem apreendida com a plataforma GoogleMaps, ao lado direito da figura, indica com o ponto de localização em vermelho, o local de entrada para visitação da unidade, e o mapa do lado esquerdo, com as áreas colorizadas em tons verdes, demarca a área ocupada pelo parque e por sua ampliação ocorrida em 2022, que aumentou sua área de 118,5 para 1659,7 hectares, diante da área urbana do município que é contornada pelo perímetro em vermelho. Todo restante do mapa do município, em branco e fora do perímetro urbano apresentado com a linha vermelha, representa a área rural, que na sua quase totalidade ou está em áreas de preservação ambiental, ou no seu entorno.

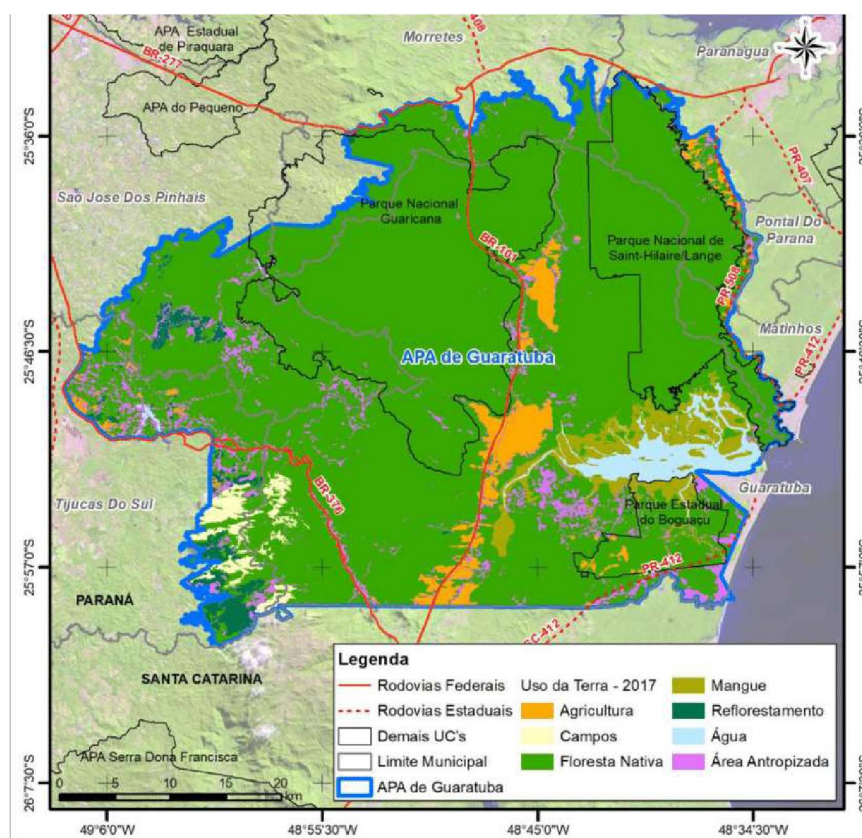
Já a APA de Guaratuba, é classificada como Unidade de Uso Sustentável, e possui normas mais flexíveis quanto ao uso de seus recursos. Embora a conservação ambiental continue sendo um objetivo prioritário, a APA permite atividades econômicas e sociais, incluindo práticas agropecuárias, desde que alinhadas com critérios de sustentabilidade, estabelecidos legalmente e interpretados por órgãos competentes.

Com isso, as instituições buscam equilibrar a proteção de ecossistemas sensíveis, como os manguezais e áreas de Mata Atlântica, com estímulo a práticas de desenvolvimento sustentável das comunidades locais. A APA de Guaratuba é fundamental para a preservação ambiental e se insere ao discurso de proporcionar condições para o desenvolvimento territorial sustentável. Porém, em Matinhos, está presente apenas 1,78% da área total da APA de Guaratuba, que corresponde à área

protegida que atravessa a baía e que faz a divisa entre os 2 municípios, ou na área de entorno após o limite do PNSHL.

Trata-se, portanto, de uma área relativamente pequena, onde a produção agrícola não ocorre em volume significativo. Dessa forma, as comunidades rurais da região têm se voltado para o turismo, a pesca e o cultivo de ostras, setores que se destacam como alternativas viáveis de sustento.

Figura 8 - PERÍMETRO DA APA DE GUARATUBA



Fonte: Heimann; Júnior (2021)

Um exemplo dessa situação ocorre na localidade de Cabaraquara, situada em Guaratuba, mas próxima aos limites territoriais de Matinhos, onde se consolidou um polo gastronômico voltado à produção e comercialização de ostras. Através de diversas parcerias, incluindo iniciativas de extensão universitária da UFPR-Litoral, essa região estruturou um roteiro turístico gastronômico, conhecido como “Circuito das Ostras”, que tem se fortalecido como um importante atrativo econômico e cultural.

Essas unidades de conservação, com diferentes graus de restrição e tipos de uso permitidos, formam um sistema de proteção ambiental interligado, essencial para

a manutenção da biodiversidade no litoral do Paraná e para a preservação dos recursos naturais e culturais da região.

Entretanto, ao mesmo tempo em que desempenham um papel crucial na conservação ambiental, essas áreas impõem restrições significativas ao uso do solo, limitando a expansão da produção de alimentos na região. As normativas ambientais e os planos de manejo dessas unidades de conservação frequentemente restringem práticas agrícolas e pecuárias, visando minimizar impactos ecológicos.

Como consequência, os agricultores locais enfrentam dificuldades para acessar áreas de cultivo, implementar técnicas agrícolas de maior escala ou diversificar a produção, o que compromete a segurança alimentar e a autonomia produtiva das comunidades rurais, mesmo que alinhadas aos princípios agroecológicos. Perceba-se no mapa apresentado como Figura 8 (p. 93), ao lado direito das linhas que demarcam o PNSHL, a existência das poucas áreas mais próximas a Matinhos que recebem atividade agrícola, e que estão marcadas em laranja na legenda.

No próprio município de Matinhos, essas áreas são ínfimas, ao ponto de não serem observadas no mapa. Essa constatação tem relação direta com o baixo volume da produção rural no município, e é ocasionada por outros fatores além da presença predominante de áreas de conservação ambiental no território. Geisiane Caldeira (2024), explica que, conforme Bigarella (2009), o solo da região que sobra para uso agrícola, também não é o mais propício para o cultivo, afastando os produtores do perímetro do município:

Mais próximo à praia, encontravam-se as “areias quartzosas”, de baixíssima fertilidade e praticamente sem nutrientes para qualquer cultura. Um pouco mais para o interior, os solos arenosos (referidos como podzólicos), com um pouco mais de matéria orgânica, são de baixa fertilidade natural e mal drenados. (Bigarella, 2009 apud Caldeira, 2024).

Esse conjunto de fatores - desde as dificuldades de adaptação a um território marcado pela presença de diversas áreas de proteção ambiental até a relação sócio-histórica com as características naturais da região, como os solos e o clima -, somado às dinâmicas sociais que estruturam a organização do território, influencia diretamente os níveis de produção municipal de alimentos. O reflexo dessas condições pode ser observado nos resultados apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3 - COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE MATINHOS E O CONSUMO MÉDIO NACIONAL

Produto	Produção Local (anual)	Consumo Médio Nacional (per capita/ano)	População de Matinhos (2024)	Demanda Estimada (anual)	% Da demanda atendida pela Produção Municipal
Leite (L)	3.000	167 L	41.416	6.918.472	0,04%
Carne Bovina (kg)	500	27,8 kg	41.416	1.150.364	0,04%
Carne de Frango (kg)	1.058	45,6 kg	41.416	1.891.770	0,06%
Ovos (unidades)	60.000	251 ovos	41.416	10.399.416	0,58%
Mandioca (kg)	125.000	25,5 kg	41.416	1.055.108	11,85%
Tomate (kg)	360.000	15,6 kg	41.416	645.970	55,73%
Banana (kg)	40.000	25,5 kg	41.416	1.055.108	3,79%
Laranja (kg)	15.000	14,8 kg	41.416	613.917	2,44%
Palmito Pupunha (kg)	30.000	0,6 kg	41.416	24.850	120,73%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IPARDES (2024), IBGE (2023), Ministério da Fazenda (2023) e estudos de consumo alimentar no Brasil.

Notas explicativas:

Produção Municipal: Dados do Caderno Estatístico Municipal de Matinhos – IPARDES (2024).

População de Matinhos: Estimativa populacional do IPARDES (2024).

Consumo Médio Nacional: Leite - Ministério da Fazenda (2023), Carnes e Ovos - Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA (2023), Mandioca, Tomate, Banana, Laranja e Palmito Pupunha - Dados estimados com base em levantamentos do IBGE informados em sites das representações setoriais de produtores.

Todos os dados da tabela são estimativos.

Cálculo da Demanda Estimada: Multiplicação do consumo médio per capita pelo número estimado de habitantes do município. Percentual Atendido pela Produção Local: Razão entre a produção local e a demanda estimada, indicando o grau de autossuficiência do município para cada produto.

A análise da tabela acima revela que a produção agropecuária de Matinhos é extremamente limitada e não atende minimamente à demanda alimentar de sua população. Os produtos essenciais para o abastecimento local, como leite, carne bovina, carne de frango e ovos, apresentam níveis de produção insignificantes, com índices de atendimento abaixo de 1% da necessidade estimada.

A produção de leite, por exemplo, atingiria apenas 0,04% da demanda municipal, enquanto a de carne bovina e carne de frango seguem a mesma tendência, e cobririam apenas 0,04% e 0,06% do consumo médio nacional, respectivamente. Esses dados evidenciam que a população de Matinhos depende quase integralmente

de produtos vindos de outras regiões, impactando o custo e a regularidade do abastecimento local, além de reduzir a autonomia alimentar da região.

A situação apresenta algumas exceções pontuais, mas ainda assim não há qualquer indício de autossuficiência alimentar que se organize no próprio território do município. A mandioca e o tomate são os únicos produtos com alguma relevância produtiva, atendendo 11,85% e 55,73% da demanda local, respectivamente.

Em contrapartida, alimentos de consumo diário como banana, laranja e ovos possuem taxas de atendimento abaixo de 5%, reforçando a necessidade de que o abastecimento destes itens tenha origem externa. O único produto que excede a demanda local é o palmito pupunha, com uma produção 20% superior ao consumo médio da população brasileira, mas esse é um produto local com potencial de comercialização para outras regiões, cuja produção talvez não seja direcionada diretamente à demanda local. De qualquer forma, a existência de uma única exceção não reverte o quadro geral de déficit produtivo, que impacta diretamente a segurança alimentar do município.

É importante alertar ainda, que essa análise sobre a insuficiência da produção em relação à demanda do município de Matinhos é calculada com base no consumo médio anual dos brasileiros quanto aos produtos elencados, e não sobre as necessidades nutricionais médias. Ou seja, considera-se o quanto realmente é consumido no período de um ano, e não o quanto deveria ser.

Um fator que nos chama a atenção nos dados apresentados, é que, durante as saídas de campo realizadas em atividades da UFPR-Litoral, ou mesmo vinculadas a esta pesquisa, o autor da tese nunca localizou a produção de laranjas e de tomates que o caderno IPARDES indica existirem.

O fato causa estranheza. pois o plantio de cítricos no litoral é uma atividade complexa, que caso ocorra realmente, seria um movimento que chamaria a atenção do meio acadêmico para acompanhar sua evolução. Também o tomate, para ser cultivado no território, necessitaria de uma estufa, onde o volume de produção que foi documentado pelo instituto exigiria uma estrutura que seria facilmente visualizada. Não se trata de questionar diretamente os dados oficiais apresentados na publicação, mas, antes, mencionar a curiosidade e estranheza que essa situação representa.

A parca produção rural do território de Matinhos, é realizada numa localidade conhecida como Colônia Cambará, e, nesta colônia, realizamos várias prospecções,

mas não conseguimos estabelecer vínculos efetivos com nenhum dos produtores locais, a ponto de aproximá-los da construção do circuito curto em análise.

Na verdade, ao passar por aquele território, não foi possível visualizar cultivos expressivos ou indícios de criação animal organizada para comercialização, o que sugere que os agricultores daquela colônia desenvolvem suas atividades em áreas mais afastadas, além do alcance visual dos pontos das estradas rurais que acessamos.

O que visualizamos, e até com certa frequência, foi a produção de pequena escala (embora algumas com possibilidades comerciais) de verduras e hortaliças folhosas, o que incluía repolho, brócolis, espinafre, salsinha, cebolinha, coentro, couve, vagem, alface, radicci, almeirão, alface-roxa, manjerição, pimentas e similares. Encontramos também tubérculos e raízes, como o inhame, a batata-doce a cúrcuma, o gengibre e a mandioca. Infelizmente, não há dados nos registros do caderno IPARDES sobre verduras e folhas verdes.

Nesse contexto, a dependência de Matinhos em relação ao fornecimento externo de alimentos torna-se evidente. Essa necessidade contribuiu para a consolidação da rede supermercadista como um dos principais agentes econômicos do município, fortalecendo esse setor a ponto de consolidá-lo como o principal ator capitalista no território, ao lado do setor imobiliário, considerando a vocação do turismo local quanto à categoria de balneários de veraneio, que possui casas para ocupação na temporada. Ao longo das últimas décadas, esses grupos econômicos ampliaram sua influência, inclusive no direcionamento político do município.

No entanto, a expansão desses dois setores (supermercadista e imobiliário) ocorreu sem incorporar ou estimular relações com a produção local para o abastecimento de alimentos na cidade, o que se reflete diretamente nas políticas públicas municipais voltadas à segurança alimentar, já que são esses grupos econômicos que tem levado seus representantes às vitórias eleitorais nos últimos anos.

Não há – e não houve durante as alternâncias de mandatos de prefeitos entre representantes de um setor ou de outro - qualquer incentivo governamental à produção municipal de alimentos, e as instâncias de governança, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, operam com pouca assessoria técnica especializada, geralmente vinculada também à extensão acadêmica, o que limita suas atuações.

Nesse cenário, os interesses dos grupos econômicos dominantes prevalecem, perpetuando por um lado a dependência externa de alimentos (que interessa aos

supermercados, pois não há alternativas a eles) e por outro a pressão da especulação imobiliária sobre os imóveis rurais (que pela “vocação para o turismo” procura transformar as poucas áreas rurais disponíveis em chácaras de lazer ou loteamento). Nenhuma dessas frentes tem em seu horizonte o desenvolvimento de estratégias para fortalecer ações que ampliem a segurança alimentar e que gerem alternativas para buscar instaurar a soberania alimentar no território.

Como o município ainda é, conforme já anunciamos, um território construído com heranças políticas do patrimonialismo e do coronelismo, as vozes divergentes são combatidas pela própria estrutura do poder público do município, que não organiza a realização de feiras livres com a presença de barracas de alimentos frescos da produção local, restringindo as feiras ao artesanato e aos lanches “de rua”, e assim não reconhecendo as reivindicações no sentido de estimular a agricultura local, desconsiderando a existência destes atores no território, que já são poucos e ainda por cima completamente desvalorizados pelo poder público.

Destacamos a importância da construção da categoria analítica descritiva “território” nos apontamentos que realizamos acerca do cenário de Matinhos, tanto nas dimensões espaciais, quanto nas censitárias, físico-naturais e políticas.

Por fim, cabe acrescentar ao debate questões sobre como a demanda que é exigida por políticas públicas de compras institucionais, e reivindicada por consumidores que procuram alimentos mais saudáveis que os convencionais, ofertados pelas redes supermercadistas,   suprida na região.

Desta forma, faremos a descrição sobre o perfil de quem são os agricultores presentes no entorno do município, que realizam sua produção entre os limites das áreas de proteção ambiental e as margens da rodovia PR 508, a partir das várias colônias que estão situadas entre o distrito de Alexandra (Paranaguá), passando pela divisa com Pontal do Sul e chegando até o município de Matinhos.

  nestas localidades que emergem os principais produtores que abastecem o grupo Cestas Agroecológicas com a oferta de alimentos realizada no circuito curto em questão. Outros atores que se agregam à iniciativa são de Morretes e Guaratuba, e há ainda os produtores urbanos locais que participam do arranjo. A seção seguinte, portanto, vai se dedicar a descrevê-los, incluindo ainda o perfil dos consumidores/compradores envolvidos na atividade. Os extensionistas que se integram ao circuito são apresentados no item 4.3, que apresenta como a extensão

universitária interagiu com a emergência e as dinâmicas do grupo Cestas Agroecológicas.

4.2 ATORES SOCIAIS

4.2.1 OS AGRICULTORES DA ALEXANDRA-MATINHOS

A baixa atividade rural no território de Matinhos, decorrente, entre outros fatores, do reduzido número de agricultores presente nos limites da cidade, representa historicamente um desafio para a manutenção do abastecimento de alimentos frescos e mais saudáveis nesta região do litoral do Paraná.

Num passado não muito distante, ainda entre os anos 1980, 1990, e 2000, era comum que as famílias de veranistas que passassem férias em Matinhos levassem a grande maioria dos produtos que iriam consumir já como parte da bagagem para a viagem, destinando como produtos locais para incorporar em suas refeições apenas os peixes e os frutos do mar. Essa situação era ocasionada pelo preço praticado pelos supermercados e pela pouca diversidade e qualidade dos produtos frescos que eram ofertados pelo mercado convencional desde aquela época.

A população local é afetada pela carestia e pela baixa qualidade dos produtos alimentícios o ano todo, e não apenas nas temporadas de verão. Contudo, desde o início dos anos 2000, os moradores fixos da cidade passaram a ser atendidos com maior qualidade pelas políticas públicas nacionais, o que inclui as políticas alimentares que obrigam, via PNAE e PAA, a aquisição de produtos alimentícios seguros e mais nutritivos para abastecerem escolas e outras instituições estatais.

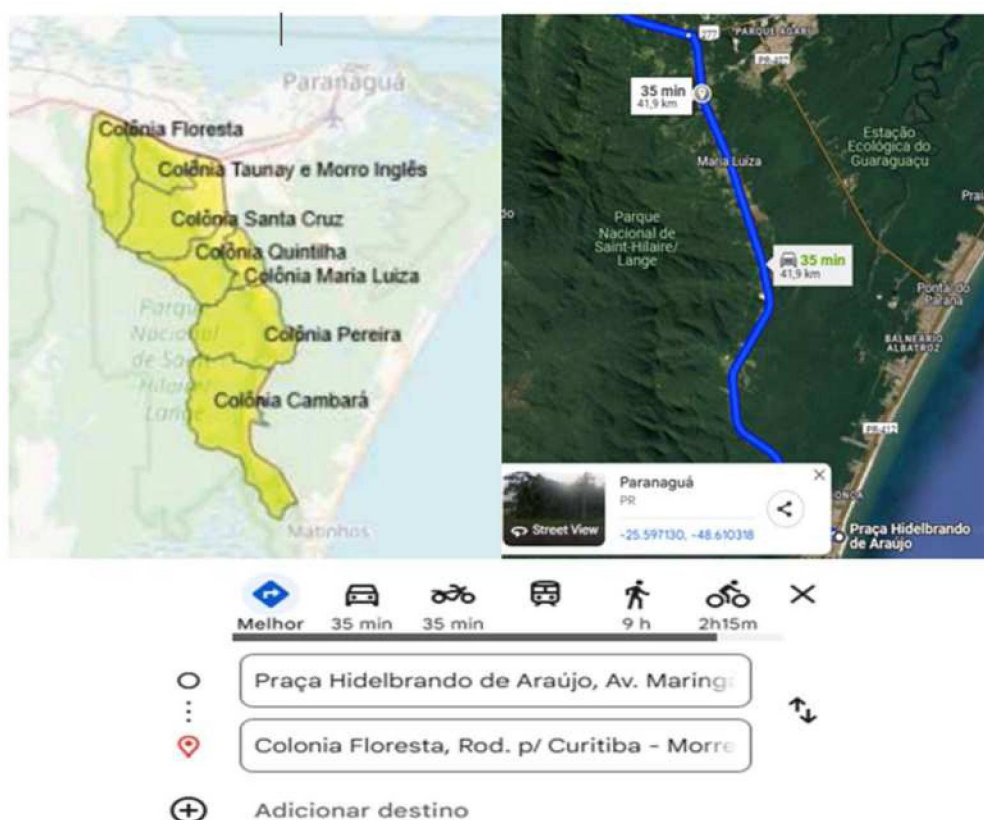
Na quase ausência de produção municipal, quem abastece as compras públicas de Matinhos para atendimento aos percentuais de compra exigidos no PNAE e no PAA, além das demandas de consumidores que procuram alternativas ao modelo de comercialização imposto pelos supermercados, são, em parte, os agricultores familiares situados ao longo da PR-508, a estrada Alexandra-Matinhos. Alexandra é um distrito do município de Paranaguá, que fica próximo ao ponto da BR-277 onde está o acesso à PR-508, que leva à Matinhos.

Esses agricultores encontram-se em um território intermediário, cercados entre os limites das áreas de proteção ambiental e as zonas urbanizadas da região litorânea. O atendimento aos consumidores que a literatura nomina como conscientes ou

ecológicos, se dava, antes da emergência do circuito curto Cestas Agroecológicas, com a visita desses atores sociais nas próprias unidades produtivas dos agricultores familiares, nas feiras de Paranaguá, ou em eventos organizados por instituições presentes no território, o que inclui a UFPR-Litoral.

A distância da praça central de Matinhos, verificada pelo GoogleMaps, até o ponto que indica a primeira colônia no sentido Matinhos-Alexandra, é de 12,4 Km. Esta localidade se chama Colônia Cambará, e ainda está no perímetro rural do município de Matinhos, e é nela que a produção apontada pelo caderno IPARDES é realizada. Já a colônia mais distante da praça, é chamada Colônia Floresta, que está a 41,9 km do centro da cidade, conforme indicam os mapas a seguir:

Figura 9 - MAPA DAS COLÔNIAS DA PR-508 508 (PRINCIPAL ÁREA PRODUTIVA DE ABASTECIMENTO DO CIRCUITO



Fonte: elaborado pelo autor (2025), através de uma composição entre o mapa construído por Caldeira (2024) e a imagem obtida através do GoogleMaps (2025).

Ao longo da PR-508 há um total de oito colônias agrícolas que compõem o território produtivo dessa região. Entre elas, a Colônia Maria Luiza, distante 25 km do centro de Matinhos, se destaca como o epicentro do atendimento ao grupo Cestas

Agroecológicas, uma vez que é nela que reside o casal responsável por coordenar a organização dos produtores familiares que se relacionam com o circuito, durante sua fase de maior autonomia e estabilidade e que envolve o momento presente da ação.

A partir das dinâmicas que serão detalhadas ao longo da descrição do histórico das atividades (tópico 4.4), esse casal assumiu um papel central na articulação das entregas, operando como facilitadores entre os demais agricultores, para que juntos atendessem à demanda originada com o grupo de vendas no WhatsApp, principal ferramenta de intermediação do circuito curto. Atualmente, a maioria dos produtos provenientes dos agricultores da PR-508 tem origem na Colônia Maria Luiza e na Colônia Santa Cruz.

No entanto, ao longo do tempo, já houve fornecimento de itens por parte de produtores da Colônia Taunay e do Morro Inglês, evidenciando a fluidez e a variação na participação de diferentes atores nos processos da comercialização no grupo. Essa mobilidade é um aspecto relevante do debate, pois a construção da coletividade dentro da iniciativa depende do reconhecimento, por parte dos próprios atores sociais envolvidos, da importância dessa articulação como um elemento essencial para a consolidação do circuito.

Enquanto a atividade ainda se encontra em um período de estruturação, sem a formalização de uma entidade jurídica coletiva, como uma cooperativa ou associação, essa dinâmica experimental permite a ampliação da rede de maneira informal, porém orgânica e não apenas burocrática. Dessa forma, os agricultores têm a oportunidade de testar a viabilidade da participação no circuito curto, avaliando suas vantagens e desafios antes de assumirem um compromisso mais rígido.

Caso essa estrutura evolua para um processo de formalização, se essa dinâmica aparecer em etapas futuras, é provável que sejam estabelecidas regras mais definidas para a entrada e permanência dos agricultores no circuito, conferindo maior estabilidade, mas também limitando a flexibilidade que caracteriza esse momento inicial de construção coletiva.

Marcados por uma produção de pequena escala, esses produtores enfrentam desafios estruturais que não fogem à média dos demais agricultores familiares brasileiros, como a falta de incentivos governamentais, dificuldades logísticas, restrições ambientais, dificuldades quanto ao crédito, instabilidade com falta de acesso a mercados, e problemas ocorridos com as mudanças climáticas.

Quanto à sua tipologia, os agricultores que atendem ao circuito apresentam perfis diversos, refletindo diferentes trajetórias de vida e motivações para a permanência na produção rural. Entre eles, destacam-se aqueles que passaram a infância no campo, migraram para a cidade em busca de melhores oportunidades e, diante da precarização do trabalho urbano, optaram por retornar à atividade agrícola.

Além disso, há aposentados cuja principal fonte de renda é o benefício previdenciário, mas que permanecem na produção não apenas por razões econômicas, como a complementação de renda, mas também por motivações subjetivas. Entre estas, incluem-se o compromisso com a produção de alimentos sustentáveis, alinhada à preservação ambiental; e a busca por reconhecimento social e a identificação com o trabalho agrícola como parte de sua trajetória de vida.

Há ainda produtores cuja principal atividade está voltada à agroindústria familiar, transformando pupunha e mandioca por meio de equipamentos disponíveis na própria unidade produtiva. Esses agricultores comercializam os produtos processados de diversas maneiras, seja nas feiras locais, em forma de pastéis e lanches, ou como outros produtos prontos para consumo, como espaguete e lâminas de pupunha, nhoque de mandioca e coxinhas de aipim recheadas com milho, frango ou pupunha.

Além deles, destacam-se agricultores de origem camponesa, com dificuldades de acesso e uso de tecnologia, que optam por realizar negociações diretas, sem intermediação digital ou institucional. Há também a presença de produtores neorrurais, alguns deles egressos da UFPR-Litoral, que encontram na produção agroecológica uma alternativa ao modelo convencional de trabalho e consumo.

Ao considerar a categoria analítica descritiva “atores sociais”, desenvolvida para caracterizar, entre os demais, também os produtores da PR-508, torna-se evidente sua inserção no campo dos novos atores rurais, conforme descrito por Brandenburg (2011). Esses atores rurais se diferenciam dos agricultores tradicionais por adotarem práticas produtivas diversificadas, estabelecerem relações com circuitos alternativos de comercialização e ressignificarem o espaço rural, não apenas como local de produção, mas também como território de vida e identidade.

Entre os produtores que fornecem alimentos ao circuito, houve uma ampliação no número de ofertantes em 2023, com a adesão de outros novos atores rurais, desta vez do município de Morretes, os quais serão apresentados no tópico seguinte.

Essa ampliação supriu a saída de um ator que era central no processo, como veremos adiante, mas também reflete a crescente integração de agricultores do

contexto territorial ao circuito, demonstrando tanto a potencialidade de expansão da rede de comercialização quanto o fortalecimento das dinâmicas produtivas e organizativas entre os participantes.

4.2.2 OS PRODUTORES DE MORRETES

Ao longo das atividades do circuito, ocorreram diversos processos de aproximação e afastamento entre os produtores, caracterizando uma dinâmica natural de estruturas abertas e flexíveis, construídas com base na confiança mútua e reciprocidade. Esse modelo organizativo permite tanto a saída dos participantes a qualquer momento, sem imposições ou vínculos formais, quanto a entrada de novos produtores, desde que sejam atendidos alguns critérios mínimos estabelecidos pelo coletivo.

Entre esses critérios, destacam-se a produção de alimentos sem agrotóxicos ou a disposição para iniciar a transição do cultivo convencional para o agroecológico, o compromisso com práticas ambientalmente responsáveis, a capacidade de organizar um arranjo logístico para a entrega quinzenal dos produtos na UFPR, além da aprovação pelos pares já inseridos no processo de comercialização.

Em meados de 2023, dois atores rurais de Morretes passaram a contribuir com a oferta de produtos na lista que abastece o circuito: o Sítios Brigitte e a Cooperativa dos Produtores Agroecológicos da Região da Serra do Mar e do Litoral do Paraná – COLIPA.

O Sítios Brigitte é uma propriedade situada na comunidade do Mundo Novo do Saquarema, distante 52 km do centro de Matinhos e que fica na área de entorno do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange. Seu site na internet¹⁴ os apresenta como atores sociais que desenvolvem amplo trabalho social e ambiental na região em que estão inseridos, procurando contribuir para aliar as práticas agroecológicas ao resgate e preservação da cultura local.

Além da produção de alimentos orgânicos, certificados pela rede Ecovida de Agroecologia desde 2022, estes atores sociais oferecem também os serviços de ecoturismo, formações diversas e eventos nas temáticas de conservação ambiental, produção de alimentos e boas práticas de trabalho. Informam ainda que reconhecem

¹⁴ Disponível em: <https://sitos-brigitte.com/quem-somos/>. Acesso em: 01 mar. 2025.

os desafios ambientais existentes na região e atuam em diferentes espaços de articulação social e de construção de políticas públicas, para que o território mantenha suas águas, florestas e cultura conservadas.

Sobre a produção de alimentos, priorizam a qualidade e sua agroindústria possui registro de beneficiamento de polpas de frutas no Ministério da Agricultura Pecuária e Alimentos - MAPA. Também trabalham com uma produtividade que considera sempre a sazonalidade e os cultivos adaptados à região.

Os principais produtos que comercializam no grupo Cestas Agroecológicas são polpas de fruta (juçara, maracujá, acerola, abacate, tomate), minimamente processados, e congelados (aipim, abóbora, ervilha, amora, temperos), além de molhos de tomate e pimenta, conservas de pepino e quiabo, caponata de berinjela com tomate, passando por alimentos in natura, como o tomate e a banana-cinza.

O Sítios Brigitte é um empreendimento privado, de um casal de ambientalistas, ela brasileira, ele europeu, que se dirigiram ao território da Mata Atlântica para viabilizarem justamente o tipo de ação que estão desenvolvendo, aliando a preservação ambiental à ocupação humana responsável nos territórios. Além da comercialização no grupo “Cestas Agroecológicas”, ainda participam da feira Agroecológica que acontece trimestralmente na Estação das Artes em Morretes, e da Jornada Agroecológica na UFPR em Curitiba.

Sua interação com os agricultores da Alexandra-Matinhos é baixa, ocorrendo apenas nos encontros quinzenais proporcionados pelas entregas das compras organizadas pelo circuito. Contudo, foi através dos atores que participam deste empreendimento agroecológico que ocorreu o convite para que a Cooperativa dos Produtores Agroecológicos da Região da Serra do Mar e do Litoral do Paraná – COLIPA, também se aproximasse do Cestas Agroecológicas.

A COLIPA é uma associação nascida em Morretes, onde um grupo de produtores locais já atuava coletivamente no território há mais de 10 anos, e que se formalizou como ator coletivo somente em agosto de 2023. Sua formação foi antecedida por uma relação estreita com extensionistas que atuam em Morretes, o que envolvia técnicos da extensão rural e extensionistas acadêmicos, estudantes e pesquisadores da UFPR.

Após o desmonte das políticas públicas de ATER a partir de 2014, a universidade tornou-se uma das poucas instituições a manter um apoio contínuo na

assistência a esses atores, consolidando-se como um referencial essencial para a manutenção e o fortalecimento de suas práticas produtivas.

Trata-se de uma organização formada basicamente por atores que se apresentam como neorrurais, que já procuravam se viabilizar economicamente no território como um grupo que pretende viver, produzir e comercializar sua produção dentro de princípios agroecológicos.

Enquanto cooperativa que investe em princípios divergentes daqueles que são impostos pelo sistema agroalimentar hegemônico, este ator social coletivo também se enquadra entre os descritos por Brandenburg (2011) como parte do quadro de “novos atores rurais”, fazendo parte de uma ruralidade moderna, compondo a representação de uma coletividade que se une para construir um caminho próprio no campo das disputas que ocorrem com o modelo convencional de agricultura.

As características presentes na COLIPA, conforme indicam os exemplos analisados na revisão da literatura (Darolt et al., 2021), contribuem para a consolidação de sistemas alimentares alternativos, fortalecendo o papel dos agricultores familiares e demais novos atores rurais como protagonistas nas dinâmicas do espaço rural.

A ação coletiva das cooperativas, estruturada sobre os princípios de solidariedade e cooperação, viabiliza, de forma mais eficaz do que as iniciativas individuais, o acesso a novos mercados e a recursos estratégicos, que, isoladamente, seriam de difícil obtenção. Entre esses recursos, destacam-se investimentos públicos para financiamento da instalação de cozinhas comunitárias, pequenas agroindústrias e aquisição de maquinário, fortalecendo a autonomia produtiva e a inserção desses atores nos territórios em que habitam.

Esse exemplo de construção coletiva é importante para auxiliar a ruptura de algumas barreiras culturais existentes entre os produtores da Estrada Alexandra-Matinhos, que caminham com dificuldade em relação à formalização das aproximações que realizam.

Entre estes produtores, existe uma associação chamada Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá - APRUMPAR, apontada por alguns atores locais como uma associação proforma, organizada, segundo os relatos, com a única finalidade de facilitar o acesso ao mercado de compras públicas. Desta forma, trata-se de uma instituição meramente burocrática, que gera uma afetividade negativa em relação às possibilidades que envolvem a construção de espaços coletivos desta natureza.

A ausência de debate entre os agricultores sobre a formalização jurídica do grupo Cestas Agroecológicas pode estar fundamentada nessa experiência acumulada com a APRUMPAR, que pode levá-los à compreensão de que a informalidade e a flexibilidade das relações se mostram mais eficazes para a dinâmica do novo grupo que construíram. Embora um modelo não-formal possua algumas vantagens, como maior engajamento e a permanência por adesão voluntária ao longo do tempo, o modelo formal também apresenta pontos positivos, como o acesso a editais públicos de fomento, por exemplo.

A COLIPA, por sua vez, apresenta uma dinâmica de atuação distinta da APRUMPAR. Além de congregar produtores de Morretes e Antonina, essa associação reúne agricultores de outros municípios próximos ao litoral, localizados na região da Serra do Mar, como Campina Grande do Sul e Quatro Barras. Um aspecto que a diferencia é o envolvimento ativo de seus membros com a certificação participativa Ecovida, o que sugere uma atuação que vai além do simples atendimento a demandas pontuais.

Enquanto algumas associações são criadas exclusivamente para viabilizar a emissão de notas fiscais e facilitar o acesso ao fornecimento demandado pelas compras públicas, sem necessariamente construir um espaço de articulação política e fortalecimento coletivo, a COLIPA parece estruturar-se como um ambiente que favorece o engajamento contínuo dos agricultores em redes de produção agroecológica e no fortalecimento da identidade coletiva de sua categoria.

A COLIPA também oferta produtos de não-cooperados, desde que atendam aos padrões que a cooperativa propõe, como é o caso do mel e das cervejas. Além disto, a cooperativa inclui outros produtos “de fora” (nas palavras da coordenadora da cooperativa que repassou a informação via WhatsApp), que são produtos da Rede Ecovida, e que também são da linha “Produtos da Terra”, como café, arroz, feijão, açúcar, farinha de trigo, erva mate, entre outros. Esses mesmos produtos já estiveram no circuito antes da entrada da COLIPA, quando eram ofertados pela Central de Cooperativas da Reforma Agrária - CCRA, ator coletivo que será apresentado no tópico em que descreveremos o histórico do circuito. A CCRA encerrou oficialmente suas participações no Cestas Agroecológicas em 2023.

A coordenadora da COLIPA com quem estabelecemos contato, informou ainda que há mais de uma década fazia parte do grupo Motirô, brevemente descrito na revisão de literatura desta tese, o qual também surge como desdobramento das ações

extensionistas da UFPR-Litoral. Segundo ela, este vínculo proporcionado pela extensão universitária foi um fator decisivo para que a COLIPA se motivasse a aceitar o convite realizado pelo Sítios Brigitte, e passasse a integrar o grupo Cestas Agroecológicas.

Além dos agricultores de Morretes, ou vinculados à cooperativa localizada nesse município, o circuito curto também envolve outros atores sociais relacionados à extensão universitária promovida pela UFPR-Litoral. Trata-se de produtores urbanos de alimentos saudáveis - que, embora não se identifiquem necessariamente como agricultores, desempenham papel ativo na dinâmica da comercialização alternativa. A seguir, passamos à apresentação desses sujeitos.

4.2.3 OS PRODUTORES URBANOS

Caracterizamos os produtores urbanos que se relacionam com o grupo Cestas Agroecológicas em três subcategorias. A primeira refere-se aos produtores de alimentos cultivados em quintais ou hortas urbanas, que destinam o excedente da produção para comercialização esporádica, predominantemente em circuitos locais e de proximidade.

Atualmente, essa subcategoria contribui para o circuito não apenas por meio da comercialização, mas também por práticas de permuta e doação, ampliando os significados da participação para além da lógica mercantil. Entre os produtos ofertados, destacam-se frutas como a graviola, derivados da poda do neem (galhos, feixes de gravetos e pó das folhas), além de chás, diversas mudas de árvores frutíferas e colônias de quefir.

Muitos desses produtores são também compradores do circuito, e sua participação vai além das compras ou do fornecimento de alimentos. Ao promoverem novas interações sociais, trocas simbólicas e afetivas, esses atores fortalecem o grupo não apenas como um espaço de comercialização, mas como um ambiente de convivência e cooperação. Essa dinâmica contribui para a consolidação do circuito agroecológico como um espaço culturalmente significativo e socialmente engajado, reforçando a construção de relações baseadas na confiança e no compartilhamento de práticas e saberes.

A segunda subcategoria abrange atores sociais que transformam alimentos *in natura* de forma artesanal, utilizando equipamentos domésticos ou de menor eficiência em comparação aos processos industriais.

Esses produtores se dedicam à elaboração de alimentos processados e preparados, muitas vezes vinculando suas práticas à valorização de saberes tradicionais e ao fortalecimento da economia solidária, adquirindo os itens, quando possível, junto à agricultura familiar da região. Entre os produtos ofertados, estão comidas típicas baianas, kombuchas, pães artesanais de fermentação lenta e tofu. Já estiveram presentes também as ofertas de pasta de amendoim, cervejas, bolos, doces veganos, lasanhas, cocadas, alfajores, entre outros.

Entre esses produtores há atores de Guaratuba e de Matinhos. Alguns são estudantes ou egressos da universidade. Outros são aposentados que procuram uma segunda renda. Há ainda jovens que procuram diversificar suas atividades para testar novos campos de trabalho, para medir onde é mais vantajoso investir seu tempo e esforços.

Nesta categoria enquadraremos ainda, com a devida ciência de que se trata de um encaixe “forçoso”, um casal que produzia cogumelos e que os vendia *in natura* e num formato ao qual chamavam de “confit”. Como a produção era doméstica, mas não se relaciona a uma produção de horta, parece mais adequado descrevê-los ligados a esta subcategoria de produtores de alimentos processados artesanalmente.

Por fim, há em Matinhos um grupo de egressos da UFPR-Litoral que participou da ocupação de uma chácara que se encontrava inativa, nos limites do espaço urbano do município, e que por lá iniciaram atividades produtivas com a intenção de viabilizar cultivos com alguma escala comercial. Ao longo dos tempos esses ex-estudantes organizaram uma figura jurídica, chamada de Centro de Convivências Agroecológicas - CCA, e, ao longo dos anos, conseguiram a regularização fundiária do imóvel que haviam ocupado, através de uma negociação direta com o proprietário, onde chegaram a um acordo sobre a venda do imóvel.

Naquele local produziram plantas alimentícias não convencionais (PANC), banana, pupunha, tubérculos (batata-doce e inhame), polpa de pupunha e lulo. A escala de produção apresentou problemas e aos poucos sua atividade ficou mais voltada à subsistência do grupo (uma comunidade alternativa), que procurava, a partir destas dificuldades com o volume da produção que conseguiam atingir, se viabilizar a partir da oferta de serviços agroecológicos. Entre os serviços, estão podas de árvores, apoio no manejo de agroflorestas, instalação de jardins urbanos, atividades de educação ambiental, oferta de cursos sobre bioconstruções, entre outros.

Este grupo também foi fortemente apoiado pela extensão universitária, e, neste caso, pelo projeto de extensão JARDINAR, elemento estrutural nas dinâmicas que antecederam e proporcionaram a emergência do circuito curto de comercialização que está sob análise.

Um dos serviços com os quais estes atores sociais procuraram se viabilizar foi com o apoio logístico e administrativo ao grupo Cestas Agroecológicas, numa experiência que também será narrada no item 4.4 desta tese. Hoje estes atores sociais não participam mais das atividades do circuito enquanto um coletivo, mas alguns deles, quando há excedentes na produção de subsistência, ofertam esses produtos na lista de compras que é disponibilizada aos compradores via WhatsApp.

4.2.4 CONSUMIDORES OU COMPRADORES?

Os consumidores que integram os circuitos curtos de comercialização, conforme a revisão de literatura aponta, não são - em maioria - apenas agentes passivos do ato de comprar, mas atores sociais fundamentais para a manutenção e o fortalecimento dos sistemas alimentares alternativos. Ao optarem por adquirir alimentos diretamente dos agricultores agroecológicos, eles contribuem para a valorização da produção local, a redução da dependência dos mercados convencionais e a construção de relações mais próximas e solidárias entre produtores e consumidores.

Esses consumidores, frequentemente identificados como consumidores “ecológicos” ou “conscientes”, buscam produtos de maior qualidade nutricional e livres de agrotóxicos, e compreendem o significado político de se inserirem em práticas que reforçam a economia solidária e os circuitos curtos de comercialização.

Na proposta apresentada por Caldeira (2024), quando esses atores participam ativamente das dinâmicas do circuito, através da divulgação, da fidelização das compras, da interlocução com os produtores, e da participação na gestão administrativa dos processos da atividade (quando são gestões autogeridas), eles acabam estabelecendo vínculos que extrapolam a lógica mercantil ligada ao ato de “consumir” e se aproximam de um modelo de relacionamento comercial conscientemente politizado, no qual podem escolher ocupar um papel mais próximo ao de coprodutores, onde, além de apenas consumir o que o “outro” produz, sua participação também ajuda a organizar e realizar essa produção efetivamente.

Nesta condição, não se trata mais de consumo consciente ou de consumo ecológico, mas de uma nova forma de engajamento

Esse passo a mais que estes consumidores ecológicos ou conscientes produzem em relação à aproximação com os valores de sustentabilidade, justiça social e fortalecimento da agricultura familiar, os coloca numa nova posição. À essa posição temos chamado, como diferencial do conceito de consumidores ecológicos ou conscientes, de *compradores* dos circuitos curtos.

Obviamente a nomenclatura trata-se de uma questão em aberto, meramente sugestiva. O que de fato nos interessa é apontar que esta nova posição difere das que são descritas anteriormente na literatura, ampliando o papel ocupado pelos atores que ingressam no circuito como consumidores, se engajam e assumem novas responsabilidades com o trabalho coletivo.

Trata-se de um papel que se constrói e se transforma dentro dos sistemas alimentares alternativos ancorados nos circuitos curtos de comercialização. O comprador não é um perfil que ingressa no sistema já plenamente definido, com posições externas preestabelecidas a serem simplesmente incorporadas ao processo. Mais do que isso, trata-se de um perfil que se forja na prática, desenvolvendo-se de maneira orgânica dentro da dinâmica do circuito e integrando-se plenamente à sua lógica e funcionamento.

Desta forma, a proposta de instalação do circuito curto “Cestas Agroecológicas”, que ocorre em meio à confluência de crises que foram descritas na introdução deste trabalho, incluía como público-alvo das primeiras atividades de comercialização a comunidade acadêmica da UFPR-Litoral.

Essa proposição partiu da esperança de que este público fosse mais receptivo aos objetivos iniciais da emergência do circuito, que eram o de fortalecer a renda dos agricultores durante a pandemia, realizar doações de alimentos saudáveis às famílias que estavam mais expostas aos efeitos das crises, e ofertar alimentos de qualidade aos eventuais interessados, de forma segura e constante.

No decorrer dos trabalhos, a expectativa era de que alguns destes consumidores, que entrariam no grupo de compras cumprindo o papel de consumidores ecológicos e/ou conscientes, pudessem se tornar o que chamamos de compradores, e ajudassem em outros níveis, além da dimensão das compras, a transformar a configuração da produção territorial de alimentos ao longo de suas participações nas atividades.

A ideia, portanto, não era a de formar um nicho de consumo na UFPR-Litoral, mas, antes, esperar sobre as possibilidades que a proposição inicial de um público-alvo com as características de uma comunidade acadêmica representava.

Considerando esses fatores, as primeiras compras foram realizadas por técnicos administrativos e docentes da UFPR-Litoral, que já tinham ciência dos objetivos centrais do circuito. As encomendas para doações eram organizadas com os próprios agricultores, no mesmo ato da compra, permitindo que parte da produção daquela quinzena fosse direcionada à Associação de Moradores da Vila Nova, instituição parceira da extensão acadêmica local em diversas iniciativas.

Com a chegada da pandemia, e como era esperado, as redes de solidariedade compostas com a ajuda de atores sociais da universidade no território se proliferavam, especialmente no campo da doação de alimentos. Entretanto, todas elas esbarravam nos limites impostos pelo sistema hegemônico, arrecadando a doação de alimentos ultra processados, como massas industrializadas, enlatados, e produtos repletos de aditivos e conservantes para organizar as ajudas.

Eram comuns também as doações de cestas básicas prontas, com produtos selecionados pelo próprio supermercado que realizava a oferta desses itens, utilizando critérios que pouco dialogavam com o tema das questões alimentares que temos debatido até aqui.

Certamente, qualquer forma de assistência alimentar tem seu valor numa situação como foi a pandemia, e a distribuição de cestas básicas convencionais ofereceu suporte emergencial a muitas famílias em situação de vulnerabilidade. No entanto, essas ações seguiam a lógica tradicional do assistencialismo sem criticidade, ou seja, sem perceber que mesmo a situação trágica do momento abarcava possibilidades de estimular processos de autonomia e fortalecimento real das comunidades envolvidas, como seria o caso dos agricultores locais.

Com a emergência do circuito curto e a ampliação da participação de técnicos e professores no grupo de consumidores, ainda antes da primeira operação comercial do grupo Cestas Agroecológicas, essa dinâmica começou a se transformar. O envolvimento dos atores que desejavam praticar ações de solidariedade doando itens alimentícios não se restringia mais apenas a uma relação sobre doar alimentos, mas passou a envolver o debate sobre “quais alimentos” doar.

Essa posição era manifestada por meio de palavras de apoio das pessoas que entravam no grupo de compras do WhatsApp a convite dos extensionistas,

demonstrando o engajamento a ações de solidariedade que buscassem integrar os produtores agroecológicos locais com os destinatários das doações.

Esse movimento atraiu um número crescente de consumidores ecológicos/conscientes, que, em um momento de grandes incertezas, não apenas buscavam alimentos mais saudáveis e confiáveis que os do mercado convencional, mas também viam nas compras do circuito uma forma de fortalecer a produção agroecológica local e contribuir para uma assistência alimentar baseada em princípios de saúde pública, sustentabilidade, justiça social e soberania alimentar.

A primeira oferta que o grupo realizou tinha um objetivo modesto quanto aos resultados: visava apenas ser suficiente para motivar a próxima edição de vendas. O número mínimo de pedidos estipulado para estabelecer a oferta seguinte foi proposto em 12 encomendas. O resultado, no entanto, foi surpreendente. As vendas representaram quase o dobro do volume esperado, e as doações foram suficientes para arrecadar outras 8 cestas com um valor médio de R\$ 162,45, que seriam distribuídas aos assistidos pela iniciativa.

Após essa operação inicial, outras pessoas se aproximaram do circuito através da rede de influências e contatos da universidade, e o público das interações foi se ampliando e se diversificando, admitindo todos os interessados que quisessem participar do grupo de compras do WhatsApp.

Com o passar das semanas, formou-se um público onde os servidores da UFPR-Litoral já não eram a maioria, e começaram a surgir conflitos ligados ao momento que a sociedade atravessava.

O grupo do WhatsApp sempre foi aberto às postagens de todos os seus membros, com a moderação efetuada pelo autor da tese e pelo Professor Lesama. Com a expansão do grupo, em um momento de polarização política como o que vivíamos, alguns consumidores começaram a apresentar posturas radicais e irrefletidas sobre informações com as quais não concordavam, e lançavam mensagens do tipo “pensei que esse grupo fosse só sobre comida orgânica e não sobre política”, ao se depararem com algum anúncio sobre as questões da reforma agrária, dos movimentos sociais, das vacinas, das doações promovidas pelo MST, ou do preço dos alimentos nos mercados convencionais que haviam disparado.

Neste aspecto, alguns episódios demonstraram como as resistências culturais com as quais nos deparamos estão internalizadas nos atores sociais, através do condicionamento social imposto pelo sistema hegemônico, onde as críticas

construídas com base no senso comum, formavam verdadeiras barreiras sociais à consolidação dos sistemas alternativos.

Existiam 2 tipos de mensagens conflituosas, que os consumidores recém-chegados, mais “animados”, proferiam: as primeiras, eram sobre os temas que descrevemos nos dois parágrafos anteriores. As outras, eram dúvidas autênticas, sobre a qualidade e a origem dos produtos, sobre sua aparência, embalagem, forma de armazenamento, qualidade, e condições de oferta para a venda.

O primeiro tipo de mensagem cumpria meramente o papel de participação no grupo para fragilizá-lo, identificando a atividade que estávamos desenvolvendo como parte de uma disputa ideológica da qual ele, o reclamante, estava do outro lado da “trincheira”, procurando dizer “verdades” a um “grupo de iludidos” (essa fala contém excertos de qualificações que foram proferidas aos demais membros do grupo em alguns dos episódios que estamos relatando).

Mensagens com tom de desagregação eram apagadas, e os moderadores do grupo atuavam para mediar conflitos e evitar que tensões internas enfraquecessem a atividade. Nesse processo, tornava-se evidente que, muitas vezes, os indivíduos que adotavam posturas mais radicais nesses embates eram também aqueles que mais necessitavam de acolhimento. No entanto, nem sempre estavam dispostos ao diálogo ou abertos a processos que permitissem a superação das diferenças e a construção coletiva em torno do que nos unia, que era, no mínimo, acesso a alimentos saudáveis.

Com o tempo, essas pessoas, ao reincidirem nas atitudes hostis, eram retiradas do grupo, ou saíam por iniciativa própria, e hoje não há mais a incidência deste tipo de perfil entre os consumidores que se manifestam no WhatsApp.

O outro tipo de mensagem, relacionado às dúvidas sobre a origem e qualidade dos produtos, manifestava-se por meio da pluralidade de perfis envolvidos na atividade, cujas diferentes trajetórias e experiências resultavam em questionamentos críticos. Essas manifestações, por vezes contundentes, surgiam diante de situações específicas, gerando reflexões importantes e oportunidades de aprimoramento no desenvolvimento das atividades.

Essas críticas também representam os elementos culturais discutidos com a categoria analítica relacional “Reações do Sistema Hegemônico”, que aborda as barreiras culturais e as resistências por meio das quais o sistema dominante se autopreserva. Essas resistências se manifestam na postura dos consumidores, frequentemente marcada por uma desconfiança em relação a produtos

comercializados fora das estruturas convencionais, moldada ao longo de décadas pelo *habitus* construído nas interações com o sistema hegemônico.

Esse comportamento reflete a força da padronização dos mercados dominantes no imaginário da população, e demonstra a dificuldade de romper com a lógica consolidada do consumo massificado, criando obstáculos para a aceitação e expansão de circuitos curtos de comercialização.

De início, os consumidores que eram externos à comunidade acadêmica, desconfiavam da qualidade dos produtos comercializados como agroecológicos e locais por não oferecerem o selo de certificação orgânica. A ausência desta característica gerava dúvidas constantes, que só eram esclarecidas e superadas quando este consumidor ia buscar suas encomendas, e realizava algum tipo de interação pessoal com os agricultores, que pacientemente explicavam aos interessados seus procedimentos de produção e a forma com que atuavam no território.

Cabe destacar que o nível da interação entre produtores e consumidores no grupo de mensagens é baixo. Normalmente a manifestação dos produtores ocorre quando seus produtos são questionados publicamente na rede de mensagens, como foi o caso de uma bisnaga de mel que cristalizou durante uma baixa de temperaturas, onde a compradora do produto acusou o agricultor de adulterar o alimento, inserindo nele alguma mistura extra de açúcar.

Nesta situação o agricultor argumentou que quanto mais puro for o mel, maior é a possibilidade desse tipo de ocorrência. Na insistência da consumidora, ela se manifesta com a frase “eu compro mel há 30 anos e você está dizendo que entende mais de mel do que eu”. Diante da tensão, outros compradores se manifestaram, trazendo artigos e dados que validavam cientificamente a fala do agricultor. Essa foi uma manifestação importante de solidariedade, que envolveu atores dispostos a intervir numa situação em que a qualidade dos alimentos que fazem parte do circuito foi questionada, demonstrando a criação de laços de confiança mais efetivos entre os produtores e uma parte dos consumidores.

Ao final, a compradora silenciou sua crítica e, inclusive, continuou comprando o mel nas edições das entregas posteriores.

Esse episódio, embora inicialmente conflituoso, revelou-se pedagógico, pois, quando bem conduzido, pode ser encarado como uma oportunidade de aprendizado. Ele ilustra como os envolvidos no circuito aprendem a lidar com críticas que, muitas

vezes, são fruto de uma desconfiança enraizada em padrões de comportamento construídos pelo sistema agroalimentar hegemônico. Esses padrões envolvem tanto a expectativa por alimentos com aparência artificialmente padronizada, quanto a forma como os impasses nas transações comerciais são resolvidos.

Nesse contexto, o agricultor adotou uma postura cortês, oferecendo a troca do mel ou a devolução do dinheiro, mas sem deixar de reafirmar a autenticidade e a qualidade do seu produto. Para a gestão do circuito, esse episódio abre uma janela de oportunidade para a implementação de ações educativas, que auxiliem na desconstrução de concepções enraizadas e fortaleçam a relação de confiança entre produtores e consumidores no longo prazo.

Outra situação surgiu com o tomate *in natura*, que era de origem convencional. Em uma das edições, uma consumidora “denunciou” o tomate como “envenenado” no próprio grupo de compras. Desta forma, foi explicado à consumidora que havia uma parte dos produtos que realmente eram convencionais, embora com padrões do uso de inseticidas e herbicidas menores do que os que são praticados no mercado convencional. O uso de “menos veneno”, é devido ao menor acesso e ao alto custo que esses produtos possuem, o que leva agricultores que produzem em pequena escala a procurarem, em diversas oportunidades, alternativas aos agentes químicos convencionais.

Obviamente, isso não minimiza os impactos da produção convencional, e justamente por isso, os agricultores são convidados a realizarem movimentos de transição para a agricultura ecológica.

Entre os produtos convencionais que a consumidora “denunciava” (as aspas são para indicar que esta informação já era repassada aos consumidores, e ela, como nova na rede, ainda não havia sido informada desta situação) estavam o tomate, a beterraba, a abobrinha, o repolho e os ovos, que não eram anunciados como “caipiras”. Informamos, ainda, que esses produtos eram provenientes de agricultores locais da Colônia Maria Luiza, os quais demonstravam interesse em iniciar aproximações com os princípios da produção agroecológica.

No entanto, sem qualquer tipo de assistência técnica disponível, esses agricultores encontravam limitações concretas para promover transformações efetivas em suas práticas produtivas, e o fortalecimento do circuito se prestava também – senão principalmente – a este fim.

Explicou-se também que a proposição dos organizadores do circuito, ao receberem agricultores de diversos perfis, era para que os produtores que quisessem se integrar à atividade, caso não tivessem nenhum produto sem agrotóxicos para oferecer à lista de compras, que se integrassem a ações de transição assistidas e apoiadas pela UFPR-Litoral, iniciando as mudanças necessárias em seus sistemas produtivos numa relação de confiança com a extensão universitária.

Essa foi uma situação que proporcionou a solução de algumas questões que estavam aguardando respostas desde o início das atividades, como, por exemplo, a necessidade de informar a origem dos produtos com maiores detalhes, dizendo já no texto de apresentação da lista, quais deles eram orgânicos, agroecológicos ou convencionais. Depois da intervenção dessa consumidora, a lista divulgada passou a descrever o nome dos responsáveis, e o tipo de produção que esse agricultor responsável realiza para obter aquele produto.

Figura 10 - IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E TIPO DE PRODUÇÃO



Fonte: grupo de compras do WhatsApp, organizado pelo autor (2025).

Outro desdobramento dessa interação foi a motivação do produtor responsável pela logística do circuito a iniciar sua própria produção agroecológica de tomate, em substituição ao tomate convencional que anteriormente era ofertado por um vizinho. Essa substituição, surgindo como exigência do grupo de compras, não gerou mal-estar entre os produtores, mas, ao contrário, possibilitou a busca por respostas a um problema concreto. A tentativa de se produzir tomate orgânico sem a estufa adequada

à região, possibilitou ao agricultor ofertar a fruta em duas ocasiões, e o produtor segue experimentando diferentes práticas para aprimorar o cultivo e tentar viabilizar a oferta de forma sazonal, mas contínua.

A própria entrada do Sítios Brigitte na atividade se deu por conta de que este ator possui uma estrutura suficiente para atender a demanda do grupo por tomate orgânico, o que é possível graças à estrutura que a propriedade possui, que inclui uma estufa adequada ao cultivo. Ao conhecermos a possibilidade de realizar esta oferta através de atores locais, fomos à propriedade, em saída de campo, e estabelecemos o convite, através do Professor Lesama, que foi prontamente aceito pelos gestores da unidade produtiva.

Neste caso, entretanto, a autora da crítica que inicia a “crise do tomate”, quando o produtor realizou a oferta de sua produção agroecológica, ou mesmo com a oferta dos orgânicos certificados do Sítios Brigitte, não adquiriu o produto.

Esse tipo de diálogo nos parece natural, parte dos processos de negociação, e legítimos no sentido de que o consumidor deve obter o máximo de informação possível sobre os alimentos que adquire, bem como o agricultor deve facilitar ao máximo esse tipo de publicidade. O que se percebe também, são as brechas que se abrem para ações educativas e pedagógicas que até o momento não foram possíveis de se realizar, no ambiente do circuito, a partir destes pequenos conflitos.

Essas dificuldades em aproveitar as oportunidades de formação que se apresentam no cotidiano estão relacionadas com o número pequeno de extensionistas que estão integrados na gestão do circuito, o que aponta para a necessidade de ampliação da equipe e das áreas de conhecimento que a integram.

Há outros episódios interessantes neste sentido, como a “crise do ovo”, quando uma consumidora questionou a higiene dos ovos que haviam sido coletados naquela manhã para serem entregues, e que ainda estavam com as cascas contendo “excrementos” (nas palavras da consumidora) e penas de galinha. A ela foi explicado que a higienização, nos padrões da comercialização convencional, não seria possível quando a entrega envolvesse a coleta de ovos os mais frescos possíveis. E que os ovos caipiras que saem da colônia pela manhã e vão direto para a comercialização tinham características diferentes dos ovos higienizados pelas granjas convencionais.

Mais um debate similar vem com relação à alimentação dos frangos, com a afirmação de que são alimentados com ração convencional, e de que, portanto, seriam, nas palavras do consumidor, “frangos produtores de ovos transgênicos”.

Esse debate envolvia uma profundidade na qual nós, gestores do processo, preferimos não entrar, pelo custo de podermos passar informações equivocadas sobre o tema. Contudo, diferenciámos a criação das galinhas caipiras, criadas soltas, e dos frangos de granja. Informamos que essas diferenças também eram verificáveis na cor das gemas, no tamanho dos ovos, no sabor e no aroma que emitiam durante a cocção.

Como solução técnica voltada ao produtor, foi proposta e acatada uma ação de extensão para melhorias no espaço da criação de aves na propriedade do agricultor. A iniciativa foi sugerida por uma das professoras consumidoras do grupo, doutora em Medicina Veterinária e docente do curso de Tecnologia em Agroecologia, reforçando a articulação entre o conhecimento acadêmico e as demandas do circuito agroecológico. Ela já havia investido em contatos com essa mesma intenção anteriormente, junto a este agricultor, mas o episódio do debate no grupo facilitou a adoção do procedimento.

Hoje essa produção é atestada em laços de confiança a partir do testemunho desta atividade de assessoria técnica proporcionada a partir da exigência deste consumidor.

Neste sentido, a dissertação de Caldeira (2024), que fala exatamente sobre os compradores deste circuito, aponta que "os compradores têm sido os principais atores que possibilitam a manutenção do grupo por meio de sua colaboração".

Essa colaboração é particularmente evidente quando suas necessidades vão moldando a oferta, exigindo novos padrões de qualidade que vão alinhando a construção do sistema, onde os consumidores se tornam agentes de mudança, reconhecendo as diversas dimensões do que o termo "qualidade" representa, e que em nossa compreensão, envolve qualidade de vida social, ambiental, econômica e laboral.

Este tópico tem como objetivo delimitar o perfil e a função desempenhada pelo coletivo de consumidores conscientes e agroecológicos, potenciais compradores do circuito, priorizando a caracterização de seu papel na dinâmica socioeconômica. Embora dados censitários também fossem relevantes para compreender a estruturação desse mercado alternativo, sua abordagem detalhada será reservada para futuras investigações, que darão continuidade a estas análises iniciais sobre a emergência e os processos de consolidação do circuito.

O que procuramos apontar com este debate, principalmente, é que os compradores podem ir além das meras relações de consumo na atividade, atuando como construtores efetivos dos sistemas alimentares alternativos.

Atualmente, o grupo de WhatsApp “Cestas Agroecológicas”, em Matinhos, conta com mais de 430 membros, e cerca de 80 deles são consumidores regulares, ou seja, efetuam ao menos uma compra a cada mês. As interações na rede de mensagens são diárias, e o apoio mútuo tem sobressaído aos conflitos, especialmente após a pandemia, com a diminuição da temperatura dos debates ideológicos (se esse for realmente o caso) presentes nas redes sociais.

Os consumidores presentes na iniciativa, em sua grande maioria, apresentam boa margem de tolerância em relação às dificuldades vivenciadas pelos agricultores que eventualmente causam atrasos, faltas de produtos ou dúvidas sobre a origem e forma de produção dos alimentos. Não há registros de problemas com pagamentos quanto às compras efetuadas. O grupo tem sido usado também para informes de atividades sobre a vida acadêmica, bem como para troca de receitas, de informações sobre saúde ou políticas governamentais voltadas à área da alimentação. Essas interações não têm mais gerado conflitos.

A composição atual do grupo de compras do WhatsApp conta com professores, técnicos-administrativos e estudantes da universidade, com a comunidade do bairro onde a UFPR-Litoral está inserida e de seus arredores, e com consumidores de Pontal do Paraná e Guaratuba, municípios vizinhos ao de Matinhos.

5 DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SEU PAPEL COMO POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE JARDINS URBANOS E O CIRCUITO CURTO

Conforme anunciado com a introdução da tese, o ano de 2020 chega para a agricultura familiar marcado pela confluência de quatro crises simultâneas:

- 1) A crise estrutural, causada pela expansão e consolidação do sistema agroalimentar hegemônico e suas consequências socioambientais;
- 2) A crise econômica, desencadeada em 2014, que resultou no desmantelamento progressivo das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar diante da crise estrutural;
- 3) A crise ambiental, que tem se intensificado ano após ano, com eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, impactando diretamente a produção agrícola e a segurança alimentar;
- 4) A crise sanitária da pandemia de Covid-19, que se instaurou logo no início de 2020, e consolidou esse cenário de instabilidade, representando não apenas um risco direto à saúde pública, mas também um agravante das crises preexistentes, ao exigir a adoção de medidas de restrição social que impactariam profundamente a economia e a organização dos sistemas alimentares territorializados.

Uma das situações mais complexas do contexto de 2020 foi a chegada da pandemia justamente num momento de pico da desestruturação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar que, entre esses atores sociais, caso ainda estivessem em execução plena, poderiam mitigar os efeitos do cenário desafiador que se apresentava.

Desde a segunda metade dos anos 1990, o país passou a adotar medidas compensatórias para mitigar a desestruturação do meio rural que foi imposta com a revolução verde e o avanço do sistema globalizado de produção sobre o território rural brasileiro.

Os impactos socioambientais decorrentes do avanço do agronegócio impulsionaram movimentos reivindicatórios, que reconfiguraram a organização dos movimentos sociais já nos anos 1980 e 1990. Nesse período, ganharam destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criado em 1991. Essas e outras

organizações passaram a pressionar o poder público por medidas que mitigassem as dificuldades geradas pelas transformações nos territórios rurais, ao mesmo tempo em que fortaleceram processos de resistência diante da intensificação das ameaças às condições de vida das populações do campo.

Entre as principais demandas, destacam-se a reforma agrária, o direito à terra, a garantia de condições dignas de vida no meio rural e a redução da miséria nas comunidades agrícolas.

Como resultado da pressão popular, foi criado, entre 1995 e 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que surge com o objetivo de reduzir as disparidades de acesso a recursos e políticas públicas entre a agricultura familiar e o agronegócio, facilitando a adesão de atores sociais ligados à produção em pequena escala a linhas de crédito adequadas às suas realidades sociais, necessidades produtivas e capacidade de pagamento.

Paralelamente à criação do PRONAF, os movimentos sociais conquistaram avanços pontuais, especialmente na implantação de assentamentos rurais, viabilizados principalmente por meio da mobilização e das ações diretas das organizações populares.

Partindo destas lutas, diversas áreas foram destinadas à reforma agrária em diferentes regiões do país, especialmente entre os anos de 1998 e 2015, com a criação de mais de 6800 assentamentos rurais no período (Baiardi; Mello; Pedroso, 2021). Embora essas concessões não caracterizem uma reforma agrária ampla e estrutural, diante do volume de terras agricultáveis no território nacional em relação aos latifúndios, elas representam, certamente, conquistas significativas da mobilização popular em movimentos reivindicatórios pelo direito à terra.

As universidades públicas brasileiras, em grande medida, aparecem como parceiras importantes nos assentamentos que os movimentos sociais haviam conquistado, construindo relações em todo o país vinculadas à pesquisa e principalmente à extensão universitária, proporcionando trocas entre assentados, militantes dos movimentos sociais, docentes, técnicos e estudantes envolvidos nas interações.

Um exemplo dessa parceria pode ser observado na própria trajetória do autor desta tese, que, entre 2001 e 2003, atuou como bolsista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Durante esse período, enquanto estudante de Filosofia, integrou um projeto interdisciplinar ao lado de colegas dos

cursos de Direito, Psicologia, Pedagogia, Letras e Ciências Sociais, percorrendo assentamentos da região sul do Paraná e outros próximos a Curitiba.

Nesse contexto, desenvolveu atividades extensionistas, com destaque para a produção de vídeos educativos e a realização de ações pontuais de formação pedagógica, reforçando o papel da universidade na construção do conhecimento em diálogo com os assentamentos da reforma agrária.

Durante as viagens, já nos assentamentos, era comum encontrar em trânsito equipes de extensão acadêmica de outros projetos percorrendo o território, várias delas com perspectivas relacionadas diretamente à produção e aos aspectos da organização social dos assentados.

A relevância da extensão acadêmica no contexto dos assentamentos da reforma agrária manifesta-se em seu impacto imediato e na ampla capilaridade que alcança, diferentemente da pesquisa acadêmica, cujo retorno costuma ser mais dilatado no tempo. Isso não implica a desvalorização da pesquisa, mas evidencia que as demandas urgentes por suporte à transformação concreta da realidade dos assentamentos exigiram respostas ágeis e fundamentadas na interação direta entre a universidade e os agricultores.

Considerando as contribuições de Freire (2006), Tommasino (2015) e Brandão (1984), ensino, pesquisa e extensão se articulam de forma imbricada em um modelo em que “um faz o outro”. Nesse entendimento, o contato direto com os problemas reais e concretos das comunidades leva à reflexão e à investigação sobre suas causas e consequências. Essas questões, quando organizadas e sistematizadas pelas práticas acadêmicas, retornam à sociedade sob a forma de socialização do conhecimento, fechando um ciclo dialógico e potencialmente transformador entre universidade e comunidade.

Esse processo consolidou o papel da extensão universitária – sobretudo em sua abordagem crítica - como possibilidade de ferramenta estratégica de mediação e construção coletiva do conhecimento e reafirmou sua importância na promoção de ações concretas que incidem diretamente sobre os desafios cotidianos enfrentados por essas comunidades rurais.

Ao longo dos anos, essa aproximação possibilitou a construção de processos educativos emancipatórios, a adaptação e aplicação de conhecimentos científicos às especificidades locais e o fortalecimento da autonomia produtiva e organizativa dos

assentados, consolidando a extensão como um instrumento estratégico de articulação entre a universidade e os territórios da reforma agrária.

Com o fortalecimento das políticas voltadas à agricultura familiar, especialmente a partir de 2003, a lógica de apoio aos assentamentos foi ampliada para outros territórios rurais, consolidando a atuação da universidade como uma parceria que poderia inclusive oferecer suporte - dentro de suas especificidades e limites - aos sistemas alimentares locais.

Nesse contexto, a parcela da universidade pública que busca referenciar socialmente suas práticas passou a contribuir, junto com as outras políticas públicas específicas para o setor, com processos que objetivavam a retomada da autonomia produtiva da agricultura familiar e da sustentabilidade desses territórios.

Contudo, a implementação do PRONAF evidenciou desafios estruturais que ultrapassavam as características educacionais da extensão universitária. O acesso ao programa era limitado por obstáculos como a falta de regularização fundiária, as barreiras ao acesso à educação no meio rural e as desigualdades de gênero, que restringiam a inclusão efetiva dos diversos atores sociais da ruralidade nas políticas institucionais de apoio.

Essas dificuldades evidenciaram que o fortalecimento da agricultura familiar demandava não apenas políticas públicas voltadas à terra e ao crédito, mas, fundamentalmente, um conjunto de medidas complementares que garantissem condições equitativas para a obtenção e otimização dos recursos disponíveis. Para isso, seria necessária a implementação de um pacote de ações integradas, voltado à correção das desigualdades estruturais que historicamente limitavam o acesso e a permanência dos agricultores familiares em programas de apoio.

Desta forma, o PRONAF, tensionado por movimentos sociais e por outros atores políticos comprometidos com a defesa da agricultura familiar (nos moldes com os quais a definimos neste trabalho), vai se desdobrando em outras políticas que se organizam em subprogramas voltados para questões específicas.

Surgem então, o PRONAF Custeio, voltado ao financiamento das despesas de produção agropecuária; o PRONAF Mais Alimentos, que incentiva a modernização e a ampliação da infraestrutura das unidades produtivas; o PRONAF Agroindústria, destinado ao beneficiamento, processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar; o PRONAF Mulher, que reconhece e apoia a atuação das mulheres

agricultoras; e o PRONAF Jovem, que busca estimular a permanência das novas gerações no campo e garantir a sucessão geracional rural (BNDES, 2023).

Além das políticas ligadas ao PRONAF, também são criados, a partir de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tiveram um papel crucial na consolidação de políticas que propunham, em tese, reconstrução e fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

O PAA é criado no contexto de ampliação da política pública de segurança alimentar do governo federal, com o objetivo de adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar, sem necessidade de licitação, para destiná-los a populações em situação de vulnerabilidade econômica, além de compor estoques públicos.

Já o PNAE, embora tenha origens na década de 1950, foi reformulado em 2009, quando passou a exigir que pelo menos 30% dos alimentos adquiridos para a alimentação escolar fossem provenientes da agricultura familiar. Essa mudança fortaleceu a relação entre a produção local e a alimentação escolar, incentivando práticas mais sustentáveis e promovendo maior autonomia econômica para os agricultores familiares, reforçando e oferecendo previsibilidade à renda desses produtores e ampliando a segurança alimentar e nutricional nas escolas.

O PAA atingiu seu auge em 2012, com investimentos que ultrapassaram R\$ 1 bilhão, representando a maior execução orçamentária até então (Sambuichi et al., 2019). Já o PNAE, por sua vez, registrou o maior investimento em 2014, com um aporte de R\$ 6,82 bilhões (FUNDEPAR, 2022).

Há ainda o Plano Safra da Agricultura Familiar, que atingiu em 2014 um investimento da ordem de R\$ 24,1 bilhões, o que representou o aumento de 14,7% em relação ao ano anterior (AGÊNCIA BRASIL, 2014), tornando-se o maior volume de recursos destinados ao setor desde que esta política pública passou a ser realizada (Silva et al., 2017; Grisa; Schneider, 2015).

Para capilarizar essas políticas públicas, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública desempenhou um papel fundamental na reconstrução e valorização da agricultura familiar no Brasil. Essa atividade extensionista ocupou, além do papel de fornecer orientação técnica sobre práticas agrícolas, a mediação para facilitar o acesso dos agricultores familiares aos programas governamentais.

Devido a condições socioeconômicas fragilizadas, muitas famílias enfrentavam barreiras burocráticas para se inscrever e participar efetivamente dos programas que

estamos brevemente descrevendo. Nesse contexto, os atores sociais que prestavam serviços públicos de extensão rural interagem auxiliando os agricultores na navegação em processos administrativos, capacitando-os para cumprir as exigências burocráticas dos programas, possibilitando que os benefícios chegassem a um número maior de destinatários (Castro; Peres; Souza, 2014).

Assim, a ATER pública se apresenta, quando foi redimensionada entre 2003 e 2014, como um serviço público estruturado e voltado ao fortalecimento dos produtores de pequena escala, obtendo como resultado a ampliação da assistência técnica no país, estimulando a difusão de tecnologias mais sustentáveis e a inclusão de milhares de agricultores familiares aos processos de revalorização desta categoria e de sua capacidade produtiva (Pereira; Castro, 2020).

Outro programa que merece destaque, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Criado em 1998, a iniciativa consolidou-se como uma das principais políticas públicas voltadas à qualificação dos trabalhadores rurais, assegurando o acesso à educação formal e técnica para populações assentadas da reforma agrária e comunidades quilombolas (Martins; Rodrigues, 2015).

O programa surgiu da articulação entre movimentos sociais do campo, universidades públicas e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, buscando garantir a ampliação da escolarização, desde a alfabetização até o ensino superior, como estratégia fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar.

Ao longo dos anos 2000, o PRONERA expandiu sua atuação, promovendo a formação de educadores do campo e oferecendo cursos voltados às especificidades das populações rurais, incluindo agroecologia, gestão cooperativa e práticas sustentáveis de produção.

Entre 1998 e 2014, o programa beneficiou mais de 190 mil jovens e adultos e recebeu investimentos superiores a R\$ 500 milhões (Martins; Rodrigues, 2015; Borges; Carneiro, 2020), constituindo, junto ao PRONAF e seus subprogramas, ao PAA, ao PNAE, à ATER pública e ao Plano Safra da Agricultura Familiar, uma cesta de políticas públicas que apontavam para ações concretas rumo à reorganização da vida no campo com mais justiça social. Junto à execução destas políticas públicas, era comum que as universidades desenvolvessem práticas extensionistas, atividades de ensino e de pesquisa tendo como objeto a produção e a troca de conhecimentos a partir destes processos.

Contudo, a crise econômica que atinge o Brasil em 2014 provoca uma drástica redução nos investimentos públicos em diversos setores, afetando diretamente as políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

Essa crise não pode ser analisada de forma isolada, pois está inserida em um contexto mais amplo de instabilidade global desencadeada pela crise financeira de 2008. Como destaca Carvalho (2018), o colapso do sistema financeiro internacional naquele período – que se inicia em 2008 - resultou em uma desaceleração econômica mundial, afetando particularmente as economias periféricas dependentes da exportação de commodities, como o Brasil, que passa a sentir os efeitos dessa contração com maior efetividade a partir de 2014.

Do ponto de vista econômico, a inserção dos países produtores de commodities - predominantemente periféricos no sistema capitalista global - os torna estruturalmente dependentes das dinâmicas do mercado internacional, sujeitando suas economias à volatilidade dos preços definidos pelas bolsas de valores dos países centrais.

Nesse contexto, o sistema agroalimentar hegemônico desempenha um papel ambíguo: por um lado, contribui para a eclosão de crises globais devido à sua concentração de capital e aos impactos socioambientais que gera; por outro, é um dos setores mais suscetíveis às instabilidades do mercado, sendo diretamente afetado pelas flutuações econômicas e pelas estratégias de ajuste adotadas em períodos de recessão.

No caso brasileiro, a resposta inicial à crise de 2008 envolveu um conjunto de políticas anticíclicas que ampliaram o crédito, incentivaram o consumo e fortaleceram políticas sociais e produtivas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural.

No entanto, esse modelo foi fortemente pressionado a médio prazo pelas elites locais, especialmente com a retração da demanda internacional por commodities e a consequente redução das receitas fiscais, o que ampliava a disputa pelos recursos de investimento público disponíveis.

Este cenário resulta na crise de 2014, e em um severo ajuste fiscal a partir de 2015, que segue estruturado e determinando limites ao investimento público até a atualidade (para não nos alongarmos neste ponto, vamos tangenciar o debate sobre a ruptura institucional ocasionada com a crise de 2014, relegando esta análise para produções futuras, bem como, não vamos expor as contradições da chamada “retomada” em 2022, diante do chamado “arcabouço fiscal”).

O processo de redução dos investimentos públicos – frequentemente tratado por seus defensores como uma contenção de gastos – teve impactos imediatos sobre as políticas voltadas à agricultura familiar. Programas estratégicos como o PRONAF, o PAA, o PNAE, o PRONERA e a ATER pública sofreram cortes substanciais, comprometendo sua capacidade de fomentar a organização produtiva e comercial dos agricultores familiares. O desmonte dessas iniciativas interrompeu avanços conquistados ao longo de mais de duas décadas, ampliando a vulnerabilidade dos trabalhadores rurais e dificultando sua permanência no campo.

Os cortes, segundo Maluf e Burlandy (2023), que chegaram a programas destinados a financiar a produção de alimentos, o acesso alimentar – por meio dos bancos de alimentos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias –, as ações de prevenção e controle da obesidade, a vigilância alimentar e a promoção da alimentação adequada e saudável, foram os que sofreram a maior variação negativa de investimentos, chegando a reduzir em 84,6% os recursos que eram aplicados antes da crise de 2014.

Desta forma, entre os anos-safra de 2013/2014 e 2019/2020, o PRONAF apresentou variações significativas em seus financiamentos. Em termos nominais, o valor total das contratações aumentou de R\$ 21,8 bilhões em 2013/2014 para R\$ 28,9 bilhões em 2019/2020, representando um crescimento nominal de aproximadamente 33%. No entanto, ao ajustar esses valores pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para preços constantes de 2020, observa-se uma redução real de 4% no período, indicando que o aumento nominal não acompanhou a inflação acumulada (BRASIL, 2020).

Além disso, a quantidade de contratos firmados diminuiu de 1.782.776 em 2013/2014 para 1.407.425 em 2019/2020, evidenciando uma redução na abrangência do programa (BRASIL, 2020). Essa tendência sugere que, apesar do incremento nominal nos recursos, menos agricultores familiares foram beneficiados ao longo dos anos. Considerando as dificuldades estruturais de acesso que já descrevemos, é possível inferir que a redução do número de contratos assinados tenha deixado de fora os atores sociais com maior vulnerabilidade socioeconômica, entre aqueles que compõem a categoria da agricultura familiar.

A afirmação acima, sobre a exclusão dos segmentos mais vulneráveis da agricultura familiar, pode ser defendida também partindo da análise de que a ATER pública, em 2013, recebeu seu maior patamar histórico de investimentos, totalizando

R\$ 842,74 milhões. No ano seguinte, 2014, já se nota um recuo significativo para R\$ 490,92 milhões, representando uma queda de 41,7% no volume dos recursos aportados (Pereira; Castro, 2020).

Nos anos posteriores, a tendência de queda se consolidou. Em 2019, os investimentos em ATER foram reduzidos para R\$ 154,08 milhões, atingindo R\$ 153,77 milhões em 2020, patamar próximo ao de 1995. Ou seja, os investimentos retornaram a níveis de 25 anos atrás, desestruturando os serviços de assistência técnica disponíveis para os agricultores familiares, e impedindo o suporte àqueles produtores que necessitavam de apoio para percorrerem os trâmites burocráticos exigidos para acessar os recursos (Pereira; Castro, 2020).

Nos referimos à ATER com a qualidade de “pública”, justamente por conta de que há referências na literatura à ATER ligada à iniciativa privada (Alves et al., 2018). Na ausência da ATER pública, os agricultores com os quais lidamos se tornam assistidos apenas pela representação comercial do agronegócio, que os visita regularmente para vender os produtos químicos e maquinários que caracterizam a produção industrial no campo. Como há a necessidade de treinamento para uso destes produtos, por vezes, os agricultores que os acessam passam por processos de capacitação para o manejo “seguro” destes insumos.

Essa modalidade de suporte técnico, baseada no contato comercial, tornou-se ainda mais recorrente a partir do desmonte da ATER pública ocasionado pelos ajustes fiscais implementados após 2014. É a prática usual dos chamados “vendedores de veneno” - representantes comerciais que visitam os agricultores locais oferecendo pacotes tecnológicos atrelados à venda de insumos. Embora seja evidente que a ATER privada não se resume apenas a essa forma superficial e mercantilizada de atuação, é justamente essa modalidade que predomina nas periferias do sistema agroalimentar hegemônico.

Essa constatação foi reforçada pela ausência, nos relatos dos agricultores locais com os quais interagimos, de qualquer experiência de suporte técnico privado que se diferenciasse desse modelo orientado pela lógica comercial.

Nesse contexto, os agricultores da PR-508 relataram diversos episódios envolvendo a atuação desses representantes comerciais, que os visitavam regularmente com propostas aparentemente “mágicas”, tentando influenciar suas decisões produtivas. Tais abordagens, por vezes, minavam os esforços iniciais de alguns agricultores que buscavam se aproximar de práticas agroecológicas. A

exposição detalhada desses relatos poderia constranger os sujeitos envolvidos, razão pela qual optamos por não apresentar exemplos específicos nesta seção.

Contudo, esse tipo de situação era tratado de forma especial pela gestão dos projetos de extensão acadêmica que os assistiam, o que contribuía para o fortalecimento do vínculo entre os agricultores locais e a extensão universitária. Tal aproximação configurava-se como uma estratégia de “contenção de danos”, diante da drástica redução da presença da ATER pública no território - lacuna que acabava por abrir espaço para a ampliação das ações de dominação exercidas pelo agronegócio.

Quanto ao PRONERA, que tinha como objetivo ampliar o acesso à educação formal no campo, o programa sofreu uma drástica redução no número de novos estudantes, passando de 34.781 em 2009 para apenas 210 em 2017. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os recursos orçamentários para a educação no campo também sofreram cortes expressivos, caindo de R\$ 70 milhões em 2008 para menos de R\$ 12 milhões em 2017 (Câmara dos Deputados, 2018), com projeção de reduções para R\$ 10 milhões em 2018, e apenas R\$ 6,5 milhões em 2019.

A análise do PAA entre 2014 e 2019 também revela uma redução nos recursos destinados ao programa. Observou-se a diminuição nos montantes aplicados, atingindo, ao final desse período, os menores níveis históricos (Perin et al., 2020). Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também se verifica que as restrições fiscais e mudanças nas prioridades governamentais afetaram negativamente os recursos destinados ao programa após a crise econômica de 2014 (Alencar; Lima e Araújo, 2023).

A partir de 2018, um novo governo foi eleito com o compromisso de ampliar as políticas de austeridade fiscal, o que resultou no fechamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão responsável pela formulação e implementação de políticas voltadas ao setor e pela coordenação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Com essa mudança, as atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), modificando a dinâmica de gestão das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Essa reestruturação gerou incertezas quanto à continuidade das iniciativas em vigor, além de suscitar preocupações sobre a possibilidade de retomada futura das

políticas interrompidas durante a crise econômica, caso o país voltasse a um contexto de maior estabilidade institucional e orçamentária.

Diante desse cenário, a extensão acadêmica consolidou-se como uma política educacional que, em paralelo às políticas públicas de apoio à agricultura que foram desmontadas com o ajuste fiscal, ampliou sua capilaridade e impacto nos ambientes rurais. Definida nos moldes apresentados no tópico 2.5, ainda na revisão da literatura, e assumindo, neste trabalho, a função de uma categoria analítica relacional, a extensão universitária, especialmente na perspectiva da extensão universitária crítica (Tommasino, 2015), emergiu como um canal essencial de suporte e articulação para as comunidades desassistidas pelo Estado, frente aos cortes orçamentários decorrentes das políticas de ajuste fiscal.

Já as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, em especial a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), quando analisadas sob a perspectiva da categoria analítica descritiva “políticas públicas”, adotada neste estudo, são examinadas em sua trajetória recente como referencial para a compreensão do papel crescente da extensão universitária no meio rural, especialmente em um contexto de enfraquecimento institucional das demais políticas de apoio e assistência comunitária.

A articulação entre as categorias analíticas utilizadas nesta tese, somada à análise do processo de desmonte da ATER pública após 2014, contribui para aprofundar a compreensão sobre o papel assumido pela extensão universitária no território em questão.

No caso da UFPR-Litoral, observa-se uma ampliação significativa da capilaridade das ações extensionistas, especialmente aquelas voltadas à capacitação técnica de agricultores, ao fortalecimento de redes de comercialização alternativa, ao incentivo à agroecologia e à organização coletiva dos produtores. Essa leitura é fortalecida por meio da triangulação de fontes empíricas - como registros de campo, transcrições de reuniões e interações informais -, que sustenta uma análise interpretativa fundamentada na observação participante.

Segundo Caldeira (2024), entre 2019 e 2023, seis projetos de extensão vinculados ao Setor Litoral da UFPR abordaram temas relacionados à agroecologia e a questões alimentares e/ou socioeconômicas correlatas.

Esse número desconsidera ações e eventos pontuais, bem como atividades realizadas de forma extraoficial - ou seja, não registradas nos sistemas institucionais -, que representam, na prática, a maioria das iniciativas.

Essa realidade ficou ainda mais evidente quando a UFPR passou a creditar oficialmente a extensão a partir de 2022, em conformidade com a Resolução nº 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e com a Resolução nº 14/22 – CEPE/UFPR, que regulamenta a curricularização da extensão.

Desde então, a instituição tem promovido campanhas de conscientização e incentivo à formalização das ações extensionistas no âmbito dos cursos de graduação. No entanto, observa-se, na prática, um número significativamente maior de ações que, embora efetivamente realizadas e com produção acadêmica vinculada - como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses -, não estão registradas nos sistemas oficiais da universidade. Esse distanciamento entre a prática e a formalização ocorre, muitas vezes, devido às exigências burocráticas da formalização das atividades de extensão, o que chega inclusive a limitar mudanças e adaptações ao longo dos percursos desenvolvidos pelas iniciativas.

Para escapar das exigências burocráticas, alguns projetos optam por se desenvolver com o apoio de iniciativas mais amplas, como é o caso do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA Juçara), que atua na UFPR-Litoral como uma iniciativa guarda-chuva, abrigando diversas ações de extensão registradas sob sua denominação. Essa configuração, embora contribua para a agilização de diversos trâmites administrativos dos projetos que congrega, pode dificultar a identificação e a visibilidade das ações individualizadas em sua estrutura, reduzindo a percepção imediata da pluralidade de iniciativas que o compõem.

Ressalta-se, contudo, que o NEA Juçara possui registros e relatórios próprios, os quais, quando analisados, certamente permitirão um mapeamento mais detalhado dessas iniciativas. Para os propósitos desta etapa da pesquisa, no entanto, a constatação já realizada de que há mais projetos de extensão acontecendo no real concreto do que os que são registrados no sistema informatizado da instituição, já é considerada suficiente pelo autor para o prosseguimento da análise.

Um exemplo de iniciativa que transita entre a formalização burocrática e uma atuação dinâmica, que se equilibra entre o que é prescrito institucionalmente e as demandas reais do território, é o projeto “Agricultura Urbana: Jardinar para se Emancipar” (JARDINAR). Embora inicialmente concebido para implantar o debate sobre a importância da ampliação das hortas urbanas no município de Matinhos, o projeto evoluiu para se tornar um polo de aproximação entre os agricultores da Rodovia Alexandra-Matinhos e os estudantes e extensionistas da UFPR-Litoral.

Essa articulação foi mediada pelo coordenador do projeto, Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, consolidando um espaço de interação entre as práticas acadêmicas e as comunidades rurais localizadas ao longo da PR-508, que se traduziu em diversas ações pontuais, cursos de capacitação, atividade de intervenção urbana, festas comunitárias e desenvolvimento de produtos.

Entre os resultados produzidos ao longo dessa iniciativa, destacam-se a realização da Festa da Juçara, o cultivo no espaço urbano conhecido como Centro Cultural da UFPR e a promulgação da Lei Municipal de Agricultura Urbana (Lei Ordinária nº 2030/2019). Esta última foi resultado de uma ampla mobilização promovida pelos estudantes extensionistas envolvidos no projeto, evidenciando o impacto concreto da extensão universitária na formulação de políticas públicas voltadas à agroecologia e à sustentabilidade.

Para capacitar os estudantes extensionistas no desenvolvimento das hortas urbanas experimentais, que não apenas comprovariam sua viabilidade prática, mas também pressionariam o poder público para a criação da legislação específica - ainda não regulamentada até o presente momento -, recorreu-se ao apoio e à troca de conhecimentos com os agricultores locais. Detentores de um conhecimento tradicional sobre os ciclos das plantas adaptadas ao território, esses agricultores desempenharam um papel fundamental no processo, auxiliando os estudantes na aplicação de técnicas de cultivo.

Além de receber os estudantes e os extensionistas em suas unidades produtivas, para atividades de campo, os agricultores também participaram ativamente das formações ofertadas na universidade, consolidando um espaço de aprendizagem mútua, no qual os saberes acadêmicos e os conhecimentos empíricos do campo se complementavam. Esses processos, impulsionados pela construção dos jardins urbanos voltados à produção de alimentos, promoveram a experimentação agroecológica, enquanto fortaleciam laços afetivos e relações de confiança entre agricultores e extensionistas.

Quando o ano de 2020 se instaurou, marcado pelas crises agudas já discutidas ao longo deste trabalho, essas conexões se mostraram fundamentais para viabilizar movimentos de aproximação e cooperação, nos quais os agricultores buscaram apoio nos extensionistas universitários - sujeitos com os quais haviam construído uma relação de respeito mútuo e credibilidade. Esse vínculo tornou-se essencial na busca coletiva por alternativas diante dos desafios impostos pelo novo cenário, reafirmando

a importância da extensão universitária como mediadora de processos de resiliência e adaptação no meio rural e urbano.

Uma das formas de apoio promovidas pela extensão universitária aos agricultores foi a participação do projeto de extensão JARDINAR na elaboração de uma proposta para o edital de fomento “COVID-19: Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais Junto a Populações Vulneráveis”, lançado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O objetivo do edital era apoiar iniciativas que contribuíssem para frear a disseminação do novo Coronavírus entre populações socio ambientalmente vulneráveis, ou que garantissem condições mínimas de sobrevivência a famílias impactadas pelas medidas de isolamento social necessárias ao controle da pandemia (FIOCRUZ, 2020).

Esse edital foi lançado em fevereiro de 2020, e exigiu uma rápida organização para a apresentação de uma proposta, que infelizmente não foi contemplada. Entretanto, a confecção desse documento foi fundamental para adensar as aproximações que começavam a se realizar impulsionadas pela mobilização dos agricultores quanto aos riscos aos quais estariam expostos durante a pandemia. Foi nessa proposta, não aprovada, que surgiu a primeira proposição de ações de apoio à produção local, através da construção de um circuito curto de comercialização de alimentos agroecológicos.

Essa proposta possivelmente teria sido mais bem qualificada caso contasse com o aporte técnico da ATER pública em sua elaboração, uma vez que esse tipo de conhecimento integra o metiê dos extensionistas rurais. Diante de sua ausência e da urgência dos prazos envolvidos, coube à extensão universitária a responsabilidade de apresentar a proposta. Assim, o momento retratado não representa uma substituição da ATER pela extensão universitária, mas sim uma etapa em que demandas urgentes, que exigem respostas imediatas, encontra apoio nas relações construídas ao longo dos anos entre os agricultores e a universidade.

Embora a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a extensão universitária compartilhem o propósito de construir conhecimento e suporte técnico junto às comunidades rurais, elas possuem diferenças fundamentais em suas abordagens, objetivos e estrutura institucional.

A ATER pública tradicionalmente é vinculada ao foco da difusão de tecnologias e ao acompanhamento técnico da produção agropecuária, visando aumentar a eficiência produtiva e garantir a adequação dos agricultores às políticas públicas

existentes. Seu caráter é mais pragmático e operacional, atuando diretamente no suporte aos métodos produtivos, acesso a créditos e políticas de comercialização.

Por outro lado, a extensão universitária insere-se em um contexto de diálogo e construção de conhecimento compartilhado, promovendo a troca entre o saber acadêmico e os saberes tradicionais das comunidades rurais.

A extensão universitária ofertada pela UFPR-Litoral frequentemente se estrutura em torno de processos educativos e formativos, pautados pelo protagonismo dos agricultores na construção de soluções adaptadas às suas realidades. Seu objetivo não é apenas otimizar a produção agrícola dos produtores familiares, mas também fortalecer processos de autonomia realizados pelos atores no campo, contribuir para a formação crítica e política dos agricultores e fomentar estratégias alternativas de organização social e econômica, como a agroecologia e os circuitos curtos de comercialização.

Nesse sentido, enquanto a ATER desempenha um papel fundamental na orientação técnica e na implementação de políticas agrícolas, a extensão universitária se fortaleceu como um espaço de experimentação, formação e articulação de redes solidárias, ampliando a capacidade de resposta dos agricultores familiares diante de crises sistêmicas. Foi a partir dessas dinâmicas e das conexões previamente estabelecidas entre agricultores e extensionistas que, em meio ao cenário desafiador de 2020, emergiu o Circuito Curto de Comercialização "Cestas Agroecológicas".

6 CESTAS AGROECOLÓGICAS

O circuito curto de comercialização “Cestas Agroecológicas” emergiu como um dos principais resultados do esforço coletivo dos agricultores familiares da PR-508 em se organizarem numa estratégia de resistência diante da confluência de crises anteriormente apresentadas, em uma ação estruturada com o apoio da extensão universitária da UFPR-Litoral.

A seguir, será exposto e analisado o processo de construção da organização do circuito, com ênfase no resgate histórico de suas principais etapas. Para fins analíticos, e visando facilitar a compreensão das dinâmicas envolvidas, este percurso foi estruturado em três fases distintas: a fase de implantação do circuito curto, a fase de reorganização e, por fim, a fase de construção da autonomia dos produtores locais.

Ao término de cada fase, procederemos à análise dos fatos apresentados, com base no itinerário investigativo delineado ao longo desta tese. Tal abordagem contempla a articulação entre os dados empíricos - obtidos por meio da observação participante e da pesquisa exploratória - e as categorias analíticas construídas no decorrer do trabalho, permitindo a formulação de interpretações articuladas e coerentes com os objetivos da investigação. Ao fim das análises por etapa, será produzida uma síntese analítica onde serão respondidos os objetivos da tese, sempre à luz das categorias construídas e empregadas ao longo do texto.

Ao percorrer os tópicos analíticos, a decisão de não mobilizar constantemente autores teóricos externos nas interpretações das fases do circuito não indica ausência de fundamentação, mas sim um posicionamento metodológico deliberado. As categorias analíticas relacionais, como apresentado na Tabela 1 (p.67), foram construídas a partir do entrelaçamento entre os dados empíricos, a observação participante e os referenciais conceituais centrais da pesquisa.

Trata-se de uma opção que se alinha à perspectiva de autoras como Claire Lamine (nas diversas obras que nos serviram de referência até aqui), cuja abordagem valoriza o entendimento das transições agroecológicas e das reorganizações territoriais como processos situados, enredados em práticas, relações e dispositivos específicos de cada território. Assim como em seus trabalhos, a tese propõe que a densidade analítica pode emergir dos próprios contextos, desde que apoiada em categorias bem delineadas e coerentes com a realidade investigada.

Essa estratégia metodológica busca evitar um uso ornamental ou excessivamente ilustrativo da teoria, priorizando uma escuta atenta do campo e das vozes dos sujeitos que constroem, vivem e tensionam as práticas analisadas. É nessa chave que se afirma a potência explicativa das categorias construídas, que são empregadas não como conceitos pré-fixados, mas como instrumentos analíticos forjados na relação entre o vivido e o pensado.

Portanto, a prioridade da descrição das fases é apresentar detalhadamente como foram suas dinâmicas, para depois analisá-las com o procedimento pautado em dispositivos imbricados com conceitos que, ao serem construídos, já incorporam parte dos sentidos produzidos na experiência e se apresentam como ferramentas interpretativas situadas.

A triangulação metodológica, conforme definida no item 3.4 (p. 87), já se efetiva quando articulamos a pesquisa participante, a pesquisa exploratória, os registros de campo, as falas dos agricultores, os dados oriundos das redes de mensagens e o contexto político-institucional analisado.

Lembramos que neste trabalho, a triangulação é compreendida como o cruzamento entre diferentes fontes de dados, técnicas de pesquisa ou perspectivas analíticas, de modo a interpretar um mesmo fenômeno a partir de múltiplas entradas. Isso permite a construção de análises mais robustas, menos dependentes de um único ponto de vista - aspecto que será aprofundado nas interpretações desenvolvidas ao final de cada fase do percurso percorrido pelo circuito até aqui.

Sempre que possível, esses movimentos ocorrerão ilustrados com registros que identificam as fontes. O universo de dados presentes na pesquisa, complementando o que já fora exposto no Capítulo 3 (p. 65), é composto por:

- 1) Dados resgatados com a pesquisa exploratória, conforme os movimentos expostos na tabela 2 (p.74);
- 2) Trinta reuniões degavadas, resultando em quase 1500 páginas de transcrição, que representam aproximadamente 45 horas de reunião;
- 3) Anotações em caderno de campo referentes a aproximadamente 115 entregas realizadas desde a implantação do circuito até o momento presente;
- 4) Registros esporádicos de memórias e impressões do pesquisador, referentes a saídas de campo e diálogos informais com agricultores e consumidores, armazenados em materiais diversos além do caderno de

campo, como gravações de voz no aparelho celular do autor e anotações salvas em seu computador pessoal (sem quantificação precisa).

- 5) Quatro anos de interação ininterrupta em dois grupos de WhatsApp: o grupo “AlterAgroGestão”, que reúne os ofertantes da lista de produtos do circuito; e o grupo “Cestas Agroec Matinhos”, que concentra os consumidores e compradores envolvidos na iniciativa, sendo o espaço onde se efetivam as interações entre os atores sociais e a realização das compras. Esses registros permanecem armazenados nos grupos em questão.
- 6) Registros contábeis realizados pelo autor durante as 6 primeiras entregas: período em que essa atribuição estava sob a responsabilidade do autor da tese, além de anotações complementares relativas à quantidade de itens e à movimentação de pessoas nos grupos citados.
- 7) Registros contábeis do ano de 2021, resgatados junto a um dos produtores urbanos que, em agosto de 2020 assumiu essa função, e os tinha registrados em seus arquivos.

A diversidade e a densidade do conjunto de dados produzidos e reunidos ao longo desta pesquisa impõem a necessidade de escolhas metodológicas que dialoguem com os objetivos específicos do estudo e respeitem os limites formais de um trabalho acadêmico. O *corpus* empírico, constituído por registros múltiplos já apresentados, abrange um volume expressivo de informações, cuja análise integral, além de impraticável no escopo desta investigação, demandaria o uso de metodologias que não necessariamente seriam compatíveis com a natureza relacional, situada e processual que caracteriza o objeto em foco.

Diante disso, optou-se pela adoção de recortes analíticos intencionais, definidos com base na relevância temática e na pertinência interpretativa em relação aos eixos investigativos da pesquisa. Essas amostragens, orientadas por critérios de seleção qualitativa, assumem diferentes formatos: ora se configuram como delimitações temporais, ora são guiadas pela recorrência de expressões significativas nos registros sistematizados - como anotações e transcrições -, sempre considerando o contexto sociocomunicativo em que foram produzidos.

Tal estratégia é amplamente legitimada no campo da pesquisa qualitativa, em especial nas abordagens que se valem da observação participante, onde o foco não reside na abrangência estatística, mas na profundidade interpretativa das relações

sociais e dos processos em curso. Assim, a escolha por tratar o material empírico por meio de amostragens implica uma postura metodológica coerente com os princípios que orientam a investigação através da observação participante, priorizando a escuta situada e qualificada, a construção compartilhada de sentido entre o pesquisador e os atores sociais envolvidos, e a complexidade das práticas sociais analisadas.

Cabe destacar ainda que os dados não mobilizados diretamente nesta etapa permanecem como parte do acervo interpretativo da pesquisa - seja por já terem sido tangenciados ao longo desta tese, ainda que de forma não sistematizada, seja por seu potencial de subsidiar desdobramentos futuros e compor análises complementares.

Ressalta-se ainda que, ao adotar a observação participante como ferramenta central, o autor da tese ocupa um lugar privilegiado de observação - inserido no centro das ações, na condição de extensionista da UFPR-Litoral. Essa imersão, no entanto, não compromete a integridade da análise. Ao contrário, sustenta uma leitura crítica, pautada por uma postura reflexiva que busca evitar projeções subjetivas, ancorando as interpretações em evidências empíricas e na coerência com o campo de estudo.

6.1 FASE DE IMPLANTAÇÃO DO CIRCUITO CURTO (2020)

6.1.1 (DES)ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A primeira atividade de comercialização do circuito foi realizada no dia 9 de maio de 2020, sendo antecedida por seis reuniões presenciais, realizadas entre 26 de fevereiro e 29 de abril do mesmo ano. Cinco dessas reuniões ocorreram nas dependências da UFPR-Litoral e uma foi realizada na colônia Santa Cruz, na propriedade de um dos agricultores familiares envolvidos na articulação das ações.

A proposta inicial era a de que os encontros acontecessem semanalmente, sempre às quartas-feiras. Participaram do primeiro encontro dez agricultores familiares e quatro extensionistas acadêmicos (Prof. Dr. Manoel Flores Lesama, o pesquisador/autor desta tese e duas estudantes vinculadas ao CCA).

A primeira reunião ocorreu na tenda entre blocos da UFPR-Litoral - espaço amplo, coberto, com laterais abertas, utilizado até hoje para entregas das compras em dias de chuva. Na época, a escolha do local atendeu às exigências sanitárias do período pandêmico, que orientavam encontros em ambientes com a circulação de ar

facilitada. A imagem a seguir apresenta esse espaço, já no contexto das atividades do circuito.

Figura 11 - ESPAÇO ENTRE BLOCOS DA UFPR LITORAL



Autor: Manoel Flores Lesama (2020).

Nem todos os agricultores familiares presentes na primeira reunião permaneceram na iniciativa. Contudo, seis deles seguiram integrando o grupo e suas trajetórias foram fundamentais para o estabelecimento das atividades. Com exceção da primeira reunião, registrada em caderno de campo pelo autor da tese, os demais encontros possuem memória fragmentada, reconstruída a partir de anotações esparsas e registros informais resgatados durante a pesquisa exploratória. Isso se deve, em parte, ao afastamento da participante responsável pela elaboração das atas iniciais – que era estudante e extensionista à época –, que, ao ser consultada posteriormente, informou ter descartado os materiais por acreditar que não seriam mais utilizados.

As reuniões presenciais foram realizadas com uso obrigatório de máscaras, álcool em gel e distanciamento físico, o que não impediu que o medo de contágio estivesse presente. Relatos sobre casos graves da doença e falecimentos de pessoas próximas aos agricultores eram comuns, criando um ambiente de insegurança e preocupação.

Nesse cenário, as falas dos agricultores presentes expressavam a gravidade do momento também em termos relacionados à produção. Um deles afirmou: “quero vender o que já plantei, mas não sei se vou plantar mais esse ano. Não vai ter nem

como vender e nem pra quem vender, estou pensando em parar a produção”¹⁵. Em tom semelhante, outro declarou: “não dá pra ficar sem nada até a pandemia passar, sem saber se o governo vai continuar comprando pras escolas. Vou pra cidade arrumar trabalho, e volto quando a coisa melhorar”¹⁶.

Tais manifestações reforçaram o empenho dos extensionistas em mobilizar potenciais consumidores, intensificando o envio de convites para a formação do grupo de WhatsApp no qual se organizariam as compras. Esses convites foram, inicialmente, direcionados à comunidade acadêmica, especialmente àqueles que já demonstravam interesse por produtos agroecológicos e alimentos saudáveis. Os convites obtiveram alta taxa de adesão, o que resultou na formação de um grupo composto quase integralmente por atores sensíveis à articulação que os agricultores haviam iniciado.

Uma das primeiras deliberações do grupo inicial de agricultores, tomada já na primeira reunião, foi a de ampliar a quantidade e a variedade de itens a serem comercializados no circuito, indo além da produção agrícola local, com o objetivo de tornar a lista de compras mais atrativa para os consumidores. Para isso, decidiu-se expandir o número de fornecedores participantes, incluindo produtores urbanos de alimentos saudáveis - com os quais já havia alguma articulação por meio das atividades de extensão da UFPR-Litoral - e procurar estabelecer uma parceria com o MST.

A saída de alguns agricultores logo após a primeira reunião pode refletir, em parte, o ambiente político da época. A proposta de trabalho, ao se aproximar de um movimento social e ao se comprometer com o cumprimento rigoroso dos protocolos sanitários vigentes, provavelmente foi percebida por perfis mais conservadores, entre os agricultores familiares presentes, como contrária àquilo que esses atores supunham ser a saída adequada para a crise instalada.

No entanto, a confirmação de que essas tenham sido, de fato, as motivações para o afastamento desses atores exigiria uma investigação específica, o que será sugerido ao final deste trabalho, em articulação com outros estudos que possam se desdobrar desta tese ou que dialoguem com as influências da chamada “onda conservadora”, entre os produtores locais do território em questão.

As quatro reuniões subsequentes ao primeiro encontro tiveram como principal função a elaboração da lista de ofertas que comporia o circuito, a qual passou a

¹⁵ Registro de áudio no celular do autor (11 de março de 2020).

¹⁶ Registro de áudio no celular do autor (11 de março de 2020).

envolver um número maior de atores do que se previa inicialmente. A última reunião, na casa de um dos agricultores, provavelmente ocorreu no dia 6 de maio, uma quarta feira pela manhã. Ela serviu para organizar a logística da primeira entrega, que aconteceria no dia 9 de maio de 2020, um sábado, onde a previsão era de se iniciar as atividades às 14 horas. Embora a primeira reunião tenha contado com a presença de dez agricultores, a expectativa - baseada em interações anteriores - era de que apenas quatro efetivamente viessem a integrar o circuito.

Entretanto, dos dez agricultores familiares que participaram do primeiro encontro, seis permaneceram envolvidos nas etapas seguintes, e junto com a CCRA/MST e os produtores/agricultores urbanos, consolidaram-se como o núcleo que daria início à atividade. Os participantes que organizaram a primeira entrega do circuito, construída a partir destas reuniões iniciais, estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 - FORNECEDORES/DESCRIÇÃO BÁSICA/PRODUTOS OFERTADOS NAS PRIMEIRAS ENTREGAS DO CIRCUITO

Produtor / Núcleo	Descrição / Produtos ofertados
MST / Central de Cooperativas da Reforma Agrária (CCRA)	• Representa assentamentos da reforma agrária entre o sul de SP e o RS. • Ofertava entre 170 e 200 itens nas listas iniciais, incluindo: folhosas, legumes, tubérculos, temperos, ervas medicinais, frios, frutas, panificados, grãos, farinhas, bebidas, sucos, mercearia, derivados de porco e cosméticos naturais artesanais. • Os produtos eram organizados na central de distribuição em Curitiba.
Fazenda do Morro do Holandês (Colônia Maria Luiza)	• Produtor de laticínios. • Ofertava: queijos, iogurtes, sorvetes e picolés produzidos com leite bovino da própria unidade.
Agricultor com agroindústria de mandioca	• Produzia e processava mandioca em diversos formatos. • Itens ofertados: coxinhas com diferentes recheios, nhoque de mandioca, massa de pastel, quibes, empadões, panquecas e a “panquetel” – massa fina e temperada criada na propriedade.
Produtor camponês sem escolarização formal e excluído dos processos digitais	• Atuava com o apoio do filho para lidar com comunicação e vendas. • Recebia pagamentos em dinheiro e fazia

	conferência de valores mentalmente. • Itens ofertados: tomate-cereja, abóbora e inhame, além de quantidades reduzidas de cará, cenoura, ovos, frango caipira e mel.
Produtora de embutidos de carne suína (esse era o seu principal produto)	• Trabalhava em escala familiar. • Produtos principais: bacon, linguiças e salames. • Ovos. • Leite bovino. • Melado. • Queijo. • Farinha de mandioca. • Foi a primeira a sair do grupo após as primeiras entregas. Afastou-se do circuito por resistência à transição agroecológica.
Agricultor agroecológico aposentado	• Diversidade de cultivos e experimentações em sua propriedade. • Ofertava: feijão, café, lichia, pitaia, pupunha, açaí, e polpas de frutas (acerola, maracujá, açaí-boi, goiaba).
Primeira produtora de hortaliças	• Ofertava folhas verdes, temperos e leguminosas. • Deixou o circuito após curto período; foi substituída pelo casal que assumiu papel o organizativo do grupo, posteriormente.
Produtores urbanos vinculados ao CCA/Projeto Jardinar	• Em fase de transição de ocupação urbana para uso produtivo. • Adquiriam insumos com agricultores do circuito. • Itens ofertados: – Pasta de amendoim (sem açúcar ou conservantes); – Doces veganos e comidas prontas (lasanhas, empadões); – kombuchas e cervejas artesanais.

Fonte: elaboração do autor (2025).

A diversidade de produtos resultante dos primeiros arranjos, disponibilizada já nas primeiras edições do circuito “Cestas Agroecológicas”, revela a pluralidade das unidades produtivas participantes, assim como os diferentes níveis de mobilização, tecnificação e inserção sociopolítica dos atores rurais atuantes no processo.

Desde os primeiros meses de funcionamento, chamou atenção o volume expressivo de itens disponibilizados pela Central de Cooperativas da Reforma Agrária (CCRA), vinculada ao MST, que operava com uma média de 170 a 200 produtos distintos por edição. Essa ampla oferta abrangia desde hortaliças e frutas até produtos beneficiados, cosméticos naturais e itens de mercearia, demonstrando a capacidade de organização logística e a escala de produção conquistada ao longo de um processo histórico de articulação coletiva dos assentamentos da reforma agrária e, por consequência, dos coletivos de trabalho vinculados à sua estrutura.

Os produtos do MST eram expedidos a partir da central de distribuição localizada em Curitiba, o que, a princípio, se imaginava que permitiria estabelecer um abastecimento regular, mesmo diante das dificuldades logísticas impostas pela pandemia e pela chegada do verão, período em que tradicionalmente aumentam os entraves de deslocamento até a região litorânea.

Contrastando com a estrutura cooperativada do MST, o circuito também contou com a participação de produtores individuais locais, com perfis sociotécnicos variados e trajetórias singulares. Um exemplo emblemático é o da agroindústria familiar especializada no beneficiamento da mandioca, que se destacou pela criatividade no uso desse ingrediente como base para uma série de preparações culinárias.

Esses alimentos, além de deterem valor nutricional e comercial, também expressavam traços da identidade cultural local, ao mesmo tempo em que evidenciavam o acúmulo de conhecimento tradicional presente nas práticas familiares de produção e transformação de alimentos.

O mesmo pode ser observado nos laticínios produzidos na Fazenda do Morro do Holandês, localizada na Colônia Maria Luiza, que ofertava queijos, iogurtes, sorvetes e picolés elaborados com leite bovino proveniente da própria unidade produtiva. Nesse caso, a integração entre produção e beneficiamento reforçava o vínculo entre território, identidade e consumo, permitindo a circulação de alimentos com origem conhecida localmente e formando vínculos afetivos entre produtores e compradores, bem como entre compradores e produtos.

Destaque especial deve ser dado também ao produtor agroecológico aposentado, cuja estabilidade financeira advinda da aposentadoria parece ter ampliado sua margem de manobra frente às exigências do mercado convencional.

Não dependendo exclusivamente da renda obtida com a produção agrícola, esse agricultor dedicava-se à experimentação de cultivos adaptados às condições

edafoclimáticas do litoral do Paraná e da Mata Atlântica, ofertando, de forma sazonal, frutas como lichia, cupuaçu, graviola e pitaia, além de polpas congeladas e do cultivo e torrefação de café.

Este último item posicionava o agricultor em questão como o único produtor da região com capacidade - ainda que em pequena escala - de comercializar café processado diretamente com os consumidores do circuito, conferindo singularidade à sua atuação e reafirmando a importância da autonomia produtiva e da diversidade como estratégias políticas e econômicas para o fortalecimento dos sistemas alimentares alternativos.

É importante destacar que, embora a produção local apresentasse certo protagonismo em termos de diversificação, ele não se observava em relação à escala. Muitos dos itens ofertados possuíam volume de produção reduzido, o que comprometeria a previsibilidade e a constância da oferta, tornando difícil garantir a manutenção do circuito em médio e longo prazo apenas com base na produção local, que além de tudo, era pressionada pelos eventos ligados à pandemia.

A ampliação da escala envolve múltiplos fatores estruturais e socioterritoriais, entre os quais se destacam os limites físicos da capacidade da mão de obra familiar, a sazonalidade das plantas, o acesso a áreas agricultáveis, os investimentos necessários para expansão das lavouras, a assistência técnica específica e, de maneira não menos relevante, os impactos culturais decorrentes de um eventual aumento expressivo da demanda sobre as práticas locais de produção.

Em contextos como o do litoral paranaense, marcado por pequenas propriedades, redes de reciprocidade e sistemas produtivos familiares, a elevação repentina da escala pode gerar tensões, tanto no plano da gestão do tempo e dos recursos, quanto no equilíbrio entre autonomia produtiva e exigências mercantis.

Dessa forma, a presença do MST no circuito foi considerada estratégica para a ampliação da oferta de produtos, tanto em termos de escala quanto de variedade. Sua atuação contribuiu decisivamente para garantir a instalação da atividade comercial do grupo, especialmente em um contexto em que a produção local, embora fosse razoavelmente diversa, ainda não era capaz de suprir sozinha a demanda que, caso o projeto obtivesse êxito, seria gerada pelo grupo de cestas.

A parceria com o movimento permitia que o abastecimento da atividade ocorresse de forma ininterrupta, ao menos até que os agricultores locais pudessem, gradualmente, incorporar a dinâmica da comercialização em seus cotidianos

produtivos. Isso os protegeria da necessidade de recorrer a soluções emergenciais ou a sobressaltos operacionais que os pressionassem a buscar alternativas no modelo convencional, seja para acelerar artificialmente os ciclos naturais das plantas com as quais trabalhavam, seja, em um cenário ainda mais desfavorável, para abastecer os pontos de venda com produtos majoritariamente externos, alheios às práticas agroecológicas ou tradicionais das comunidades envolvidas.

Naquele período, o MST disponibilizava à sociedade uma ampla gama de itens por meio de duas referências importantes de articulação: a Rede Ecovida de Agroecologia, responsável por processos de certificação participativa, e a marca Produtos da Terra, que reunia produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária organizados sob princípios de agroecologia, economia solidária e soberania alimentar.

A interlocução com o MST ocorreu por meio da Central de Cooperativas da Reforma Agrária (CCRA), que atuava como central de distribuição da produção dos assentamentos, abrangendo um território que ia do sul de São Paulo ao Rio Grande do Sul, e com a qual a Universidade já estabelecia parcerias em outras frentes, como a feira de orgânicos que existiu até 2024 no campus da Reitoria da UFPR, em Curitiba, o que facilitou a aproximação com os extensionistas da UFPR-Litoral.

A CCRA possuía nível de organização e profissionalismo que lhe permitia estabelecer metas e projeções para avaliar a viabilidade de participação em projetos. Para ingressar na iniciativa do litoral paranaense, esse grupo apresentou uma proposta em que a continuidade da operação dependeria de que fossem realizadas, inicialmente, ao menos 12 encomendas com tíquete médio de compras de R\$ 70,00 - valor considerado suficiente para cobrir os custos da central com transporte, separação e organização dos produtos, e diárias da equipe envolvida¹⁷.

No entanto, o volume de vendas na primeira edição de entregas atingiu 20 pedidos, além de ter arrecadado R\$ 4114,70, sendo estes valores divididos entre R\$ 2.815,05 de aquisições para consumo próprio, e R\$ 1.299,65 na forma de doações, que seriam destinadas às pessoas próximas à comunidade acadêmica, que participavam de outros projetos de extensão, e que foram mais duramente atingidas pelo acúmulo de crises que motivaram a criação do circuito, como os catadores de material reciclável presentes no município de Matinhos. O tíquete médio, nestas

¹⁷ Anúncio realizado pelo coordenador da CCRA na primeira reunião da qual participou para instalar o circuito (a segunda do grupo), realizada na UFPR-Litoral em março de 2020.

condições, chegou a R\$ 205,75, quase três vezes superior ao estipulado inicialmente pelos representantes da CCRA.

Durante a fase de pesquisa exploratória, foram localizados, em um HD utilizado pelo autor da tese para armazenar informações sobre o projeto Jardinar, registros contábeis referentes a seis edições de entrega de compras realizadas nas primeiras fases do circuito. Os documentos foram elaborados pelo próprio autor da tese, que, naquele período, respondia pela organização financeira da iniciativa.

Os dados contemplam o primeiro evento, ocorrido em 9 de maio de 2020, bem como as entregas realizadas nos meses de junho e julho do mesmo ano, permitindo uma reconstituição mais precisa do volume de arrecadação, da composição das vendas e da participação de diferentes núcleos produtivos nas fases iniciais do circuito.

Como a constituição inicial do grupo não previu a elaboração de diretrizes administrativas locais para o gerenciamento da atividade, as primeiras edições de entrega foram contabilizadas de forma precária pelo extensionista. Após outros assumirem a mesma função, as dificuldades contábeis continuaram. Essa limitação decorreu tanto da ausência de um perfil com competências técnicas específicas para a função quanto da inexistência de ferramentas adequadas, como uma plataforma de compras que atendesse às exigências de registro e controle das transações.

Uma das consequências dessas limitações foi a ausência, nas duas primeiras edições de comercialização cujos registros foram resgatados, e também na última, de informações formalizadas sobre os valores individualizados das vendas por produtor. Ainda que esses valores tenham sido apurados manualmente à época, a inexistência de um modelo padronizado de registro e armazenamento resultou, com o tempo, na perda desses dados. Em contrapartida, as planilhas relativas às três edições restantes apresentam um nível mais elevado de sistematização, o que possibilita a realização de comparações e a análise da evolução das vendas, conforme será detalhado ao longo deste tópico.

Para sermos justos, é necessário reconhecer que o sistema de organização estava sendo construído ao longo do próprio processo, de maneira experimental e responsiva. À medida que os desafios se apresentavam no campo da ação prática, novos campos de informação eram inseridos na planilha, em uma tentativa constante de aperfeiçoar o controle das operações e responder às demandas emergentes. Tratava-se, portanto, de uma construção incremental, marcada pelo imprevisto e pela

adaptação contínua diante das limitações técnicas e institucionais que caracterizavam aquele contexto inicial.

Nesta etapa do circuito, a organização da lista de produtos ocorria por meio de uma planilha elaborada no Excel. Inicialmente, eram inseridas as ofertas dos agricultores locais, coletadas individualmente por telefone pelos extensionistas. Com essa primeira parte preenchida, a equipe de extensão entrava em contato com a CCRA/MST por e-mail, solicitando a relação de itens disponibilizados pelo movimento, os quais eram então incorporados ao mesmo documento.

Após finalizada, a planilha consolidada era compartilhada no grupo de consumidores/compradores, onde cada participante preenchia suas encomendas individualmente, gerando um arquivo de planilha por pedido. Em seguida, os extensionistas coletavam manualmente todas essas listas individuais de compras no grupo de WhatsApp e as integravam em um documento único, com o qual se organizavam a logística da entrega e os repasses dos valores das vendas a cada produtor.

Nesse contexto, a CCRA conduzia, paralelamente, um processo semelhante de acompanhamento das vendas e organização das entregas, com base nos pedidos registrados pelo grupo. Tal estratégia revelou-se eficaz, pois possibilitava a conferência dos valores por duas vias distintas, o que contribuía para uma maior precisão na identificação e correção de eventuais divergências nos registros.

Já os agricultores locais eram informados de suas demandas específicas também por telefone, mantendo-se o padrão de comunicação direta adotado desde o início da iniciativa. Quando o agricultor não possuía telefone ou sinal de telefonia/internet em sua propriedade, ficava a cargo do vizinho mais próximo repassar a informação.

Em nenhuma das três fases do percurso - desde a emergência do circuito até sua fase atual - foram registrados conflitos ou desentendimentos relacionados ao repasse dos valores comercializados, o que evidencia a solidez das relações de confiança estabelecidas entre os extensionistas e os agricultores envolvidos.

Contudo, eram frequentes as confusões relativas à organização das encomendas destinadas a cada produtor, reflexo das limitações inerentes ao modelo artesanal - que estava sendo construído a partir das dinâmicas de campo - adotado para conduzir administrativamente a atividade. Justamente por isso, é preciso reconhecer que essa fragilidade operacional estava diretamente vinculada à ausência

de um sistema de apoio institucional mais robusto, uma vez que todo o esforço de coordenação dependia exclusivamente do trabalho voluntário de um projeto de extensão universitária que, inicialmente, sequer era vinculado a processos de comercialização alternativa de alimentos.

Essa conjuntura, embora possa ser interpretada como um surpreendente caso de êxito diante da precariedade dos recursos disponíveis em relação às metas de venda, contribuiu para fortalecer, em certa medida, os laços de confiança entre os participantes - especialmente no que se refere à honestidade e à boa-fé que permeavam o trabalho voluntário realizado. Ainda assim, essa confiança interpessoal não foi suficiente para eliminar os entraves operacionais recorrentes.

Episódios de duplicidade de pedidos, trocas de produtos entre consumidores e erros nas entregas revelavam que, embora os vínculos de confiança tenham mitigado parte das dificuldades iniciais da operação, as ações adotadas estavam marcadas por fragilidades estruturais importantes enquanto modelo de organização administrativa construído pelo circuito.

O manuseio das planilhas de Excel apresentava limitações técnicas evidentes, uma vez que o extensionista responsável pela tarefa não dominava plenamente a ferramenta. Entre os agricultores, tampouco havia alguém com as competências necessárias para esse tipo de atividade. Aliás, sempre que instigados a se aproximarem mais efetivamente dos processos de gestão, era comum, nesta época, em conversas informais, os agricultores dizerem que cada dia dedicado ao circuito era “um dia a menos trabalhando”¹⁸, no sentido do trabalho braçal dos cultivos.

Essa postura pressionava inclusive o tempo dedicado às reuniões organizativas que ficaram cada vez mais raras quanto à presença de todos, tornando-se, com o tempo, reuniões exclusivas dos atores que lidavam com os processos de gestão.

Os agricultores que tinham filhos jovens ou adolescentes relatavam ainda que esses membros da família desenvolviam outras atividades, como trabalho ou estudo nas áreas urbanas do litoral ou em Curitiba, e nenhum deles propôs que seus familiares pudessem desenvolver a atividade do gerenciamento das planilhas, evidenciando os problemas de sucessão geracional – ainda que em outras dimensões do trabalho e da vida rural. Evidentemente, caso algum dos familiares se dispusesse a realizar a atividade, a capacitação para realizar este serviço seria uma demanda direta para uma

¹⁸ Registro de áudio no celular do autor, e também proferido em diversas oportunidades, por mais de um dos atores rurais envolvidos nas reuniões (março/abril de 2020).

ação de extensão específica, o que inclusive fortaleceria os processos de aproximação da universidade com a comunidade.

As planilhas de Excel continham cerca de 380 itens disponíveis para aquisição, e elas eram lançadas no grupo de WhatsApp, onde cada comprador indicava os produtos e a quantidade desejada, gerando automaticamente o valor total da compra. Após o preenchimento, a planilha era reenviada ao grupo, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento. Os extensionistas, então, recolhiam os pedidos, repassavam a cada agricultor sua demanda individual de produtos, e consolidavam as informações em uma única planilha geral.

A seguir, apresenta-se um excerto das planilhas utilizadas no período, com o objetivo de ilustrar a forma como as operações de organização dos pedidos e repasses financeiros eram conduzidas:

Figura 12 - EXEMPLO ATRAVÉS DE FRAGMENTO DA LISTA

Nome completo:	Insira seu nome				Total	R\$ 0,00
Produtor	Produção	Produtos	Un	preço	Qtd	Total
SERAFIM	Orgânica	OVOS galinhas caipiras (7 dúzias - os 7 primeiros Dz		R\$ 12,00	-	R\$ -
SERAFIM	Orgânica	FRANGO (limpo, inteiro) (6 frangos - os 6 primeir	UNI	R\$ 15,00	-	R\$ -
SERAFIM	Orgânica	Mel de abelhas africanizadas (pote de 1/2 kg)	pote	R\$ 20,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	QUEIJO meia cura grande (0,900 kg)	UNI	R\$ 28,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	QUEIJO meia cura peq (0,400 kg)	UNI	R\$ 15,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	QUEIJO BRANCO (0,400 kg)	UNI	R\$ 10,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	IOGURTE (natural)	L	R\$ 9,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	IOGURTE (morango)	L	R\$ 9,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	IOGURTE (coco)	L	R\$ 9,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	IOGURTE (ameixa)	L	R\$ 9,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	SORVETE (pote 1 L)	L	R\$ 10,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	SORVETE (pote 0,150 L)	L	R\$ 2,00	-	R\$ -
MORRO HOLANDÊS	Agricultura	PICOLÉS (a partir de 20 unidades)	UNI	R\$ 1,00	-	R\$ -
ISA e RAYEN	Urbana	PASTA de AMENDOIM (pote 0,600 L)	UNI	R\$ 20,00	-	R\$ -
ISA e RAYEN	Urbana	PASTA de AMENDOIM (pote 0.250 L)	UNI	R\$ 10,00	-	R\$ -

Fonte: drive do autor (2020).

Notas:

1) o item "produção", não indica certificação, mas a prática verificada pelo coordenador do projeto em visita à unidade produtiva do agricultor.

2) o Produtor MORRO HOLANDÊS realiza a produção primária dentro do sistema convencional. Porém, sua agroindústria emprega processos artesanais de transformação do leite, o que os aproximava da produção de produtos finais mais saudáveis que os convencionais. Sua propriedade foi visitada em diversas atividades de extensão, inclusive por outros projetos, e sempre serviu como referência de boas práticas na cozinha e ainda, de iniciar movimentos de produção animal próximo aos princípios agroecológicos, no sentido de tentar procurar meios de equilíbrio ambiental, e do menor uso de insumos químicos possível.

3) o primeiro item da lista, ofertado pelo Produtor SERAFIM, indica ao lado da descrição, a quantidade disponível para a comercialização. Esse era um dos problemas da planilha, pois não havia um sistema de baixa automática da quantidade disponível. As pessoas pagavam, e, por vezes, o produto poderia estar em falta no ato de compra.

Se operar as planilhas para organizar a atividade já representava uma tarefa complexa para o extensionista acadêmico responsável por estabelecer a rotina

administrativa das atividades, tampouco era simples, para a maioria dos consumidores/compradores, realizar suas compras por meio desse sistema. As desigualdades tecnológicas entre os dispositivos utilizados, os diferentes softwares operacionais de cada aparelho e a exclusão digital de parte de quem adquiria as compras tornavam o processo ainda mais desafiador nessa fase inicial do circuito.

Vale destacar que nem todos os participantes utilizavam computadores para efetuar suas encomendas, o que acentuava as dificuldades operacionais do sistema adotado, pois o manuseio do Excel no celular não era algo tão simples que pudesse ser executado por todos, sem dificuldades.

Além disso, já a partir da terceira entrega observou-se uma transformação no perfil do público consumidor: o grupo inicialmente composto majoritariamente por pessoas vinculadas à UFPR-Litoral passou a incluir, de forma crescente, consumidores externos à comunidade universitária, especialmente um público feminino e de faixa etária mais avançada (o que pode - ou não - ter relação com uma maior exclusão digital, considerando gênero e faixa etária – outro ponto de sugestão para pesquisas futuras).

Em função disso, era comum que surgissem dúvidas - sobretudo entre os membros recém-integrados ao grupo de comercialização - quanto à efetivação dos pedidos e à confirmação dos pagamentos. Tais incertezas refletiam uma sensação de insegurança vivenciada por parte dos consumidores nas primeiras edições das entregas, acentuada pela ausência de informações direcionadas aos novos participantes ou mesmo de ações básicas de acolhimento no momento de sua entrada no grupo.

Esse cenário evidencia uma fragilidade persistente na comunicação entre a gestão do circuito e seus consumidores - uma condição que, em grande medida, ainda se mantém. Diante disso, uma das recomendações que se projeta para estudos futuros relacionados a este objeto refere-se justamente à dimensão comunicacional. A experiência acumulada ao longo do percurso aponta para a necessidade de um modelo de comunicação mais assertivo, transparente e responsivo do que aquele praticado até o momento pelo grupo “Cestas Agroecológicas”.

Tal aprimoramento não apenas facilitaria o fluxo de informações operacionais, como também contribuiria para o fortalecimento dos vínculos de confiança, cooperação e corresponsabilidade entre os diferentes atores envolvidos. No entanto, para que todas as dimensões necessárias à excelência em uma iniciativa como essa fossem

plenamente contempladas - incluindo os aspectos administrativos, logísticos, comunicacionais, pedagógicos e sociopolíticos -, seria imprescindível uma ampliação significativa da equipe extensionista envolvida, com ênfase em sua composição interdisciplinar.

Apesar de diversos convites já terem sido direcionados a colegas da universidade, ainda não se consolidou uma estrutura de trabalho ampliada e articulada o suficiente para sustentar a complexidade que o circuito demanda - onde essa apatia configura outro aspecto que poderá ser aprofundado em investigações futuras. Um dos indícios dessas dificuldades de engajamento manifesta-se na postura de alguns atores oriundos do ambiente acadêmico que, ao atuarem exclusivamente como consumidores (sem se aproximarem do papel de compradores) - e se retraírem diante de oportunidades de envolvimento mais ativo -, parecem considerar que o ato de comprar constitui, por si só, sua contribuição à proposta em construção.

No entanto, como a experiência tem demonstrado, o simples ato de adquirir alimentos, embora necessário, não é suficiente para sustentar um sistema alternativo como o que se pretende fortalecer. As dinâmicas que se instauram no interior do circuito extrapolam a lógica comercial e exigem formas de envolvimento baseadas na corresponsabilidade e no compromisso com os princípios que orientam a iniciativa.

Voltando a questão da organização das compras, a prática de pagamento antecipado, acompanhada do envio do respectivo comprovante por meio da rede de mensagens, que teve início como uma forma de assegurar a consolidação da venda, atuava principalmente como uma estratégia de adequação aos protocolos sanitários vigentes durante o período pandêmico, ao evitar a manipulação de dinheiro em espécie e de cartões.

Com a ampliação do grupo de consumidores, ocorreram episódios em que a prática do pagamento antecipado fosse questionada por novos participantes, que alegavam ser inadequado “exigir” o repasse de valores por produtos que “ainda não haviam sido visualizados”¹⁹.

Tais reações expressam, de maneira evidente, formas de resistência comportamental diante de alternativas ao modelo convencional de comercialização, marcadas por ceticismo quanto à qualidade dos produtos que não são convencionais

¹⁹ Fonte: Grupo de consumidores/compradores “Cestas Agroec Matinhos” - resgatado pela rememoração dos fatos, já que os registros armazenados no grupo de mensagens iniciam em 2021 (argumento recorrente registrado principalmente em 2020).

e à confiabilidade na entrega de compras realizadas por meios alternativos. Soma-se a isso uma postura de baixa sensibilidade frente aos riscos enfrentados pelos trabalhadores envolvidos no circuito, ao se pressupor, ainda que indiretamente, que o pagamento fosse realizado presencialmente, contrariando os cuidados sanitários que justificavam a adoção dessa prática.

Com o passar dos meses, o pagamento antecipado deixou de ser uma exigência, tanto pelo arrefecimento da situação pandêmica, quanto pelo aumento da confiabilidade dos produtores em relação à efetivação da compra por parte dos consumidores/compradores. Ainda assim, muitos consumidores/compradores seguem até hoje efetuando os pagamentos antecipadamente e encaminhando os comprovantes no grupo, provavelmente em razão do hábito consolidado ao longo das edições anteriores do circuito.

No início da experiência de gestão, a conta bancária pessoal de um dos extensionistas locais foi utilizada para receber todos os pagamentos das transações comerciais do circuito, incluindo os valores referentes à CCRA e aos agricultores locais. Após o recebimento, os valores eram devidamente organizados, divididos e repassados integralmente à CCRA e a cada um dos demais ofertantes de produtos.

A centralização dos depósitos em uma única conta corrente constituiu-se como uma estratégia voltada à facilitação do processo de compra por parte dos consumidores/compradores, que já enfrentavam dificuldades operacionais ao utilizar a planilha para efetuar seus pedidos. Fragmentar os pagamentos, exigindo múltiplas transações para concluir uma única encomenda, poderia amplificar esse obstáculo operacional e comprometer a adesão ao circuito.

Além disso, com um depósito diluído em mais contas, ou efetuado diretamente aos produtores, a avaliação da gestão naquele momento era de que a complexidade das ações de controle e acompanhamento se ampliariam, tornando a atividade muito mais trabalhosa. Imagine-se, por exemplo, como a pessoa que realizaria as compras lidaria com vários subtotais numa única lista, cada qual referente a um só produtor. Num formato como esse, o risco de erros involuntários e a sensação de insegurança nos procedimentos se multiplicariam.

A alternativa de utilizar a conta de um dos extensionistas pareceu ser a única viável diante das dificuldades apresentadas pela CCRA, que alegou que, caso a conta corrente da pessoa jurídica fosse utilizada para receber os pagamentos do circuito, haveria entraves contábeis para justificar as saídas referentes à remuneração dos

agricultores locais, uma vez que não havia emissão de notas fiscais que lastreassem essas transferências.

Em paralelo, os próprios agricultores locais também demonstraram resistência em assumir essa operação, revelando fragilidades nas relações iniciais de confiança, especialmente no que diz respeito à responsabilidade pela movimentação de recursos financeiros de terceiros por meio de contas bancárias pessoais. Não se tratava, entretanto, de dúvidas sobre a honestidade uns dos outros, mas de cautela ao lidar com um dinheiro que não era seu, e que passaria por sua conta pessoal. A negativa dos agricultores neste aspecto foi entendida pelos extensionistas como uma forma de precaução.

O consumidor/comprador, ao adquirir os produtos, realizava um único pagamento - por meio de transferência bancária, depósito ou PIX (a partir de novembro de 2020) - que incluía também eventuais doações feitas livremente, com o valor que cada doador se dispusesse a contribuir naquela edição das entregas.

Não havia obrigatoriedade em relação às doações, tampouco qualquer tipo de constrangimento nesse sentido. O que se fazia, portanto, era apenas comunicar aos consumidores que, caso desejassem, poderiam realizar um pagamento adicional, destinado à aquisição de produtos dos agricultores locais a serem doados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, com as quais o grupo mantinha algum tipo de articulação. Uma vez organizadas as doações, procedia-se à devida prestação de contas no grupo de consumidores/compradores, informando os destinatários contemplados e a data prevista para a entrega dos itens arrecadados.

Quanto às doações, a partir do valor arrecadado era construída uma “cesta referência”, que procurava equilibrar os produtos disponíveis em estoque pelos agricultores locais com uma complementação nutricional possível de ser organizada naquele contexto. Buscava-se compor uma cesta variada, com a inclusão de folhas verdes, tubérculos e, sempre que possível, alimentos processados pelos produtores urbanos e alguma fonte de proteína. Inicialmente, as compras realizadas com os recursos oriundos das doações incluíam exclusivamente produtos ofertados pelos agricultores locais.

Posteriormente, a CCRA/MST passou a disponibilizar cestas prontas específicas para doação, que também passaram a compor as ações solidárias do circuito, sem, contudo, substituir o fortalecimento dos agricultores locais. Com isso, os consumidores/compradores passaram a contar com duas possibilidades de

contribuição: a aquisição de uma cesta "fechada", fornecida pela CCRA/MST, ou a doação de um valor em dinheiro para a montagem das cestas compostas a partir da produção local. Era comum que alguns doadores optassem por realizar as duas modalidades, ou alternassem entre elas quinzenalmente.

No que se refere à solidariedade praticada pelos consumidores/compradores, muitos deles expressaram, em diferentes momentos, o entendimento de que contribuir com a campanha de doações era uma forma concreta de fortalecer a agricultura local, ampliando o volume de vendas dos agricultores envolvidos no circuito. Houve casos em que alguns compradores (neste exemplo, diferenciando-se dos consumidores), mesmo estando temporariamente fora da cidade - por motivos como viagens ou pela adoção do ensino remoto na Universidade -, continuaram realizando doações, ainda que não estivessem adquirindo produtos para si próprios, mantendo esse gesto solidário por determinado período.

As doações, inicialmente, foram direcionadas a famílias indicadas pela Associação de Moradores da Vila Nova, em Matinhos, que reúne parte dos catadores de recicláveis do município. Algumas das doações realizadas nas primeiras edições do circuito estão documentadas e são apresentadas nas imagens a seguir:

Figura 13 - ORGANIZAÇÃO DAS DOAÇÕES E BENEFICIÁRIOS



Fonte: arquivo do autor (2020).

A primeira foto da esquerda mostra estudantes ligadas ao CCA (a ocupação urbana estudantil) realizando a separação dos alimentos adquiridos com as doações, e as duas imagens seguintes apresentam mulheres de famílias que receberam os itens.

As doações - e as opções de como realizá-las, ampliadas com a inclusão das cestas disponibilizadas pela CCRA - foram bem recebidas pelo grupo de

consumidores/compradores. No entanto, essa configuração acabou gerando certo desconforto entre os produtores locais, à medida que se instaurou uma dinâmica que foi percebida por alguns dos atores locais como semelhante às práticas de concorrência. Em uma conversa privada na rede de mensagens, um agricultor expressou sua inquietação, perguntando: “mas escuta, Maurício, as doações não eram pra aumentar as nossas vendas”²⁰?

Situações como essa eram, em geral, tratadas de forma reservada com os extensionistas (tanto o autor da tese quanto o professor Lesama). Quando questionados sobre a possibilidade de levar tais temas à discussão coletiva, a resposta dos agricultores era invariavelmente negativa. Essa postura - de apontar o problema, mas não se dispor a enfrentá-lo no coletivo - pode ter origem em dois fatores principais.

O primeiro aspecto refere-se ao reconhecimento da centralidade da CCRA na estrutura logística inicial do circuito, cuja presença era amplamente percebida como fundamental para a viabilidade e continuidade da iniciativa. O segundo está associado ao receio, manifestado de forma velada pelos agricultores locais, de que uma eventual retirada do movimento inviabilizasse por completo o funcionamento do circuito, dada a contribuição estruturante que ele oferecia. Essa percepção, ainda que raramente explicitada em público, era percebida em pequenos gestos cotidianos e parecia operar como um fator inibidor para o enfrentamento aberto das tensões internas vivenciadas nas dinâmicas da atividade.

Outra rota de conflitos entre a CCRA/MST e os agricultores locais dizia respeito à duplicidade de itens nas listas de compras, mesmo quando apresentados com preços distintos. Entre os produtores locais, havia um entendimento coletivo de que a oferta de um mesmo produto por diferentes fornecedores só seria aceitável caso os preços fossem equivalentes e a produção fosse comprovadamente própria. Já os itens da CCRA tinham certificação orgânica, mas vinham através de uma central de distribuição, de locais distantes, o que levantava questionamentos entre os produtores quanto ao fortalecimento da agricultura local.

Além disso, a certificação orgânica gerava maior interesse entre os consumidores/compradores da universidade, proporcionando um resultado melhor de vendas junto ao público inicial do circuito, preocupado com as questões envolvidas nos processos de certificação, mesmo que o preço dos orgânicos fosse mais alto. Quanto

²⁰ Registro em rede de mensagens – mensagem privada, entre maio e julho de 2020.

aos preços, os produtos duplicados tinham as seguintes referências apresentadas na planilha de compras, nas listas organizadas entre 9 de maio e 26 de julho de 2020:

Quadro 2 - COMPARATIVO DE PREÇOS ENTRE CCRA (ORGÂNICO COM CERTIFICAÇÃO) E AGRICULTORES LOCAIS (SEM CERTIFICAÇÃO)

Produto	CCRA – com certificação orgânica	Agricultores Locais – sem certificação	Diferença de Preço
Espinafre	R\$ 3,32 (maço)	R\$ 2,25 (maço)	- R\$ 1,07
Couve	R\$ 2,79 (maço)	R\$ 2,00 (maço)	- R\$ 0,79
Banana Caturra	R\$ 4,73 (kg)	R\$ 2,00 (kg)	- R\$ 2,73
Salsinha	R\$ 3,03 (maço)	R\$ 2,00 (maço)	- R\$ 1,03
Cebolinha	R\$ 2,79 (maço)	R\$ 1,50 (maço)	- R\$ 1,29
Melado	R\$ 5,53 (320g)	R\$ 10,00 (700g)	- R\$ 2,99 (p/ kg)
Aipim cong.	R\$ 9,06 (kg)	R\$ 5,00 (kg)	- R\$ 4,73
Feijão preto	R\$ 8,37 (kg)	R\$ 8,00 (kg)	- R\$ 0,37
Café 100% arábica	R\$ 18,50 (500g)	R\$ 40,00 (kg)	+ R\$ 2,60
Palmito pupunha	R\$ 10,00 (haste)	R\$ 6,00 (haste)	- R\$ 4,00
Cenoura	R\$ 7,23 (kg)	R\$ 2,00 (kg)	- R\$ 5,23

Fonte: Elaboração própria a partir da lista de produtos de maio/junho/julho de 2020 do circuito “Cestas Agroecológicas”.

Com base no quadro comparativo entre os preços praticados pelo CCRA (com certificação orgânica) e os agricultores locais (sem certificação), verifica-se que a variação percentual média entre os dois grupos, no que se refere a produtos concorrentes, gira em torno de 33,6%. Isso indica que, nestes casos, os produtos oferecidos pelos agricultores locais eram cerca de um terço mais baratos do que aqueles disponibilizados pelo CCRA.

O produto com maior variação é a cenoura, cujo preço no CCRA (R\$ 7,23/kg) é 261,5% mais alto do que o valor praticado pelos agricultores locais (R\$ 2,00/kg). Por outro lado, a única exceção encontrada é o café 100% arábica, que apresentou variação de 8,1%, sendo ligeiramente mais caro entre os produtores locais (R\$ 40,00/kg) em comparação ao preço proporcional do CCRA (R\$ 37,00/kg).

O caso do café é um exemplo interessante. Trata-se de um produto que era o carro-chefe do agricultor agroecológico aposentado ao qual nos referimos anteriormente, e, caso a decisão do produtor fosse buscar a certificação, é certo que em algum momento a obteria. Porém, tanto este agricultor quanto os demais, já haviam

relatado²¹ que a burocracia e as dificuldades, além das taxas de certificação, os afastavam do desejo de obter essa qualificação aos seus produtos.

Em contato com a Universidade há cerca de quinze anos, os agricultores locais já demonstravam em 2020 certo acúmulo em torno da ideia de que, diante da ausência de referências mais próximas de assistência técnica voltada aos processos de certificação, a relação de confiança construída entre agricultor e consumidor constituía-se como um parâmetro viável e concreto para assegurar tanto os procedimentos produtivos quanto a procedência dos alimentos.

Essa compreensão, de natureza política, é compartilhada pelo autor desta tese, que reconhece nessa confiança um elemento fundamental das dinâmicas de comercialização alternativas. Não obstante, é preciso considerar que a certificação orgânica, além de ampliar as possibilidades de acesso a determinados mercados, representa um importante mecanismo de agregação de valor aos produtos, conferindo-lhes maior competitividade e legitimidade junto aos segmentos específicos da sociedade que conseguem ter acesso à alimentação saudável.

A cobrança majorada sobre produtos certificados configura-se, entretanto, como uma questão polêmica, especialmente quando considerada à luz das variações nos custos convencionais de produção. Observa-se que esses custos, sujeitos a flutuações expressivas em determinados períodos, podem, em seus picos, superar os valores associados aos da produção de alimentos com base em práticas ecológicas.

Essa oscilação relativiza o argumento de que o preço mais elevado dos produtos orgânicos se justifica unicamente pelos custos com insumos e certificação, revelando a necessidade de problematizar a lógica de precificação a partir de uma análise mais ampla, que inclua elementos como o valor simbólico da certificação, a ideia de qualidade internalizada pelos consumidores e as dinâmicas de mercado em torno da agricultura alternativa.

Para fins desta tese, o valor simbólico é compreendido como o conjunto de significados sociais, éticos e relacionais atribuídos aos alimentos e aos modos de produção, constituindo-se a partir das interações entre produtores, consumidores e instituições. Como aponta Lamine (2012), os sistemas agroalimentares alternativos constroem seus próprios referenciais de legitimidade e qualidade, muitas vezes

²¹ Fonte: Informação recorrente nas reuniões gravadas com os agricultores, nos registros do caderno de campo do pesquisador e em falas informais colhidas no cotidiano da atividade do circuito, especialmente durante as entregas e as interações em campo (2020-2023).

baseados em valores simbólicos compartilhados entre os atores, como confiança, reciprocidade e pertencimento territorial.

Cabe destacar, entretanto, que o conjunto de informações reunidas até aqui indica que o debate sobre os valores simbólicos atribuídos aos alimentos nos circuitos curtos só se consolida como alternativa real ao modelo dominante se incorporar, de maneira indissociável, a problemática do acesso. Alimentos produzidos com forte enraizamento territorial, por meio de técnicas ecológicas e com respeito às condições de trabalho, mas destinados exclusivamente a nichos de consumo com maior poder aquisitivo, reforçam lógicas de exclusão social - o que, paradoxalmente, compromete os próprios princípios que sustentam a ecologização dos sistemas alimentares.

A popularização do consumo de alimentos saudáveis, especialmente entre as camadas mais empobrecidas da população, deve ser compreendida, portanto, como dimensão estruturante na construção de sistemas agroalimentares realmente transformadores, comprometidos com justiça social, soberania alimentar e sustentabilidade territorial. Como destacam Darolt e Rover (2021), para que os circuitos curtos cumpram seu papel transformador, é fundamental que garantam acesso ampliado da população aos alimentos saudáveis, evitando a reprodução de desigualdades no consumo alimentar.

No caso das práticas políticas de extensão realizadas pela UFPR-Litoral, a preocupação com o problema da escala - especialmente no que se refere à possibilidade de tornar os alimentos agroecológicos acessíveis à maioria da população - é trabalhada de maneira dialógica com os agricultores, buscando-se equacionar os preços praticados à renda média da população local. Em razão dessa preocupação, a diferença média de aproximadamente 30% entre os preços dos produtos orgânicos e os produtos convencionais tornou-se tema recorrente de debate nas ações que aproximaram agricultores e a comunidade acadêmica, evidenciando o esforço para construir alternativas de comercialização mais inclusivas e socialmente justas.

Entre os agricultores que já tinham maior inserção em debates e práticas sobre a Agroecologia, a questão das diferenças de preço pautadas no argumento de que era mais caro produzir de maneira ecológica fazia pouco sentido (como uma justificativa econômica e mesmo moral). Afinal, sobre as questões da qualidade, os agricultores locais que já mantinham algum engajamento com a agroecologia viam seus produtos também como diferenciados ante os produtos da agricultura convencional, e alguns deles procediam de maneira ecológica justamente pela falta de recursos para comprar

os insumos convencionais, como era o caso do produtor de características camponesas que participou das primeiras edições das entregas.

Já os agricultores que estavam começando o contato com o debate sobre a agroecologia a partir de sua inserção no circuito, se viam motivados a pensar sobre as formas de agregar valor aos seus produtos, observando os resultados econômicos das vendas da CCRA diante dos resultados obtidos pelos agricultores locais.

De qualquer forma, o produtor de café local era extremamente orgulhoso da sua capacidade de comercializar o café cultivado, torrado, moído e ensacado a vácuo no seu próprio sítio. Nas primeiras edições, o preço do quilo do café deste agricultor, com grão 100% da variedade arábica, era vendido a R\$ 28,00 no circuito.

Com a chegada do café do MST, o agricultor adquiriu o produto do movimento e comparou com a qualidade do que ele oferecia, onde entendeu que além de tudo, seu produto, por ser realizado em escala menor e num território mais próximo, era mais fresco e possuía qualidade superior. Indignado com a diferença de valores, equiparou os preços. Ao equiparar os preços, perdeu uma parcela das vendas para a CCRA. Na sequência, motivado por outros fatores, deixou de participar da atividade, cerca de um ano após o ingresso. Depois, nas dinâmicas do circuito, retorna numa outra configuração, a qual será descrita na ordem sequencial dos fatos que serão narrados adiante, mas o café não voltou a ser ofertado nas listas.

Outro elemento de comparação em relação a alimentos certificados ou não-certificados era a pupunha, que produzida no território em questão, não está sujeita a vetores ou doenças, e exige pouca manutenção. Na escala em que os agricultores envolvidos no circuito a produzem, muitas vezes nem a adubação química é empregada, o que a tornaria um produto próximo àquele certificado como orgânico. A pupunha da CCRA era vendida 66,7% mais caro que a pupunha local.

Portanto, o debate em torno da confiabilidade dos produtos locais ofertados - especialmente no que se refere à agregação de valor, mas sem tomar a certificação orgânica como uma exigência inexorável - passa a exercer pressão sobre os agricultores locais, incentivando-os a buscar maior adesão ao sistema agroecológico, especialmente por meio do estreitamento das relações com a universidade, onde a extensão universitária era entendida como a única política pública presente no território, naquele momento, que tinha alguma relação com o trabalho dos agricultores.

No mais, o que restava de mais próximo à ATER presente na região do litoral do Paraná era aproximar-se das “inovações” propostas pelos representantes

comerciais – vendedores de veneno agrícola -, nos moldes que já retratamos anteriormente (Cap. 5, p. 120).

Deste movimento, observou-se uma ampliação significativa da disposição dos atores rurais em acolher atividades formativas vinculadas à universidade, como saídas de campo e aulas práticas dos cursos de Agroecologia e Ciências Ambientais, realizadas diretamente em suas unidades produtivas. Essas atividades sempre se configuram em trocas de conhecimentos, e também numa verificação *in loco* de como anda a relação do agricultor com as questões de sua produção observadas pelos aspectos ecológicos. Não raro, estudantes dos cursos relacionados acima organizavam mutirões de trabalho voluntário para contribuir com os agricultores, sem a exigência de qualquer contrapartida além da experiência profissional adquirida.

Paralelamente, intensificaram-se os vínculos com ações extensionistas, incluindo experiências de manejo agroflorestal, implantação de cobertura vegetal do solo, adubação verde e boas práticas de fabricação em cozinhas comunitárias e agroindústrias familiares. Tais ações, conduzidas por docentes da UFPR-Litoral no entrecruzamento entre ensino, pesquisa e extensão, também passaram a contemplar práticas ecológicas de produção animal, entre outras iniciativas voltadas à sustentabilidade das unidades familiares.

Entretanto, a desarticulação entre as ações de extensão no interior da universidade frequentemente constitui um fator limitante para o aprofundamento das relações institucionais com os agricultores. É comum que a ausência de comunicação entre projetos distintos gere sobreposição de iniciativas, ruídos operacionais ou mesmo o desconhecimento mútuo entre ações que ocorrem simultaneamente no território.

Como já discutido anteriormente, apesar dos avanços decorrentes da curricularização recente da extensão universitária, grande parte das atividades realizadas ainda não é formalmente sistematizada na rotina burocrática da academia, o que dificulta a consolidação de uma presença institucional coesa e efetiva junto aos atores rurais que possibilite, além das ações pontuais, um planejamento multidisciplinar, progressivo e coletivo de médio e longo prazo de atividades contínuas e sequenciais protagonizadas por atores diversos, em frentes distintas.

Ainda assim, os casos do tomate e dos ovos, já analisados no item 4.2.4 (p. 109) e que atravessa as três fases descritas nesta seção - evidencia que a relação com a extensão universitária foi decisiva para fortalecer práticas agroecológicas locais,

conferindo-lhes reconhecimento quanto à qualidade e à procedência no contexto do circuito curto analisado.

Retomando a questão da duplicidade da oferta de produtos, é importante destacar que alguns itens presentes nas listas de compras não foram incluídos no Quadro 2 (p. 156), justamente por apresentarem variações internas significativas. É o caso, por exemplo, das diferentes qualidades de mel, de queijo, de iogurte e até mesmo de ovos - que variavam entre brancos, vermelhos, caipiras, normais e grandes.

A incorporação dessas distinções no debate e no contexto desta tese tornaria excessivamente extensa a representação e desviaria o foco analítico para questões pormenorizadas sobre as particularidades de cada item. Ainda assim, essas variações não são desprovidas de significado: elas expressam as escolhas dos consumidores, a diversidade das práticas produtivas e os desafios implicados na comunicação da confiabilidade e da qualidade dos alimentos no interior do circuito, sobretudo na concorrência entre produtos com e sem as certificações formais.

No aspecto dos resultados da comercialização, como anunciamos, será apresentada agora uma tabela que mostra a evolução inicial dos valores negociados nas edições do circuito que tiveram sua contabilização recuperada com a pesquisa exploratória:

Tabela 4 - COMPARATIVO DE ARRECADAÇÃO POR DATA

Data	CCRA	Locais	Total	Doações	Valor Total
9 de maio	N.I.	N.I.	R\$ 2.815,05	R\$ 1.299,65	R\$ 4.114,70
2 de junho	N.I.	N.I.	R\$ 5.984,50	R\$ 1.817,64	R\$ 7.802,14
16 de junho	R\$ 4.800,96	R\$ 1.653,29	R\$ 6.454,25	R\$ 1.133,67	R\$ 7.587,92
30 de junho	R\$ 4.655,38	R\$ 1.806,33	R\$ 6.461,71	R\$ 1.124,60	R\$ 7.586,31
14 de julho	R\$ 5.326,62	R\$ 2.170,50	R\$ 7.497,12	R\$ 1.116,21	R\$ 8.613,33
26 de julho	N.I.	N.I.	R\$ 7.692,59	R\$ 711,47	R\$ 8.404,06

N.I. = Não Informado.

Fonte: Elaboração própria a partir dos registros contábeis das edições de maio a julho de 2020 do circuito “Cestas Agroecológicas”.

A Tabela 4 revela a dinâmica financeira do circuito “Cestas Agroecológicas” no período entre maio e julho de 2020, início de sua fase de implantação, etapa que consideramos que possa ser descrita desta forma até o início de 2021, quando o circuito passa a, processualmente, se reorganizar. As arrecadações descritas são provenientes do resultado das vendas da CCRA, dos produtores locais e dos valores recebidos via doações. Observa-se, inicialmente, uma tendência de crescimento

gradual no volume arrecadado, com destaque para o aumento do valor total entre a primeira e a última data da série.

Em 9 de maio, os registros indicam um valor total de R\$ 4.114,70, enquanto na edição de 14 de julho esse número já havia mais do que dobrado, alcançando R\$ 8.613,33. A edição de 26 de julho, embora sem a discriminação entre CCRA e locais (dados que não puderam ser recuperados), mantém uma arrecadação semelhante, com R\$ 8.404,06, indicando certa estabilização em patamares elevados.

No intervalo entre 16 de junho e 14 de julho, é possível notar um padrão de estabilidade com leve crescimento, tanto nas arrecadações oriundas da CCRA quanto dos produtores locais. O valor total nessas datas oscila em torno de R\$ 7.500,00 a R\$ 8.600,00, com pequenas variações atribuíveis ao volume de pedidos e à incidência de doações. A consistência desses valores ao longo do período analisado sugere uma consolidação progressiva do circuito, com base em uma demanda relativamente constante e previsível.

As doações, por sua vez, variam de forma menos linear. Em 9 de maio, as contribuições somaram R\$ 1.299,65, atingindo um pico em 2 de junho com R\$ 1.817,64, e declinando progressivamente nas edições seguintes, até chegar a R\$ 711,47 em 26 de julho.

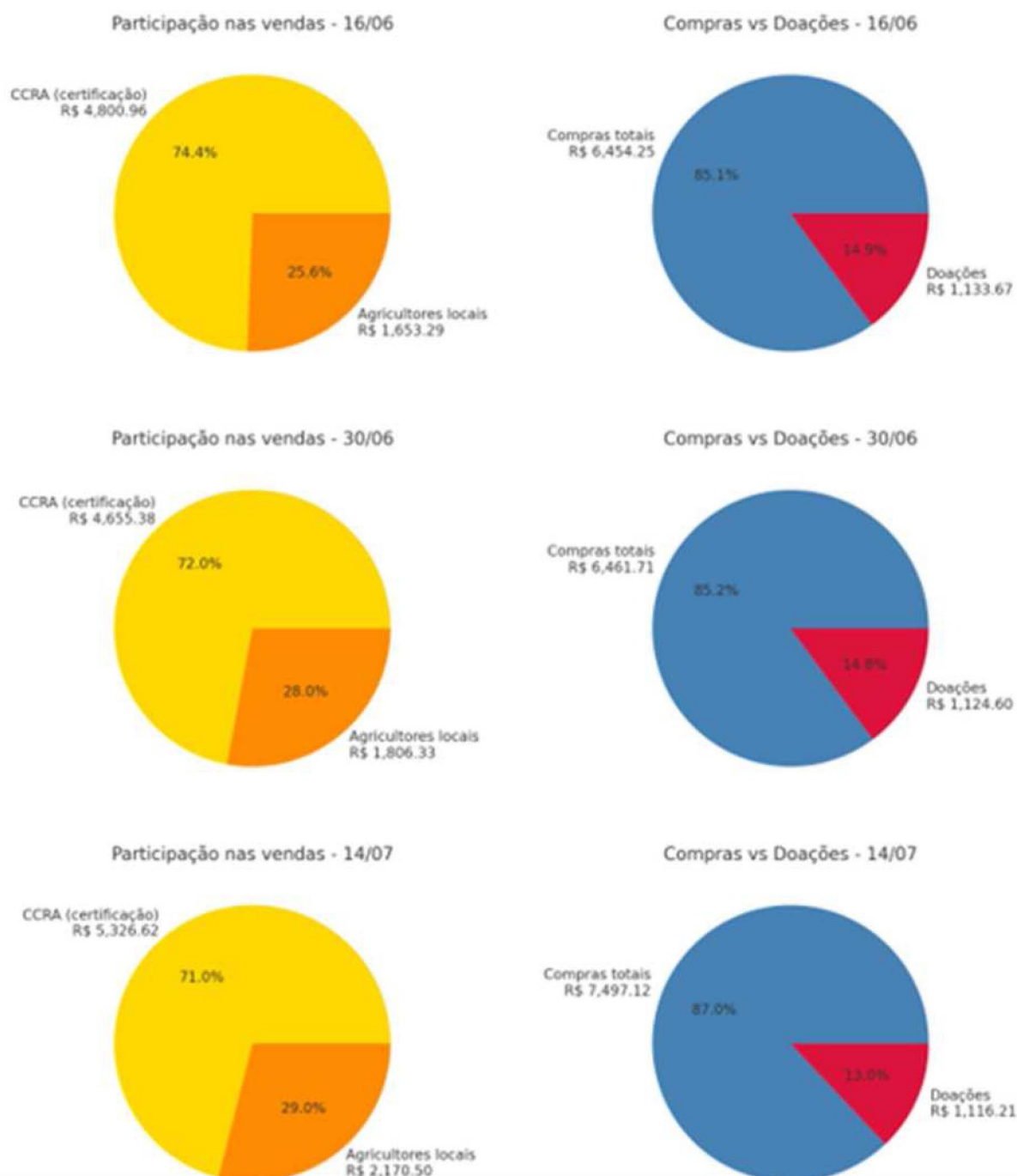
Esse comportamento pode indicar um arrefecimento no engajamento solidário externo, ao mesmo tempo em que o crescimento da arrecadação por vendas diretas aponta para uma redução da dependência das doações – enquanto volume global de vendas - ao longo do tempo. Outros fatores que contribuíram para a redução de doações foram a criação de diversas formas de assistência ofertadas pelas três esferas de governo, com bolsas e doação de cestas convencionais que foram se estruturando conforme a pandemia se expandia.

A participação relativa entre os produtos oriundos da CCRA e dos produtores locais - ainda com amostragem reduzida de episódios - permite entrever uma composição estável entre essas duas fontes, refletindo o caráter misto do circuito e sua capacidade de articulação entre diferentes escalas de produção. Contudo, há uma leve tendência de redução do volume de valores comercializados entre cada grupo, que em níveis comparativos aponta para um avanço lento, mas estável, do volume comercializado pelos produtores locais.

Essas tendências de crescimento, estabilização e mudança na composição das receitas tornam-se mais evidentes com a análise dos gráficos a seguir. As imagens à

esquerda sintetizam visualmente a participação percentual de cada grupo no total arrecadado em cada edição, enquanto os gráficos à direita indicam o volume de doações em relação ao valor total obtido.

Gráfico 1 – PARTICIPAÇÃO NAS VENDAS (CCRA X LOCAIS) E VOLUME DE DOAÇÕES



Fonte: desenvolvido pelo autor (2025);

A leitura dos gráficos-pizza referentes às edições de 16 de junho, 30 de junho e 14 de julho do circuito “Cestas Agroecológicas” revela importantes nuances na composição das arrecadações, aprofundando as tendências já identificadas na Tabela 4 (p.161).

Observa-se, ao longo das três edições analisadas, uma leve, porém consistente tendência de aproximação entre os valores negociados pelos agricultores locais e aqueles vinculados à CCRA. Em 16 de junho, os produtos da CCRA representaram aproximadamente 74% do total de vendas (R\$ 4.800,96 de um total de R\$ 6.454,25), enquanto os agricultores locais foram responsáveis por cerca de 26% (R\$ 1.653,29).

Já em 30 de junho, essa relação se mantinha semelhante, mas com leve avanço dos produtores locais, que passaram a representar cerca de 28% da arrecadação direta. Na edição de 14 de julho, esse movimento se acentuou: os agricultores locais alcançaram 29% da arrecadação por vendas diretas (R\$ 2.170,50 de R\$ 7.497,12), aproximando-se lenta, mas gradualmente, da participação da CCRA.

Essa tendência, como veremos nas fases seguintes da emergência da atividade, se aprofunda, sinalizando uma possível consolidação da presença de produtores locais no circuito, não apenas como atores complementares à CCRA que se alternavam de acordo com as conveniências individuais, mas como agentes crescentes na oferta de produtos e na relação direta com os consumidores/compradores locais.

Tal aproximação reforçava o caráter potencializador de iniciativas territorializadas que permeavam o circuito, ao mesmo tempo em que evidenciavam sua possibilidade de dinamizar a economia rural local, contribuindo para a ampliação da diversidade produtiva e para o fortalecimento da escala crescente da produção de alimentos no entorno da UFPR-Litoral e do município de Matinhos.

Se observarmos este aspecto a partir da Tabela 3 (p. 95), que apresenta a quase inexistência da atividade rural no município, verifica-se também a importância que este fortalecimento representa para buscar construir alguma segurança quanto ao abastecimento de alimentos frescos naquele território.

Paralelamente, os gráficos mostram uma redução relativa das doações ao longo do mesmo período. Se em 16 de junho as doações representavam aproximadamente 15% do valor total movimentado (R\$ 1.133,67 de R\$ 7.587,92), em 30 de junho esse percentual já havia diminuído ligeiramente, mantendo-se em torno de 14,8%. Na edição de 14 de julho, a participação das doações caiu para cerca de 13% (R\$ 1.116,21

de R\$ 8.613,33). Embora não se trate de uma queda abrupta, a tendência indica também uma maior sustentação econômica do circuito nas relações comerciais diretas, com menor dependência de recursos externos ou contribuições solidárias.

Essas variações percentuais, ainda que discretas, expressam movimentos significativos no interior do circuito: de um lado, o protagonismo progressivo dos agricultores locais, que passam a crescer, ainda que em ritmo lento, no espaço dominado pela estrutura da central de cooperativas consolidadas; de outro, a maturação do circuito enquanto espaço de comercialização autônomo, capaz de manter sua vitalidade econômica mesmo com a diminuição das doações.

Essas transformações apontam, portanto, para uma transição gradual de um circuito emergencial e apoiado por solidariedade externa para um arranjo mais autônomo e estruturado, consolidado a partir das relações de confiança e da ampliação da base produtiva local.

As dificuldades administrativas que foram relatadas até o momento, persistiram com as mesmas características até o final de 2020/início de 2021, quando o grupo de produtores urbanos, já caracterizados ao longo do trabalho como egressos da UFPR-Litoral e ligados ao Centro de Convivências Agroecológicas (CCA), passa a tentar reorganizar a parte administrativa da atividade.

A aproximação desse grupo com a temática teve início em agosto de 2020, quando alguns de seus membros se dispuseram a assumir a gestão das planilhas no formato então utilizado, ao mesmo tempo em que buscavam alternativas para simplificar o processo. Essa etapa, que também passou a envolver transformações nos aspectos logísticos da organização - cujos primeiros movimentos serão descritos a seguir -, constitui o item desta tese ao qual denominamos “fase de reorganização”.

Uma característica que marcou essa fase de implantação do circuito, e que talvez esteja oculta no debate até o momento, foi a troca frequente de agricultores envolvidos, onde do núcleo de seis agricultores inicialmente participantes, apenas três permaneceram durante todo o processo, chegando até o ano de 2021. No entanto, a iniciativa recebeu novas adesões frequentes, com repetidas entradas e saídas, mas mantendo este núcleo inicial de três agricultores estável.

Com o aumento progressivo do volume de vendas a cada edição, a manutenção do mix de produtos era assegurada pelo movimento constante de entrada e saída de agricultores e produtores urbanos, o que resultava em relativa estabilidade nos itens inicialmente ofertados. No entanto, essas saídas dificultavam o dimensionamento de

uma possível ampliação da escala de volume dos produtos, caso a tendência de crescimento nas vendas se mantivesse.

Uma das primeiras baixas entre os agricultores locais foi a da primeira ofertante de folhas verdes e temperos frescos, que abandonou o circuito já no segundo mês de entregas e que abriu possibilidade para a entrada do casal que viria a se tornar o núcleo central do estágio atual da organização, fato que será tratado adiante, quando forem narrados os eventos da “fase de construção da autonomia e estabilidade”.

Sobre a oferta deste período, a imensa maioria dos produtos se manteve estável e presente na lista de maneira ininterrupta, apesar da troca de ofertantes. Ao tempo em que as mudanças ocorriam, o que houve de incremento na oferta se traduz com a entrada no grupo de um piscicultor, um pescador e um criador de ostras, ao longo dos meses, eventos que somados a mudanças entre alguns produtores urbanos e os produtos que ofertavam, caracterizaram transformações que pressionaram não apenas os processos administrativos, mas principalmente as questões logísticas da atividade, na qual centraremos a descrição dos fatos e as análises preliminares a partir de agora.

6.1.2 SOBRE A LOGÍSTICA

A última reunião que antecedeu o início do primeiro processo de comercialização foi realizada na Colônia Santa Cruz, na residência de um casal de agricultores familiares diretamente engajados na construção da iniciativa. Essa unidade produtiva, responsável por uma pequena agroindústria familiar que elaborava alimentos à base de mandioca - como coxinhas e nhoque -, assumiu papel de destaque na organização logística das atividades nas fases iniciais da operação.

A referida reunião teve como objetivo principal definir a estratégia de separação e organização das quantidades de alimentos adquiridos, bem como os procedimentos para transporte e entrega dos produtos comercializados via WhatsApp. As discussões abrangeram desde as ações a serem executadas nas próprias unidades produtivas, localizadas nas colônias, até a chegada das encomendas ao ponto de entrega estabelecido na UFPR-Litoral, onde os alimentos seriam repassados diretamente aos compradores.

Participaram do encontro, realizado na semana que antecedeu o primeiro dia de entregas, além dos extensionistas, os agricultores familiares da região que haviam

aderido ao projeto, produtores urbanos vinculados ao Projeto Jardinar/CCA e representantes da Central de Cooperativas da Reforma Agrária (CCRA).

Figura 14 - REUNIÃO SOBRE LOGÍSTICA – PARTE DOS PRESENTES



Fonte: arquivo do autor (2020).

O desafio central consistia em articular três fluxos distintos: primeiro, organizar os itens oriundos das unidades produtivas dos agricultores locais, que seriam reunidos em um ponto de coleta comum nas colônias; depois, os produtos enviados a partir de Curitiba pela CCRA; e por fim, os alimentos provenientes dos produtores urbanos, todos transportados até a UFPR-Litoral. A proposta era de que os produtos fossem distribuídos em “cestas” individuais e de forma integrada, em uma única operação logística de entrega, garantindo fluidez e coerência no processo, sem que o consumidor/comprador precisasse ter contato com mais de uma operação para pegar suas compras.

Esse procedimento mostrou-se necessário por diversos motivos: reduzia a manipulação dos alimentos, facilitava o armazenamento no espaço da universidade - uma vez que as entregas passavam a ser organizadas em volumes únicos por consumidor/comprador, e não em sacolas avulsas por produto -, e contribuía para a diminuição do tempo de permanência dos compradores/consumidores no local. Em um momento em que as aglomerações estavam proibidas e as atividades presenciais restritas, a agilidade na entrega tornava-se fundamental para assegurar a viabilidade do circuito dentro do espaço institucional da UFPR-Litoral.

Inclusive, havia horários para a retirada dos produtos, organizados por ordem alfabética de compradores, e em algumas ocasiões a retirada foi no formato *drive thru*,

num procedimento onde as pessoas que iam buscar suas compras entravam de carro na universidade, e as encomendas eram entregues já na janela do veículo, sem que o comprador sequer descesse de seu carro.

Figura 15 - ORGANIZAÇÃO DE HORÁRIOS DE ENTREGA



Fonte: Postagem na rede Instagram experimentada pelo circuito (2020)

A Figura 15 apresenta uma postagem na rede Instagram²², onde o horário de retiradas é sugerido por ordem alfabética, estabelecendo intervalos de tempo em que as pessoas deveriam retirar suas compras. Dificilmente estes horários eram respeitados integralmente, e sempre eram necessários ajustes. Esses ajustes eram todos alinhados na própria rede do WhatsApp.

A separação prévia dos produtos por comprador, com a montagem antecipada das cestas individuais, foi, portanto, uma medida estratégica para atender aos protocolos sanitários em vigor e às exigências pactuadas com a direção setorial da universidade, possibilitando a continuidade da ação em conformidade com as normativas institucionais.

²² O grupo chegou a abrir um perfil na rede social Instagram, que foi abandonado por falta de movimentação e baixa interação nas postagens. Esse perfil chegou a divulgar a origem dos produtos, os produtores, e informações pontuais sobre as entregas quinzenais. Pensou-se em organizar também as compras e pagamentos pelas redes sociais, projeto que nunca foi, de fato, implementado na iniciativa.

Tais ações foram construídas a partir de protocolos analisados e adaptados pelos extensionistas durante a elaboração da proposta submetida à FIOCRUZ (p. 129), e a partir do estudo dos documentos oficiais divulgados pelos canais de comunicação da universidade. A aplicação deste modelo demandou a compreensão técnica das normas e a capacidade de mediação entre diferentes realidades, sensibilidade aos limites do território e disposição coletiva para a experimentação de soluções adaptadas às imposições do contexto pandêmico.

Nesse cenário, a logística tornou-se elemento central para a sustentação da experiência, exigindo a criação de arranjos operacionais capazes de atender a uma rede diversa e descentralizada, em constante processo de formação. Com uma gestão orientada à valorização do protagonismo dos agricultores, mas estruturada sob condições de informalidade relativa - marcada por infraestrutura limitada e ausência de financiamento externo -, a consolidação de fluxos logísticos revelou-se uma dimensão estratégica para a viabilidade do circuito, implicando na busca por soluções técnicas e também em processos coletivos de negociação, cooperação e adaptação contínua às condições concretas do território e das exigências do momento histórico vivenciado.

De maneira geral, para atender às necessidades do grupo, as ações logísticas específicas precisaram ser organizadas em cinco frentes principais: transporte, confecção das cestas individuais, embalagens, refrigeração, e estratégias de entrega e retirada.

No que se refere ao transporte, a definição das rotas e dos meios utilizados configurou-se como um dos primeiros desafios práticos enfrentados pelo grupo de agricultores locais. Embora os produtos fossem provenientes de localidades distintas, tratava-se de distâncias relativamente próximas: a rodovia PR-508 (Alexandra–Matinhos) possui cerca de 35 quilômetros de extensão, e a distância entre as colônias Maria Luiza e Santa Cruz - principais origens dos alimentos locais presentes no circuito - é de aproximadamente 10 a 12 quilômetros. Ainda assim, a necessidade de reunir os itens em um ponto de encontro comum exigiu a coordenação cuidadosa de horários, pontos de coleta e deslocamentos que equilibrassem viabilidade técnica, disponibilidade de tempo e de veículos, além de atender às restrições sanitárias impostas pelo contexto pandêmico.

Esses trajetos nas áreas rurais foram realizados, em sua maioria, com veículos próprios dos agricultores, sendo frequente o apoio solidário entre os participantes para otimizar os percursos e garantir o fluxo de entrega, mesmo daqueles que não possuíam

condições de contribuir com essa atividade (havia agricultores que não possuíam um carro disponível para realizar esse deslocamento).

Nas primeiras edições, o arranjo contava com um carro da universidade, um veículo do tipo camioneta, que buscava as caixas de produtos na propriedade que servia como uma central improvisada das ações, e depois levava os alimentos, já separados em cestas por consumidor, até a universidade. Com o passar dos meses esse veículo deixou de ser disponibilizado, num momento de severas restrições orçamentárias junto às instituições federais de ensino, e o próprio agricultor que cedia a casa como ponto de encontro para organização, passou também a realizar o transporte dos produtos até a universidade em sua Van particular, que era utilizada normalmente na sua atividade de feirante.

Com o avanço da demanda de atividades na rotina do circuito, e o desgaste decorrente que as envolvia - no mínimo o destino de um dia de trabalho, os custos com o combustível e o esforço físico de manusear as caixas -, foi proposto que houvesse um rodízio entre os que fariam esse transporte das colônias até a universidade, entre os demais agricultores do grupo. O único produtor que possuía condições de realizar essa divisão de atividades era o agricultor aposentado, que dispunha de uma carreta acoplável de pequeno porte, mas suficiente para compartilhar a responsabilidade pelo transporte com o agricultor que reivindicava a alternância dessa função.

Esse foi um momento conflituoso, pautado numa conversa difícil, onde alguns trabalhadores se viam usados pelos demais, no sentido de estarem atuando de maneira praticamente voluntária para os outros, sem que houvesse uma distribuição equânime da carga de tarefas envolvidas²³. Contudo, a solução encontrada, através do rodízio, apaziguou a situação momentaneamente.

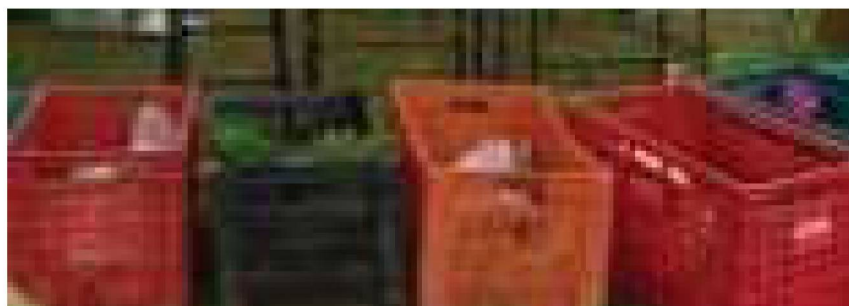
Nessa etapa, os produtos do MST seguiam direto de Curitiba para a UFPR-Litoral, num pequeno caminhão climatizado, o que permitia manter o frescor dos produtos por um tempo maior. Já os produtores urbanos levavam seus itens em carros próprios, em bicicletas, ou mesmo a pé, também diretamente para a Universidade.

Quanto à organização e separação dos produtos por consumidor, em formas de cestas, os agricultores que transportavam seus produtos até a Colônia Santa Cruz, realizavam cada qual a distribuição do que lhes fora encomendado diretamente na propriedade. A separação era feita em caixas plásticas individuais, previamente

²³ Relato presente numa reunião online, onde um dos extensionistas que esteve participando de um dos momentos de diálogo entre os agricultores, presenciou a verbalização e a tensão presentes no tema.

identificadas com etiquetas improvisadas, confeccionadas em papel de caderno e fixadas com fita adesiva. Cada agricultor colocava seus produtos nas caixas correspondentes aos compradores, de acordo com os pedidos realizados, organizando assim os itens de forma individualizada antes do transporte final até o ponto de entrega.

Figura 16 - CESTAS PARA ENTREGA SEPARADAS EM CAIXAS PLÁSTICAS



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2020)

No ponto de entrega, as caixas previamente separadas pelos agricultores recebiam o acréscimo dos itens já separados em Curitiba pela CCRA, e também os itens comercializados pelos produtores urbanos, finalizando o processo.

Para realizar essa transação, contudo, era necessário que houvesse mão de obra voluntária local, o que envolvia parte dos próprios produtores urbanos, o agricultor local que trazia as encomendas das colônias, e a equipe do MST que descia de Curitiba ao Litoral para realizar as entregas. Embora pareça uma tarefa relativamente simples, o procedimento era demorado, e sua conclusão levava, ao menos, de uma a duas horas de trabalho contínuo, a depender da quantidade de voluntários envolvidos (lembramos que esses voluntários eram membros do circuito).

Nesse processo, era comum o debate sobre como organizar a devolução das caixas, pois os compradores não as levavam para casa. Cada comprador, quando ia buscar seus produtos, levava suas sacolas individuais, e os alimentos eram transpostos da caixa plástica para o meio que o comprador empregasse para carregar suas encomendas. Ao final do dia, era comum que houvesse “trocas indesejadas” entre caixas do MST e dos produtores locais, o que era o núcleo de pequenos conflitos, pois todos os envolvidos dependiam desse equipamento para outras atividades de comercialização ou mesmo para o armazenamento de outros produtos.

Perder uma caixa, portanto, seria motivo de transtorno e também prejuízo, pois cada caixa custava, à época, no atacado, cerca de R\$ 28,00, conforme relatos resgatados das reuniões que revisitamos durante a pesquisa.

Para solucionar esse tipo de conflito, sugeriu-se ao grupo de consumidores/compradores que adquirissem cada qual uma caixa de plástico para que pudessem retirar suas compras. Essas caixas seriam comercializadas, a princípio, partindo de uma compra coletiva destes itens. Como a adesão por parte dos consumidores foi baixa, poucas caixas foram compradas, e a solução negociada foi a de organizar as compras primeiramente em sacolas plásticas para as entregas, e depois, em cartuchos de papel, tentando diminuir as trocas de caixas plásticas que seriam empregadas apenas nas compras mais volumosas.

A conservação e o acondicionamento de alimentos perecíveis e congelados passaram também a representar um problema para a logística da atividade. No início das operações, com um volume reduzido de compras, cada agricultor/produtor que trabalhava com congelados, deixava os produtos em um isopor grande, disponibilizado pelo agricultor da colônia Santa Cruz, e eles ficavam juntos, até que se aproximasse o horário em que o consumidor/comprador viesse realizar sua retirada já na Universidade. Próximo a esse horário, o produto era movimentado pelos voluntários e colocado junto com os outros itens na caixa em que era organizada a cesta de cada encomenda.

Esses produtos, que inicialmente eram resumidos a congelados de mandioca *in natura* e derivados, quibes, polpas de frutas e outros produtos correlatos, com a adesão de novos produtores começou a incluir, por exemplo, pescados.

Em algumas ocasiões, o descongelamento e a ausência de embalagens adequadas resultaram na contaminação tanto das caixas de isopor utilizadas coletivamente quanto das próprias cestas dos consumidores, devido ao vazamento de líquidos provenientes dos pescados²⁴. Problema semelhante ocorria com as massas prontas para consumo - especialmente as lasanhas - cujas marmitas de alumínio, por não estarem devidamente lacradas, acabavam liberando o molho durante o transporte. Esse vazamento afetava os demais produtos incluídos no mesmo lote de entregas,

²⁴ Os pescados relacionados a este produtor eram tilápias, as quais ele vendia esvisceradas e sem cabeça, mas não necessariamente em filés ou postas, o que também gerava reclamações junto aos compradores/consumidores, pois ele as vendia por unidade, e os tamanhos variavam muito.

comprometendo a qualidade final das cestas e gerando desconforto entre os consumidores (que aqui, pela intensidade e reverberação exacerbada do problema, não se confundem com os compradores) e conflitos entre os próprios produtores.

O produtor responsável pela fabricação de sorvetes, iogurtes e queijos transportava seus produtos em caixas de isopor próprias, assegurando, inicialmente, melhores condições de conservação. No entanto, quando seus itens eram agrupados aos demais produtos no momento da entrega, e incidentes como vazamentos ocorriam, manifestava visível constrangimento com a situação. Relativamente mais estruturado do que os demais participantes, esse produtor demonstrava dificuldade em lidar com o grau de improvisação que caracterizava a operação coletiva, a qual contrastava com os padrões organizativos que mantinha em sua rotina individual de trabalho.

Outro produtor que se sentia incomodado com a situação era o agricultor que cedia as caixas de isopor para o uso coletivo, pois o odor dos peixes impregnava nas caixas durante o descongelamento ocasionado pela espera para o tempo de entrega, o que causava transtornos, uma vez que a mesma caixa, após higienizada, seria usada em outras atividades do produtor, envolvendo os salgados que produzia. O transtorno foi tanto que ele precisou trocar uma dessas caixas, e não as cedeu mais para o uso coletivo.

Havia também a contaminação de seus próprios produtos (coxinha, quibe, panquetel, massa de pastel e nhoque), que por vezes, tinham contato com o líquido proveniente do descongelamento dos itens dos outros produtores.

As reclamações dos consumidores - e daquelas pessoas que, embora envolvidas na dinâmica do circuito, se posicionavam em um lugar mais próximo ao de compradores, que conforme analisado anteriormente poderiam ser mais tolerantes a este tipo de situação - tornaram-se recorrentes diante desses problemas. Tais críticas reverberavam entre os atores envolvidos e chegavam aos extensionistas na forma de reivindicações por melhorias nos procedimentos logísticos e nas condições de acondicionamento dos alimentos.

Quando os produtos com o problema dos resíduos de descongelamento eram colocados nas caixas com os produtos do MST, formava-se mais um núcleo de discórdia, ampliando a tensão sobre o tema.

Diante da ausência de câmaras frias ou de sistemas de refrigeração adequados, essa etapa revelou-se particularmente desafiadora, gerando inclusive conflitos mais

delicados. A precariedade da infraestrutura, somada à falta de práticas adequadas de manipulação em alguns casos, comprometia a qualidade do serviço prestado por toda a iniciativa. Como alternativas emergenciais, recorreu-se a caixas térmicas individualizadas e o uso de gelo produzido de forma improvisada.

Também foram realizadas reuniões entre os produtores, específicas para lidar com o tema das embalagens, evidenciando a necessidade de se reconfigurar a técnica empregada para embalar e armazenar alguns produtos. Contudo, as reuniões tornaram-se infrutíferas quanto a resultados e mudanças efetivas, sem gerar propostas por parte dos próprios produtores para as questões apresentadas. O papel da extensão neste caso, foi o de atuar na contenção de danos, construindo ações paliativas até que o grupo encontrasse uma saída adequada para o problema.

Em paralelo, as vendas de pescados e peixes provenientes da piscicultura, que inicialmente apresentaram volumes elevados, sofreram queda acentuada ao longo das edições seguintes, à medida que os próprios consumidores/compradores passaram a associar esses produtos às fragilidades sanitárias descritas. Dinâmica semelhante ocorreu com os produtos ofertados pela produtora urbana responsável pelas lasanhas, cujas vendas também registraram forte declínio. Como resultado, ambos os produtores acabaram se desligando do circuito em um intervalo relativamente curto de tempo.

É importante apontar que não trataremos na tese, de forma específica, sobre as movimentações de entradas e saídas de produtores, pois foram várias, e demandariam uma exposição pormenorizada de cada uma dessas movimentações, o que poderia desvirtuar os objetivos da tese, que parecem ser mais abrangentes. Ainda assim, quando esta movimentação dialogar com outros elementos da dinâmica geral da atividade, esses episódios serão tratados, dentro dos limites que expusemos neste parágrafo.

Antes destes desligamentos narrados, decorrentes dos conflitos ocasionados pelas dificuldades logísticas, contudo, e diante da persistência do problema, que comprometia a qualidade das entregas e colocava em risco a permanência de alguns produtores no processo de comercialização, foi sugerido ao grupo de consumidores que uma das edições das doações realizadas juntamente com as compras fosse destinada à aquisição de um freezer de “segunda mão”.

A proposta foi submetida ao coletivo de compradores e, com a anuência de todos, a alternativa foi implementada com sucesso. A compra do equipamento, que custou à época R\$ 600,00 (falamos em início de agosto de 2020) contribuiu para

amenizar as dificuldades de conservação e refrigeração, aliviando, ainda que parcialmente, a pressão sobre esse aspecto logístico que vinha gerando tensões recorrentes entre os participantes do circuito.

Porém, a chegada do equipamento gerava mais uma dificuldade logística: não havia onde deixá-lo na universidade. Com negociações com a direção do Setor Litoral, o equipamento foi deixado num laboratório, desligado, e era religado somente no dia das entregas, sendo transportado por duas ou três pessoas do local onde estava, até a tenda onde as entregas ocorriam. Ali, ligado, recebia os produtos que iam chegando da forma descrita anteriormente.

Apesar das dificuldades, das falhas e dos conflitos nos processos de implantação do circuito, o agravamento da pandemia, a dificuldade do acesso aos supermercados convencionais, e os aspectos de solidariedade que envolviam o grupo de cestas fortaleciam a atividade e ampliava-se o número de vendas a cada edição, bem como o número de compradores presentes na rede de mensagens. Naquele tempo, limitada pelo próprio aplicativo em um conjunto máximo de 256 membros, a participação no grupo de consumidores/compradores chegou a ter lista de espera, onde, para estar no grupo, era necessário aguardar a saída de alguém e a liberação de uma vaga.

Essa rápida expansão, ao mesmo tempo em que motivava os agricultores e demais envolvidos na atividade, também multiplicava os problemas, e as soluções transitórias e paliativas que eram construídas com o cotidiano, eram marcadas também pela ampliação dos problemas e da confusão com o acúmulo de atividades.

A recorrente confusão com materiais, caixas, embalagens, processos administrativos e definição de responsabilidades acabou se incorporando ao cotidiano do grupo, que passou a atuar quase exclusivamente na resolução das emergências geradas pela desorganização. Em vez de construir atividades planejadas para o médio prazo - com o devido suporte formativo que poderia ser promovido pela extensão universitária -, as ações se restringiam a respostas urgentes, sustentadas por um esforço coletivo reativo.

Essa dinâmica impediu que se consolidasse, no período, um coletivo de trabalho de suporte às ações com método próprio, capaz de organizar os processos, buscar maior eficiência e superar os limites da atuação marcada apenas por soluções paliativas e improvisadas.

Ainda assim, o sucesso de vendas levou os atores sociais envolvidos a demandarem a constituição de um segundo ponto de entregas, além da UFPR-Litoral em Matinhos, no município de Guaratuba²⁵.

Um dos principais motivadores para essa procura, além do desejo de acessar produtos frescos e mais saudáveis que os convencionais, foi a notícia que chegou aos consumidores de que o MST manteria o preço do arroz estável, no período de alta que este produto enfrentou em 2020, enquanto durassem seus estoques. Em fevereiro de 2020, antes da chegada do Coronavírus ao Brasil, o preço do pacote de 5 quilos do produto era de R\$ 12,88, enquanto no mês de outubro, chegou a R\$ 21,83. A maior variação mensal ocorreu em setembro: um crescimento de 21% em relação a agosto de 2020. O pacote, que custava em média R\$ 16,87 em agosto, atingiu o valor de R\$ 20,25 no mês seguinte.

Na variação média total, o produto sofreu uma oscilação no mercado convencional de 71%, chegando a custar, em alguns casos documentados pela imprensa, R\$ 36,79²⁶. A manutenção do preço do produto pelo MST, com a variedade de arroz parboilizado orgânico, em embalagens de 5 quilos vendida a R\$ 23,55, e o arroz branco em mesma embalagem, vendido a R\$ 14,45, mesmo no momento de alta flutuação positiva de preços, ampliou a percepção positiva pela população local sobre a presença do movimento social na comercialização de alimentos no território, o que acelerou a expansão da rede, estressando ainda mais a estrutura logística em construção.

No auge dessa expansão, o grupo chegou ao pico de comercialização, com 84 entregas a serem realizadas e cerca de R\$14.000 comercializados, onde 59 encomendas vieram de Matinhos e 25 vieram de Guaratuba, caso que será retomado na seção 6.2., que trata da reorganização das atividades do grupo.

A partir do cenário descrito, torna-se possível identificar como se configuraram os primeiros movimentos de organização do circuito. Essa etapa inaugural, marcada por improvisações e vínculos frágeis, revela a potência de um arranjo relacional

²⁵ Matinhos e Guaratuba são separados por uma baía que tem cerca de 1,5 quilômetros de extensão, onde não há ponte, e onde um ferryboat faz a travessia. Nas temporadas de verão, ano após ano, há notícias sobre as filas e a demora na passagem, fator que terá reflexos nas dinâmicas da atividade analisada.

²⁶ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/na-pandemia-preco-medio-do-pacote-de-arroz-de-5-kg-subiu-71/#:~:text=Em%20fevereiro%20de%202020%2C%20antes,%24%2020%2C25%20em%20setembro>. Acesso: 18 abr 2025.

emergente. A seguir, será apresentada a análise da fase de implantação do circuito “Cestas Agroecológicas”, com foco em seus elementos estruturantes e desafios iniciais.

6.1.3 ANÁLISE SOBRE A FASE DE IMPLANTAÇÃO DO CIRCUITO

A análise da fase de implantação/organização do circuito “Cestas Agroecológicas: para enfrentar os tempos de crise” permite compreender a emergência de um arranjo sociotécnico alternativo forjado em um contexto marcado por instabilidade estrutural, retração institucional e intensificação de desigualdades territoriais.

O que se delineia, neste momento inaugural das ações que sustentam a emergência do circuito, não é uma estrutura previamente planejada, mas uma experiência de construção situada, sustentada por alianças precárias entre sujeitos sociais heterogêneos e pela ativação de recursos relacionais e simbólicos disponíveis no território. A consolidação inicial do circuito revelou-se indissociável do papel da universidade pública, das respostas inventivas a limitações logísticas concretas e dos tensionamentos gerados pela fricção com os padrões operacionais do sistema agroalimentar dominante.

A extensão universitária aparece, nesta fase, não como um elemento de apoio periférico, mas como infraestrutura política, cognitiva e relacional indispensável à própria existência do circuito. A ausência de políticas públicas efetivas de fomento à agricultura familiar e de serviços de assistência técnica no litoral paranaense deslocou sobre a universidade - mais especificamente, sobre um grupo reduzido de extensionistas vinculados ao projeto Jardinar - a responsabilidade de articular os elementos mínimos para o funcionamento da rede emergente.

A mobilização inicial e a identificação de produtores - inclusive daqueles que não haviam procurado diretamente os extensionistas, mas foram incorporados ao processo em razão da busca por alternativas diante das crises em curso -, somaram-se à mediação com consumidores e cooperativas, à construção das planilhas de pedidos, à comunicação por meio dos grupos de WhatsApp, à sistematização dos pagamentos, ao acompanhamento sanitário e à organização logística. Todas essas tarefas foram assumidas diretamente pela universidade, revelando a importância da atuação extensionista na constituição do circuito.

Ao mesmo tempo, todas as tarefas assumidas pela extensão acadêmica revelam também que a demanda maior que se apresenta ao território, talvez seja a contribuição em processos que desencadeiem movimentos de protagonismo e emancipação dos trabalhadores, diante das dificuldades que enfrentam, com autonomia construída coletivamente no seu fazer cotidiano

Os desafios revelam, ainda, o esvaziamento das funções públicas de apoio à agricultura familiar e a elasticidade das atribuições extensionistas em contextos de emergência, deslocando-as para muito além de sua finalidade formal e evidenciando a universidade como único suporte institucional efetivo naquele território em crise.

Essa constatação não se apoia em levantamento quantitativo sobre a presença de outras frentes institucionais ou políticas públicas no território, mas emerge da observação de campo e da ausência, nos relatos dos agricultores, de menções a iniciativas públicas sistematizadas - especialmente vinculadas à ATER pública - durante o período analisado. No escopo desta pesquisa qualitativa, a análise dos registros documentais e das práticas vivenciadas permitiu identificar a extensão universitária como o único suporte institucional efetivamente presente na região durante a construção do circuito.

A natureza das soluções implementadas para viabilizar o circuito expõe uma dimensão central da análise desta etapa: a produção de inovações sociotécnicas situadas. Sem recursos financeiros e operando sob limitações estruturais severas, os sujeitos envolvidos acionaram repertórios próprios para solucionar problemas de refrigeração, separação, transporte e entrega dos produtos.

A montagem das cestas por consumidor, realizada com caixas plásticas reutilizadas e etiquetas improvisadas; o uso de gelo produzido em casa - nas geladeiras domésticas - e isopores compartilhados; a combinação de produtos da CCRA com os itens locais em entregas unificadas; a adoção do pagamento antecipado via Pix; a coordenação de retiradas em sistema *drive thru* dentro do campus da universidade - todos esses elementos evidenciam a emergência de um sistema técnico informal, mas funcional, produzido a partir de saberes práticos, acordos relacionais e mediações cotidianas.

Essas inovações, no entanto, não emergem em um vazio, mas em confronto constante com os mecanismos normativos e simbólicos do sistema agroalimentar hegemônico, que impõem suas referências mesmo na ausência de mediação institucional direta. Os conflitos relacionados às embalagens, à manipulação e ao

acondicionamento dos alimentos são exemplares nesse sentido. Obviamente, o olhar acadêmico poderia elencar outros pontos de divergência para discorrer suas análises, entretanto, a opção sempre foi a de tentar traduzir com a tese, aquilo a que os próprios trabalhadores atribuíam valor, o que se traduz também na identificação, a partir de nossas fontes de dados, naquilo que nas manifestações dos agricultores representavam problemas concretos.

Reclamações de consumidores quanto a vazamentos de líquidos de pescados ou molhos de massas sobre outros produtos, a estética dos recipientes, ou a ausência de lacres e selos demonstram a presença de um imaginário regulado por padrões de certificação, padronização e controle, que não reconhecem as condições reais das unidades produtivas envolvidas, que, a partir da inserção em novas formas de comercialização, poderiam ou não produzir mudanças em suas práticas habituais.

Essas reações - ainda que compreensíveis, considerando os valores simbólicos difundidos pelo sistema alimentar global - projetam sobre os agricultores locais exigências vinculadas à lógica do consumo convencional, sem que lhes sejam asseguradas as condições materiais ou institucionais necessárias para atendê-las. A expectativa de que as soluções partam exclusivamente “de quem vende” está ancorada em uma racionalidade herdada do modelo industrial de abastecimento, no qual a praticidade é promovida como um valor central.

Esse princípio, internalizado nas práticas cotidianas, contribui para a formação de um *habitus* em que ações e reações se estruturam a partir de referências éticas e estéticas padronizadas, derivadas de uma organização segmentada das etapas de produção, circulação e consumo de alimentos, onde os papéis sociais estão rigidamente definidos.

Tais conflitos materializam o funcionamento difuso do sistema dominante, cuja força reside menos em sua presença coercitiva direta e mais em sua capacidade de configurar os parâmetros de aceitabilidade, qualidade e legitimidade mesmo nos espaços de resistência.

No interior do circuito, essas pressões se expressaram em forma de tensões internas entre os produtores - especialmente entre aqueles mais estruturados, que demonstraram desconforto com os improvisos coletivos - e em formas de retração colaborativa, como a relutância posterior em compartilhar equipamentos de armazenamento. A tentativa de realizar reuniões formativas sobre embalagens e boas

práticas, que não obteve adesão, é outro exemplo da dificuldade de sustentar iniciativas de autoformação em contextos de sobrecarga e informalidade.

A aquisição de um freezer usado, com recursos provenientes das doações feitas pelos compradores (e que quando contestada, foi pelos consumidores), revela o modo como as respostas coletivas a desafios logísticos foram construídas na intersecção entre solidariedade, corresponsabilidade e pragmatismo.

No entanto, mesmo esta solução carrega os limites do improviso: o equipamento precisava ser transportado e religado a cada entrega, exigindo coordenação adicional e esforço físico dos envolvidos. A medida, embora paliativa, reflete o esforço de permanência diante de um cenário de múltiplos bloqueios operacionais e ausência de apoio estrutural. Essa tensão entre criatividade e exaustão marca o cotidiano da organização inicial e delimita os contornos da política que se faz nos interstícios: por entre lacunas institucionais, entre limites técnicos e compromissos éticos, entre a promessa do coletivo e os atritos da execução.

Esses elementos permitem compreender como, já na fase de organização, o circuito operava como campo de disputa entre lógicas distintas de produção, circulação e consumo. As práticas cotidianas e suas dificuldades - frequentemente invisibilizadas nas análises sobre sistemas alimentares - tornaram-se aqui o espaço privilegiado da luta por legitimidade e permanência.

O que se observa é a tentativa de construção de uma infraestrutura mínima para uma proposta alternativa de abastecimento alimentar, que se apoia em formas de gestão solidária, territorialização de vínculos e ativação de capacidades locais. A materialidade das cestas, os trajetos de entrega, as caixas reutilizadas, as etiquetas feitas à mão, os grupos de WhatsApp, os horários combinados e remarcados - tudo isso compõe um arranjo provisório, mas efetivo, que revela um modo de organização atravessado por conflitos e mediações constantes.

Essa configuração inicial oferece subsídios analíticos valiosos para o exame das reações do sistema hegemônico, da produção de inovações sociotécnicas e do papel da extensão universitária como mediação institucional única e central. Em conexão com os objetivos da pesquisa, o que se esboça é um processo em que a emergência de uma alternativa alimentar exige, desde seu nascimento, o enfrentamento das assimetrias materiais e simbólicas que estruturam o território.

O circuito, mesmo em sua fragilidade inicial da fase de implantação, configura-se, portanto, nesta fase de materialização da emergência, como espaço de elaboração

prática de um sistema alimentar alternativo, tensionado também por dentro, mas que é sustentado por relações de confiança, experimentação coletiva e mobilização territorial.

A própria construção do circuito revela, desde seus primeiros movimentos, tensões estruturais entre as lógicas locais de organização da produção e comercialização e os referenciais globais que permeiam as expectativas dos consumidores, os padrões sanitários e os critérios de legitimidade social dos alimentos.

Essas tensões se manifestam de forma difusa, mas contínua, nas interações cotidianas: nas críticas aos recipientes reutilizados, nos julgamentos sobre aparência e acondicionamento dos alimentos, e na expectativa por protocolos de qualidade que reproduzem os moldes do sistema convencional. Ainda que estruturado como uma alternativa territorializada, o circuito permanece atravessado por normas e valores produzidos em escalas maiores, cuja influência molda, mesmo sem mediação direta, as práticas e os sentidos atribuídos à produção local.

A presença difusa do global no cotidiano do circuito revela que os espaços de resistência não estão isentos das contradições que desejam enfrentar, e que a construção de alternativas requer, além da organização material, um trabalho contínuo de disputa simbólica e ética sobre os modos de produção, circulação e consumo dos alimentos.

A análise da fase de instalação do circuito demonstra que, mesmo em meio à precariedade de condições estruturais e à ausência de institucionalidade pública sólida, emergiram processos relevantes de reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve, ainda que incipientes e em disputa.

A criação do circuito provocou rearranjos nos modos de produção, circulação e consumo de alimentos em Matinhos e seu entorno, reconfigurando parcialmente os vínculos entre produtores, consumidores, universidade e estruturas organizativas de alcance regional, como a CCRA. A territorialização da experiência, nesse sentido, não se deu como implantação de um modelo exógeno, mas como ativação de recursos e saberes já presentes, porém dispersos, que passaram a ser mobilizados em função de um objetivo comum.

O ponto de encontro nas colônias - especialmente a residência da unidade produtiva envolvida com a agroindústria de mandioca - passou a funcionar como espaço de centralidade organizativa, reorganizando as dinâmicas de deslocamento

dos agricultores, que passaram a convergir para um núcleo comum, mesmo na presença da dispersão geográfica das propriedades.

O campus da UFPR-Litoral, por sua vez, tornou-se referência simbólica e logística no território, servindo como elo entre diferentes grupos e como ponto de circulação qualificada de alimentos, pessoas e discursos. Essas dinâmicas operam como vetores de reconfiguração territorial parcial, na medida em que reorientam práticas e relações, reatualizam circuitos de confiança e criam formas de interdependência.

A dimensão territorial dessa reorganização também se expressa na aproximação entre diferentes perfis de produtores: agricultores com práticas mais estruturadas dialogaram com unidades produtivas de menor escala e menor tecnificação; produtores urbanos, em transição para a produção agroecológica, encontraram nos agricultores rurais fontes de insumos e orientação técnica; consumidores sensibilizados por princípios solidários tornaram-se articuladores de um novo perfil de relação e responsabilidade com a produção, para o qual propomos o conceito de “compradores”.

O circuito, nesse estágio inicial, passa a produzir efeitos não apenas sobre as práticas comerciais, mas também sobre os modos de organização de parte da vida social no território, colocando em relação sujeitos que, até então, operavam em esferas paralelas. Ainda assim, reconhece-se que a organização do trabalho coletivo constitui um dos principais pontos de fragilidade do processo. Torna-se evidente que a consolidação do grupo exigirá o fortalecimento das práticas de cooperação, a partir de um esforço consciente de construção coletiva mais estruturada e contínua.

É nesse contexto que se devem observar os primeiros sinais de transição agroecológica, não como ruptura técnica ou formal, mas como deslocamento de referenciais e modulação de práticas. A agroecologia, tal como se delineia neste momento, não se impõe como modelo normativo, mas como horizonte ético e político a partir do qual os agricultores passam a reconsiderar suas práticas.

A proximidade com consumidores que demandavam alimentos com menor ou nenhum uso de insumos químicos sintéticos, o contato com extensionistas universitários envolvidos com o campo agroecológico, e a convivência com produtores com trajetória nesse campo contribuíram para tensionar os limites da produção convencional e reintroduzir o debate sobre a qualidade, a saúde e a sustentabilidade.

É possível identificar, nesse estágio, uma zona de ambiguidade entre práticas de sobrevivência e práticas de transição. Agricultores que inicialmente ofertavam produtos convencionais passaram a modificar gradualmente seus sistemas produtivos, seja pela retirada de determinados itens da lista de vendas, seja pela experimentação de cultivos sem o uso de insumos sintéticos.

A alternativa construída ao tomate convencional, após pressão do grupo, e o cultivo de café agroecológico por um dos produtores da rede são exemplos de como o circuito passou a operar como indutor e valorizador indireto tanto de mudanças estruturais, quanto do reconhecimento das capacidades e conhecimentos locais. Essa indução, contudo, não se dá por meio de controle externo ou certificação formal, mas por mediações afetivas, simbólicas e relacionais, sustentadas pela confiança entre os sujeitos e pela lógica do pertencimento. Não colocamos em debate a perenidade destas iniciativas, mas a indução destas ações, iniciadas através do circuito, é inegável.

A valorização do arroz como item estratégico, especialmente no contexto da alta inflacionária de 2020, operou como um catalisador da confiança dos consumidores e contribuiu para a ampliação da rede de compradores em um curto intervalo de tempo. A manutenção dos preços praticados pela CCRA, em contraste com a escalada dos valores no mercado convencional, gerou uma percepção de segurança e coerência no circuito, expressa no pico de comercialização registrado no período subsequente.

Esse movimento reforça a centralidade do MST na composição da rede naquele momento, evidenciando como uma decisão política de estabilidade de preços, diante de uma crise de abastecimento de um alimento essencial, estabeleceu um contraste claro entre a lógica adotada no circuito territorializado e a dinâmica de mercados globalizados, vigente nos canais convencionais.

A transição agroecológica aqui observada é, portanto, relacional, contextual e processual. Ela não se baseia na adesão a normas externas, mas na produção de deslocamentos internos aos modos de fazer e pensar o cultivo, a comercialização e o vínculo com o alimento.

As categorias técnicas que, em contextos institucionais, definem a agroecologia - como manejo do solo, biodiversidade e ausência de químicos - são aqui substituídas ou suplementadas por dimensões como o cuidado com o outro, a qualidade percebida pelo consumidor, o reconhecimento da importância da produção no território e a reciprocidade entre os sujeitos. Esse movimento, ainda inicial, revela-se potente

justamente por não depender de dispositivos estatais ou certificadores, mas por emergir da experiência vivida e das tensões que ela gera.

O circuito, nesse sentido, passa a operar como espaço de formação agroecológica em situação, onde as práticas cotidianas, os embates e as parcerias com os consumidores, as exigências sanitárias e as trocas com os demais participantes se tornam componentes centrais de um processo de reconstrução de sentidos. Ainda que limitado por estruturas de informalidade e pela necessidade de responder rapidamente às demandas da pandemia, o arranjo oferece um repertório mínimo para que novas práticas possam emergir e se estabilizar progressivamente.

A força dessas transições reside, precisamente, na sua articulação com a reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve. À medida que os sujeitos constroem uma rede que os reconecta, ainda que provisoriamente, ao espaço compartilhado da produção e da circulação dos alimentos, vão também se reposicionando frente ao sistema hegemônico e às formas de dependência institucional. Esse movimento não deve ser idealizado, mas reconhecido como parte de uma disputa em curso, em que os limites operacionais coexistem com a produção de novas possibilidades.

A fase de implantação do circuito “Cestas Agroecológicas” foi marcada pela emergência de um arranjo sociotécnico alternativo diante da sobreposição de crises estruturais e sanitárias, o que demandou a ativação de vínculos locais e a mediação extensionista como infraestrutura relacional essencial. Entre os principais achados, destacam-se a construção de relações de confiança entre agricultores e consumidores/compradores, o imprevisto como base da inovação sociotécnica, e o protagonismo da universidade na constituição logística e simbólica da experiência.

Os eventos-chave desse período incluem a criação da lista de produtos, o uso artesanal de planilhas, o início das entregas via *drive thru* na UFPR Litoral e a inserção da CCRA como eixo logístico e simbólico da comercialização. A experiência também revelou os primeiros sinais de transição agroecológica, ainda que incipientes, e processos de reconfiguração do circuito com base na territorialização dos vínculos e na presença simbólica da universidade como elo entre campo, cidade e universidade.

A fase está em consonância com os objetivos de compreender o percurso de constituição do circuito e analisar os deslocamentos operados em seus modos de produção e circulação de alimentos, destacando-se como o momento inaugural de

materialização de uma alternativa concreta ao modelo hegemônico, ainda que sustentada por uma arquitetura frágil e informal.

6.2 FASE DE REORGANIZAÇÃO (2021 – 2022)

A primeira fase de organização do circuito curto “Cestas Agroecológicas”, conforme analisado no item anterior, evidenciou o potencial de articulação entre diferentes sujeitos do território, consolidando vínculos de confiança e práticas colaborativas que fortaleceram a agricultura local e mobilizaram saberes situados.

A valorização da produção local e regional, a ativação de redes de abastecimento ancoradas em relações diretas e a experimentação coletiva de soluções logísticas e sanitárias, mesmo desassistidas de políticas institucionais voltadas ao campo específico, marcaram o período como um momento de inovação prática e de ampliação simbólica do pertencimento dos agricultores ao circuito e ao território.

Esse fortalecimento, contudo, também trouxe consigo transformações nas dinâmicas do trabalho e nas formas de relação entre os atores envolvidos nos processos. A ampliação da escala de vendas, impulsionada por diversos fatores, entre eles a adesão crescente de consumidores/compradores e a expansão do reconhecimento da proposta, impôs novas exigências operacionais, como levar a comercialização a outro município, sem que houvesse tempo hábil ou estrutura administrativa e logística mínima para um redimensionamento planejado que suportasse essa demanda.

Como mencionado brevemente em seções anteriores, a partir de agosto de 2020 emerge uma demanda para que o circuito passe a atender também o município de Guaratuba. Essa solicitação foi impulsionada, sobretudo, por estudantes da pós-graduação ofertada no Setor Litoral da UFPR, que atuavam como professoras da rede estadual de ensino. O contato inicial dessas pessoas com a atividade das cestas ocorreu quando, ao presenciarem uma das entregas realizadas na universidade, passaram a se interrogar sobre o significado e os objetivos daquele movimento.

Uma vez situadas sobre a iniciativa, essas estudantes passaram a mobilizar a gestão do circuito, por meio de mensagens trocadas via WhatsApp, no intuito de estimular a criação de um ponto de entrega também no município de Guaratuba. A partir desse contato inicial, ficou sob responsabilidade das próprias demandantes a criação de um grupo específico na rede de mensagens destinado aos futuros

consumidores/compradores da cidade, bem como a busca por um local apropriado para a realização das entregas.

Como arranjo inicial, as estudantes conseguiram viabilizar junto ao núcleo regional de educação o uso da escola em que uma delas era professora, para viabilizar o ponto de distribuição dos produtos. Posteriormente, esse local foi mudado para o pátio de uma igreja católica que demonstrou interesse em receber a atividade. Além disso, também conseguiram, através do envio de convites pela mesma rede de mensagens com a qual nos organizamos, formar um grupo com cerca de 130 interessados em adquirir produtos alimentícios através do circuito, uma vez que ele estivesse instalado naquele município.

Em paralelo, os extensionistas passaram a reelaborar junto aos produtores, possibilidades de logística que pudessem atender à nova situação. A princípio as entregas, que eram realizadas em Matinhos nos sábados à tarde, passaram a ser planejadas para ocorrerem nos sábados pela manhã, para que a tarde ficasse reservada para as operações em Guaratuba.

A primeira entrega em Guaratuba ocorreu ainda em 2020, no mês de novembro, antecedendo o recesso previamente programado pelos próprios agricultores para dezembro, com previsão de retorno das atividades ao final de janeiro de 2021. Não há registros sistematizados sobre esse evento inaugural de comercialização no município de Guaratuba, mas, segundo os relatos orais disponíveis, o resultado foi considerado positivo. Esse desempenho inicial motivou a retomada e a continuidade da iniciativa em Guaratuba ao longo de todo o ano de 2021 e, guardadas as dificuldades que serão abordadas nas seções seguintes, também durante o ano de 2022.

O recesso mencionado foi proposto por duas razões principais. A primeira relacionava-se às dificuldades logísticas impostas pela temporada de verão, especialmente em razão do trânsito intenso tanto no interior da cidade quanto na BR-277, principal via de ligação entre Curitiba e o litoral do Paraná, o que comprometia a chegada dos produtos oriundos da CCRA. A segunda razão dizia respeito à interrupção das atividades acadêmicas durante o período de férias, que, mesmo sob regime remoto em razão da pandemia, reduzia significativamente a presença de pessoas no município.

Apesar das restrições sanitárias, observou-se um aumento expressivo da população flutuante no litoral, impulsionado pela percepção equivocada de que se trataria de um ambiente mais seguro e menos movimentado - o que contrastava com

a realidade de Matinhos, que, com uma população residente de aproximadamente 30 mil habitantes, costuma receber cerca de 300 mil pessoas como população durante o auge do verão, o que se refletiu – embora em menor volume - mesmo durante a pandemia, ainda que as aglomerações estivessem proibidas.

Como já era esperado, diversos problemas surgiram no decorrer do processo de implantação das entregas em Guaratuba, realizadas em paralelo às entregas de Matinhos. Essas dificuldades envolveram, por exemplo, a instabilidade quanto aos dias e horários mais adequados para a realização da atividade, exigindo sucessivos ajustes até que se encontrasse um novo ponto de equilíbrio para a logística do grupo.

Assim, além dos sábados - originalmente pensados como dia padrão de entrega -, o circuito passou a operar alterando algumas vezes o dia da semana destinado para a atividade, ocupando por vezes as quartas ou as quintas-feiras, com variações no período do dia: manhã, tarde ou noite, de acordo com o contexto que envolvia as mudanças.

Evidencia-se que a ampliação da escala de atuação do circuito, impulsionada pela emergência da nova demanda em Guaratuba e pela intensificação do número de entregas em Matinhos, exigiu uma reconfiguração não apenas organizacional, mas também logística.

O novo ponto de distribuição, a diversificação das origens dos produtos causada pela movimentação de produtores ligados à atividade, a inclusão de um novo grupo de consumidores/compradores para ser administrado, somado ainda a problemas externos que tem relação com as mudanças climáticas, pressionaram os fluxos operacionais previamente estabelecidos e que haviam sustentado, até então, os arranjos improvisados e as rotinas informais que estruturavam a atividade.

Outro problema que se apresentava no horizonte era relacionado às escalas da produção local. Caso a demanda aumentasse a um ponto que fugisse ao já precário controle que o grupo realizava, a escala produtiva, que é determinada também pelos tempos biológicos que a envolvem, poderia ser desorganizada e multiplicar ainda mais os problemas.

Cada um dos fatores que representaram desafios à dinâmica do circuito será abordado em debates específicos ao longo desta seção. No entanto, para garantir fluidez na exposição e oferecer um panorama introdutório dessa fase da experiência, iniciaremos a apresentação dos dados a partir da análise dos resultados econômicos do ano de 2021.

Esses registros, que cobrem o período de janeiro a setembro desse mesmo ano, foram resgatados por meio da pesquisa exploratória e constituem a base empírica que sustentará as reflexões a seguir. Na sequência, apresenta-se a tabela onde esses dados estão expostos:

Tabela 5 - RESULTADO DA COMERCIALIZAÇÃO (2021)

DATA	CCRA M	CCRA G	Total CCRA	Locais M	Locais G	Total Locais	Total Geral
JAN 1	R\$ 2452,00	R\$ 1085,68	R\$ 3537,68	R\$ 1338,50	R\$ 783,41	R\$ 2121,91	R\$ 5659,59
FEV 1	R\$ 4836,94	R\$ 1873,00	R\$ 6709,94	R\$ 2490,50	R\$ 2252,55	R\$ 4743,05	R\$ 11452,99
FEV 2	R\$ 3488,29	R\$ 1920,16	R\$ 5408,45	R\$ 1792,45	R\$ 1387,65	R\$ 3180,10	R\$ 8508,45
MAR 1	R\$ 4815,24	R\$ 2284,51	R\$ 7099,75	Sem dados	Sem dados	R\$ 6554,60	R\$ 13654,35
MAR 3	R\$ 2899,50	R\$ 842,03	R\$ 3741,53	R\$ 1228,85	R\$ 801,45	R\$ 2030,30	R\$ 5771,83
ABR 1	R\$ 2299,56	R\$ 1244,46	R\$ 3544,02	R\$ 1651,10	R\$ 2087,15	R\$ 3738,25	R\$ 7282,27
ABR 2	R\$ 3254,04	R\$ 1428,02	R\$ 4682,06	R\$ 1734,75	R\$ 1776,00	R\$ 3510,75	R\$ 8192,81
MAI 2	R\$ 2874,51	R\$ 1276,50	R\$ 4151,01	R\$ 2211,80	R\$ 1471,80	R\$ 3683,60	R\$ 7834,61
JUN 1	R\$ 3900,13	R\$ 1504,32	R\$ 5404,45	R\$ 2587,90	R\$ 1365,55	R\$ 3953,45	R\$ 9357,90
JUN 2	R\$ 3340,00	R\$ 1366,46	R\$ 4706,46	R\$ 2040,05	R\$ 1584,60	R\$ 3624,65	R\$ 8331,11
JUN 3	R\$ 3128,08	R\$ 970,01	R\$ 4098,09	R\$ 2069,14	R\$ 1172,40	R\$ 3242,54	R\$ 7340,63
JUL 1	R\$ 1523,45	R\$ 1040,84	R\$ 2564,29	R\$ 2695,50	R\$ 2119,44	R\$ 4814,94	R\$ 7379,23
JUL 2	R\$ 2262,90	R\$ 1191,97	R\$ 3454,87	R\$ 1741,39	R\$ 930,14	R\$ 2671,53	R\$ 6126,40
AGO 1	R\$ 2511,68	R\$ 1085,95	R\$ 3597,63	R\$ 1608,10	R\$ 1280,20	R\$ 2888,30	R\$ 6485,93
AGO 2	ausente	ausente	ausente	R\$ 1668,25	R\$ 708,50	R\$ 2376,75	R\$ 2376,75
AGO 3	R\$ 2400,93	R\$ 895,46	R\$ 3296,39	R\$ 1339,80	R\$ 811,50	R\$ 2151,30	R\$ 5,447,69
SET 1	R\$ 2481,25	R\$ 1181,22	R\$ 3662,47	R\$ 1736,30	R\$ 1409,60	R\$ 3145,90	R\$ 6808,37
SET 2	R\$ 1345,18	R\$ 1004,39	R\$ 2349,57	R\$ 1036,20	R\$ 866,40	R\$ 1902,60	R\$ 4252,17

Fonte: Adaptação produzida pelo autor (2025), de dados organizados por Gabriel Augusto de Campos Esteves (2020).

Notas explicativas: CCRA M, refere-se às entregas da CCRA em Matinhos / CCRA G, refere-se às entregas do CCRA em Guaratuba / Locais M, refere-se às entregas dos agricultores locais em Matinhos / Locais G, refere-se às entregas dos agricultores locais em Guaratuba.

A coluna que indica “DATA” aponta quantas entregas ocorreram no respectivo mês, em ordem, conforme os arquivos foram recuperados. Nem todas essas entregas tem o indicativo da data precisa às quais se referem. Há apenas as indicações de que esse controle se inicia em 22 de janeiro de 2021, e se encerra na última semana de setembro do mesmo ano. Essa verificação é feita pelas abas de cada edição, presentes na planilha original e que indicam uma relação sequencial na sua construção, tendo os meses e a frequência, indicados nestas abas.

Observações: Nas entregas MAR 2 e MAI 1, os valores referentes às vendas do CCRA se repetem com MAR 1 e ABR 2, respectivamente, o que indica inconsistências nos registros. Por essa razão, essas datas indicadas inicialmente nesta observação foram desconsideradas do cálculo geral apresentado na tabela, embora, provavelmente, as entregas nesses períodos tenham ocorrido e seus dados não tenham sido adequadamente registrados.

Na entrega AGO 2, o CCRA não esteve presente. A razão de sua ausência provavelmente é relacionada a um dos eventos climáticos extremos, condição que será retratada ao longo do texto.

A análise longitudinal da tabela de acompanhamento das vendas, organizada com base nas edições realizadas ao longo do ano de 2021, permite observar um conjunto de dinâmicas que revelam, por um lado, o amadurecimento parcial da proposta e, por outro, a intensificação de fragilidades estruturais herdadas da fase anterior.

A leitura dos dados evidencia oscilações expressivas nos volumes comercializados, tanto pela produção local quanto pela CCRA, com momentos de pico que permitem compreender o circuito não como uma trajetória linear de consolidação, mas como uma experiência tensionada por fatores externos - como as medidas sanitárias adotadas ao longo da pandemia de Covid-19 - e internos, como os limites da autogestão e da informalidade organizativa.

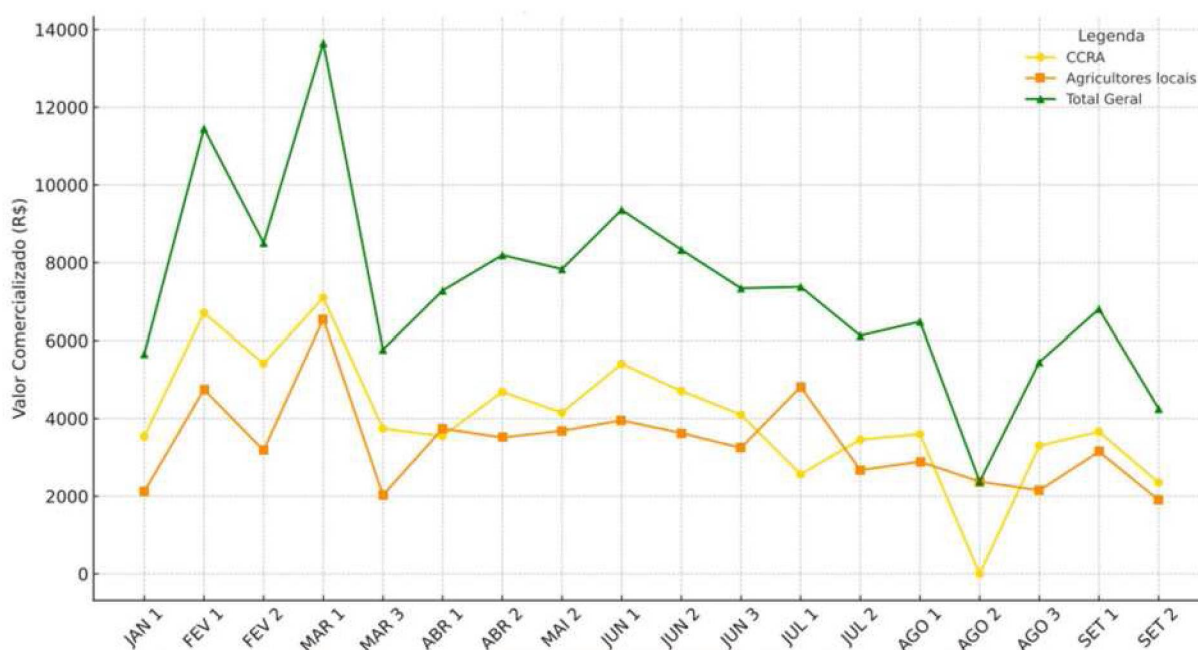
As restrições a aglomerações sociais, impostas como medidas de contenção da transmissão do Coronavírus, repercutiram diretamente no funcionamento dos meios convencionais de comercialização de alimentos, como é o caso dos supermercados. Evidencia-se, na análise dos dados, que nos períodos de maior rigor sanitário - ou quando os índices de contaminação atingiam seus picos -, aumentava substancialmente a procura pelo canal de comercialização proporcionado pelo circuito. O mesmo ocorreu com a flutuação do preço do arroz, e ainda, em episódios sazonais, como a chegada da época de colheita da lichia e da pitaia, fator que estimulava o consumo a partir da produção local destes produtos.

Por outro lado, esse crescimento da demanda, diante de uma estrutura ainda marcada pela precariedade organizativa, acentuava os gargalos já existentes. Atrasos nas entregas, falhas nas embalagens e questões pontuais relacionadas à qualidade dos produtos e dos serviços prestados passaram a comprometer a experiência de compra. Tais fragilidades, quando não solucionadas entre uma edição e outra do circuito, tenderam a impactar negativamente as edições subsequentes, contribuindo

para uma redução no volume de vendas logo após os períodos de pico. Parte destes movimentos podem ser observados com o gráfico que virá na página seguinte.

O GRÁFICO 2, a seguir, sintetiza a evolução dos volumes comercializados ao longo das edições de entregas de 2021 que puderam ser recuperadas para a análise, o que permite aprofundar a compreensão de parte das dinâmicas tensionadas que marcaram a fase de reorganização do circuito. Observa-se que, embora haja variações pontuais entre as edições, o comportamento geral revela a existência de picos de comercialização concentrados nos meses de fevereiro e março de 2021 - período que coincide com o ápice da pandemia da COVID-19 no Paraná e no Brasil, caracterizado por forte aumento nas taxas de contágio e por medidas sanitárias mais restritivas.

Gráfico 2 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS EM 2021



Fonte: o autor (2025).

De acordo com os dados da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR) e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), entre fevereiro e março de 2021 houve um crescimento exponencial dos casos de COVID-19, culminando em colapsos no sistema de saúde e na adoção de medidas rigorosas de contenção, como restrições de funcionamento do comércio e limitação da circulação

de pessoas²⁷. Nesse contexto, o gráfico evidencia a interpretação de que o circuito se consolidou, também, se apresentando como alternativa concreta e segura para a aquisição de alimentos saudáveis, diante da fragilidade dos canais convencionais de abastecimento em meio à crise.

Em contrapartida, nota-se que a sustentação desse crescimento não se deu de forma linear. Com a progressiva redução dos índices de contaminação e o avanço da vacinação, a partir de junho de 2021, os meios convencionais de comercialização começaram a retomar suas atividades regulares²⁸, provocando uma retração no volume de vendas do circuito nas edições seguintes.

Essa oscilação reflete o que foi descrito nos parágrafos anteriores: o crescimento abrupto da demanda, sem o correspondente fortalecimento estrutural do circuito, acentuou os gargalos organizativos existentes, comprometendo a capacidade da iniciativa de consolidar os avanços obtidos nos períodos de crise.

Assim, o gráfico corrobora a análise de que a fase de reorganização, embora marcada por avanços importantes no fortalecimento da produção local e na ampliação da base de consumidores/compradores, permaneceu tensionada pelas contradições internas e pelas dinâmicas externas associadas ao contexto sanitário.

A atuação da extensão universitária, voltada predominantemente à gestão de crises e emergências geradas por questões pontuais – e também recorrentes –, associada ao surgimento contínuo de novos problemas, contribuiu para a secundarização progressiva dos espaços formativos e da organização de atividades acadêmicas que pudessem capacitar os demais atores do circuito para lidar com a dinâmica conjuntural que se estabelecia. Assim, iniciativas que poderiam fortalecer a capacidade do grupo para enfrentar suas dificuldades foram sendo adiadas ou minimizadas diante da urgência das demandas operacionais.

Entre os agricultores, esse processo se intensificou à medida que as reuniões se tornaram mais esparsas ou quando sua participação nesses encontros passou a ser menos frequente, provocando o enfraquecimento do espaço formativo. No caso dos consumidores/compradores, iniciativas como rodas de conversa, organizadas com

²⁷ CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE (CONASS). Painel COVID-19 Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

²⁸ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Boletim Observatório COVID-19: edição especial vacinação e cenários epidemiológicos, maio 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/boletins/covid-19>. Acesso em: 29 abr. 2025.

o intuito de estimular maior envolvimento, registraram baixa adesão e pouca participação efetiva nas deliberações.

Para os extensionistas, todo o tempo disponível passou a ser consumido pelas demandas operacionais, voltadas a mitigar os impactos da ausência de uma gestão mais estruturada. Essa gestão, vale repetir, era pensada como provisória, devendo ser, idealmente, assumida de forma compartilhada entre agricultores e compradores, com a extensão universitária cumprindo um papel de suporte. Contudo, tal configuração não chegou a se consolidar ao longo do período analisado.

Retomando a análise sobre o resultado econômico, propriamente dito, o maior volume comercializado pela CCRA se deu na edição MAR 1, provavelmente ocorrida em 5 de março de 2021, com R\$ 7099,75 em vendas totais da central, resultado vinculado ao entusiasmo dos consumidores/compradores com a expansão da atividade, somado ao agravamento das restrições de circulação no início do ano e à redução temporária do funcionamento de feiras livres e mercados convencionais. Já os agricultores locais alcançam seu ponto mais alto de vendas com um total de R\$ 6554,60, comercializados na mesma edição.

No que diz respeito às doações, conforme a Tabela 6 (abaixo) que virá na página a seguir, o pico ocorreu também em 5 de março (R\$ 1.498,00), o que sugere que, nos períodos de maior fechamento dos canais convencionais e maior mobilização comunitária, a rede de solidariedade se mostrava mais ativa e presente, entendida como uma alternativa concreta em relação ao modelo dominante no que se referia à aquisição dos alimentos.

Já o menor volume de comercialização da CCRA ocorreu na última entrega de setembro, totalizando R\$ 2.349,57. Para os produtores locais, essa mesma edição também representou o ponto mais baixo no período analisado, com R\$ 1.902,60 em vendas. Em relação às doações, a menor arrecadação também se verificou nessa data, alcançando apenas R\$ 232,31.

Tabela 6 -- ACOMPANHAMENTO DAS DOAÇÕES POR MUNICÍPIO (2021)

Data da Entrega	Doações Matinhos	Doações Guaratuba	Total de Doações
JAN 1	R\$ 264,78	R\$ 408,63	R\$ 673,41
FEV 1	R\$ 431,73	R\$ 404,05	R\$ 835,78
FEV 2	R\$ 478,67	R\$ 340,51	R\$ 819,18
MAR 1	R\$ 373,29	R\$ 295,28	R\$ 668,57

MAR 3	R\$ 365,64	R\$ 585,00	R\$ 550,64
ABR 1	R\$ 237,01	R\$ 232,36	R\$ 469,37
ABR 2	R\$ 415,04	R\$ 269,06	R\$ 684,10
MAI 2	R\$ 369,89	R\$ 225,75	R\$ 595,64
JUN 1	R\$ 202,96	R\$ 172,96	R\$ 375,92
JUN 2	R\$ 203,72	R\$ 228,44	R\$ 432,16
JUN 3	R\$ 222,30	R\$ 147,88	R\$ 370,18
JUL 1	R\$ 160,10	R\$ 190,50	R\$ 350,60
JUL 2	R\$ 91,50	R\$ 159,51	R\$ 251,01
AGO 1	R\$ 136,39	R\$ 147,89	R\$ 284,28
AGO 2	R\$ 143,45	R\$ 97,65	R\$ 241,10
AGO 3	R\$ 138,07	R\$ 316,81	R\$ 454,88
SET 1	R\$ 191,40	R\$ 149,32	R\$ 340,72
SET 2	R\$ 77,58	R\$ 154,73	R\$ 232,31

Fonte: Adaptação produzida pelo autor (2025), de dados organizados por Gabriel Augusto de Campos Esteves (2020).

O arrefecimento do período mais grave da pandemia, impulsionado pelo avanço da campanha de vacinação iniciada oficialmente em 17 de janeiro de 2021, e que se intensificou no segundo semestre do mesmo ano, exerceu influência direta sobre a reabertura gradual dos espaços de grande circulação de pessoas. Essa nova conjuntura sanitária, associada à retomada progressiva das atividades comerciais e à normalização do acesso aos supermercados, contribuiu para a redução da demanda registrada no circuito durante os meses finais do período analisado nesta fase.

A queda nas vendas, portanto, não pode ser interpretada apenas como resultado de fragilidades internas da organização, mas também como reflexo da recomposição dos canais convencionais de abastecimento. Essa dinâmica pressionou negativamente a continuidade da adesão de consumidores ocasionais - aqueles que, até então, ainda não haviam iniciado ou mesmo consolidado sua transição para a condição de "compradores" de produtos orgânicos, engajados como coprodutores, corresponsáveis pela produção, ou similares, conforme a diferenciação que propomos no decorrer desta pesquisa.

Além dos condicionantes externos que afetaram o comportamento dos consumidores e a dinâmica de vendas ao longo de 2021, é necessário agora voltar o olhar para os processos internos do circuito, especialmente no que se refere às dinâmicas territoriais e à distribuição da produção entre os polos de produtores envolvidos. A análise da origem dos produtos comercializados, segmentados entre a

produção local e a da CCRA, permite identificar padrões de reorganização territorial, disputas por protagonismo e estratégias de fortalecimento da agricultura familiar no interior do circuito.

Embora os dados disponíveis sobre as vendas não permitam a elaboração de uma análise comparativa rigorosa entre os municípios - o que exigiria séries mais completas e controladas -, a distinção dos registros por período e por origem dos produtos possibilita captar nuances importantes nas dinâmicas territoriais construídas ao longo da experiência. A evolução do novo ponto de distribuição em Guaratuba, em relação ao já estabelecido em Matinhos, não pode ser quantificada com precisão; ainda assim, a leitura atenta dos dados revela deslocamentos de consumo e indícios de reconfigurações no padrão de circulação dos alimentos.

Esses movimentos expressam não apenas a influência dos fatores externos, como o arrefecimento da pandemia e a normalização dos canais convencionais de comercialização, mas também a emergência de novas dinâmicas internas ao grupo, relacionadas à produção local, ao fortalecimento de vínculos territoriais e à capacidade organizativa dos atores envolvidos.

Em determinados momentos, percebe-se maior protagonismo dos produtores locais - sobretudo os das colônias da Alexandra-Matinhos -, o que indica uma ativação de vínculos afetivos e políticos entre produção, território rural e consumo. Em outros períodos, a CCRA reassume centralidade como fornecedora estruturante, refletindo a complexidade de se manter uma cadeia de abastecimento regular e diversa com base apenas na produção local. Assim, cabe demonstrar como a proporção do espaço ocupado pela produção local no resultado das vendas do circuito, apesar das dificuldades, apresenta trajetória de crescimento relevante ao longo do tempo, como demonstram os gráficos a seguir:

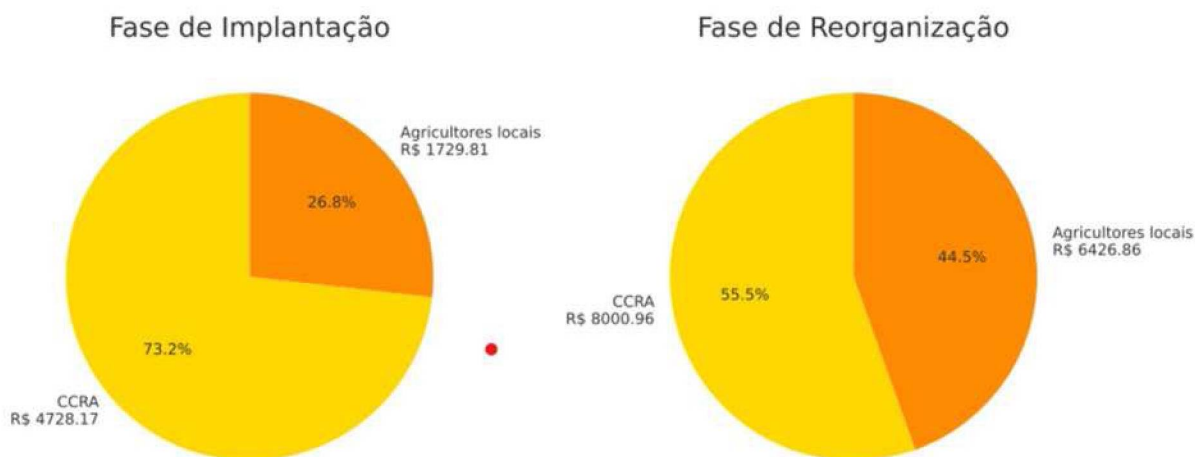
Gráfico 3 - COMPARAÇÃO DE VENDAS 2021 CCRA X LOCAIS



Fonte: elaboração do autor (2025).

A comparação dos gráficos mensais evidencia, de maneira progressiva, a ampliação relativa da participação dos agricultores locais no volume global de vendas do circuito. Ainda que algumas oscilações se mantenham ao longo do tempo, o conjunto das edições realizadas em 2021 sinaliza uma tendência de fortalecimento da produção local, dinâmica que será melhor compreendida a partir da análise das médias computadas a partir das edições analisadas, entre a fase de implantação (2020) e a fase de reorganização (agosto 2020 – 2021), conforme apresentado a seguir:

Gráfico 4 - COMPARAÇÃO DAS VENDAS POR MÉDIAS MENSAS DE CADA FASE



Fonte: o autor (2025).

Nota: Consideraram-se para a confecção das médias, os dados presentes na Tabela 6 (p.192 – fase de reorganização), e na Tabela 5 (p.188 – fase de implantação).

A comparação entre os gráficos de participação da CCRA e dos agricultores locais, assim como a média mensal geral por fase evidenciam, com nitidez, a reconfiguração progressiva da centralidade no interior do circuito. Durante a fase de implantação, a CCRA ocupava posição hegemônica na composição das vendas, respondendo por uma média de R\$ 4.728,17 (73,2% do valor global comercializado), contra R\$ 1.729,81 (26,8%) dos agricultores locais. Já na fase de reorganização, observa-se um deslocamento expressivo dessa relação: a média mensal de vendas da CCRA foi de R\$ 8.000,96 (55,5%), enquanto a dos agricultores locais saltou para R\$ 6.426,98 (44,5%), aproximando-se significativamente da média da central cooperativa.

Esse movimento, mais do que uma variação numérica, expressa transformações estruturais na dinâmica do circuito. Ele sinaliza o fortalecimento progressivo das unidades produtivas locais, impulsionado pelo acúmulo de experiência logística, pela diversificação e qualificação dos produtos ofertados e pela ampliação dos laços de confiança com os consumidores/compradores da região.

A elevação da participação dos agricultores locais nas vendas, portanto, não deve ser interpretada como mera disputa de mercado com a CCRA, mas como evidência do amadurecimento das capacidades organizativas e produtivas desenvolvidas ao longo do processo, especialmente no núcleo central de agricultores que permaneceu ativo até o período analisado.

Até setembro de 2021, o núcleo local do circuito mantinha o ator rural que lidava com os produtos de mandioca artesanalmente processada e o agricultor agroecológico como as figuras de maior capacidade produtiva e organizativa da ação. Contudo, um casal de agricultores, especializado na produção de folhas verdes, temperos e leguminosas - que havia se aproximado do circuito ainda durante a primeira fase da iniciativa -, começava a ocupar um espaço de destaque, num movimento de reposicionamento interno que será retratado adiante.

O processo de amadurecimento do circuito, iniciado com a fase de reorganização que será descrita a seguir, considerando não apenas os resultados de vendas, mas outros elementos da dinâmica interna, não se desenvolveu de forma homogênea nem linear. Como evidenciado pelos dados analisados, foi atravessado por dificuldades operacionais, retrações temporárias e pelos impactos do agravamento da crise sanitária.

Ainda assim, nesse ambiente adverso, observa-se a emergência de novas soluções territorializadas, capazes de ocupar um espaço real e simbólico no abastecimento local, ao mesmo tempo em que o próprio circuito se reestrutura. Se a experiência acumulada por agricultores e extensionistas na fase de implantação do circuito contribuiu para a consolidação de práticas agroecológicas mais consistentes em sua reorganização, embora ainda marcadas por fragilidades e pela persistência da informalidade, a fase de reorganização vai demonstrar como a agricultura local se fortaleceu, mesmo no período mais crítica enfrentado pela organização.

Além disso, a crescente presença da produção local também aponta para uma mudança nos critérios de legitimidade dentro do circuito. Enquanto na fase inicial a certificação institucional da CCRA funcionava como principal garantidora de confiabilidade perante os consumidores, com o tempo, a relação direta, a comunicação horizontal (ainda que falha e insuficiente para a complexidade global da atividade) e o pertencimento territorial passaram a operar como mediadores de confiança igualmente relevantes - sobretudo na tentativa de construção da atividade em Guaratuba, onde a experiência era mais recente e demandava maior esforço de consolidação.

Assim, torna-se evidente que o fortalecimento da base produtiva local e seus sobressaltos e retrocessos, quando ocorrem, dialogam diretamente com os objetivos e as categorias analíticas relacionais que sustentam esta tese, ao demonstrar que os circuitos curtos, ainda que tensionados por assimetrias estruturais, são capazes de produzir efeitos concretos na reorganização social do território, induzir movimentos de

transição agroecológica - ainda que incipientes - e construir inovações sociotécnicas a partir dos saberes situados e das redes de apoio solidário.

A trajetória ascendente da produção local, evidenciada nos dados médios, não representa apenas um resultado econômico, mas a expressão de um processo político em curso, que amplia as possibilidades de autonomia e enraizamento do sistema alimentar alternativo em construção.

Passamos agora a discutir sobre o percurso que os atores percorreram nesta fase da atividade, sobretudo em relação às dificuldades que já foram mencionadas anteriormente neste mesmo tópico.

6.2.1 SOBRE AS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS DA FASE DE REORGANIZAÇÃO

O cenário apresentado na fase de instalação do circuito foi marcado por uma estrutura administrativa precária, sustentada majoritariamente pela ação voluntária dos extensionistas e por arranjos informais estabelecidos entre os produtores locais e a CCRA. A ausência de mecanismos de controle sistemático, a pulverização das tarefas e a gestão improvisada dos fluxos de informações e de recursos refletiam o caráter emergencial da iniciativa, que, naquele primeiro momento, priorizou a criação de soluções operacionais mínimas para viabilizar a manutenção da renda dos agricultores em meio às crises descritas ao longo deste trabalho.

Com o avanço da atividade e o aumento da escala de comercialização, essas limitações administrativas tornaram-se mais evidentes e passaram a oferecer riscos ao próprio funcionamento do circuito. A sobrecarga dos extensionistas, a informalidade na organização dos pedidos e pagamentos, a ausência de registros contábeis estruturados e as dificuldades de comunicação entre os atores envolvidos revelaram a necessidade de uma reorganização mais sistemática dos processos internos.

Nesse contexto, a partir de agosto de 2020, a proposta de encontrar soluções mais estáveis para a rotina administrativa da atividade ganhou força, impulsionada tanto pela pressão das demandas práticas quanto pelas impressões interpretativas de que o improvisado já não seria suficiente para sustentar a continuidade da iniciativa.

Paralelamente à busca por soluções tecnológicas, é importante considerar que o grupo vinculado ao CCA, além de suas contribuições com a produção de alimentos no território, também se organizava para prestar serviços agroecológicos em diversas

frentes de atuação. Diante das dificuldades enfrentadas pelo circuito e da sobrecarga de trabalho que se tornava cada vez mais evidente, os membros do CCA perceberam uma oportunidade de viabilizar renda para seu grupo a partir do projeto das cestas, e passaram a pressionar, enquanto participantes ativos do circuito, para assumir a gestão de forma mais estruturada.

Essa proposta trazia uma inflexão importante: a reivindicação de que o trabalho de organização das entregas deixasse de ser pautado exclusivamente pelo voluntariado e passasse a ser remunerado, mediante a criação de um sistema de pagamento de diárias aos envolvidos. Para viabilizar essa nova estrutura, o grupo do CCA propôs a implementação de sobretaxas de 10% sobre todos os produtos comercializados, gerando um fundo que possibilitasse a sustentação financeira das atividades administrativas.

Esse ponto, entretanto, gerou forte polêmica. A CCRA, responsável pelo fornecimento de parte significativa dos produtos, alertou que já operava no limite de suas capacidades financeiras e expressou preocupação de que o aumento dos preços prejudicasse a ascensão das vendas, comprometendo a própria viabilidade de sua participação no circuito.

Os agricultores locais não aceitaram com passividade a possibilidade de que uma parte do trabalho – administrativo e da organização de parte da logística – receberia diárias para a execução das tarefas, enquanto o trabalho de logística encampado pelos agricultores seguiria voluntário, os mesmos agricultores que já apontavam a dificuldade em deixar as unidades produtivas, durante um dia inteiro, para desempenharem as atividades voluntárias exigidas no circuito.

Já os extensionistas ponderavam, em diversas oportunidades, seja em reuniões formais, seja em conversas informais, que, embora a escala de vendas estivesse em expansão, o volume comercializado, por ser fruto de vendas compartilhadas entre diversos atores, ainda não permitia a "profissionalização" de nenhum participante.

Apesar de o montante global do circuito parecer expressivo, o resultado financeiro individual de cada agricultor permanecia modesto, percepção sustentada tanto pelas falas dos envolvidos quanto pelo conhecimento empírico de quem realizava a distribuição dos valores. Ressalte-se que a ausência de registros contábeis sistemáticos, como planilhas individualizadas de repasses, impossibilitou a comprovação formal dessa situação, embora os relatos e a dinâmica interna da organização confirmassem essa realidade.

A situação de baixo volume de comercialização individual no circuito tornou-se ainda mais evidente com o arrefecimento da pandemia e a reabertura dos canais convencionais de comercialização, principalmente a partir do segundo semestre de 2021. Nesse contexto, observou-se o afastamento de uma parcela significativa dos produtores, que optaram por retomar atividades anteriores, consideradas mais vantajosas sob a perspectiva financeira.

Esse movimento de afastamento, no entanto, não pode ser compreendido apenas em função da busca por maiores ganhos monetários. Ele envolvia um conjunto mais amplo de questões, entre as quais se destacava a relação entre a dedicação exigida pelas atividades no circuito e a percepção dos agricultores acerca da retribuição obtida. Alguns produtores verbalizavam que estariam dispostos a permanecer no fornecimento de produtos caso a participação se limitasse à entrega da mercadoria, indicando que o tempo despendido em tarefas organizativas e logísticas - características inerentes à dinâmica do circuito - era percebido como um ônus adicional, nem sempre compensado pelo retorno financeiro imediato.

Quanto às taxas e diárias, mesmo diante dos argumentos que problematizavam a proposta, os produtores urbanos vinculados ao CCA sugeriram a implementação de um período experimental, no qual poderiam testar a viabilidade prática da remuneração sugerida. Retoma-se aqui o princípio orientador da extensão universitária no âmbito do circuito: o de fomentar a autonomia dos atores sociais envolvidos, respeitando suas decisões, sem configurar uma tutela permanente por parte da universidade sobre o grupo.

Após a mobilização de reuniões específicas sobre o tema, o CCA conseguiu aprovar, junto aos demais participantes, o início da transição para o novo formato de gestão. Pelo acordo estabelecido, a operação das planilhas seguiria no modelo existente até o final de 2020, sendo posteriormente migrada para uma plataforma digital ainda a ser definida, acompanhada da implantação de um sistema de comunicação mais ativo via redes sociais, onde já estava criada uma conta (ou perfil), na rede Instagram, embora não houvesse movimentações nesse canal.

Nesse ponto, mais uma ressalva: era preocupação dos extensionistas que a elasticidade da demanda, gerada por ações de marketing, desorganizasse os processos de reorganização da produção local. No entanto, essa possibilidade não se concretizou, como veremos mais à frente.

Aprovou-se ainda que haveria a majoração apenas dos preços dos produtos locais, mas que ela não seria suficiente para arcar com as despesas propostas. A alternativa definida consistiu na criação de uma campanha de doações voluntárias no grupo de compras, destinada a viabilizar o pagamento das diárias para os responsáveis pela organização dos procedimentos administrativos. Mais uma vez, os extensionistas alertaram para o fato de que a corresponsabilidade e a coprodução das próprias ações do circuito, em relação aos consumidores, era processual, e que o pouco tempo de existência da atividade ainda não havia produzido mudanças significativas no perfil destes atores, a ponto de que se entendessem eles próprios, como o que chamamos compradores.

Essa estratégia reconfigurava o sentido inicial da coleta de doações - que, até então, destinava-se exclusivamente à constituição de um fundo solidário para a distribuição de alimentos -, atribuindo-lhe uma nova função de apoio à manutenção administrativa do circuito. A proposta foi apresentada aos consumidores/compradores e aprovada, sob a condição de que as contribuições permanecessem voluntárias, respeitando a adesão espontânea de quem desejasse ou pudesse colaborar.

No ato da compra, o consumidor/comprador poderia manifestar, caso desejasse realizar alguma doação, a sua opção sobre a destinação do valor: contribuir para o fortalecimento da organização administrativa do circuito ou para a continuidade das ações de solidariedade alimentar. O valor estipulado para as diárias a serem pagas aos responsáveis pela gestão foi fixado em R\$ 70,00, contemplando inicialmente duas funções específicas: uma dedicada ao controle das planilhas e outra à organização operacional das entregas.

Nesse cenário de disputa cultural entre a internalização dos valores e práticas próprias do modelo hegemônico e as possíveis transformações advindas do amadurecimento do contato com o modelo alternativo, as bases simbólicas e materiais que poderiam sustentar o circuito ainda não estavam, aparentemente, consolidadas. A proposta de angariar doações para viabilizar a remuneração por meio de diárias, embora coerente com os esforços de reorganização, apresentava riscos evidentes: o grau de enraizamento dos valores solidários e cooperativos no coletivo ainda era frágil, o que poderia resultar em uma adesão às contribuições muito inferior àquela projetada pelos membros do CCA.

Os dias em que as diárias seriam pagas referiam-se exclusivamente às datas das entregas, o que, por sua vez, abria uma nova rota de conflito. O trabalho voluntário,

que se pretendia transformar parcialmente em trabalho remunerado, exigia ao menos três dias semanais de dedicação às atividades administrativas: o primeiro destinado à montagem da oferta; o segundo à coleta e distribuição dos pedidos entre os produtores; e o terceiro ao fechamento financeiro do período.

Como não havia condições de remunerar todos os dias de trabalho, o responsável acabava desempenhando três jornadas completas, com atividades demoradas e complexas, independentemente da plataforma utilizada, recebendo, no entanto, apenas R\$ 70,00 por serviço prestado, o que se mostrava inviável a médio e longo prazo.

Além disso, cabe destacar que essa reconfiguração do destino das doações pode ter impactado negativamente o volume arrecadado, como já observado na tabela de acompanhamento apresentada anteriormente, a qual registra uma queda considerável nas contribuições entre janeiro e agosto de 2021.

Em paralelo a esses movimentos, e diante da gravidade do momento sanitário, que ainda registrava picos de restrição à circulação de pessoas, planejou-se também a realização de entregas a domicílio, mediante o pagamento de fretes diretamente aos entregadores.

Essa estratégia, no entanto, quando implementada no início de 2021, revelou-se efêmera, pois o baixo volume de pedidos por edição de entrega, aliado às longas distâncias, que podiam ultrapassar 15 quilômetros, inviabilizava a execução desta atividade, já que não compensava ao executor desta função realizar uma pequena quantidade de operações, sobretudo quando essas eram realizadas com bicicletas. Além disso, à época, ainda não havia a popularização das redes de entregadores motorizados que se consolidariam no país durante a pandemia.

Quanto à plataforma que substituiria as planilhas de Excel, optou-se pela migração para a tecnologia Cognito Forms, que disponibilizava uma versão gratuita e oferecia a possibilidade de armazenamento online dos pedidos realizados. Assim, a operação de comercialização passou a utilizar um formato em que, em vez do envio da lista de produtos em planilhas para o grupo de WhatsApp, os consumidores/compradores recebiam apenas um link de acesso ao formulário eletrônico, no qual poderiam registrar diretamente suas encomendas.

Embora a adoção da plataforma Cognito Forms tenha representado, inicialmente, uma inovação em relação à sistemática anterior baseada exclusivamente

em planilhas de Excel, a experiência prática revelou importantes limitações do recurso em sua versão gratuita.

A plataforma, embora funcional para o recebimento de pedidos, não dispunha de ferramentas automatizadas de organização contábil, nem de funcionalidades que permitissem a extração de relatórios financeiros consolidados ou a estratificação automática dos totais comercializados por produtor ou categoria de produto.

Assim, a cada edição, os dados preenchidos pelos consumidores/compradores precisavam ser manualmente exportados e retrabalhados no Excel para fins de controle financeiro e operacional, o que não apenas manteve o trabalho adicional necessário para a gestão do circuito, como, em alguns momentos, chegou a ampliá-lo, frustrando parcialmente a expectativa de otimização dos processos.

Além disso, a ausência de integração com sistemas de pagamento ou emissão de recibos impunha a manutenção de procedimentos paralelos para a confirmação das transações, o que preservava fragilidades organizativas que se pretendia superar.

Com o tempo a versão gratuita não suportava mais o volume de dados com os quais lidávamos, e então passou-se a contratar uma versão paga básica, que à época custava R\$ 30,00 mensais. Essa versão não mudava em nada as dificuldades que persistiram ao longo da alteração do modelo, e ainda passou a representar mais um custo fixo nos processos internos do grupo. Esse valor também era pago com as doações para sustentação administrativa dos procedimentos.

A experiência com a plataforma Cognito Forms demonstrou que a lacuna no uso de tecnologias de gestão não seria superada no curto prazo e que, mesmo com a mudança no modelo de administração, as dificuldades que motivaram a busca por alternativas à precariedade persistiriam ao longo do tempo. Reafirma-se, assim, a importância de que iniciativas de extensão acadêmica similares ao grupo “Cestas Agroecológicas”, quando planejadas previamente à sua execução, contem com equipes multidisciplinares capazes de responder às diferentes demandas que, inevitavelmente, surgem no desenrolar dos processos.

No caso específico da construção de uma ferramenta de gestão adequada, a ausência de profissionais especializados, ou de uma equipe extensionista capaz de contemplar essa necessidade, revelou-se uma limitação estrutural importante. A seguir, apresentamos uma figura que demonstra como o Cognito Forms era apresentado aos consumidores/compradores do grupo:

Figura 17 - PLATAFORMA COGNITO - PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS



Fonte: Plataforma Cognito. Disponível em:
<https://alternativasagroma.wixsite.com/agromatinhos/feira-da-semana>.
 Acesso em 01 mar 2025.

Em comparação com a fase de implantação do circuito “Cestas Agroecológicas”, o novo procedimento de compras representou um aumento significativo na complexidade das ações exigidas dos consumidores/compradores.

No modelo anterior, baseado no envio de planilhas em Excel preenchidas manualmente e devolvidas apenas no WhatsApp, o processo era relativamente mais simples e direto. Os consumidores escolhiam os produtos na lista enviada, preenchiam as quantidades desejadas e devolviam o documento em um único fluxo de comunicação, geralmente mediado por poucos cliques e sem etapas intermediárias obrigatórias.

Com a adoção do novo formato, o procedimento passou a envolver múltiplos passos: o comprador precisava acessar a lista a partir de um botão específico (“botão laranja”), preencher os dados pessoais e de entrega, organizar os pedidos no computador ou celular, efetuar o pagamento via depósito bancário em conta específica, organizar o comprovante de pagamento, preencher o título do e-mail com uma padronização rigorosa (indicando o nome, a semana e a data da lista), e enviar tanto a lista quanto o comprovante de pagamento para o e-mail oficial do grupo.

Além disso, havia restrição rigorosa de prazos, entre domingo e terça-feira às 19h, para a finalização do pedido, com instruções claras de que pedidos enviados após esse horário seriam desconsiderados.

Essa nova configuração exigia do consumidor/comprador maior domínio tecnológico (para baixar e preencher a lista corretamente), e também maior atenção a detalhes operacionais e disciplina para cumprir o protocolo estabelecido. Embora a intenção fosse organizar melhor a gestão dos pedidos, na prática o aumento da complexidade pode ter representado uma barreira para parte dos consumidores que haviam aderido ao circuito em função da sua proposta de simplicidade e acesso direto aos produtos locais.

Como consequência, os grupos de WhatsApp tanto de Matinhos quanto de Guaratuba passaram a registrar manifestações de usuários que reivindicavam a retomada da forma anterior de realização dos pedidos - no caso de Matinhos - ou solicitavam apoio direto para efetivar suas compras - no caso de Guaratuba. Importa destacar que, mesmo no novo arranjo de gestão, os grupos de mensagens permaneceram sob a administração dos extensionistas, que, sempre que demandados, prestavam auxílio individualizado aos interessados para completar as etapas da transação.

Essa nova dinâmica, entretanto, resultou em um aumento significativo do volume de trabalho e em processos de retrabalho, desvirtuando a lógica de otimização operacional que inicialmente justificara a implementação das mudanças.

No campo da comunicação, foram propostas estratégias para incrementar a página do grupo no Instagram, que já existia, mas encontrava-se pouco movimentada e desatualizada. No dia em que a estratégia foi aprovada, diversas postagens foram realizadas, e materiais específicos foram produzidos para essa reconfiguração do perfil. Procurou-se apresentar as famílias produtoras, os alimentos comercializados, os princípios que orientavam o grupo e instruções sobre o processo de compras. Entretanto, a gestão da página não se consolidou, e a iniciativa de comunicação perdeu continuidade logo após essa primeira ação de revitalização.

Um aspecto curioso pode ser observado na análise das postagens realizadas no perfil: entre os conteúdos publicados, identifica-se a divulgação de uma suposta parceria com a Associação Municipal dos Agentes Ambientais de Matinhos (AMAGEM) e com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Matinhos. Tais parcerias, embora vinculadas a ações desenvolvidas anteriormente no âmbito do projeto Jardinar, nunca chegaram a se concretizar institucionalmente no contexto do grupo "Cestas Agroecológicas". A inclusão dessas entidades nas publicações atendeu à demanda de um funcionário da prefeitura de Matinhos, próximo ao CCA, que pretendia projetar

institucionalmente essa aproximação por meio da divulgação pública, mesmo sem a realização de atividades efetivas integradas à iniciativa.

Figura 18 - APRESENTAÇÃO DO GRUPO NA REDE INSTAGRAM



Fonte: Rede Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/alternativasagro/#>. Acesso em 05 mar 2025.

A página criada nas redes sociais para divulgação do circuito curto “Cestas Agroecológicas” acumulou, até o presente momento (mantendo-se ainda visível), apenas 15 publicações e 135 seguidores. Em sua estrutura, registra-se a divulgação de apenas uma edição específica das entregas, sem indícios de que tenha ocorrido alguma variação significativa no volume de encomendas motivada pelo uso desse veículo de comunicação.

Entre os materiais publicados, destaca-se um vídeo promocional produzido voluntariamente pela filha de uma das consumidoras/compradoras do circuito que era professora vinculada à universidade, onde a filha, estudante do curso de Comunicação Social em São Paulo, conheceu o grupo pela mãe, e se engajou na iniciativa como forma de apoiar as ações de divulgação.

Concluída a descrição das principais questões administrativas/organizativas que marcaram a fase de reorganização do circuito, torna-se necessário avançar para a compreensão dos desafios logísticos que incidiram sobre o funcionamento da iniciativa e da influência que as crises climáticas exerceram sobre os rumos da atividade neste período.

Esses elementos, que se entrelaçam de maneira complexa com as dinâmicas analisadas até aqui, serão abordados a seguir, permitindo aprofundar a reflexão sobre os limites, as estratégias de adaptação e as inovações construídas no interior do circuito “Cestas Agroecológicas” ao longo de sua trajetória de consolidação.

6.2.2 DESAFIOS LOGÍSTICOS E CRISES CLIMÁTICAS – A SAÍDA DO CCRA

Na fase de implantação do circuito “Cestas Agroecológicas”, a logística foi organizada de maneira eminentemente artesanal, baseada em práticas improvisadas de coleta, separação e transporte dos produtos, com apoio solidário entre os agricultores e infraestrutura mínima de armazenamento. As entregas eram concentradas no campus da UFPR-Litoral, adaptadas às restrições sanitárias impostas pela pandemia, e a gestão dos pedidos e pagamentos era realizada de forma manual, por meio de planilhas Excel e canais de comunicação informais.

Com a expansão da atividade e a ampliação da base de consumidores/compradores, esses arranjos logísticos começaram a se revelar insuficientes para sustentar a complexidade crescente do circuito. As dificuldades operacionais, que já se manifestavam de maneira episódica na fase de implantação, passaram a assumir um caráter estrutural, agravadas pela pressão por maior eficiência e pela sobreposição de novas demandas decorrentes do crescimento da atividade.

De maneira geral, entretanto, poucas mudanças efetivas ocorreram em relação ao transporte, à confecção das cestas individuais, às embalagens, à refrigeração e às estratégias de entrega e retirada dos produtos.

No que diz respeito ao transporte, a principal mudança ocorrida na fase de reorganização foi no arranjo logístico do deslocamento dos produtos entre o ponto de apoio - localizado na unidade produtiva do agricultor já mencionado - e a Universidade. Considerando que o caminhão da CCRA/MST era refrigerado, e que os produtos perecíveis permaneceriam em trânsito por longos períodos, a solução encontrada foi que, em vez de um agricultor realizar esse transporte em veículos próprios, o próprio caminhão da cooperativa assumisse a tarefa, realizando previamente uma parada na propriedade onde os demais produtos estavam armazenados e organizados.

Inicialmente, a separação dos produtos em cestas individuais, destinadas a cada consumidor/comprador, passou a ser feita diretamente nesse ponto de coleta, sendo as cestas entregues já prontas na UFPR-Litoral. No entanto, por se tratar de um procedimento minucioso e demorado, o tempo gasto nessa etapa começou a impactar significativamente o planejamento logístico, resultando em atrasos frequentes no início das entregas. Esses atrasos repercutiam de maneira especialmente sensível nas operações em Guaratuba, considerando que o acesso ao município, a partir de

Matinhos, dependia do serviço de ferryboats - um trajeto sujeito a filas e a variações significativas no tempo de travessia, principalmente nos horários de pico.

A mudança efetiva no arranjo logístico ocorreu a partir da reorganização da operação de separação das cestas, que passou a ser realizada nas dependências da UFPR-Litoral. Nesse novo modelo, a separação dos pedidos, agora organizada de forma independente para Matinhos e Guaratuba, era realizada na tenda da Universidade, sob a coordenação de uma pessoa remunerada por meio do sistema de diárias, contando com o apoio de outros voluntários que se revezavam nas atividades.

Para minimizar o tempo de operação, as cestas passaram a ser organizadas conforme a ordem de retirada, de modo que, enquanto uma equipe procedia à entrega dos alimentos, a outra seguia organizando a separação e porcionamento dos pedidos dos consumidores/compradores seguintes. Não existe um número exato de trabalhadores voluntários que se envolviam com cada edição da atividade, mas, normalmente, cerca de seis pessoas compareciam para a realização das tarefas.

Concluído o processo de organização, os produtos destinados a Guaratuba eram acondicionados no caminhão refrigerado, onde permaneciam armazenados em condições adequadas até o horário estipulado para a entrega.

Ao final da operação em Matinhos, o caminhão recolhia as cestas destinadas a Guaratuba e se dirigia ao ponto de entrega no município vizinho. Mesmo assim, os atrasos eram frequentes, em função das variabilidades no tráfego da BR 277, nas vias internas do município de Matinhos e na travessia dos ferryboats. Em razão disso, os grupos de WhatsApp passaram a ser usados também como canais dinâmicos de comunicação, informando os consumidores/compradores sobre os horários reais das entregas, que raramente correspondiam ao planejamento inicial.

Quanto às embalagens e aos problemas com o descongelamento de alguns produtos, as dificuldades continuaram acompanhando a rotina do trabalho, se alternando conforme novos ofertantes de alimentos que envolviam produtos congelados se aproximavam ou se afastavam da iniciativa. A demora nos deslocamentos agravava essa situação, pois mesmo com os isopores dentro do caminhão refrigerado, quando os dias eram muito quentes e as operações eram muito longas, os produtos acabavam descongelando.

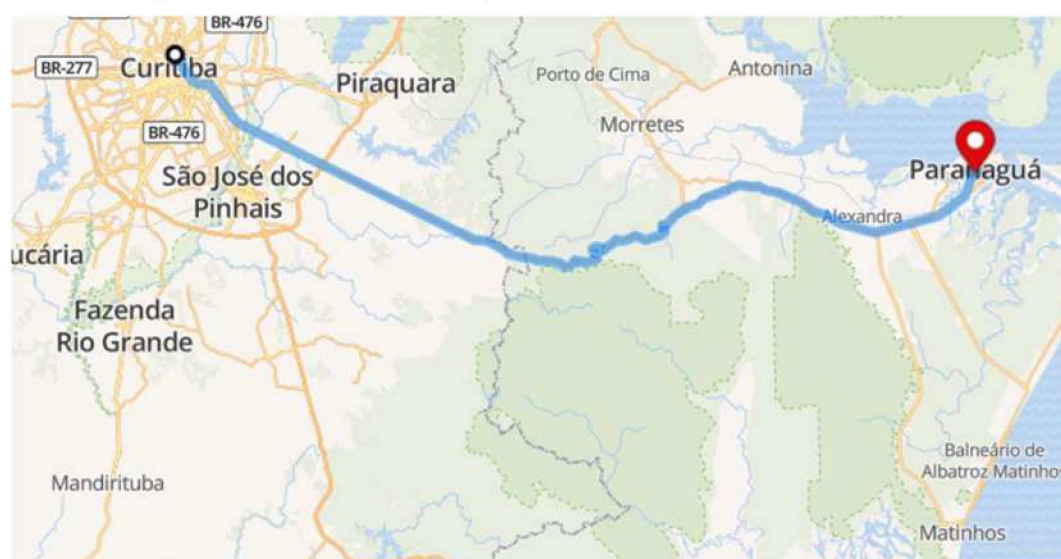
Quando os ofertantes eram previamente mais organizados, como o produtor de ostras que esteve junto ao grupo entre 2021 e 2022, e possuía um sistema de embalagens seguro e eficiente, o problema era reduzido ou inexistente, já em relação

aos produtores com condições mais precárias de organização, como os fornecedores de peixes em geral, o problema só findou quando esses atores, infelizmente, se afastaram da iniciativa.

Durante o período em que os produtores que enfrentavam maiores dificuldades permaneceram atuando no circuito, a dinâmica marcada por demandas urgentes e pela necessidade de respostas imediatas limitou a atuação da extensão universitária junto a esses atores sociais. Nesse contexto, o diálogo estabelecido com os agricultores ocorreu predominantemente por meio de reuniões pontuais e conversas informais, sem que houvesse condições materiais e organizativas para a estruturação de cursos ou ações formativas sistemáticas voltadas às questões específicas que vinham enfrentando na comercialização de seus produtos.

Retomando o tema dos atrasos, é necessário lembrar que o deslocamento do CCRA de Curitiba até Matinhos era realizado através da BR-277, uma rodovia cuja característica principal é ser o único acesso viário ao Porto de Paranaguá, além de ser a principal ligação entre a capital do estado e as praias do litoral paranaense, especialmente os municípios de Pontal do Paraná e Matinhos. Ela corta a Serra do Mar, e é cercada pela maior faixa contínua de Mata Atlântica remanescente no país.

Figura 19 - BR 277 (EM AZUL) ENTRE CURITIBA E PARANAGUÁ



Fonte: Disponível em https://www.rotamapas.com.br/como-ir-de-curitiba-a-paranagua#google_vignette. Acesso: 11 mar 2025.

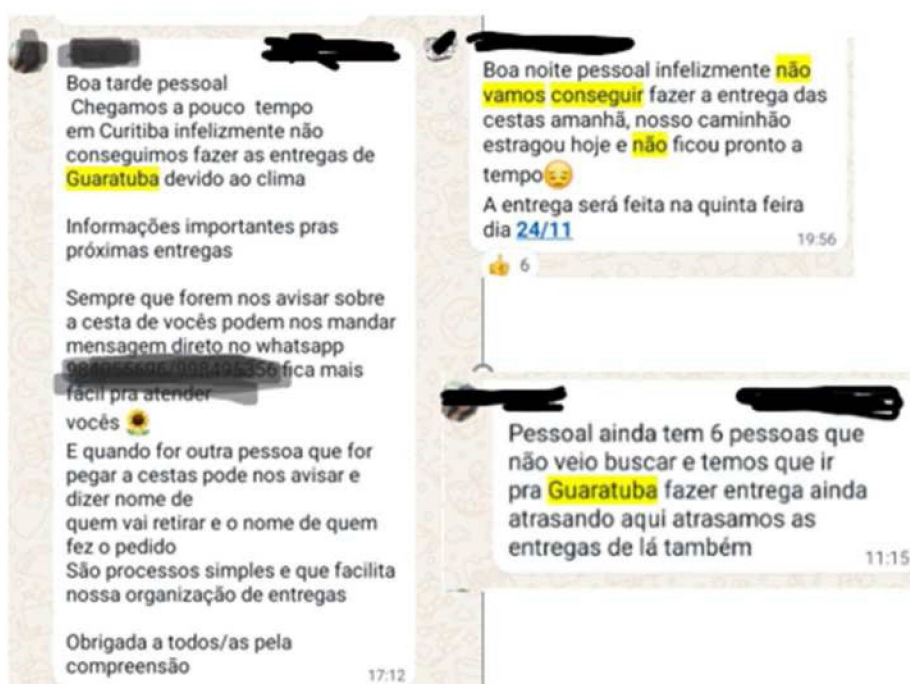
Diante dessas características, a sazonalidade do fluxo no porto - em especial durante o embarque da safra de soja, proveniente de diversas regiões do país -

constituía um fator recorrente de aumento no tráfego pesado, impactando diretamente o tempo de deslocamento. Além disso, durante a temporada de verão e vésperas de feriados, o volume de veículos de passeio crescia exponencialmente, com milhares de turistas se dirigindo às praias do Paraná, o que agravava ainda mais a lentidão e a imprevisibilidade do trajeto.

A BR-277, já sobrecarregada por essas dinâmicas sazonais, era frequentemente palco de acidentes graves, em especial nas zonas de serra, onde as condições de segurança viária são historicamente frágeis. Esses acidentes, somados aos congestionamentos típicos da alta temporada, elevavam significativamente o tempo de viagem entre Curitiba e Matinhos, afetando tanto a logística de abastecimento do circuito quanto a qualidade dos produtos transportados, particularmente no caso dos alimentos perecíveis, mesmo com o caminhão climatizado.

A figura a seguir apresenta alguns avisos emitidos pela CCRA no grupo de entregas, que retrata parte dos problemas aos quais estamos nos referindo:

Figura 20 - PARTE DA RAZÃO NOS ATRASOS DA CCRA



Fonte: grupo de comercialização do WhatsApp (2022)

As imagens da figura acima apresentam 3 motivos para os atrasos, através de comunicado no grupo: um sobre o clima ter atrapalhado a travessia de Matinhos para

Guaratuba, provavelmente por condições marítimas adversas de navegação para as balsas; outro, por uma quebra do caminhão, ocasionada pelo desgaste das viagens, conforme relatado verbalmente na chegada da CCRA ao ponto de entregas no dia em que essa mensagem foi enviada; e a última, pelo atraso dos compradores de Matinhos em retirarem seus produtos, o que impactava as operações em Guaratuba.

Embora essas datas não estejam registradas devidamente na imagem, elas são manifestações proferidas em três entregas sequenciais, no segundo semestre de 2022, o que evidencia a dimensão do problema, e, de certa forma, indica que a continuidade das entregas em Guaratuba estava ameaçada.

Tanto é assim que após inúmeros atrasos, faltas e dificuldades, a última edição oficial de entregas em Guaratuba ocorreu no dia 9 de novembro de 2022, onde, durante todo o ano, apenas 7 entregas foram registradas no município (dado obtido ao revisitarmos o grupo de WhatsApp do período).

Os entraves descritos, já problemáticos em tempos de normalidade, tornaram-se ainda mais críticos com a intensificação dos fenômenos climáticos severos que impactaram a região entre 2020 e 2022. Em 2020, o litoral do Paraná enfrentou fortes adversidades provocadas por condições meteorológicas extremas, com destaque para o chamado “ciclone bomba” ocorrido no final de junho, que causou danos generalizados, destruição de lavouras, queda de árvores em áreas urbanas, interrupções no fornecimento de energia elétrica e instabilidade viária em todo o estado (INMET, 2020).

Embora a BR-277 não tenha sido interditada por longos períodos neste episódio, a vulnerabilidade da rodovia ficou ainda mais evidente, já que ocorreram registros de deslizamentos e necessidade de intervenções emergenciais em vários trechos da serra.

Em 2021, o quadro se agravou com deslizamentos de terra na região do km 42 da BR-277, em Morretes. Em maio daquele ano, as chuvas intensas provocaram o deslocamento do solo e exigiram interdições parciais que se estenderam por meses, provocando transtornos no escoamento de mercadorias entre Curitiba e o litoral (DER-PR, 2021; G1 Paraná, 2021). Essas interdições, mesmo que alternadas entre pistas simples e bloqueios totais em dias de maior risco, geraram grandes atrasos nos deslocamentos, impactando diretamente o abastecimento do circuito, já fragilizado pelas dificuldades operacionais internas.

O tempo médio de viagem, que levava em torno de uma hora e meia para carros de passeio, atendendo aos limites de velocidade indicados ao longo da rodovia, passou a demorar, em média, cerca de quatro horas, durante ao menos três meses.

Os eventos climáticos extremos, portanto, além de causarem danos e prejuízos às unidades produtivas presentes no circuito, e de alterarem o regime de desenvolvimento das plantas junto com o restante das mudanças climáticas, ainda dificultava o acesso viário à região, expondo as dificuldades enfrentadas pelo CCRA para seguir na iniciativa.

A trajetória da CCRA no circuito "Cestas Agroecológicas" consolidou-se como um dos pilares fundamentais na fase de instalação e primeiros ciclos de funcionamento da atividade. Sua participação, ancorada em uma base produtiva estruturada e diversificada, oriunda de assentamentos da reforma agrária, foi decisiva para conferir ao circuito volume, variedade e estabilidade, elementos essenciais para a construção da confiança junto aos consumidores/compradores e para a sustentação do fluxo de entregas em um contexto ainda de fragilidade organizativa local.

No entanto, à medida que o circuito se expandia e se reconfigurava, a CCRA passou a enfrentar um conjunto complexo de tensões e desafios que gradativamente alteraram seu vínculo com a atividade. Entre esses fatores, destacaram-se a pressão crescente sobre margens operacionais já estreitas, a sobrecarga logística amplificada pelas instabilidades viárias e climáticas que marcaram o tráfego pela BR-277 e a travessia marítima até Guaratuba, e a necessidade latente de maior formalização administrativa do circuito - uma demanda que, naquele momento, extrapolava as condições informais e autogestionárias que haviam caracterizado a fase de instalação.

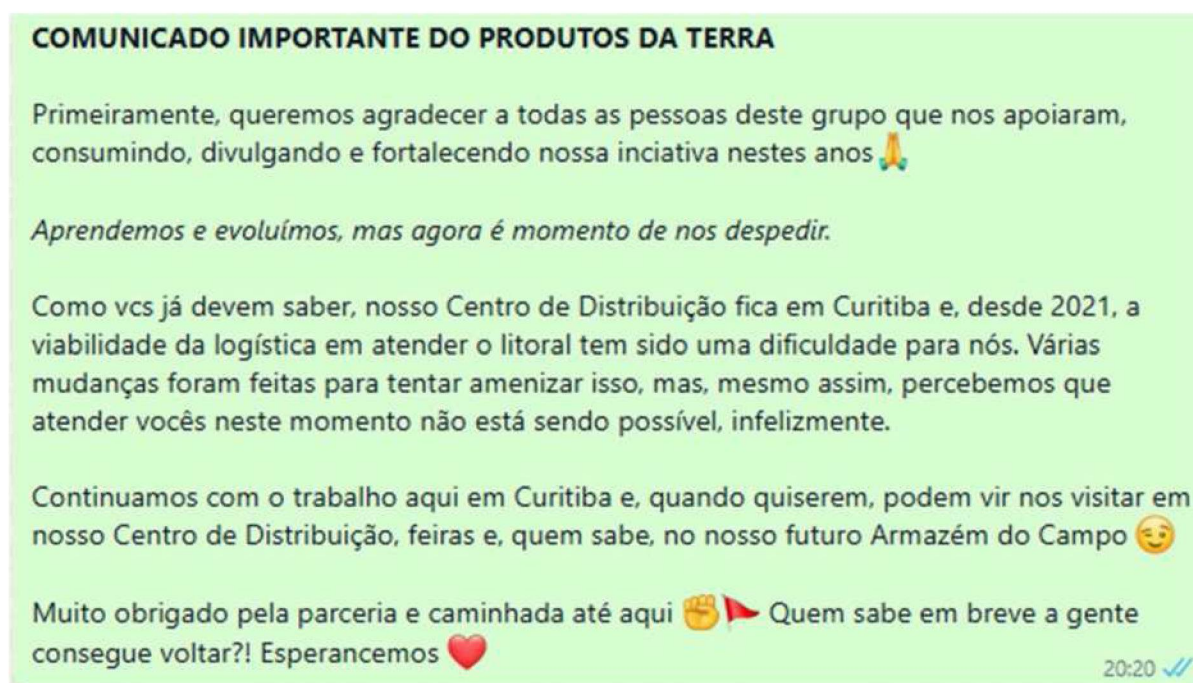
Além desses elementos, o fortalecimento progressivo da produção local, ainda que representasse um ponto de êxito frente à perspectiva de autonomia territorial buscada pela iniciativa, implicou uma mudança no papel da CCRA dentro do circuito. Sua centralidade inicial deu lugar a uma configuração mais descentralizada, onde a presença de novos ofertantes e a consolidação de núcleos produtivos locais relativizaram sua função estratégica ao longo de 2021 e na primeira metade de 2022, antes de que a abertura completa dos mercados convencionais pressionasse também os resultados destes trabalhadores.

Soma-se a isso a emergência de desalinhamentos organizativos: a lógica cooperativista mais consolidada da CCRA, construída em anos de articulação no âmbito da reforma agrária, encontrava tensões frente à gestão ainda incipiente e

informal do circuito local, marcada por práticas organizativas em construção e por uma divisão do trabalho nem sempre equilibrada. A percepção de que parte substancial do abastecimento e do esforço logístico recaía de forma desproporcional sobre o coletivo, sem contrapartidas equivalentes em termos de suporte estrutural ou de reconhecimento comercial, acentuou o desgaste.

Diante desse quadro, a saída progressiva da CCRA não pode ser compreendida como uma ruptura abrupta ou pontual, mas como o desfecho de um processo de acumulação de tensões e redefinições estratégicas da própria central e também das dinâmicas do circuito, onde a continuidade da presença da central se tornou insustentável, conforme o anúncio a seguir:

Figura 21 - COMUNICADO DE DESLIGAMENTO DO CCRA



Fonte: grupo Cestas Agroec Matinhos. Acervo do autor (2023)

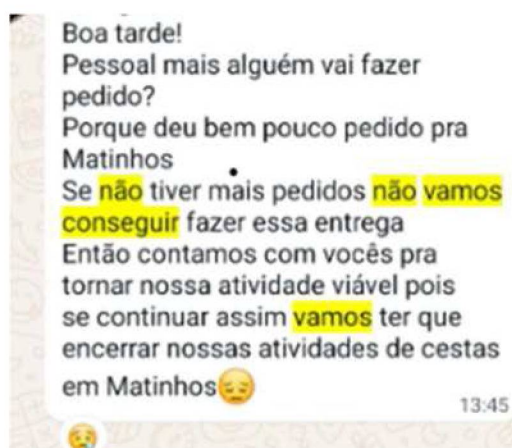
Esse comunicado, anunciado em 13 de janeiro de 2023, apenas oficializou uma mudança estrutural, que por sua vez, já vinha se consolidando desde o segundo semestre de 2021, quando a ampliação da vacinação e o controle da pandemia, permitiram que o comércio convencional voltasse a exercer suas atividades gradualmente, atingindo a “normalidade” já no segundo semestre de 2022. Enquanto havia crescimento das vendas e do volume econômico da atividade, os problemas eram secundarizados e superados, ainda que de maneira precária e com soluções

provisórias. Com a queda do desempenho, entretanto, a análise dos outros fatores teve uma nova significação junto aos participantes.

A combinação entre o esgotamento das condições operacionais e a diminuição da rentabilidade evidenciou os limites de permanência do grupo no circuito.

Essa tensão se torna particularmente visível na última edição de pedidos da qual a CCRA participou, realizada em novembro de 2022, quando já se observava, entre seus membros, uma preocupação explícita com a viabilidade das entregas. A imagem apresentada a seguir ilustra esse momento-limite, em que a sobrecarga logística e a percepção de desequilíbrio no esforço coletivo antecipavam, junto com a queda das vendas, e de forma implícita, o afastamento definitivo do grupo:

Figura 22 - PREOCUPAÇÃO DA CCRA COM O VOLUME DE VENDAS



Fonte: grupo de comercialização do WhatsApp (2022).

Dessa forma, ainda que não se disponha de dados contábeis formais que permitam quantificar de maneira precisa a retração nas vendas do coletivo, é possível inferir que essa redução pressionava, já algum tempo, a decisão de retirada, embora os laços afetivos e a esperança de melhoras nos índices, houvesse adiado essa decisão, que, em relação à Guaratuba, já havia sido tomada antes.

Esse movimento, em consonância com os desgastes logísticos e organizativos já acumulados, produziu efeitos significativos também sobre os demais participantes do circuito, com especial incidência sobre os agricultores locais. A retirada progressiva da CCRA implicou na redução do volume e da diversidade de produtos ofertados - o que comprometeu a fidelização da base de consumidores/compradores -, e ainda na transferência de uma carga organizativa, logística e simbólica considerável para os

grupos locais, que, naquele momento, ainda se encontravam em processo de consolidação e fortalecimento interno.

A necessidade de reorganizar mais uma vez a dinâmica da atividade, recompor a oferta de produtos e assegurar a regularidade das entregas sem o suporte estruturado anteriormente garantido pela CCRA, constituiu o maior desafio enfrentado pelo grupo de agricultores locais desde a implementação do circuito. Essa nova fase, que inaugura o momento atual do circuito, será apresentada na seção 6.3 Fase de construção da autonomia e estabilidade, que seguirá a análise da fase de organização que é trabalhada a partir daqui.

As tensões acumuladas ao longo da fase inicial e a tentativa de ampliação territorial e funcional da experiência sinalizam a entrada em um novo momento. Esse período, de continuidade incerta, será examinado em sua complexidade organizativa. A seguir, passa-se à análise da fase de reorganização do circuito, com ênfase nos ajustes, impasses e redefinições ocorridas entre 2021 e 2022.

6.2.3 ANÁLISE SOBRE A FASE DE REORGANIZAÇÃO DO CIRCUITO

A fase de reorganização do circuito “Cestas Agroecológicas”, iniciada no segundo semestre de 2020 e desenvolvida até o final de 2022, marca um período de inflexão caracterizado por instabilidades estruturais, tentativas de reorganização e aprofundamento de tensões internas já esboçadas na fase de implantação. Diferente do momento anterior, sustentado pela criatividade diante da emergência, o novo contexto expõe a fragilidade dos arranjos informais e impõe uma complexificação do sistema de gestão, comunicação, comercialização e pertencimento.

O que antes operava sob a lógica da urgência solidária, agora passa a exigir um redimensionamento técnico e político que o coletivo envolvido nem sempre conseguiu construir em tempo hábil. Nessa chave também se torna possível acionar o objetivo geral da pesquisa e articular seus objetivos específicos, que encontram nesta fase os elementos centrais para avaliar a consolidação, os limites e as contradições do processo de construção de um sistema alimentar alternativo.

O item sobre as questões administrativas, que se apresenta no contexto ampliado da reorganização, descreve que a expansão do circuito (com destaque para a inclusão do município de Guaratuba) inaugura uma nova fase de territorialização da experiência. A mobilização espontânea de um grupo de professoras da rede pública

estadual de ensino, também estudantes da pós-graduação no Setor Litoral da UFPR, indica que a dimensão simbólica da proposta começava a transcender os limites do campus universitário, ativando outros territórios e outros sujeitos.

A organização autônoma de um ponto de entrega em Guaratuba, inicialmente vinculado à escola onde uma das participantes lecionava e, posteriormente, deslocado para o pátio de uma igreja, evidencia um primeiro traço importante da potencialidade da reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve para lidar com alimentos saudáveis: a capacidade de grupos locais construir espaços logísticos e simbólicos para experiências alternativas em relação ao modelo agroalimentar hegemônico, ainda que com fragilidades operacionais.

Ao mesmo tempo, o volume crescente de entregas em Matinhos e a necessidade de atender a duas frentes logísticas, sem infraestrutura ampliada ou reorganização planejada, geram sobrecarga e instabilidade. A flexibilidade que antes funcionava como solução - mudar o dia, o horário ou o ponto de entrega conforme a necessidade - passa a operar como sintoma da desorganização. A irregularidade nos turnos, as variações de frequência e as tentativas de adaptação improvisada evidenciam que a escala atingida já não poderia ser sustentada com os mesmos métodos utilizados no início.

A análise dos dados de comercialização ao longo de 2021, organizada por edição, mostra com clareza que os picos de venda coincidiam com momentos de agravamento da pandemia, enquanto os declínios se relacionavam à reabertura do comércio convencional. Esta oscilação demonstra a força das reações do sistema hegemônico, que se impõem mesmo sem ataque direto, pela simples retomada de sua normalidade e pela reinstauração de seus padrões de consumo.

Esses dados também ajudam a interpretar uma das tensões centrais da fase: o circuito se fortalece na crise, mas esgarça suas estruturas na tentativa de consolidar-se. A tabela de vendas revela a força da adesão em momentos críticos, mas também o caráter transitório de parte da base consumidora, ainda não convertida em um coletivo de compradores corresponsáveis. A ausência de um tempo formativo institucionalizado, de reuniões deliberativas regulares e de estratégias de enraizamento simbólico do consumo, contribuiu para que a fidelidade dos consumidores se mantivesse frágil e intermitente.

No campo da organização interna, a análise do item sobre as questões administrativas desta fase revela uma tentativa deliberada de reorganização estrutural

do trabalho vinculado ao circuito. A proposta de pagamento de diárias e a criação de um sistema de repasse por meio de sobretaxas foram iniciativas que tensionaram profundamente o modelo organizativo anterior, pautado no voluntariado e na colaboração informal. A tentativa de profissionalização, articulada por membros do CCA, coloca em cena um dos embates mais significativos da fase: o conflito entre a informalidade solidária e a necessidade de formalização mínima para a continuidade da experiência.

A resistência por parte dos agricultores e da CCRA à ideia de que apenas alguns receberiam pelas tarefas administrativas, enquanto os demais seguiriam atuando voluntariamente, revela a ausência de um consenso mínimo sobre o que deveria ser valorizado como trabalho dentro do circuito.

Ainda que a proposta tenha sido aprovada em caráter experimental, a solução adotada - baseada em majoração de preços e doações voluntárias dos consumidores - revelou o grau de fragilidade das estratégias de sustentabilidade. Como mostram os dados apresentados na Tabela 6 (p.192), as doações destinadas à manutenção administrativa declinam ao longo de 2021, indicando que a reconfiguração simbólica do gesto solidário, antes vinculado exclusivamente à doação de alimentos, não encontrou o mesmo nível de adesão quando destinada ao pagamento de tarefas organizativas.

Este elemento reforça a tese de que os valores que sustentam experiências alternativas ainda se encontram em disputa nos sistemas emergentes, e que o enraizamento de práticas cooperativas exige mediações mais duradouras do que a simples adesão pontual a um ideal. Trata-se da possibilidade de mudanças culturais profundas, que se constroem de forma diluída e processual, ao longo do tempo necessário para sua maturação.

É nesse ponto que a Extensão Universitária como Mediação mostra seus limites e sua centralidade. Os extensionistas, sobrecarregados por tarefas operacionais, perderam capacidade de sustentar processos formativos, de articular a gestão com o planejamento e de fomentar a espaços para a afirmação da autonomia dos sujeitos envolvidos. A universidade permaneceu como eixo organizador, especialmente no uso do espaço físico e em parte da organização das planilhas, bem como no apoio aos movimentos incipientes de transição na produção dos agricultores que permitiram essa aproximação, mas deixou de cumprir plenamente seu papel pedagógico e político no cotidiano da comercialização.

A opção de não exercer tutela sobre os participantes, embora coerente com os princípios da extensão crítica, impediu que se construíssem mecanismos coletivos de enfrentamento aos impasses organizativos. O voluntarismo, nesse contexto, funcionou como forma de manutenção do circuito, mas também como obstáculo à sua consolidação.

A tentativa de uso da plataforma Cognito Forms, embora tecnicamente promissora, ilustra os desafios da inovação sociotécnica quando não acompanhada de recursos adequados, formação dos envolvidos e estrutura de apoio contínuo. A mudança da lógica de pedidos via planilhas no WhatsApp para um sistema digital autogerido encontrou resistência entre os consumidores/compradores, especialmente entre os que haviam se acostumado com o formato anterior, onde dificuldades de acesso e o domínio limitado da tecnologia dificultaram a operação nos novos moldes estabelecidos.

O resultado foi um aumento na sobrecarga dos extensionistas, que passaram a intermediar individualmente os pedidos e pagamentos dos que passavam dificuldades na transação, anulando o ganho de eficiência inicialmente esperado. O Cognito Forms, ainda que em versão paga, não resolveu os gargalos operacionais, o que demonstra que a introdução de tecnologias não é, por si só, capaz de resolver problemas organizativos. Ao contrário, quando não é acompanhada por reorganizações institucionais, pode inclusive acentuar desigualdades internas e provocar frustrações.

O mesmo se aplica à tentativa de uso do Instagram como canal de comunicação e fortalecimento simbólico da marca do circuito. Apesar do esforço inicial para revitalizar o perfil, com produção de conteúdo e divulgação de princípios, a página não se consolidou como meio ativo de mobilização. O número reduzido de publicações, a ausência de planejamento editorial e a falta de equipe dedicada resultaram em uma estratégia ineficaz, que não teve impacto perceptível nas vendas nem no engajamento dos consumidores.

Por fim, a análise dessas questões administrativas presentes na fase de reorganização, que tratam dos desafios logísticos e da saída progressiva da CCRA, reafirmam que os limites do circuito estavam cada vez mais vinculados à ausência de uma estrutura de gestão que fosse efetivamente partilhada. Os atrasos nas entregas, os problemas com refrigeração, as rupturas provocadas por eventos climáticos e a pressão sobre a BR-277 colocaram em xeque a capacidade do circuito de manter um padrão mínimo de regularidade.

A saída da CCRA, embora formalizada apenas em 2023, já se desenhava desde meados de 2021, com a intensificação dos desgastes operacionais e a percepção de desequilíbrio entre esforço e retorno. Essa saída, mais do que uma perda de volume, significou a retirada de um ator estruturante, cujas capacidades logísticas, volume de produtos e credibilidade vinham sustentando o circuito desde a fase inicial de instalação da atividade.

A análise da saída da CCRA também permite observar um processo de transição agroecológica relacional, em que a secundarização de uma certificação institucional – ante um grupo de compras estabelecido – é acompanhado pela ascensão de relações diretas de confiança e pertencimento territorial. Ao mesmo tempo, expõe os riscos de se projetar autonomia sem apoio técnico ou político, especialmente em circuitos onde a infraestrutura local ainda está em construção. Os agricultores locais e os agentes vinculados à Central de Cooperativas, apesar do crescimento nas vendas, não estavam plenamente preparados para assumir a centralidade da logística e da coordenação da expansão da atividade, o que gerou novos afastamentos e novas reconfigurações.

Em síntese, a fase de reorganização do circuito “Cestas Agroecológicas” confirma que transições institucionais e territoriais não se realizam de maneira linear, tampouco se sustentam apenas com boa vontade e solidariedade. Elas dependem de estrutura (comprovadamente de investimentos através de políticas públicas), tempo, formação e mecanismos de decisão coletiva.

Os dados empíricos desta fase demonstram que houve avanços relevantes – na territorialização, no protagonismo local, na diversificação de canais – mas também revelam os limites de um processo que, ao tentar se expandir, perdeu parte da sua base, da sua previsibilidade e da sua capacidade de mediação.

A saída da CCRA, a fragilidade da gestão, a informalidade persistente e a sobrecarga dos extensionistas e dos demais envolvidos no cotidiano das ações de bastidor, indicam que o circuito precisava de um novo modelo organizativo para seguir existindo. E esse novo modelo brota, justamente, da sementeira que havia sido realizada até este momento.

É a busca por esse novo modelo que marca a transição para a próxima etapa, que será analisada na seção seguinte, a qual nominamos como “Fase de construção da autonomia e estabilidade” do circuito, explicitada através do modelo de funcionamento adotado atualmente.

A fase de reorganização apresentou um cenário de transição marcado por avanços na territorialização e por instabilidades operacionais resultantes da tentativa de expansão. Como achados centrais, evidenciam-se o aumento da participação dos agricultores locais no volume de vendas, o tensionamento das práticas cooperativas diante da tentativa de profissionalização administrativa via produtores urbanos e os desafios da manutenção da confiança relacional em meio à fragilidade organizacional.

Os marcadores principais incluem a inclusão de Guaratuba como novo território, o uso experimental do Cognito Forms, a criação de diárias para atividades administrativas e o início do afastamento da CCRA de sua participação no circuito.

A extensão universitária, embora ainda atuante, revelou seus limites como mediadora solitária, ficando sobrecarregada e menos eficaz na mediação dos conflitos e na sustentação pedagógica do processo.

As transições agroecológicas tornaram-se mais visíveis nesse período, não como norma institucional, mas como movimento relacional pautado em pactos informais e reorganização das práticas produtivas locais, que asseguraram a continuidade da atividade mesmo em seu período de crise interna mais aguda. A reconfiguração do circuito intensificou-se com a oscilação da demanda, o que implicou ajustes logísticos, administrativos e simbólicos que permitiram a continuidade da experiência.

A fase está fortemente conectada aos objetivos da tese ao demonstrar os limites e contradições da construção de sistemas alimentares alternativos em contextos de informalidade, revelando que a permanência da experiência dependia de reorganizações mais profundas, cujos contornos emergiriam na fase seguinte.

6.3 FASE DA AUTONOMIA DOS PRODUTORES LOCAIS (2023 – ATUAL)

A transição para a Fase de construção da autonomia dos produtores locais do circuito “Cestas Agroecológicas” não se dá de forma planejada ou institucionalizada, mas como desdobramento direto das rupturas e impasses enfrentados no período anterior. O cenário de instabilidade instaurado pela saída progressiva da CCRA, somado ao desgaste organizativo que culminou em afastamentos e silenciamentos internos, parecia apontar para o encerramento definitivo das atividades.

O recesso previamente acordado para o final de 2022 - prática recorrente nos ciclos do circuito em 2020 e 2021 -, compreendido até então como uma pausa

estratégica, rapidamente assumiu contornos de descontinuidade. A ausência de perspectivas imediatas de reorganização, agravada pela percepção de esvaziamento do grupo, culminou com o comunicado formal de afastamento da CCRA logo no início de 2023.

É precisamente nesse contexto, marcado por incertezas e pela fragmentação da base de apoio, que emerge um novo movimento de reorganização do grupo, desta vez não mais induzido pela universidade ou por coletivos externos, mas gestado a partir da iniciativa autônoma de um agricultor local.

Esse agricultor, já integrado à dinâmica do circuito desde 2020 e mobilizado por um processo em curso de transição agroecológica em sua unidade produtiva, manifesta-se durante o recesso no grupo de gestão do final de 2022, preocupado com a situação e propondo retomar a atividade, ainda que de maneira reduzida e restrita inicialmente ao município de Matinhos.

Consciente de que sua produção individual - baseada em folhas verdes, temperos, leguminosas e ovos - não seria suficiente para sustentar a continuidade do circuito, o agricultor assumiu uma postura articuladora: buscou os colegas que haviam se afastado, reabriu o diálogo e propôs novos acordos. Nesse movimento, propôs-se a ser o elo entre os produtores e os consumidores/compradores, reativando parcerias que haviam sido abaladas tanto pelas tensões acumuladas no período anterior quanto pela saída da CCRA, que sustentava parte significativa do abastecimento e da logística até então.

Sua proposta reorganizadora incluiu: a coleta direta dos produtos nas propriedades dos demais produtores; o transporte até a universidade, utilizando veículo próprio; o uso de sua máquina de cartão para facilitar os pagamentos; e a montagem de uma pequena feirinha²⁹ local com produtos excedentes, estratégia já ensaiada em edições anteriores do circuito. Para custear os deslocamentos, estabeleceu com os demais produtores um acréscimo nos valores de venda, o qual,

²⁹ A “feirinha” surgiu da prática espontânea de um agricultor ao expor excedentes das cestas, tornando-se um espaço relacional e afetivo. Não se trata de uma feira tradicional, mas de uma inovação situada, que reforça os vínculos do circuito, valoriza o encontro direto e reafirma os princípios da agroecologia. Ela é movimento mais para “dentro” do circuito, do que a busca por um público externo. Portanto, difere de uma feira tradicional.

pactuado coletivamente, não visava lucro, mas sim viabilizar o funcionamento mínimo da estrutura logística.

Mais do que uma simples reorganização funcional, essa iniciativa materializa um gesto de resistência e resiliência territorial. O agricultor, ao mesmo tempo, evitou o encerramento do circuito, e reconfigurou seus fluxos com base em valores de reciprocidade e pertencimento. Sua ação inaugura uma nova fase em que a centralidade organizativa se desloca dos coletivos externos e da universidade para a base produtiva local, marcando uma inflexão importante no processo de reterritorialização da comercialização agroecológica.

Nesse novo arranjo, observa-se também a simplificação dos processos de gestão e de entrega, que marca uma ruptura consciente com a lógica tecnicista das plataformas digitais ou das planilhas eletrônicas adotadas em fases anteriores. O uso de sistemas mais complexos foi abandonado em favor de uma comunicação direta e relacional, centralizada no grupo de WhatsApp do circuito.

Nele, a lista de produtos é publicada periodicamente, e os consumidores/compradores registram suas encomendas diretamente nos comentários. Embora rudimentar do ponto de vista técnico, esse sistema reativa elementos centrais da fase de implantação - como a horizontalidade, a confiança mútua e a ação direta dos sujeitos -, agora ressignificados à luz da experiência acumulada e da maturação das relações entre os participantes.

Com o fim das restrições sanitárias impostas pela pandemia, o modelo de comercialização por cestas passou a ser reconfigurado em sua operacionalização prática. Ainda que os pedidos e os pagamentos continuem a ser realizados, majoritariamente, de forma antecipada - o que permite ao agricultor central estimar a demanda com antecedência e organizar a quinzena junto aos demais produtores -, cresce o número de consumidores/compradores que optam por adquirir seus itens diretamente no momento da entrega, na pequena feirinha realizada com os excedentes das encomendas.

Esse deslocamento reduz a pressão por um sistema logístico mais sofisticado, ao mesmo tempo em que preserva a previsibilidade necessária para manter os fluxos internos do circuito. A prática de comprar diretamente na feirinha, no entanto, não decorre de desconfiança em relação à qualidade dos produtos, como se verificou em outros momentos da trajetória do circuito, quando havia receio de "comprar sem ver", mas sim de um desejo crescente de vivenciar a experiência do encontro.

Segundo relatos espontâneos dos próprios consumidores/compradores, colhidos pelos extensionistas durante as edições do circuito, a presença na feirinha permite, além do contato direto com os agricultores, a partilha de um espaço afetivo, comunitário e festivo, em que a compra se associa a um sentimento de pertencimento. Como exemplo desta disposição, observe-se o que frequentemente relatam os participantes da atividade, com as frases: “adoro vir à feirinha”, ou ainda, “o cheiro das coisas é maravilhoso”.

Assim, a lógica da entrega também foi modificada. Ao chegar ao ponto de retirada, os consumidores encontram os produtos organizados em caixas plásticas por tipo de produto - como em uma feira: uma caixa de alfaces, outra de pepinos, outra de salsinha, cebolinha, e assim por diante. Cada pessoa recolhe, em sua própria sacola, os itens e a quantidade que havia previamente encomendado e se dirige a uma bancada, onde o agricultor verifica a lista de compras da semana, confirma a entrega dos produtos ou recebe o pagamento presencial daqueles que não haviam quitado antecipadamente.

Além disso, é comum que consumidores/compradores, no momento da retirada dos produtos, perguntem se há excedentes disponíveis para aquisição direta. Essa prática se tornou recorrente nos dias de entrega e revela uma dimensão importante da interação no espaço físico do circuito. Quando essa situação se apresenta, o agricultor responsável pela organização responde com leveza e bom humor, valendo-se de sua experiência em feiras livres para construir uma comunicação próxima e afetiva.

A frase: “por isso tem que pedir antes no grupo, pra não faltar”, consolidou-se como uma expressão emblemática da dinâmica relacional do circuito, operando como lembrete informal da lógica colaborativa que sustenta a iniciativa. Nesse sentido, ela não apenas reforça a importância dos pedidos antecipados para o bom funcionamento logístico, mas também simboliza a coprodução como prática cotidiana, reiterando que o circuito se mantém na medida em que todos - agricultores, produtores urbanos, consumidores/compradores e extensionistas - compartilham responsabilidades e valores comuns.

A Fase de construção da autonomia dos produtores locais do circuito “Cestas Agroecológicas”, marcada pela reorganização interna a partir da iniciativa dos agricultores locais, também trouxe consigo mudanças significativas no modo de funcionamento da atividade em comparação ao período pandêmico. Sem a pressão das medidas de distanciamento social e das urgências sanitárias que restringiam o

contato físico e impunham rigidez nos procedimentos, o circuito passou a operar de forma mais flexível, permitindo compras diretas no momento da entrega, atendimentos mais personalizados e a convivência entre consumidores/compradores e agricultores.

Essa reconfiguração, mais do que facilitar a logística, também reduziu a dependência dos pedidos antecipados, e ainda resgatou dimensões afetivas da experiência de compra, tornando a feirinha um espaço de encontro e socialização. Em contraste com a fase anterior, pautada por improvisações técnicas, sobrecarga organizativa e mediações conturbadas, a fase atual se estrutura em torno de relações presenciais novamente horizontais (como no início das atividades), nas quais a confiança e o pertencimento territorial operam como fundamentos renovados da coprodução agroalimentar.

Outra característica marcante da fase de consolidação do circuito, decorrente do encerramento do período pandêmico, foi o abandono definitivo da prática das doações vinculadas ao ato de compra. Com o fim das restrições sanitárias e a reorganização da logística da iniciativa, a estratégia anteriormente utilizada para captar recursos solidários, por meio da contribuição voluntária dos consumidores/compradores no momento da encomenda, deixou de fazer sentido no novo arranjo.

No entanto, isso não representou o fim das ações de solidariedade no circuito. De maneira espontânea e coerente com os princípios que estruturam a iniciativa, produtos frescos que chegam como excedentes – principalmente as folhas verdes que não são comercializadas ao longo da feirinha - passaram a ser distribuídos gratuitamente entre as trabalhadoras terceirizadas responsáveis pela limpeza da universidade.

Esse gesto, promovido diretamente pelo agricultor que hoje centraliza a organização do circuito, representa uma forma de reconfiguração simbólica da solidariedade: as ações de apoio social a quem enfrenta dificuldades cotidianas maiores com a crise econômica ainda em curso, não é mais mediada por planilhas ou por campanhas de arrecadação, mas é expressa no território das entregas, como reconhecimento sensível e político a quem também sustenta, dentro da chamada invisibilidade social, os espaços onde o circuito se realiza.

Retomando como os pedidos antecipados tem se organizado, a figura presente na página a seguir expõe um exemplo da forma com a qual os produtos passaram a

ser disponibilizados no grupo de compras, com base no arranjo atual implementado no início de 2023, e que segue vigente até o presente momento.

Essa lista é bem mais extensa do que o fragmento exposto na imagem representa, mas se organiza em torno de um núcleo central de ofertantes, que hoje é constituído por três eixos centrais: os agricultores locais, organizados na forma com que estamos descrevendo este tópico; o Sítios Brigitte e a COLIPA (detentores de certificação orgânica em seus produtos), que já foram apresentados no item 4.2.2 (p. 103); e os agricultores urbanos, desta vez menos vinculados ao CCA, e mais dispersos entre a comunidade em geral.

Figura 23 - FORMATO ATUAL DA LISTA DE PRODUTOS

ATENÇÃO - Feira será nessa QUARTA-FEIRA devido ao feriado.

Lista de produtos para retirada na **quarta, dia 30/04**, entre as 10:30 e 13:00 no portão da frente da UFPR Litoral - Tenda da Juçara!
Os pedidos podem ser feitos até às 16h de **terça, 29/04**.

Sítios Brigitte e Colipa
Encantada Yvy Kombucha
Idea Chás e Infusões
não estarão presentes nessa feira.

Aproveite e fortaleça a iniciativa dos produtores locais!

Produtos Ana /Marcelo 🌱
Pix: 41991288735
(Anatolia Zakalugem)
Pedidos podem ser feitos até quarta-feira às 16h

PRODUTOS DA PRODUÇÃO PRÓPRIA
EM TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA - SEM USO DE VENENO

Cebolinha: R\$ 1,50 - maço
Salsinha R\$ 2,00 - maço
Manjericão
R\$3,00-maço
alfavaca roxa R\$3,00- maço
nirá R\$5,00 maço
Batata doce R\$ 3,50(quilo)
Limão R\$3,00(pacote)
Caponata de berinjela R\$5,00(pote)
Pepino aaridoce R\$ 5.00(pote)

Doce de banana R\$5,00(pote)
Banana caturra verde R\$2,50(quilo)
Quiabo R\$4,00(pacote)
Haste de pupunha R\$12,00-unidade
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ENTORNO
*ENTREGUES POR ANA/MARCELO
Leite Fresco: R\$ 12,00 – PET 2L – produção do sr. Gilmar
Produção com base em aipim
produção de Beth e João (congelados)
Nhoque de aipim R\$ 13,00 – bandeja
Coxinha de aipim com recheio de frango R\$: 7,00 - unidade
Coxinha de aipim com recheio de frango e palmito R\$: 7,00 - unidade
Coxinha de aipim com recheio de carne R\$: 7,00 - unidade
Coxinha de aipim com recheio de carne com palmito R\$: 7,00 – unidade
Produção Convencional da Agricultura Familiar do Entorno
Cenoura R\$ 3,00 – pacote - Produção do Sr. Odair dos Santos
Repolho R\$: 4,00-unidade
Beterraba R\$3,00-pacote
Tomate R\$ 9,00-quilo
Ovos vermelho R\$ 15,00 dúzia 🍳 – outros produtores
*Produção de Pupunha beneficiada-Produção do Sr. Breda
Conserva de palmito R\$:16,00 vidro
Lâmina de palmito R\$:10,00

Fonte: grupo de compras no WhatsApp (2025).

A lista, composta por produtos e ofertantes variados, é organizada normalmente no domingo que antecede a quinta-feira em que ocorrem as entregas quinzenais. Nesse dia, no grupo de gestão, cada produtor participante publica sua lista de oferta individual para o período, com base em sua disponibilidade, sazonalidade e planejamento interno. Essa dinâmica não obriga a todos os participantes do grupo a realizarem as ofertas quinzenais de forma ininterrupta. Há um grupo central, conforme mencionado anteriormente, que sustenta a oferta, e, esse sim, se compromete a participar do máximo de edições possíveis. Já os demais, comercializam os alimentos de acordo com o andamento de suas produções. A figura a seguir apresenta como a lista geral é montada:

Figura 24 - ORGANIZAÇÃO DAS LISTAS QUINZENAIS

Pão da Ana
Oi pessoal, boa noite!
Estava pensando aqui, uma vez que o dia da feira será adiantado p quarta-feira, se poderíamos nos adiantar tbém com a postagem da lista para amanhã.
Talvez até facilite para os clientes fazerem suas encomendas no domingo por ser um dia mais tranquilo.
Nesse caso, todos precisariam mandar suas listas amanhã de manhã p dar tempo de unir numa lista só e postar no grupo de vendas.
O que vcs acham?

Vijay
Bom dia. Vou deixar aqui a minha postagem do produto então, daí já começamos a esquematizar a lista para lançar no grupo das compras

Vegano Tofu
• Tofu peça - 0,300 kg
R\$15,00
Produção artesanal. Sem lactose
(Leite de soja, talhado com cloreto de magnésio. Embalado à vácuo. Validade de 3 semanas)

Pamela Agroecologa
boa tarde
ENCANTADA YVY
kombucha artesanal
@encantada.yvy
PIX: (Pamela Machado)
• kombucha detox: chá verde, hibisco e abacaxi
R\$ 15,00 (275ml)

COLIPA - Cooperativa de produtores agroecológicos - Morretes - Produtos agroecológicos, orgânicos, agroflorestais e ecológicos
PIX: [Redacted]
👉 = produto feito em Morretes
✅ = produto sem glúten e lactose
Mercearia
• Açúcar mascavo orgânico 500g - Camponeses: 7,00
• Açúcar mascavo orgânico 1kg - Camponeses: 12,00
• Açúcar cristal orgânico 1kg - Native: 10,00
• Açúcar demerara orgânico 1kg - Native: 10,00
• Café moído agroecológico 500g - Diamante da Chapada: 47,00
• Café em grãos agroecológico 500g - Diamante da Chapada: 52,00
• Arroz polido orgânico 1kg - Terra Livre: 14,00
• Arroz parboilizado orgânico 1kg - Terra Livre: 13,00
• Arroz integral orgânico à vácuo 1kg - Terra Livre: 15,00
• Feijão preto orgânico 1kg - Gebana: 17,00
• Erva mate agroflorestal 500g - Apuã: 23,00
• Erva mate agroflorestal 250g - Apuã: 16,00
• Chá mate tostado agroflorestal 250g - Apuã: 16,00
• Conserva de azeitona do Ceilão 600g - Tia Dirce: 30,00
• Chips de banana 100g (salgado/doce) - Sítio dos Indaiás: 8,00
Doces, geleias e compotas
• Geleia agroecológica 250g (frutas vermelhas, lulo, carambola, goiaba, jabuticaba, banana) - Tia Dirce: 18,00
ATENÇÃO
ENTREGA ESPECIAL - Nesta semana a UFPR é a sede do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). Logo, a entrega será realizada nesta **quarta-feira 16/04**, antes do feriado. Os pedidos podem ser feitos até terça-feira dia 15/04, às 17h, e a entrega será realizada das 10h00 e as 13h00. Boas compras!
Vegano Tofu
• Tofu peça - 0,300 kg
R\$15,00
Produção artesanal. Sem lactose
(Leite de soja, talhado com cloreto de magnésio. Embalado à vácuo. Validade de 3 semanas)
PIX: [Redacted] (Vitor H L Marcatto, Nubank)
*** OURO DA TERRA FITOTERÁPICOS ***
Produtos 100% naturais, feitos com amor e ingredientes locais!
OFERTA EXCLUSIVA PARA O GRUPO!
Sérum Clareador
-R\$-99,99- → ***R\$ 35,9***...[Ler mais](#)

Fonte: Grupo AlteragroGestão (2025).

Como se percebe com a imagem acima, cada lista individual, postada espontaneamente ao longo do domingo no grupo de gestão, contém a relação de produtos disponíveis, suas respectivas características (modo de produção, forma de embalagem, se são veganos, orgânicos, processados ou in natura), os valores unitários e, por fim, os dados para pagamento via Pix de cada um dos ofertantes.

Ao final da sequência de postagens, consolida-se uma lista geral - no exemplo, localizada à direita, na parte inferior da imagem - que organiza todas as ofertas da quinzena em um único quadro, facilitando a visualização e a seleção por parte dos

consumidores/compradores. Antes da relação de produtos e produtores, há uma pequena seção de apresentação da quinzena, que organiza dias e horários de entrega, além de comportar também alguma informação importante ao processo, como a eventual adesão de novos produtores, ou a alteração do dia habitual da atividade, que pode ser ocasionada por feriados ou fatores similares.

Uma vez pronta, a lista segue para o grupo de vendas, ainda no domingo, geralmente à noite, e fica aberta para efetivação das encomendas até a quarta-feira subsequente.

Cabe destacar que os pagamentos ocorrem, em sua maioria, de forma descentralizada. Cada produtor, ao disponibilizar sua lista, também informa sua chave Pix e recebe diretamente os valores correspondentes às suas vendas, conforme elas vão se consolidando no grupo de compras. A única exceção a esse modelo é a dos agricultores locais da PR-508, cujos pagamentos continuam sendo centralizados na conta do agricultor responsável pela logística e reorganização do circuito, conforme já descrito anteriormente.

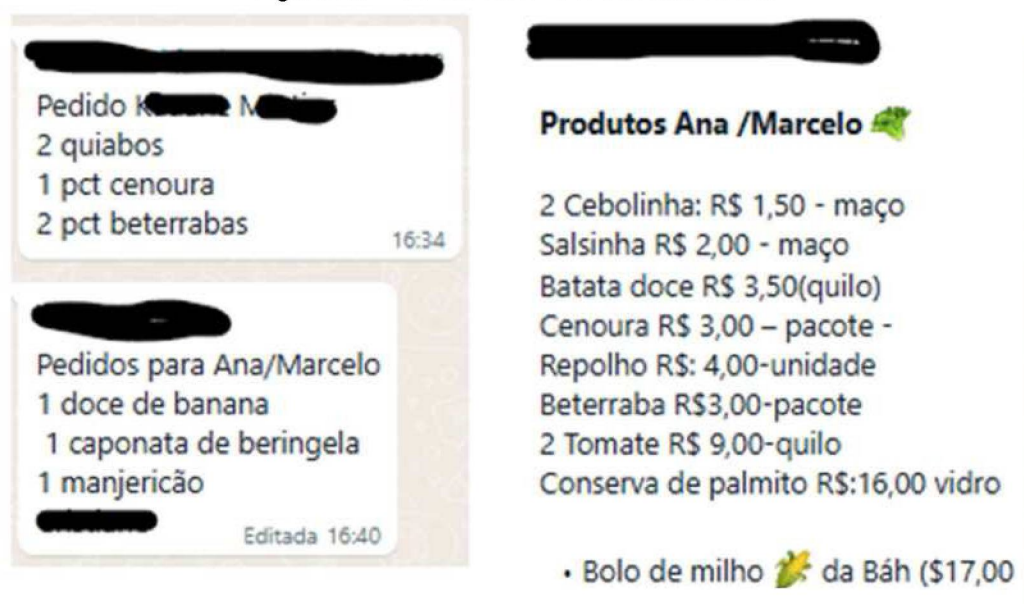
Essa distinção, longe de representar uma fragilidade, evidencia uma adaptação operacional bem-sucedida à informalidade estruturada do grupo. A descentralização dos repasses, possível graças à autonomia dos produtores e à confiabilidade construída com os consumidores/compradores, funciona sem ruídos ou sobressaltos, revelando o amadurecimento relacional e organizativo do circuito nesta fase.

A lógica colaborativa que sustenta essa prática, ainda que não formalizada institucionalmente, demonstra que a remodelagem da comercialização, agora orientada por princípios de confiança, autorresponsabilidade e clareza nos acordos, se consolidou como elemento estabilizador do arranjo atual.

A transparência desse sistema é inquestionável, afinal, todos os ofertantes de produtos estão no grupo de compras, e por lá conseguem acompanhar, sem maiores esforços, as encomendas que são realizadas a partir de suas ofertas. Mesmo os produtores representados pelo agricultor central deste novo modelo, acompanham o grupo de compras, o que aumenta a confiabilidade quando recebem as encomendas sistematizadas pelo parceiro, que irá buscar os alimentos em suas unidades produtivas, no mesmo dia em que as compras são entregues na universidade.

Já a forma com que as encomendas são realizadas no grupo de compras, segue o modelo indicado nas figuras a seguir:

Figura 25 - EXEMPLOS DE ENCOMENDAS



Fonte: Grupo Cestas Agroec Matinhos (2025)

Embora os pedidos não sejam tão claros, os agricultores e demais produtores os “decifram” sem maiores problemas, mesmo quando não tem identificação de quantidades, ou de qual ofertante é o produto a que o consumidor/comprador se refere. Muitos dos consumidores/compradores enviam, abaixo do pedido, os comprovantes de pagamento no próprio grupo de comercialização. Outros enviam esse documento através do contato privado do agricultor ou dos demais produtores. E há ainda aqueles que, com o estreitamento ainda maior de relações que esse modelo atual oferece, fazem o pagamento de forma direta, no ato da retirada das compras.

Sobre o volume financeiro das comercializações desta fase, parece ser conveniente apresentar um recorte amostral que exemplifique como o circuito tem se comportado quanto ao volume de vendas que realiza atualmente, inclusive para que se possa comparar a fase atual com as fases anteriores. Neste sentido cabe apontar que, considerando as entregas das primeiras quinzenas dos meses de junho, julho e agosto de 2024, o quadro de vendas se mostra relativamente estável, considerando a tabela a seguir:

Tabela 7 - AMOSTRA DOS RESULTADOS FINANCEIROS (2024)

Data	Vendas Locais (Agricultores Locais + Produtores Urbanos)	Sítios Brigitte + COLIPA	Total Geral
13/06/2024	R\$ 1.553,00	R\$ 468,00	R\$ 2.021,00
11/07/2024	R\$ 2.362,50	R\$ 843,00	R\$ 3.205,50
08/08/2024	R\$ 2.442,00	R\$ 545,00	R\$ 2.987,00

Fonte: o autor (2025)

É importante lembrar que as vendas diretas na feirinha não estão computadas nestes dados, e, segundo o relato do agricultor que centraliza a atividade, elas correspondem a 40% do valor global, em média. Também é importante perceber que o volume global de compras opera em totais acumulados menores do que o eram quando a CCRA participava da atividade.

Embora a análise quantitativa desta fase contemple apenas três edições quinzenais detalhadas, os dados sistematizados oferecem uma amostra representativa da dinâmica observada desde o início de 2023. O padrão de participação entre os polos produtores (agricultores e produtores locais, de um lado, e os grupos certificados, de outro) apresenta relativa estabilidade desde a implementação do novo modelo, sem oscilações abruptas, crescimentos pontuais expressivos ou quedas significativas. Tal constância sugere a consolidação de um novo arranjo sociotécnico e comercial no interior do circuito, marcado por fluxos mais previsíveis e pela manutenção de relações construídas ao longo do tempo.

Mais do que a exposição dos números em si, a própria fala dos agricultores e produtores expõe que essa estabilidade de proporção de vendas entre os polos produtores, está estável desde a nova reconfiguração.

A análise dos gráficos em pizza, mais uma vez, ajuda a visualizar como essa questão se desenvolveu ao longo da trajetória do circuito:

Gráfico 5 - COMPAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ENTRE AS FASES: CCRA X LOCAIS



Fonte: o autor (2025)

Na fase de implantação, a CCRA (produtos certificados) concentrou 73,2% da receita média mensal, enquanto os agricultores locais (produtos sem certificação) representavam 26,8% do volume comercializado. A central cooperativa, dotada de maior capacidade logística, infraestrutura e diversidade produtiva, desempenhou papel estruturante para viabilizar o arranjo emergencial em um contexto de crise pandêmica aguda.

Na fase de reorganização, já se nota uma inflexão: a participação da CCRA caiu para 55,5%, enquanto os agricultores e produtores locais ampliaram sua média para 44,5%. Esse movimento indicava um fortalecimento da base produtiva local, embora ainda sob mediação da central e em contexto de fragilidade organizativa.

Na Fase de construção da autonomia dos produtores locais (com amostragem em 2024, mas num movimento constante e estável, segundo os participantes), o cenário se inverte de forma significativa. Os agricultores e produtores locais passaram a responder por 78,9% das vendas, enquanto Sítios Brigitte e COLIPA, produtores certificados, representaram apenas 21,1%. Essa transição aponta para a autonomia operacional da base territorial e para a crescente valorização das relações de confiança e pertencimento como dispositivos de fidelização.

Tal transição confirma o processo de reterritorialização do circuito e o protagonismo assumido pelos agricultores locais no redesenho dos fluxos. Além disso, os dados sustentam a proposição de que os sistemas alimentares alternativos podem se fortalecer mesmo sem a certificação formal, desde que pautados por vínculos relacionais sólidos, transparência nos processos e reconhecimento social do valor da produção.

Quanto ao volume global de vendas, no todo, a situação atual pode ser explicada por uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, a ausência da CCRA, que aportava volume expressivo e regularidade na oferta de produtos oriundos de diversos assentamentos, reconfigurou significativamente a escala de abastecimento do circuito. A descentralização do fornecimento, agora concentrado em produtores locais e urbanos com menor capacidade produtiva agregada, implica uma redução natural nos valores absolutos comercializados, tanto quanto um maior percentual, dentro deste valor, sob a responsabilidade da agricultura local.

Em segundo lugar, a reestruturação logística e a simplificação dos processos de compra - ainda que mais adequadas ao momento atual - não foram acompanhadas por estratégias de ampliação da base consumidora. O grupo de

consumidores/compradores mantém-se relativamente estável, o que limita a expansão do montante financeiro global, ao mesmo tempo que estabiliza as escolhas dos consumidores/compradores presentes, embasadas em hábitos de consumo que estão se construindo já há cinco anos, de forma ininterrupta (ainda que com sobressaltos).

Por fim, o próprio modelo relacional que sustenta a fase atual da iniciativa, marcado pela flexibilidade e pela espontaneidade das compras realizadas na feirinha, favorece a informalidade e dificulta o registro sistemático das transações. Isso contribui para a subnotificação de uma parte relevante da movimentação econômica do circuito, o que pode gerar variações nas porcentagens entre produtos com ou sem certificação, ainda que provavelmente insuficientes para alterar significativamente o quadro analisado, já que os produtos certificados também são vendidos nesse formato de comercialização improvisada.

A estimativa de que as vendas diretas *in loco* e sem terem sido realizadas de forma antecipada, correspondam, em média, a 40% do total financeiro da movimentação indica que os dados sistematizados nas tabelas, embora fundamentais para a análise, ainda não capturam a totalidade da experiência, revelando a complexidade de se mensurar circuitos de base solidária e territorializada em sua plenitude.

Os elementos que compõem essa análise extrapolam a mera relação com a tecnologia de coleta dos dados: eles envolvem dinâmicas de confiança, pertencimento, reciprocidade e imprevisto que são difíceis de traduzir em métricas convencionais.

Trata-se de um campo em que a materialidade das transações coexiste com aspectos simbólicos que configuram o circuito não apenas como um espaço de troca econômica, mas como um território de sociabilidade em constante reconfiguração. Assim, a ausência de registro sistemático das vendas realizadas na feirinha não representa uma lacuna técnica, mas uma evidência de que a mensuração objetiva não é suficiente para captar a densidade relacional da experiência, o que é, aparentemente, característica marcante dos sistemas alimentares alternativos de base local.

Ainda assim, considerando as ressalvas apresentadas, a sistematização dos dados presentes na Tabela 7 (p.229) permitiu visualizar, em bases financeiras, a reorganização dos fluxos de comercialização na fase atual do circuito.

Nessa Fase de construção da autonomia dos produtores locais, a divisão entre produtores certificados (Sítios Brigitte e COLIPA) e não certificados (agricultores locais e produtores urbanos) revela não apenas uma alteração na composição das vendas,

mas também uma reconfiguração dos sentidos atribuídos à qualidade e à legitimidade dos alimentos comercializados.

A leitura atenta dos dados revela que os produtores não certificados têm ocupado, de forma consistente, a centralidade econômica da iniciativa. Essa posição, longe de se restringir ao volume de vendas, expressa uma mudança significativa no modo como os consumidores/compradores passaram a compreender e valorizar os vínculos territoriais e os modos de produção situados.

A confiança construída ao longo do tempo, mediada pelas interações presenciais, pelas entregas diretas e pelo reconhecimento das trajetórias dos agricultores locais, passou a operar como critério relacional de validação da produção, relativizando o peso simbólico da certificação formal.

Esse deslocamento se alinha ao que tem sido observado em outros circuitos curtos de comercialização, que conforme apontado nas experiências presentes em Darolt e Rover (2021) são, principalmente: a valorização da proximidade, da transparência e do compromisso ético dos produtores locais, o que se sobrepõe, em vários casos presentes na literatura apontada, à chancela institucional da produção orgânica certificada.

Como visto na análise da fase de reorganização, a construção da confiança nos laços diretos entre produtores e consumidores/compradores se tornou um dos pilares estruturantes da dinâmica comercial do grupo - e essa tendência se intensifica na fase atual. Ao mesmo tempo, a permanência dos grupos certificados, representados agora por Sítios Brigitte e COLIPA, assegura diversidade de produtos, continuidade de oferta em categorias específicas (como agroindústria ou mercearia) e manutenção de uma referência externa de alta qualidade, o que contribui para fortalecer o ecossistema agroalimentar em construção.

Essa composição híbrida atual do circuito, com predomínio quantitativo dos alimentos não certificados e participação qualificada dos certificados, ilustra bem o tipo de transição agroecológica situada que esta tese se propôs a investigar: um processo não linear, relacional, permeado por arranjos adaptativos e tensionado por diferentes lógicas de validação, pertencimento e cooperação.

Em suma, os dados da Tabela 7 (p.229) materializam, em termos quantitativos, a consolidação de uma nova fase do circuito, que opera com menor dependência de atores externos, maior autonomia organizativa e crescente capacidade de sustentação

a partir dos vínculos sociais e das estratégias construídas coletivamente ao longo da trajetória analisada.

Nesse novo arranjo, também é importante observar como a extensão universitária deixa de ocupar a centralidade nos fluxos operacionais do circuito e passa a atuar como elemento agregador e facilitador de articulações. Sua principal função torna-se a de mediar a comunicação nos grupos de WhatsApp - tanto no grupo de compras quanto no de gestão - contribuindo para o fortalecimento dos vínculos entre agricultores, produtores urbanos e consumidores, sem, no entanto, assumir protagonismo direto na organização logística ou financeira.

Ainda assim, permanece sob responsabilidade dos extensionistas a avaliação de possibilidades estratégicas de inserção, a proposição de eventos pontuais, o atendimento a demandas emergenciais dos agricultores (especialmente no que tange à produção e comercialização), e a mediação de conflitos ou trâmites relacionados ao uso dos espaços da Universidade. Também cabe à extensão promover pontes institucionais entre o circuito e outros projetos da UFPR, visando à ampliação do apoio técnico e formativo à iniciativa.

Outro papel relevante da extensão no momento atual é o de articular a aproximação de pesquisadores e estudantes, incentivando o desenvolvimento de estudos que contribuam para o aprimoramento dos processos e para a sustentabilidade do circuito diante das recorrentes dificuldades enfrentadas.

Nesse sentido, destacam-se produções acadêmicas já consolidadas, como a tese de Maria Wanda de Alencar Ramos (2022), construída, em partes, com a interlocução com o circuito, e a dissertação de Geisiane Caldeira (2024), que analisa a experiência a partir da perspectiva dos consumidores/compradores.

Há, ainda, outras iniciativas acadêmicas em curso que tomam o circuito como objeto de investigação ou de atividade extensionista, abrangendo desde o fortalecimento de práticas agroecológicas até o reconhecimento simbólico e a valorização identitária dos agricultores envolvidos.

Destacam-se, nesse conjunto, as ações das Interações Culturais e Humanísticas³⁰, que aproximam estudantes da graduação da realidade do circuito,

³⁰ As Interações Culturais e Humanísticas (ICHs) da UFPR Litoral são um componente curricular obrigatório e característico do projeto pedagógico da universidade, concebido como parte de sua proposta de formação interdisciplinar, crítica e comprometida com o território. Elas têm como eixo estruturante o contato direto com comunidades, grupos sociais, escolas, movimentos sociais e demais

bem como um número significativo de trabalhos de conclusão de curso (TCCs) inspirados nas práticas observadas, o que atesta a vitalidade do circuito como espaço formativo e de produção de conhecimento situado.

Com base nas evidências apresentadas até aqui, daquilo que parece ser mais central na fase que acabamos de descrever, percebe-se que a consolidação e a estabilidade atual do circuito representam mais que uma continuidade funcional da experiência, se tornando a expressão de um novo arranjo sociotécnico e político, sustentado pela repactuação de vínculos de confiança, novas estratégias territoriais autônomas e um outro modelo de comercialização relacional, diferente do que era aplicado nas fases anteriores.

As tensões acumuladas ao longo da fase inicial e a tentativa de ampliação territorial e funcional da experiência sinalizam a entrada em um novo momento. Esse período, de continuidade incerta, será examinado em sua complexidade organizativa. A seguir, passa-se à análise da fase de reorganização do circuito, com ênfase nos ajustes, impasses e redefinições ocorridas entre 2021 e 2022.

6.3.1 ANÁLISE DA FASE DA AUTONOMIA DOS PRODUTORES LOCAIS

A Fase de construção da autonomia dos produtores locais do circuito “Cestas Agroecológicas” inaugura um novo ciclo organizativo que, embora mantenha elementos das etapas anteriores, apresenta uma alteração significativa em sua lógica de funcionamento, em sua base estrutural e nas formas de coordenação e pertencimento.

A mudança mais expressiva é, sem dúvida, o deslocamento da centralidade da universidade e da CCRA para os agricultores locais e produtores urbanos, o que configura uma reterritorialização da governança do circuito, agora ancorada nas capacidades organizativas e logísticas de um pequeno núcleo produtivo articulado a partir da iniciativa individual de um agricultor que já integrava o circuito, discretamente, desde 2020.

Diferente da fase de implantação, marcada pela mediação intensa da universidade e pela presença estruturante da CCRA, e da fase de reorganização, caracterizada pela tentativa tensionada de expansão e consolidação com bases

sujeitos locais, a partir de práticas culturais, pesquisa de campo, intervenções artísticas, ações educativas, oficinas, entre outras (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 2008).

frágeis, a fase atual é regida pela simplificação dos fluxos, pela realocização das decisões e pela reafirmação de relações de confiança entre os participantes. A resposta às adversidades do período anterior não se deu por uma ampliação institucionalizada, mas por uma contração estratégica da escala territorial – “até onde as pernas alcançam”, como diz o agricultor protagonista dessa nova fase - e pela resignificação dos vínculos entre produção, logística e consumo.

Nesse sentido, é possível afirmar que esta fase sintetiza, ao mesmo tempo, os aprendizados e os limites acumulados nas fases anteriores. A sobrecarga da extensão, a frustração com tecnologias inadequadas, as tensões em torno da gestão das diárias e a saída da CCRA como fornecedora principal reconfiguraram o cenário de forma incontornável, forçando uma reorganização centrada em lógicas mais enxutas, baseadas na autonomia operativa e na responsabilização direta dos sujeitos locais.

Essa transformação não é isenta de riscos ou fragilidades, mas representa uma transição real na governança do circuito, que passa a ser sustentado, principalmente, pelas relações já consolidadas ao longo do tempo e pelas capacidades autogestionárias dos envolvidos, onde os acordos são mais simples e diretos.

A nova dinâmica de funcionamento, organizada com pedidos feitos diretamente via WhatsApp, entregas quinzenais centralizadas na UFPR Litoral, coleta autônoma dos produtos pelos consumidores e comercialização simultânea por feirinha, representa, de fato, uma inovação sociotécnica relacional, ajustada à realidade de recursos disponíveis e às rotinas dos agricultores, considerando que o circuito curto, de fato, já estava enraizado material e simbolicamente entre os atores sociais envolvidos, permitindo seu novo rearranjo com base nessa trajetória já consolidada.

Embora mantenha traços de ampliação da informalidade organizacional, a configuração atual não deve ser interpretada como um retrocesso, mas como um avanço em termos de coerência entre meios e fins, viabilizando a continuidade da experiência com maior estabilidade e menor sobrecarga.

Além disso, esse novo modelo vem acompanhado de um movimento simbólico relevante: o fortalecimento da confiança relacional como critério de legitimidade do alimento, superando a dependência de certificações externas. Os produtos certificados, presentes no circuito por meio do Sítios Brigitte e da COLIPA, não ocupam mais a centralidade na comercialização. A sistematização dos dados mais recentes (Tabela 7, p. 229) evidencia que a maior parte das vendas está concentrada nos agricultores e produtores urbanos não certificados, indicando uma transição na base

de confiabilidade: da chancela institucional para o reconhecimento territorial, da norma oficial para a experiência partilhada.

Esse deslocamento sustenta empiricamente, de forma direta, um dos objetivos específicos proposto na tese: analisar comparativamente a construção da confiança relacional nos produtos ofertados pelo circuito e os alimentos com certificação formal, a partir do resultado das vendas.

A consolidação da presença dos agricultores locais como agentes centrais da experiência expressa também um avanço na reconfiguração do território em que o circuito se desenvolve. O protagonismo do agricultor que assume a logística e articula os demais produtores revela que o circuito, além de sobreviver à crise da reorganização, soube ainda reencontrar, em sua base comunitária, as forças necessárias para uma reestruturação durável.

Esse movimento é visível tanto na continuidade dos fluxos como na ampliação das práticas solidárias, como a doação dos alimentos excedentes, frescos, às trabalhadoras terceirizadas da universidade – gesto que reinventa o sentido da solidariedade no circuito, antes ancorado nas doações financeiras e agora materializado em práticas diretas de redistribuição.

Outro elemento relevante é a constatação de que, embora os dados sistematizados nesta fase reflitam apenas uma parte da movimentação financeira total, a estimativa de que cerca de 40% do valor das vendas seja realizado diretamente na feirinha aponta para uma complexificação crescente dos modos de compra e para a dificuldade de quantificar integralmente os efeitos econômicos de experiências territorializadas. Como afirmado na conclusão descritiva da seção anterior, a informalidade do modelo atual dificulta os registros sistemáticos, mas também favorece formas de interação direta que sustentam a perenidade das relações comerciais e afetivas no grupo.

Essa constatação é fundamental para qualificar a reação ao sistema hegemônico observada nesta fase. A comparação entre a centralidade anterior da CCRA (oficialmente certificada, ou seja, que mesmo como um processo de resistência é uma iniciativa aceita e normatizada pelo sistema dominante) e a atual prevalência dos produtores locais revela uma autonomia crescente frente às estruturas institucionais convencionais de fornecimento.

Ainda que os volumes totais de vendas tenham diminuído em relação à fase em que a CCRA integrava o circuito, o padrão atual apresenta estabilidade, previsibilidade

e baixa rotatividade, fatores que contribuem para a sustentabilidade de longo prazo da experiência e que estabelecem a solidez necessária para, com um eventual planejamento de futuro que possa ser realizado com mais folego, expandir a atuação do grupo de forma mais organizada, caso os atores sociais envolvidos expressem essa ambição.

A extensão universitária, por sua vez, embora permaneça presente, deixa de atuar como protagonista das decisões operacionais e assume uma posição de apoio que pode se tornar mais qualificado. Sua função atual, mais voltada à mediação simbólica e à conexão com estudantes e pesquisadores, reforça o papel da universidade como espaço de coprodução de conhecimento e de fomento à autonomia local. Destacam-se, nesse sentido, as múltiplas produções acadêmicas que surgiram a partir do circuito e as ações de Interações Culturais e Humanísticas, que testemunham a potência formativa da experiência, mesmo em seu formato mais simplificado. O novo papel da extensão em relação ao circuito, fortalece também o conceito de fazer acadêmico defendido pela modalidade de extensão crítica da qual essa pesquisa pretendeu se aproximar, numa visão onde ensino, pesquisa e extensão são imbricados um no outro e, ao se produzir um desses aspectos, necessariamente se movimentam os demais.

Por fim, a análise da fase de consolidação confirma, em consonância com os objetivos gerais e específicos da pesquisa, que o circuito “Cestas Agroecológicas” segue se configurando como um sistema alimentar alternativo. Ainda que com limitações materiais e estruturais, ele se sustenta na reinvenção cotidiana de práticas, na valorização da produção local, na construção relacional da confiança e na resiliência de sujeitos que, mesmo sem grandes apoios externos, seguem movendo a experiência.

Os movimentos de transição agroecológica, nesta fase, deixam de ser uma diretriz imposta para se tornarem um horizonte prático e ético em construção, em que os saberes situados e os vínculos afetivos substituem - ou ao menos relativizam - os dispositivos formais de legitimação das práticas produtivas e comerciais que, evidentemente, estão em transformação.

O que se consolida, portanto, é uma forma alternativa de produzir, circular e consumir alimentos, ancorada em relações territoriais vivas, em experimentações contínuas e em um projeto político que, mesmo com seus limites, aponta para a

mudanças estruturais importantes, ainda que incipientes, das bases da alimentação e da convivência no território rural onde a produção acontece.

Nessa terceira fase, que segue até a atualidade, já durando quase 30 meses, observa-se uma inflexão estratégica: a centralidade organizativa se desloca da universidade e da CCRA para um núcleo de agricultores locais, configurando um novo ciclo de autonomia e estabilidade baseado na responsabilização direta dos sujeitos do território.

Os principais achados incluem a consolidação de uma governança relacional ancorada na confiança, a simplificação dos processos de compra e entrega, o predomínio da produção não certificada e a resignificação da feirinha como espaço simbólico de convivência.

Como marcadores, destacam-se o afastamento definitivo da CCRA, a adoção de listas via WhatsApp, a reorganização da logística sob liderança local e a estabilização da participação dos produtores urbanos e certificados como coadjuvantes no arranjo.

A transição agroecológica adquire contornos mais autônomos e éticos, orientada por vínculos afetivos e reconhecimento simbólico, enquanto a reconfiguração do circuito consolida a territorialidade relacional como fundamento da continuidade.

A extensão universitária passa a ocupar papel periférico e estratégico, priorizando mediações simbólicas e produções acadêmicas derivadas da experiência.

Esta fase contribui diretamente para responder aos objetivos específicos da tese, ao evidenciar a possibilidade de uma gestão autônoma e viável e a constituição de uma alternativa territorial e relacional ao sistema agroalimentar hegemônico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três fases do circuito “Cestas Agroecológicas” revelam, em conjunto, um percurso não linear, marcado por rupturas, reorganizações e aprendizados progressivos, cuja análise permite compreender os deslocamentos produzidos na construção de um sistema alimentar alternativo territorializado.

A implantação evidenciou a potência das mediações extensionistas e a ativação emergencial de vínculos; a reorganização escancarou os limites da informalidade e os conflitos diante da tentativa de expansão e de profissionalização; e a fase de construção da autonomia dos produtores locais firmou-se como reinvenção relacional do circuito, ancorada na liderança local, na simplificação dos fluxos e na valorização da confiança direta entre sujeitos.

As cinco categorias analíticas relacionais empregadas, atravessam todas as fases, não como marcadores rígidos, mas como lentes que revelam os sentidos em disputa. Com base nesse percurso, a tese demonstra que a construção de sistemas alimentares alternativos exige mais do que inovações técnicas ou resistência política, mas principalmente a capacidade de sustentar vínculos, reorganizar práticas e produzir sentidos compartilhados de pertencimento territorial e alimentar.

Assim, pensando sobre a pergunta da pesquisa, é possível afirmar que a experiência do circuito “Cestas Agroecológicas” configura-se como uma prática territorializada de reorganização do sistema agroalimentar em escala local. Longe de se restringir a uma modalidade comercial alternativa, o circuito produziu transformações significativas nas formas de produzir, circular e consumir alimentos, instituindo arranjos sociotécnicos e simbólicos orientados por vínculos de confiança, reconhecimento mútuo e autonomia coletiva.

As lógicas dominantes - de padronização, verticalização, intermediação e certificação - foram tensionadas por práticas baseadas na proximidade, na escuta e na corresponsabilidade entre os sujeitos. Ainda que marcado por instabilidades e não constituído como sistema alimentar pleno, o circuito instaurou um campo de possibilidades, no qual a cooperação e a resistência cotidiana operaram como vetores de transformação socioterritorial.

Dialogando com os objetivos específicos da tese, é possível afirmar que a iniciativa se configura como uma prática territorializada de reorganização do sistema agroalimentar em escala local. A análise dos dados permite afirmar que a transição agroecológica, no contexto do circuito “Cestas Agroecológicas”, não está se

movimentando por substituições técnicas imediatas, mas por deslocamentos simbólicos, políticos e relacionais.

A convivência entre diferentes modelos produtivos - do convencional ao agroecológico - gerou tensão e, ao mesmo tempo, aprendizado coletivo. O circuito tornou-se espaço de negociação de sentidos, em que as noções de qualidade, segurança e legitimidade do alimento foram sendo reconfiguradas a partir da proximidade entre os sujeitos e do reconhecimento mútuo de suas trajetórias.

Os debates sobre critérios de avaliação sobre os alimentos ofertados e das práticas que envolvem sua produção, a escuta aos atores locais e a valorização de modos de cultivo não certificados, mas comprometidos com o território e com os arranjos sociais locais, revelam que a transição foi experienciada como construção processual e situada.

Os movimentos de transição expressaram-se também por transformações pontuais nas unidades produtivas, com experimentações motivadas pelo diálogo com os consumidores e pela mediação da universidade. O ajuste de práticas de manejo e a indução de mudanças, como no caso da produção de ovos e do tomate, indicam movimentações concretas, ainda que parciais, rumo a um fazer agroecológico vinculado a pactos de confiança, sem priorizar os protocolos externos.

Esse tipo de transição, ao invés de se orientar por certificações normativas, opera como um contínuo em disputa, cujo avanço depende da qualidade dos vínculos, da escuta política e da construção de sentidos compartilhados em torno do alimento. O circuito, assim, mais do que um meio de comercialização, funcionou como dispositivo pedagógico e simbólico de reorganização dos modos de produzir, reconhecer e valorizar os alimentos e os sujeitos que os produzem.

A extensão universitária da UFPR-Litoral constituiu-se como o principal dispositivo público presente e atuante em todas as fases do circuito “Cestas Agroecológicas”. Seu papel foi determinante desde o surgimento da iniciativa, não apenas por viabilizar os primeiros contatos entre os sujeitos envolvidos, mas por criar e sustentar um campo relacional baseado na escuta, na mediação e na costura de interesses diversos.

Essa mediação se orientou por lógicas distantes daquelas vinculadas à mera indução técnica ou à assistência convencional. Ao contrário, operou no campo da relação, oferecendo condições mínimas de institucionalidade para que a proposta coletiva pudesse emergir, ganhar corpo e resistir às pressões impostas pela ausência

de políticas públicas estruturantes. A presença da extensão universitária ocupou, assim, uma lacuna deixada por ações como a ATER pública, assumindo - com recursos escassos e sem estrutura, competência ou capacidades equivalentes - funções de suporte técnico, político e simbólico ao grupo.

Ao longo da trajetória do circuito, especialmente nos momentos de instabilidade e reorganização, a universidade atuou como guardiã do processo coletivo, acompanhando a construção das listas de produtos, facilitando as decisões coletivas, promovendo a escuta dos sujeitos e mediando conflitos internos. Sua presença assegurou continuidade mesmo quando a estrutura organizativa demonstrava fragilidade e os laços entre os participantes ameaçavam se esgarçar.

Na fase de construção da autonomia e estabilidade, mesmo com a redução do protagonismo da universidade, os efeitos acumulados da ação extensionista continuaram operando de forma difusa e estruturante. A forma com a qual os atores se relacionavam, tomavam decisões e reconheciam sua pertença a uma rede territorializada de produção e consumo continuou sendo moldada pela cultura de cooperação, corresponsabilidade e confiança construída ao longo do processo com mediação ativa da universidade. Assim, a extensão universitária foi mais do que um mero apoio, transformando-se em parte constitutiva da dinâmica de organização e da política do comum instaurada no circuito.

Pensando nas resistências que se impõem às experiências alternativas por parte do sistema hegemônico, observa-se que o circuito enfrentou, desde sua origem, desafios estruturais vinculados à ausência de políticas públicas de fomento à agricultura familiar, à desmobilização da ATER pública, à falta de suporte técnico e logístico e ao isolamento institucional vivenciado pelos atores no território. A ausência eloquente do Estado se manifestou tanto pela omissão deliberada diante das urgências locais quanto pela invisibilização dos agricultores familiares frente às engrenagens do sistema dominante, que seguem operando com força normativa e simbólica mesmo nas margens dos processos que as contestam.

Mas não foram apenas os fatores externos que desafiaram a sustentabilidade do circuito. Internamente, o grupo também enfrentou sobrecarga organizativa concentrada em poucos sujeitos, fragilidade na vivência prévia de práticas autônomas e conflitos em torno de critérios produtivos. Soma-se a isso a naturalização de papéis rigidamente atribuídos pelo modelo dominante a cada ator da rede e a pressão, por parte de alguns consumidores, por regularidade e padronização, o que tensionou

permanentemente o arranjo sociotécnico forjado de forma emergencial. Esses elementos revelam que a construção de alternativas não se dá em terreno neutro, mas em constante disputa - também por dentro das iniciativas.

Frente a essas adversidades, o grupo respondeu com soluções artesanalmente elaboradas e ajustadas à sua realidade. A apropriação criativa de tecnologias simples - como planilhas eletrônicas, grupos de WhatsApp e rodízios de tarefas - permitiu a organização mínima das atividades, enquanto a construção de pactos informais e a redistribuição simbólica das responsabilidades garantiram a continuidade do circuito mesmo em contextos críticos. A institucionalização das entregas presenciais, enquanto cestas no campus universitário, e posteriormente na feirinha no próprio local, também foram estratégias concretas de enraizamento da experiência no território.

A resiliência do circuito, portanto, decorreu menos da adoção de modelos prontos ou replicáveis - muitas vezes legitimados apenas pelas concessões do modelo dominante - e mais da capacidade dos sujeitos de responder de forma situada, relacional e coletiva às restrições e instabilidades que enfrentaram. Essa busca por emancipação, articulada a vínculos de confiança e reconhecimento no território, foi determinante para a permanência da experiência enquanto prática alimentar alternativa, presente num território dominado por práticas hegemônicas do sistema global.

Além disso, pensando a análise dos resultados de vendas ao longo do período investigado, demonstra-se que os produtos provenientes de agricultores locais não certificados passaram a ocupar lugar central nas cestas comercializadas. Esse dado evidencia uma mudança significativa na forma como se constrói a confiança no circuito: ela passa a ser atribuída menos a selos formais e mais à presença concreta dos produtores, às interações diretas nas entregas e ao reconhecimento das trajetórias produtivas.

A confiança relacional, portanto, se consolidou como critério de legitimidade, mas também relativizou a centralidade da certificação formal. Os dados indicam que, nesse contexto, os mecanismos de validação simbólica - sustentados por vínculos, proximidade e pertencimento -, observados ao longo e em todo o processo, foram mais determinantes para os consumidores do que os dispositivos técnicos tradicionalmente empregados para esse fim.

Essa validação dos elementos relacionais que sustentam a confiança na origem e na qualidade dos alimentos representa uma mobilização incorporada pelos sujeitos

na direção da transformação do sistema alimentar local. Trata-se de um processo que se apoia menos em normatizações técnicas ou legais, e mais em mudanças de comportamento, em práticas cotidianas e no engajamento simbólico dos envolvidos. Com isso, evidencia-se que a construção de alternativas ao modelo dominante, mesmo quando modesta e situada, tem potencial para produzir transformações concretas tanto nos sujeitos e em seus modos de agir, quanto nos territórios em que suas relações se constituem.

Por fim, considerando que o objetivo geral da tese consistiu em “analisar a emergência e as dinâmicas do circuito curto de comercialização - ‘Cestas Agroecológicas: para enfrentar os tempos de crise’, verificando se as estratégias adotadas pela iniciativa se configuram como elementos de resistência ao sistema dominante, se aproximando do que a literatura conceitua como sistemas alimentares alternativos”, é possível afirmar que com base na análise empírica da emergência do circuito, e das três fases que demarcaram sua dinâmica global, conclui-se que a experiência investigada se configura como uma prática de reorganização socioterritorial que tensiona, de forma simultaneamente simbólica e operacional, os dispositivos do sistema agroalimentar hegemônico.

Por meio da construção de relações de confiança, da mobilização de inovações sociotécnicas artesanais, da mediação ativa da extensão universitária e da reterritorialização das relações entre campo, cidade e universidade, o circuito revelou os limites impostos pela ausência estruturante do Estado e instituiu formas alternativas de existir e resistir no território.

Em sua materialidade e em sua densidade simbólica, a experiência analisada tornou visíveis processos de transição agroecológica em construção, territorializou práticas alimentares críticas e inaugurou modos de ação coletiva baseados na cooperação, na autonomia e na corresponsabilidade.

O circuito, assim, não apenas respondeu a urgências imediatas impostas pelo conjunto de crises que determinaram a necessidade de sua emergência, mas afirmou, em seu cotidiano, a possibilidade de reorganização alimentar localizada como prática política em disputa com as lógicas dominantes.

As análises realizadas ao longo desta tese permitiram compreender que a experiência do circuito “Cestas Agroecológicas” revelou dimensões fundamentais para a construção de práticas alimentares alternativas em contextos periféricos. Mais do que propor um modelo replicável ou um formato redutível a esquemas, a iniciativa

analisada constitui uma prática viva, situada e relacional, cujos sentidos foram sendo produzidos em diálogo com as crises, os vínculos e os limites do território.

Sua força reside justamente na capacidade de articular ação coletiva e reorganização alimentar a partir de mediações locais, sem recorrer a modelos institucionais pré-definidos.

A pesquisa evidenciou, do ponto de vista analítico, a potência das categorias analíticas relacionais mobilizadas para interpretar dinâmicas complexas e não lineares, ancoradas na experiência. Do ponto de vista metodológico, destacou-se a relevância de práticas de escuta comprometida, que permitiram reconhecer a multiplicidade dos atores sociais e a densidade processual dos vínculos construídos. Ao dar visibilidade a práticas que emergem nas margens do sistema dominante, esta tese também contribui com o debate sobre os caminhos da soberania alimentar, de uma pedagogia extensionista e da construção de territorialidades que se insurgem ao estabelecido.

Os achados acumulados ao longo da investigação abrem margem para novas frentes de pesquisa. Há muito a se aprofundar, por exemplo, nas relações entre certificações participativas, confiança relacional e práticas agroecológicas em territórios vulnerabilizados. Também é necessário investigar os efeitos da presença - ou ausência - de mediações institucionais em iniciativas semelhantes que contam com o suporte direto da universidade, a fim de compreender a sustentabilidade dessas experiências em diferentes arranjos territoriais.

As tecnologias digitais, ainda que acessórias na proposta inicial do circuito, também se mostraram fundamentais nas tentativas de autonomia de gestão e requerem estudo aprofundado quanto aos modos artesanais de apropriação e às desigualdades de acesso que impõem barreiras à participação.

Além disso, emerge com força a necessidade de se desenvolver metodologias participativas de acompanhamento e avaliação de circuitos emergentes, que articulem saberes populares e acadêmicos em processos de parceria. O papel pedagógico da extensão universitária nesse contexto deve ser examinado com mais atenção, especialmente no que tange à formação de estudantes, à escuta do território e à construção de alianças que ultrapassem o clientelismo institucional.

A comunicação, por sua vez, revela-se como dimensão simbólica estratégica: não apenas enquanto ferramenta técnica, mas como campo de disputa, onde se constroem visibilidades, afetos e legitimidades. Compreender seus usos, narrativas e efeitos é parte central da ampliação e fidelização das experiências.

Os limites da própria pesquisa também precisam ser reconhecidos. O recorte territorial e institucional adotado - centrado na experiência de um litoral paranaense mediado por uma universidade pública - confere singularidade à análise, mas também restringe sua aplicabilidade direta a outros contextos.

A ausência de um recorte analítico estruturado de gênero, embora parcialmente tensionada nos dados, permanece como um convite para investigações que considerem o entrelaçamento entre cuidado, trabalho voluntário e protagonismo feminino nesses circuitos.

A saúde alimentar e nutricional dos consumidores/compradores, embora intuída na valorização dos alimentos agroecológicos, também não foi objeto de análise direta, o que abre margem para diálogo com o campo da saúde coletiva e da nutrição.

Por fim, os impactos das mudanças climáticas - apesar de reconhecidos como limitantes na permanência de alguns agricultores - carecem de um tratamento mais aprofundado que considere suas implicações sobre a produção, a previsibilidade das colheitas e as estratégias de reorganização territorial dos sujeitos.

Assim, esta tese não se encerra como a explicação definitiva de um caso isolado, mas como um convite a pensar as práticas alimentares como territórios de disputa, cenas de reorganização do contexto ecológico e espaços vivos de pesquisa, formação e luta. A construção de alternativas ao sistema dominante, mesmo em suas formas modestas e localizadas, é capaz de produzir transformações concretas, tanto nos sujeitos quanto nas relações que eles constroem – e reconstroem - com o território e com os alimentos.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. **Plano Safra da Agricultura Familiar terá R\$ 24,1 bilhões**. Brasília, 26 maio 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/plano-safra-da-agricultura-familiar-tera-r-241-bilhoes>. Acesso em: 3 mar 2025.
- ALENCAR, N.; LIMA, F. A.; ARAÚJO, J. A. **Análise da trajetória dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar de 2014 a 2020**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 31, n. 121, p. 1–23, out./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103890>. Acesso em: 3 maio 2025.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
Disponível em: <http://www.expressaopopular.com.br/livros/agroecologia-a-dinamica-produtiva-da-agricultura-sustentavel>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012 -2.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. **A revolução agroecológica na América Latina: resgatando a natureza, assegurando a soberania alimentar e capacitando camponeses**. Journal of Peasant Studies, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2022/10/07/a-revolucao-agroecologica-na-america-latina-resgatando-a-natureza-assegurando-a-soberania-alimentar-e-capacitando-camponeses/>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ALVES, Deise de Oliveira; MOURA, Adeildo de Quadros; OLIVEIRA, Leticia. **Potenciais que influenciam o desenvolvimento das práticas de cadeias alimentares curtas: uma revisão da literatura**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, v. 9, p. 204-220, 2019.
- ALVES, Lílian Lima de Oliveira; SANTANA, Maria de Fátima; CONTINI, Eliana. **Assistência técnica e extensão rural: um estudo de caso no município de Xinguara-PA**. DRd – Desenvolvimento Regional em Debate, v. 14, p. 1022–1046, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10103065.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.
- AUBRY, Christine; BUISSON, Pierre; DELHOMMEAU, Sophie; PRADEL, Walter. **Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review**. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, 2024. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-023-10537-0>. Acesso em: 1 maio 2025.

Baiardi, Amílcar; Mello, Paulo Freire; Pedroso, Maria Thereza Macedo. **Reflexões sobre as causas do declínio da reforma agrária no Brasil**. Colóquio, v. 18, n. 4, p. 189–215, out./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2218>. Acesso em: 3 fev 2025.

BECK, Ulrich. **Risco e sociedade: rumo a uma nova modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

Becker, Howard S.. **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica de Karina Kuschmir. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: https://favaretoufabr.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/07/becker_-howard-s.-segredos-e-truques-da-pesquisa-zahar-_2014_.pdf. Acesso em: 1 abril 2025.

BIGARELLA, João José. **Matinho: homem terra**, reminiscências. 3 ed.ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BOLTANSKI, Luc. **La condition fœtale: une sociologie de l'avortement et de l'engendrement**. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.

BORGES, Guilherme Martins Teixeira; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **O Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PRONERA em “desmonte”: 20 anos de lutas e conquistas ameaçados pelo elitismo fundiário no cenário de 2016 a 2020**. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, e10501, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRANDENBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Ambiente & Sociedade, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 417-428, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-753x2010000200013>.

BRANDENBURG, Alfio (org.). **Mundo rural e ruralidades**. Editora EdUFSCar, 2012.

BRANDENBURG, Alfio. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964687005>. Acesso em: 20 set. 2024

BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire. **Transição agroecológica dos sistemas alimentares territoriais no Brasil e na França**. Editora CRV, 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: relatório de avaliação 2020**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/subsidios/relatorio_avaliacao-cmas-2020-pronaf.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.982**, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre medidas emergenciais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 02 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13982.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 10.316**, de 31 de dezembro de 2019. Dispõe sobre o salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10316.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **COVID - 19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 29 ago. 2024.

BRUNORI, Gianluca. **Local food and alternative food networks: a communication perspective**. *Anthropology of Food*, [S. l.], v. S2, p. 1–18, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aof.430>. Acesso em: 18 set. 2024.

CALDEIRA, Geisiane. **Circuitos curtos de comercialização cestas agroecológicas, Matinhos-PR: o processo colaborativo durante e pós pandemia**. 2024. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2024. Orientador: Manoel Flores Lesama.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Cortes orçamentários reduzem vagas para educação no campo**. Brasília, 14 jun. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/540341-cortes-orcamentarios-reduzem-vagas-para-educacao-no-campo/>. Acesso em: 8 maio 2025.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Agroecologia: conceitos, princípios e sua multidimensionalidade**. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 25, 18 dez. 2020. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. <http://dx.doi.org/10.48075/amb.v2i2.26583>.

CARNEIRO, Maria José; SANDRONI, Laila. **Tipologias e significados do “rural”:** **uma leitura crítica.** In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI.* Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2019. p. 43-58.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. (Texto para Discussão, n. 2343). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8114>. Acesso em: 8 maio 2025.

CASTRO, César Nunes de; PERES, Caroline Nascimento; SOUZA, Denise Britz do Nascimento. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014. (Texto para Discussão, n. 2343). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8114>. Acesso em: 1 maio 2025.

CHAFFOTTE, L.; CHFFOLEAU, Y. **Vente directe et circuits courts: évaluation, défnition et typologie.** Les Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, 2007.

CHAVEZ-TAFUR, Jorge. **Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências** / Jorge Chavez-Tafur – Brasil: AS-PTA, 2007.

CIDSE. **Os princípios da agroecologia: rumo a sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis.** Bruxelas, 2018.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

DER-PR. Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná. **"BR-277 terá bloqueio parcial no km 42 por risco de deslizamento."** Comunicação Oficial, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DAROLT, M. R. **Alimentos orgânicos: um guia para o consumidor consciente.** 2. ed. rev. e ampl. Londrina: IAPAR, 2007. 36 p.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J.. **Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica.** In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social.* Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-43.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês.** *Agriculturas*, v. 10, n.2, jun 2013.

DAROLT, M. R.; LAMINE, Claire; BRANDANBURG, Alfio; ALENCAR, Maria de Cléofas Faggion; ABREU, Lucimar Santiago. **Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr.-jun. 2016.

DAROLT, M. R.; SILVA, Júlio Carlos Bitencourt Veiga; DENARDIN, Valdir Frigo. **Trajetórias da agroecologia e transição do sistema agroalimentar: O caso da Região Metropolitana de Curitiba e do Litoral do Paraná**. In: BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire. Transição agroecológica dos sistemas alimentares territoriais no Brasil e na França. Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 233-260.

DAUFENBACK, V. et al.. **Agrotóxicos, desfechos em saúde e agroecologia no Brasil: uma revisão de escopo**. Saúde em Debate, v. 46, n. spe2, p. 482–500, 2022.

DENTZ, Berenice Giehl Zanetti von; BENDER, Pablo Martin. **Um novo olhar sobre a definição de circuitos curtos de produção e comercialização: situações na região da Grande Florianópolis**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 156-174, ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT112407>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

DEVERRE, Cécile; LAMINE, Claire. **Les systèmes agroalimentaires alternatifs : une revue de travaux anglophones en sciences sociales**. Économie Rurale, n. 317, 2010, p. 57-73.

DIAMOND, Jared. **Colapso: Como as Sociedades Escolhem o Fracasso ou o Sucesso**. 5. ed. São Paulo: Record, 2015.

DIAS, Maiz Bortolomiol; NIEDERLE, Paulo. **Alimento para o pensamento, fome de mudança: sistema, movimentos e cidadania agroalimentares**. Revista IDéAS, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 1-24, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9834.e023012>. Acesso em: 20 out. 2023.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Cesta Básica Nacional – análise da cesta básica - 2020**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202001cestabasica.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

DOS SANTOS, Anderson David Gomes; DA SILVA, Danielle Viturino; MACIEL, Kleciane Nunes. **A campanha publicitária “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil**. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, v. 21, n. 1, p. 46-61, 2019.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Impactos negativos do uso de agrotóxicos à saúde humana**. Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 24, n. 113, p. 127-140, jun. 2017.

ELIAS, Lilian de Pellegrini. **A construção de sistemas agroalimentares sustentáveis: uma discussão teórico-empírica a partir da percepção de atores chave em Santa Catarina.** In: PARRADO-BARBOSA, Álvaro; RUIZ, Eliziane Nicolodi; TRICHES, Rozane Marcia (orgs.). *Sustentabilidade, circuitos curtos de abastecimento e compras públicas.* Chapecó: Editora UFFS, 2023.

EMERSON, Robert M.; FRETZ, Rachel I.; SHAW, Linda L. **Writing Ethnographic Fieldnotes.** 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

ESCOSTEGUY, I. L.; MIRANDA, D. L. R.; BARCEWS, L. B.; ROVER, O. J. **Como criar e gerir uma Célula de Consumidores Responsáveis de alimentos orgânicos/agroecológicos?** Florianópolis: CCA/UFSC, 2019. Disponível em: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_consumidor.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

ESCOSTEGUY, I. L.; PUGAS, A. S.; ROVER, O. J. **Células de Consumidores Responsáveis: uma proposta coletiva de venda direta de alimentos orgânicos e agroecológicos.** In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social.* Livro eletrônico. 2021. p. 150-156.

ESCOSTEGUY, I. L. **Inovações sociais da promoção da agroecologia e redes de civismo agroalimentar em Florianópolis.** 2019. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FALS BORDA, Orlando. **Conhecimento e Poder Popular: Lições com os camponeses de Nicarágua, México e Colômbia.** São Paulo: Cortez, 1986.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **La Covid-19 y el acceso de los pequeños productores a los mercados.** Roma: FAO, 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/card/es/c/CA8657ES/>. Acesso em: 14 out. 2023.

FEIDEN, Alberto. **Agroecologia: introdução e conceitos.** Em Aquino AM, Assis RL (Eds) *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável.* Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, Brasil. pp.49-70. 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO JUNIOR, Osni Arturo. **Relato de experiência: a constituição da Motirô Sociedade Cooperativa e as atividades dos primeiros anos de existência da organização.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Serviço Social: A Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011. Orientador: Prof. Dr. Manoel Flores Lesama.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?.** 10. ed. São Paulo: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIEDMANN, H. **The family farm and the international food regimes**. In: SHANIN, T. (Ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis 2020**. Portal FIOCRUZ, 2020.

FUNDEPAR. **PNAE: os desafios para alimentação escolar de qualidade**. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, 2022. Disponível em: https://www.fundepar.pr.gov.br/sites/fundepar/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/pnae_os_desafios_alimentacao_escolar_qualidade.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

GALLI, F.; BRUNORI, G. **Short Food Supply Chains as drivers of sustainable development**. Evidence Document. Document developed in the framework of the FP7 project FOODLINKS (GA No. 265287). Laboratorio di studi rurali Sismondi, 2013.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GAMBORG, C.; SANDØE, P. – **Dilemmas and the need for dialogue**. In: HOLM, S.; GUNNING, J. (ed.). *Ethics, Law and Society*. Hants: Ashgate, 2005a. p. 123-130.

GAMBORG, C.; SANDØE, P. **Sustainability in farm animal breeding**. A review. *Animal Production Science*, v. 92, n. 3, p. 221–231, 2005b.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória**. 2023. 36 p. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/9610>. Acesso em: 24, ago. 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

GLEISSER, A.; MELO, A. G. **Agroecologia: fundamentos científicos e tecnológicos**. São Paulo: Embrapa, 2016.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GLIESSMAN, Stephen. **Defining agroecology: agroecology and sustainable**. *Food Systems*, v. 42, nº 6, 2018.

GOODMAN, D. **Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo**. In: GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 259-280.

GOODMAN, D.; DUPUIS, M.; GOODMAN, M. **Alternative Food Networks: Knowledge, Practice, and Politics**. New York: Routledge, 2012.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks**. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel (Orgs.). *International encyclopedia of human geography*. Oxford: Elsevier, 2009. p. 208–220.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Volume 1**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRANOVETTER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard. (Orgs.). *A nova sociologia econômica: uma agenda para a sociologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 23-55.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. 125–146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/?lang=pt>. Acesso em: 3 jan 2025.

GROSSI, Mauro Del; MALUF, Renato; SCHNEIDER, Sergio. **Circuitos curtos de comercialização e segurança alimentar: uma análise crítica**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 9, n. 2, p. 43-58, 2014.

GUARNIERI, Patricia; GUIMARÃES, Magali Costa; THOMÉ, Karim Marini (orgs.). **Agronegócios: perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 2012.

GUZMÁN, Eduardo S.; WOODGATE, Graham. **Fundamentos del pensamiento social agrario: teoría sociológica y agroecología**. *Agroecología*, Sevilla, v. 8, n. 2, p. 27–34, 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/234611>. Acesso em: 1 maio 2025.

GUZZATTI, Thaise Costa. **Movimento Orgânico Solidário: compra direta e doação de cestas**. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Livro eletrônico. 2021.

G1 Paraná. **"Deslizamento de terra provoca bloqueio parcial na BR-277 em Morretes."** G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/05/25/deslizamento-br277-morretes.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

G1 Paraná. **"Queda de barreira interdita a BR-277 no litoral do Paraná."** G1, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/28/queda-de-barreira-br277.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

HITCHMAN, M. **O movimento da Comunidade que Sustenta a Agricultura: um outro olhar para a agricultura.** Revista Verde, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Dialnet-ComunidadeQueSustentaAAgricultura-9302161%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Dialnet-ComunidadeQueSustentaAAgricultura-9302161%20(3).pdf). Acesso em 22 set. 2024.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo.** Traduzido por Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013. 272 p.

INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. **"Ciclone bomba provoca ventos intensos no Sul do Brasil."** Nota Técnica, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inmet/pt-br/assuntos/noticias/ciclone-bomba-provoca-ventos-intensos-no-sul-do-brasil>. Acesso em: 28 abr. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Perfil Municipal de Matinhos.** Curitiba, 2024. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=10&btOk=ok. Acesso em: 4 nov. 2024.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. **What Is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice.** Environment: Science and Policy for Sustainable Development, v. 47, n.3, p. 8-21, 2005.

KITCHEN, L.; MARSDEN, T. **Creating Sustainable Rural Development through Stimulating the Eco-economy: Beyond the Eco-economic Paradox?** Sociologia Ruralis. vol. 49, n° 3, p. 273-294, 2009
vol. 49, n° 3, p. 273-294, 2009.

KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMINE, Claire. **Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux.** Terrains & Travaux, n. 20, p. 139-156, 2012.

LAMINE, Claire; AUBRON, Claire; BLAY-PALMER, Alison; CARDONA, Alexis; DE TOURDONNET, Stéphane; DUBOIS, Muriel; MAGDA, Danièle; MORAINÉ, Mélanie; SALLES, Jean-Michel. **Agroecological transitions at the scale of territorial agri-food systems.** In: LAMINE, Claire; MAGDA, Danièle; RIVERA-FERRE, Marta; MARSDEN, Terry (org.). Agroecological transitions: between determinist and open-ended visions. Brussels: Peter Lang, 2021. p. 39–70. Disponível em: <https://orca.cardiff.ac.uk/id/eprint/145632/1/T%20Marsden%202021%20Agroecological%20transitions%20book.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

LAMINE, Claire; MARÉCHAL, Gilles; DAROLT, Moacir. **Análise da transição ecológica de sistemas agrialimentares territoriais: Ensinamentos de uma comparação franco-brasileira**. 2016. HAL Id: halshs-01502432. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01502432>. Acesso em: 22 set. 2024.

LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (orgs.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

LEITE, Sergio Pereira; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; SILVA, Marcos Alexandre P. da; ZIMMERMANN, Silvia; BARBOSA, Yamira S. **Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil**. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta (orgs.). *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure**. In: D. BOOTH (ed.). *Thinking Social Development: theory, research and practice*. London: Longman, p. 62-90, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos da Nova Guiné melanésia**. Tradução de E. de C. Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, Renato S.; GRISA, Catia; SABOURIN, Eric; ELOY, Ludivine. (orgs.). **Sistemas alimentares e territórios no Brasil** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

MALUF, Renato S.; BURLANDY, Luciene. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: desafios para a transição rumo à sustentabilidade e promoção da alimentação adequada e saudável**. In: NORONHA, Gustavo Souto et al. (orgs.). *Alimentação e nutrição no Brasil: perspectivas na segurança e soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Edições Livres/Fundação Oswaldo Cruz, 2023. p. 275–326.

MARSDEN, Terry; RENTING, Henk. **Uma réplica ao artigo: “Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural”**. In: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 53-58.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Maria do Socorro Silva; RODRIGUES, Sônia da Silva (orgs.). **PRONERA: experiências de gestão da política pública**. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/pronera-experiencias-de-gestao.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de José Carlos de Macedo e Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Ildefonso de Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política**. In: _____. Textos 2. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 116-121.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCMICHAEL, P. **The agrarian question and the global food crisis**. In: SHANIN, T. (Ed.). *Peasants and Peasant Societies*. Oxford: Basil Blackwell, 2016.

MENEGASSI, B. et al.. **A nova classificação de alimentos: teoria, prática e dificuldades**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 12, p. 4165–4176, dez. 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; CEPAGRO; SESC/SC. **Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos**. Brasília, 2017. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/municípioverdeazul/2016/07/rs6-compostagem-manualorientacao_mma_2017-06-20.pdf

NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**. Brasília, 19 abr. 2016. Aula proferida junto ao PPGPS/SER/UnB. Universidade Nacional de Brasília - UNB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DI3Yocu-1ol>> Acesso em: 25 out 2024.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes. **Alimentos ultraprocessados e seus riscos à cultura alimentar e à saúde**. *Revista de Alimentação e Cultura das Americas - Raca*, Brasília, v. 145, n. 32, p. 133-148, agosto 2022. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/8_145_Nilson_ALIMENTOS-ULTRAPROCESSADOS_ensaio.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

OLIVEIRA, S. F.; PRADO, R. B.; MONTEIRO, J. M. G. **Impactos das mudanças climáticas na produção agrícola e medidas de adaptação sob a percepção de atores e produtores rurais de Nova Friburgo, RJ**. *Interações* (Campo Grande), v. 23, n. 4, p. 1179–1201, out. 2022.

OLIVEIRA E OLIVEIRA, Tereza Cristina de. **Revalorização de alimentos símbolo de comunidades-território: os casos do mel virgem de abelhas *Pisilnekmej* no território maseual (México) e do queijo Gamonéu de pastores de Picos de Europa (Espanha)**. 2022. [Tese de doutorado] – Universidad de Córdoba, Departamento de Ciencias Sociales y Humanidades, Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Doctorado en Recursos Naturales y Gestión Sostenible, Córdoba, 2022.

PARRADO-BARBOSA, A.; RUIZ, E. N.; TRICHES, R. M. (Orgs.). **Sustentabilidade, circuitos curtos de abastecimento e compras públicas**. Chapecó: Editora UFFS, 2022.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017**. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, n. 24, p. 125–146, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11410/1/Extensao_rural_cap10.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souza de; SPÍNOLA, Paulo; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. **A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da trajetória de implementação, benefícios e desafios**. Texto para Discussão, n. 2691. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/243044/1/td-2691.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTILHO, Fátima; FERREIRA, Ísis Leite. **Redes agroalimentares alternativas no Brasil**. In: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (Orgs.). *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 194-210.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PUGAS, A. S.; ROVER, O. J.; MORGAN, L. M.; RODE, E. L. **Como abastecer uma Célula de Consumidores Responsáveis com alimentos orgânicos/agroecológicos**. Florianópolis: CCA/UFSC, 2019. Disponível em: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_agricultor.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

RAMOS, Maria Wanda de Alencar. **Produção e reprodução social: construção coletiva a partir do trabalho nos circuitos curtos de comercialização agroecológicos no Litoral do Paraná**. 2022. 1 recurso online: PDF. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Valter Roberto Schaffrath; Coorientador: Prof. Dr. Claus Magno Germer; Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Katya Regina Isaguirre. Curitiba, 2022.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. **Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural**. In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 27-52.

ROSA, Hartmut. **Aceleração Social: Uma Nova Teoria da Modernidade**. Tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Boitempo, 2019.

RUSSELL, Bertrand. **A conquista da felicidade**. Tradução: Wolney José dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SABOURIN, Eric; GRISA, Catia; MALUF, Renato S.; ELOY, Ludivine. **Abordagens em termos de sistemas alimentares e território no Brasil**. In: GRISA, Catia; SABOURIN, Eric; ELOY, Ludivine; MALUF, Renato S. (orgs.). Sistemas alimentares e territórios no Brasil [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 13-33.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; Almeida, Ana Flávia Cordeiro Souza de; Perin, Gabriela; Moura, Iracema Ferreira. **Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil e Regiões**. Anais do 57º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Ilhéus, BA, 2019. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/243044/1/td-2691.pdf>. Acesso em: 13 dez 2024.

SAMPAIO, Tuane Bazanella. **Metodologia da pesquisa**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, CTE, UAB, 2022. 1 e-book, il. (Gestão em organização pública em saúde). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25287>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SCARPARI, Karini Aparecida. **Dimensões da territorialização da agroecologia na região oeste do Paraná: uma síntese da re-existência camponesa**. 2024. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2024.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas**. Psicologia USP, v. 17, n. 2, p. 11-41, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcos (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. **Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos**. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

SCHWAAB, R.. Entrevista: Humberto Tommasino: “**A extensão deve orientar-se para a co-produção de conhecimentos em prol da transformação social**”. Experiência. Revista Científica De Extensão, 11(2), 25-35.2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.

SILVA, A. L. da; COSTA, J. A. **Circuitos curtos de comercialização: uma análise das relações entre produtores e consumidores**. Revista Brasileira de Agroecologia, v. 10, n. 1, p. 45-58, 2015.

SILVA, Priscila Brelaz da; GUIMARÃES, Magali Costa; BRISOLA, Marlon Vinícius. **Representações sociais do conceito de Agronegócios**. In: GUARNIERI, Patricia; GUIMARÃES, Magali Costa; THOMÉ, Karim Marini (orgs.). Agronegócios: perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. p. 13-41.

SILVA, Monica Nardini da; CECCONELLO, Samanta Tolentino; ALTEMBURG, Shirley Grazieli Nascimento; SILVA, Fernanda Novo da; BECKER, Cláudio. **A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil**. Revista ESPACIOS, [S.l.], v. 38, n. 47, 2017. ISSN 0798-1015. Disponível em: <http://w.revistaespacios.com/a17v38n47/a17v38n47p07.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SIQUEIRA, Murilo Carlos. **Sistema agroalimentar localizado (SIAL) e as atividades de comunidades do entorno da PR - 508 (Rodovia Alexandra-Matinhos)**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Matinhos, 2016.

SÖDERBAUM, P. **The role of economics and democracy in institutional change for sustainability**. Sustainability, v. 6, p. 2755-2765, 2014.

SOUZA, Fernando Cesar de Oliveira. **Circuitos curtos de comercialização de alimentos: a conquista de territórios para agroecologia no Triângulo Mineiro**. 2021. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2021.

SOUZA, Maurício de. **Contraturno escolar: o ciclo gnosiológico nas interações da educação escolar em tempo integral**. Orientador Maurício Cesar Vitória Fagundes. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Matinhos, 2019.

SPRADLEY, James P.. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. Disponível em: https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.uoregon.edu/dist/e/14077/files/2017/01/spradley-participant_observation-2cg3cpu.pdf. Acesso em: 8 março 2025.

STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet. **Fundamentos da pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para desenvolver a teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SWEDBERG, Richard. **Princípios da Nova Sociologia Econômica**. São Paulo: Unesp, 2003.

TOMAZZONI, Gean Carlos. **(Re)pensando a cooperação: o engendramento processual do cooperar e do organizar nas redes agroalimentares alternativas**. 2022. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/246197>. Acesso em: 18 set. 2024.

TORRENS, J. C. S. **Sistemas Agroalimentares: impactos e desafios num cenário post pandemia**. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 192–211, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p192-211. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5406>. Acesso em: 18 maio. 2024.

TOTA, Antônio Pedro. **Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira**. Revista USP, São Paulo, n. 115, p. 69-76, 2017. Disponível em file:///C:/Users/HP/Downloads/frcosta,+5+Antonio+Pedro+Tota%20(1).pdf. Acesso em: 19 maio. 2024.

TRUMP, Donald. **Entrevista à CBS News**, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/trump-interview-full-transcript-face-the-nation-margaret-brennan-today-2019-01-28/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor Litoral (UFPR Litoral). **Projeto político pedagógico**. 2008. Disponível em: https://litoral.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Produção do espaço, agricultura e alimentação: da revolução agrícola aos impérios alimentares**. Revista Formação (ONLINE), v. 28, n. 53, 2021, p. 829-849. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8137>. Acesso: 25 set. 2024.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura e sustentabilidade: reflexões sobre o sistema agroalimentar e os circuitos curtos de comercialização**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2018. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/agricultura-e-sustentabilidade-reflexoes>. Acesso em: 18 ago. 2024.

VIEGAS, Maurício da Trindade. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica**. Orientador: Prof. Dr. Oscar José Rover. Dissertação (Mestrado) Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIEGAS, Maurício da Trindade; ROVER, Oscar José; MEDEIROS, Monique. **Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 42, p. 370-384, dez. 2017.

WALLACE, R. **Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infectious Disease, Agribusiness, and the Nature of Science**, New York: Monthly Review Press, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: SCHNEIDER, S. (org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 21-55.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina em 2010**. Florianópolis: Epagri, 2012.